

Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)

Ciências humanas em perspectiva:

reflexões sobre cultura,
sociedade e comportamento



Atena
Editora
Ano 2023

Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)

Ciências humanas em perspectiva:

reflexões sobre cultura,
sociedade e comportamento



Atena
Editora
Ano 2023

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes
 Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do
 Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-
 Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências humanas em perspectiva: reflexões sobre cultura, sociedade e comportamento

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adilson Tadeu Basquerote

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
C569	<p>Ciências humanas em perspectiva: reflexões sobre cultura, sociedade e comportamento / Organizador Adilson Tadeu Basquerote. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-2178-8 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.788230712</p> <p>1. Ciências humanas. I. Basquerote, Adilson Tadeu (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 101</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A obra: **“Ciências humanas em perspectiva: reflexões sobre cultura, sociedade e comportamento”** é composta por estudos que se dedicam no entendimento da sociedade e das relações nelas estabelecidas. Contendo análises de distintos aspectos que entrelaçam a complexidade das questões referentes à humanidade, o livro é um convite ao acesso das subjetividades da arte, da história e da literatura.

Partindo desse entendimento, o livro composto por quatorze capítulos, resultantes de pesquisas empíricas e teóricas, de distintos pesquisadores de diferentes instituições e regiões brasileiras e uma Cubana. Contém estudos que interrelacionam Ciências Humanas às pessoas e as relações sociais de forma teórica e empírica, por meio da pesquisa, do ensino ou da extensão. Entre os temas abordados, predominam a arte, política e democracia, maioria penal, religião e religiosidade afro-brasileira, gênero e carreira docente, ensino e aprendizagem, plano de trabalho docente, conservação do solo, masculinidade, cinema, entre outros.

Em última análise, destacamos a importância da socialização dos temas apresentados, como forma de visibilizar os estudos realizados sob dissemelhantes perspectivas e de suscitar novas pesquisas. Nesse sentido, a Atena Editora se configura como uma instituição que possibilita a divulgação científica de forma eficaz, qualificada e segura.

Que a leitura seja convidativa!

Adilson Tadeu Basquerote

CAPÍTULO 1	1
A ARTE NA EXPRESSÃO DO BELO NO CANTO DO HINO BATISMAL EM GÁLATAS 3,28	
José Frederico Sardinha Franco	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7882307121	
CAPÍTULO 2	7
A EMERGÊNCIA DE UMA POLÍTICA DEMOCRÁTICA PAUTADA NUMA EDUCAÇÃO DE IGUAL NATUREZA E A MEDIAÇÃO DA LINGUAGEM	
Silva, F.H.	
Henning, L.M.P	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7882307122	
CAPÍTULO 3	16
ANÁLISE CRÍTICA DO ARGUMENTO DA MATURIDADE COGNITIVA E PSICOSSOCIAL PARA A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL	
Thiago Sandrini Mansur	
Edinete Maria Rosa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7882307123	
CAPÍTULO 4	30
A RELIGIÃO COMO ESPELHO DO HOMEM: LENTES CONVERGENTES ENTRE GIANNI VATTIMO E RUBEM ALVES SOBRE O FUTURO DA RELIGIÃO	
Irineu José Bottoni	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7882307124	
CAPÍTULO 5	37
ARTEFATOS SAGRADOS DA RELIGIOSIDADE AFROBRASILEIRA: UMA ETNOGRAFIA DA COLEÇÃO PIETZCKER DO MSEU ETNOLÓGICO DE BERLIM	
Ana Paula Lima Silveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7882307125	
CAPÍTULO 6	56
CANTORAS IMPROVISADORAS: ONDE ESTÃO AS MULHERES? VOZES, ESPAÇOS E LUGARES NA MÚSICA	
Paula Agrello Nunes Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7882307126	
CAPÍTULO 7	67
CAUSOS, VISAGENS E ENCANTARIAS: O CASO DAS APARIÇÕES NA ILHA DE COTIJUBA - PARÁ	
Maria Roseli Sousa Santos	
Raqueline Brito da Cruz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7882307127	

CAPÍTULO 8 74

GÊNERO E CARREIRA DOCENTE NO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DE
 UMA REVISÃO DA LITERATURA NA DÉCADA 2011-2020

Roseli de Oliveira Machado

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7882307128>

CAPÍTULO 9 89

HERMENÊUTICA FILOSÓFICA E REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO
 ENSINO-APRENDIZAGEM DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Tatiana Almeida Couto

Sérgio Donha Yarid

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7882307129>

CAPÍTULO 10..... 99

PLANO DE TRABALHO DOCENTE - CONCEITOS ACERCA DESTE
 INSTRUMENTO EM UMA ESCOLA TÉCNICA

Tatiane Tolentino de Assis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78823071210>

CAPÍTULO 11 106

HISTÓRIA DA CONSERVAÇÃO DO SOLO E A PROTEÇÃO DO NOSSO
 FUTURO

Manuel Teles Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78823071211>

CAPÍTULO 12..... 127

MASCULINIDADE E VIOLÊNCIA: UM ESBOÇO DAS MASCULINIDADES
 PERCEBIDAS NO MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR E SUA REGIÃO

Maria Gabrieli Miranda de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78823071212>

CAPÍTULO 13..... 139

O IMAGINÁRIO PANDEMICO NO CINEMA HOLLYWOODIANO

Daniele Faenello

Gessica de Brito Bueno

Isamara Samira Ibrahim Felix

Eduardo Mangolim Brandani da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78823071213>

CAPÍTULO 14..... 150

COVID-19: UNA MIRADA A LA PERCEPCIÓN SOCIAL DEL RIESGO Y EL
 COMPORTAMIENTO. GUANTÁNAMO, CUBA

Anaily Muñoz Padilla

Karina Velázquez Pérez

Esteban Guillermo Leyva Castellanos

Lilian Lorente Ocaña
Deneisi Rodríguez Cardona
Adilson Tadeu Basquerote

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78823071214>

SOBRE O ORGANIZADOR.....	168
ÍNDICE REMISSIVO.....	169

A ARTE NA EXPRESSÃO DO BELO NO CANTO DO HINO BATISMAL EM GÁLATAS 3,28

Data de aceite: 01/12/2023

José Frederico Sardinha Franco

Doutor em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás

RESUMO: O Frei Confaloni trabalhou através da pintura e da arte as diferenças existentes entre as classes sociais de sua época. Ele trouxe à sociedade goiana as características que marcaram a história das minorias desde o período bíblico. Ele denunciou o processo de simetria existente entre o povo goiano através da arte, e o belo, através dos desenhos bíblicos que falavam ao coração das minorias. É, a partir deste relato, que o texto bíblico traz uma discussão acerca do belo no canto do hino batismal apresentado pelo apóstolo Paulo durante o período dos cristianismos originários e em Gálatas 3,28, quando ele denuncia que não pode haver diferenças entre judeus e gentios, escravos e libertos e entre homens e mulheres. Neste artigo será apresentado principalmente as diferenças existentes entre homem e mulher por que elas foram sem dúvidas as grandes prejudicadas de sua época, pelo fato de serem mulheres, por serem consideradas impuras durante seu ciclo menstrual e por

não participarem do culto litúrgico judaico. O belo será apresentado pelo canto do hino batismal, um hino bem mais antigo do que o apóstolo Paulo que denunciava as desigualdades sociais existentes em sua época.

PALAVRAS-CHAVE: Frei Confaloni. Pintura e Arte. Teologia da Libertação. Gálatas 3,28. Não há homem e mulher.

ABSTRACT: Friar Confaloni worked through painting and art to address the differences between the social classes of his time. He brought to Goiás society the characteristics that marked the history of minorities since the biblical period. He denounced the process of symmetry that existed between the people of Goiás through art, and beauty, through biblical drawings that spoke to the hearts of minorities. It is, from this account, that the biblical text brings a discussion about beauty in the singing of the baptismal hymn presented by the apostle Paul during the period of original Christianity and in Galatians 3:28, when he denounces that there can be no differences between Jews and gentiles, slaves and freedmen and between men and women. This article will mainly present the differences between men and women because they were undoubtedly

the greatest losers of their time, due to the fact that they were women, because they were considered impure during their menstrual cycle and because they did not participate in Jewish liturgical worship. The beauty will be presented by the singing of the baptismal hymn, a hymn much older than that of the apostle Paul, who denounced the social inequalities that existed in his time.

KEYWORDS: Friar Confaloni. Painting and Art. Liberation Theology. Galatians 3:28. There is no man and woman.

INTRODUÇÃO

A arte como expressão do belo pode ser encontrada no canto do Hino batismal utilizado pela comunidade crista paulina, que fazia uso deste Hino como uma arte capaz de denunciar a opressão vivida pelas minorias no período dos cristanismos originários. O objetivo desta pesquisa, se pauta na possibilidade de poder entender como um Hino antigo podia fazer frente ao processo de desigualdade social existente entre a comunidade crista paulina. Será utilizado como metodologia de estudo, a pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em materiais já publicados. Provavelmente, este Hino era bem mais antigo do que o próprio apóstolo Paulo, e que passou a ser cantado por diversas comunidades durante suas reuniões litúrgicas, bem como, pela comunidade crista Paulina. Era um Hino batismal ou um fragmento de um credo bem conhecido pelas primeiras comunidades cristãs, e que passou a ser cantado durante seus rituais de batismo. Nestas comunidades, judeus e gentios, escravos e livres, homens e mulheres, cantavam junto o Hino batismal em suas cerimônias religiosas. Paulo ao ouvir este Hino, passou a fazer uso dele. Ele deu dignidade às mulheres, aos gentios e aos escravos, ao inseri-los em sua carta aos Gálatas 3,28. O Hino batismal serviu de parâmetro para manter o equilíbrio de uma sociedade amplamente desigual e que buscava manter seus privilégios. Ao conhecer este belo e significativo cântico, Paulo disponibiliza este Hino para que ele pudesse fazer parte da sua liturgia. Nas comunidades cristãs, a mulher, o gentio e o escravo, não estão mais à margem de sua sociedade. São apóstolos, profetas e mestres. Marta e Pedro estão no mesmo patamar de igualdade, pois ambos confessam que Jesus é o Cristo (Jo 11,27; Mt 16,16).

O CANTO DO HINO BATISMAL COMO ARTE NA MENSAGEM CRISTÃ PAULINA

A leitura sociológica pelo modelo conflitual no ajudará a perceber os fracos, humildes e marginalizados no texto bíblico. É necessário saber escolher, ler, e reler, para que o método seja utilizado de forma satisfatória pelo pesquisador bíblico. Juntamente com a utilização do método histórico-crítico é que se deve descobrir o dinamismo do texto (se houver conformismo é preciso detectá-lo) e da vida dos que estão inseridos em sua sociedade. É necessário descodificar o texto (os símbolos, as imagens, as categorias), ou até mesmo, desconstruí-lo, através do estudo da vida cotidiana de quem está inserido na

mensagem bíblica, manifestando os conflitos existentes na literatura sagrada (FERREIRA, 2009).

Os cristianismos originários são, foram, e serão motivo de análise de muitos estudiosos e pesquisadores bíblicos. A escolha pela utilização do método conflitual de análise bíblica, surge da necessidade de se poder entender a relação existente entre a mulher, os cristianismos, os judaísmos, o império romano e o helenismo. Também se deve estabelecer alguns parâmetros que possam identificar a real situação vivida pelo feminino desde o período dos cristianismos originários, até a elaboração do discurso de simetria entre os gêneros promovido pelo apóstolo Paulo no recorte de Gálatas 3,28c.

A conquista social das mulheres em outras esferas da vida, não condiz com o entendimento sociorreligioso que se construiu ao longo dos anos. Isto ajudou a estabelecer uma certa divisão entre o âmbito social e o religioso (PAVANI, 2020, p. 318). Há anos, a religião se tornou incapaz de estabelecer uma diretriz que pudesse entender o feminino dentro do contexto em que o texto bíblico foi redigido. O método conflitual de análise bíblica, nos dará parâmetros para que se possa entender o sofrimento vivido pelas mulheres durante o período em que os cristianismos se constituíram. É necessário dar voz ao feminino, a fim de que possamos entender os seus relatos, posicionamentos, sofrimentos e necessidades existentes no período do primeiro século d.C.

Segundo Dreher (1990, p. 274) a mulher é apresentada com desprezo pela história cristã primitiva, e traduzida como um advento legítimo pelos nossos líderes religiosos. A mulher foi esquecida pela literatura neotestamentária, por apresentar fatos que ligam a figura de seus atores, como Jesus, os apóstolos, os profetas, os mestres e os missionários, à figura do masculino. Até mesmo alguns conceitos como santos, eleitos, irmãos e filhos são designados também às mulheres, mas com atribuições puramente masculinas.

Segundo o entendimento de Conick (2013, *apud* BRAGA, 2016, p. 39) foi no cristianismo que o feminino passou a exercer suas práticas religiosas entre os membros de sua comunidade. O Espírito Santo passou a ter uma conotação feminina pelos cristãos primitivos, que passaram a utilizar a expressão hebraica *ruah*, como descrito no Evangelho aos Hebreus e no Evangelho apócrifo de Felipe de *Nag Hammadi* (NHC II 51,29-86,19).

O cristianismo primitivo passou a entender que a mulher sofria de forte opressão. É a partir de então, que começa o processo de integração social entre o masculino e o feminino dentro dos cristianismos originários. As boas novas são anunciadas e são as mulheres as mais beneficiadas. Elas se aproximam dos homens para rezarem, recebem os dons, o Espírito Santo, e ajudam a sua comunidade (At 2,1-4.17-18;6,1). Desta forma, o cristianismo foi se destacando por promover a simetria entre os gêneros em um período de desigualdade social. Desde então, as mulheres foram ocupando o seu espaço, a partir da criação das “igrejas domésticas”, possibilitando uma maior participação do feminino dentro do contexto sociorreligioso cristão de sua época.

Para Paulo, o canto do Hino batismal deveria anunciar o fim da simetria que existia entre os gêneros, além de propor uma maior interação entre o masculino e o feminino no período do primeiro século d.C. Provavelmente, o livro de 1 Timóteo foi escrito por uma comunidade posterior à de Paulo,¹ por não concordar que a mulher deveria ocupar o mesmo lugar que os homens, porque cabia somente ao bispo (homem) o dever de ser irrepreensível e marido de uma só mulher, [...], e que deveria ser capacitado para ensinar (somente os homens ensinavam). O bispo deve também governar bem a sua própria família (o homem como chefe de família) [...]. Se alguém não sabe governar sua própria família, como poderá cuidar da Igreja de Deus? (cabia ao homem o dever de cuidar da Igreja. Era proibido ensinar a *Torah* a uma mulher) (1 Tm 3,2-5).

Existem também alguns textos do Novo Testamento que nos mostram a empatia que Paulo tinha com as mulheres. Na epístola aos Romanos 16,1-2 Paulo recomenda à Igreja em Roma que receba uma senhora de nome Febe, uma mulher que tinha ajudado muita gente, inclusive o próprio Paulo: “Recomendo-vos, pois, Febe, nossa irmã, a qual serve na igreja que está em Cencrécia, para que a recebais no Senhor, como convém aos santos, e a ajudeis em qualquer coisa que de vós necessitar; porque tem hospedado a muitos, como também a mim mesmo” (FOULKES, 1995 *apud* FERREIRA, 2010, p. 36). Febe é apresentada como diaconisa *diákonos* (gênero masculino), provavelmente uma líder da Igreja em Cencrécia, uma mulher que assumiu uma posição antes ocupada somente pelos homens.

Dentre os cristanismos originários foram se formando duas comunidades distintas. Uma delas se caracterizava pela busca do princípio igualitário, propondo a autonomia do feminino e a diminuição da necessidade delas em relação ao masculino. Já em outras comunidades cristãs, como no caso de algumas epístolas pastorais, existiam homens que queriam prevalecer a sua autoridade sobre as mulheres. Dentre os dois modelos de cristanismos existentes, é na região mais distante de Roma (Ásia Menor), que se encontravam algumas comunidades mais igualitárias (ACEBO, 1998, p. 119).

Paulo não teve problemas somente com a teologia cristã de sua época. Para Dreher (1990, p. 285) a própria sociedade romana não via com bons olhos o sistema de igualdade idealizado pelo apóstolo Paulo. Para Roma, este ideal paulino representava a criação de um novo modelo revolucionário em potencial, podendo levar toda a sociedade a se rebelar contra eles. Isto afetava de forma indireta o culto a deusa *Isis* e ao deus Dionísio. É por isso, que alguns filósofos como Celso, criticavam os cristãos.

As duras críticas que Paulo recebeu dos filósofos de sua época, por sua mensagem de igualdade encontrada em Gálatas 3,28, talvez tenha influenciado a comunidade paulina

¹ Provavelmente, as epístolas pastorais são obras inteiramente pseudônimas e que algum admirador de Paulo que incorporou suas observações autênticas em epístolas que escreveu depois de sua morte Paulo é o escritor aparente da epístola, porém isso tem sido questionado nos últimos duzentos anos. Outra alternativa proposta, é de que um discípulo íntimo de Paulo tenha escrito as cartas, no entanto, alguns estudiosos acreditam que elas não foram escritas por nenhum discípulo e sim por um comentarista simpaticamente desejoso de fortalecer a organização da igreja local contra o gnosticismo (BROWN, 2012, *apud* CHÁVEZ, 2015).

a sugerir em 1 Coríntios 11,7, que a mulher voltasse a ser reconhecida como um ser inferior ao homem, exaltando novamente o sistema de desigualdade (patriarcalista) existente em sua época, negando a simetria entre os gêneros proposta por Paulo em sua carta aos Gálatas 3,28c. Para eles, o homem não deveria cobrir a sua cabeça, porque ele é a “imagem e a glória de Deus”, e a mulher, passaria novamente a representar “a imagem do homem, exaltando novamente o público masculino” (ACEBO, 1998, p. 122).

O sistema piramidal praticado pelo judaísmo no tempo de Paulo estava vivo na sua memória, e por isso, não tinha espaço no novo entendimento de sociedade que estava sendo apresentada pelo cristianismo paulino, em que judeus e gentios, escravos e libertos e homem e mulher poderiam desfrutar dos mesmos direitos de igualdade social. Algo bem diferente do que acontecia no perímetro do império romano e na comunidades em Jerusalém.

Elisabeth Schüssler Fiorenza, através de sua obra: “*En memoria de ella*”, fala da reestruturação do papel da mulher no cristianismo primitivo. Para Fiorenza, devemos compreender o papel evangelizador da Igreja no processo de recuperação da figura da mulher (VIVAS, 2002, p. 694). A preocupação de Fiorenza é com a tradição patriarcalista existente dentro das hermenêuticas bíblicas. Isto pode gerar uma interpretação masculinizada dos textos bíblicos.

Percebe-se que o cristianismo paulino se inicia tendo as mulheres como parte fundante no seu processo de evangelização. É importante ressaltar que elas deixam de ser um problema para a sua comunidade e passam a integrar o trabalho evangelístico apresentado por Paulo. É difícil perceber nos textos bíblicos um cristianismo sem a presença das mulheres. Elas representavam a força do cristianismo. Os cristianismos originários² se voltaram a elas através do canto do Hino batismal descrito em Gálatas 3,26-28, e da mensagem de assimetria entre os gêneros encontrada em Gálatas 3,28c: “[...] Não há homem e mulher”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a problematização do tema abordado, este artigo procurou fazer uma relação entre a arte e belo apresentada pelo Frei confaloni e a proposta apresentada pelo apóstolo Paulo, que tentou através da arte do canto do hino batismal, denunciar as diferenças sociais que existiam em sua época. Tanto Paulo, quanto o frei Confaloni participavam dos mesmos ideias, de um mundo mais justo e igualitário.

Este artigo tentou reproduzir o momento de esperança que ambos os autores tentaram introduzir na sociedade de cada época em que a arte foi elaborada. Um, através

² Nesta pesquisa decidimos chamar de cristianismos originários, a comunidade cristã que surgia no período do primeiro século d.C. Dentre alguns termos exposto pelos estudiosos bíblicos podemos citar alguns, como: Cristianismo Originário, Proto-Cristianismo (*Urchristentum*), Cristianismo Primitivo, Cristianismo Antigo, Novo Testamento, variações de alguns desses nomes no plural (Cristianismos Originários), entre outros (DE SOUZA NOGUEIRA, 2015, p. 35).

da pintura com arte e o outro através do canto de hino anunciado por toda a sua comunidade que participava dos mesmos ideias que o seu. A igualdade entre todos (gênero, social e etnia).

REFERÊNCIAS

ACEBO, Isabel Gómez. Cristianismo y mujer. *Scripta Fulgentina: revista de teología y humanidades*, v. 8, n. 15, p. 115-130, 1998.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. *Antigo e Novo Testamento*. Tradução de Euclides Martins Balancin; Samuel Martins Barbosa [et al]. São Paulo: Editora Paulinas, 1991.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. *Edição Corrigida e Revisada Fiel ao Texto Original*. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 1995.

BRAGA, Eliézer Serra. *A representação da mulher entre Jesus de Nazaré Paulo de Tarso no Cristianismo Primitivo: (I Século EC)*. 2016. 121p. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2016.

CHÁVEZ, David Eliazar Silverio. *A alimentação no contexto da apostasia: Um estudo exegético de 1 Timóteo 4,4 e 5*. 2015, 46p. Seminário Adventista (Mestrado em Teologia Bíblica). Seminário Adventista Latino Americano de Teologia. Engenheiro Coelho, 2015.

DE SOUZA NOGUEIRA, Paulo Augusto. O cristianismo primitivo como objeto da história cultural: delimitações, conceitos de análise e roteiros de pesquisa. *Antíteses*, v. 8, n. 16, p. 31-49, 2015.

DREHER, Carlos A. O Novo Testamento escrito por homens, e a mulher na história da Igreja. *Estudos Teológicos*, v. 30, n. 3, p. 273-287, 1990.

FERREIRA, Joel Antonio. *Paulo, Jesus e os marginalizados: leitura conflitual do Novo Testamento*. Goiânia: Editora da UCG, 2009.

FERREIRA, Antonio Luiz Catelan. “Em que batismo fostes batizados?”(At 19, 3): os testemunhos bíblicos do batismo cristão. *Estudos bíblicos*, v. 28, n. 108, p. 94-106, 2010.

PAVANI, Roney Marcos. “Que queres de mim, mulher?” (Jo 2,4) O papel feminino nas comunidades cristãs dos primeiros séculos. *Dimensões*. n. 45, p. 316-341, 2020.

VIVAS, María del Socorro. La misión de las mujeres en la Biblia. *Theologica Xaveriana*, n. 144, p. 683-697, 2002.

A EMERGÊNCIA DE UMA POLÍTICA DEMOCRÁTICA PAUTADA NUMA EDUCAÇÃO DE IGUAL NATUREZA E A MEDIAÇÃO DA LINGUAGEM

Data de aceite: 01/12/2023

Silva, F.H.

Henning, L.M.P

Universidade Estadual de Londrina - UEL

O objetivo deste trabalho é debater a relação da educação com os temas concernentes à efetivação e consolidação de uma sociedade democrática, enfatizando o uso de um instrumento especial, a linguagem. Para tal finalidade, nossa abordagem se baseou na filosofia de John Dewey, pensador norte-americano que nos ajuda a compreender o nascedouro das indagações oriundas da estrutura da sociedade democrática, uma vez que tais questionamentos permeiam a segurança e a estabilidade social frente aos incidentes e as instabilidades políticas como a que vivemos nos últimos anos, a pandemia da Covid-19. Uma sociedade democrática aposta nas oportunidades iguais a todos os seus cidadãos oferecendo-lhes condições formativas de desenvolvimento, de modo a terem instrumentos eficazes para a lida

com os problemas que irrompem das situações mais dramáticas da existência.

Não obstante, é preciso reforçar o caráter formativo dessas ocorrências em se tratando das experiências adquiridas como por exemplo, a necessidade da adoção de uma postura aprimorada por uma linguagem mais adequada para amenizar e auxiliar as pessoas a terem melhor preparo diante do enfrentamento dos problemas, como também, tendo em vista situações semelhantes que, porventura, possam vir a ocorrer em outros tempos.

A discussão em torno da busca pelo ideal democrático que iremos apresentar a partir do pensamento filosófico de Dewey é pautado também pelos seus desdobramentos como: na educação em geral, a linguagem e na proposta pedagógica da educação progressiva como aposta para uma formação educacional essencialmente democrática oferecida a todas as pessoas indistintamente.

A importância de se analisar alguns conceitos apontados nas obras filosóficas de Dewey foi facilitada pela compreensão

de suas influências quanto ao pensamento reflexivo tais como: na concepção de educação, na experiência, no modo de vida democrático e na linguagem. Através destes pontos, procuramos enfatizar a forma com que Dewey destacava a partir das realidades de seu tempo, as suas preocupações tendo em vista o alcance para um adequado e igualitário processo de desenvolvimento das aptidões humanas em vista das realizações individuais e sua contribuição para com o comunitário.

Por esse motivo, resta-nos saber: Até que ponto é possível um regime enquanto atributo de irrestrita humanização, pautado pela discussão aberta e concreta acerca das problemáticas que atingem a grande parte das pessoas em suas respectivas realidades sociais, econômicas, políticas e culturais, conduzida de forma clara e objetiva, por meio do uso de uma linguagem altamente disseminadora de ideias e propostas?

Concomitantemente, a forma com que temos visto o uso da linguagem de forma descarada e desonesta na disseminação de informações e julgamentos com respeito a inúmeras situações e fatos do cotidiano, colaboram para confundir mais que esclarecer, dividir mais que unir, segregar atitudes de ódio e discriminação aos invés de restabelecer laços é um sinal claro de que a linguagem tem sido utilizada como um muro ao invés de ponte, deixando um sentimento e uma sensação bastante delicada de que este recurso que poderia ser um importante instrumento para consolidar a ligação entre a linguagem e a educação, tem feito exatamente o contrário.

Tendo em vista a dedicação do referido autor na temática da democracia e educação, em cuja relação observamos a importância da linguagem, objetivamos encontrar em seu pensamento os elementos necessários para a compreensão deste fator de nosso interesse. Assim, procedemos situando a linguagem na experiência, uma vez que, para o autor, o ser humano é um ser de experiência e de comunicação, devendo aprimorar tais características pela educação se, de fato, intentar a formação democrática.

Dessa forma, o pensamento pragmatista através da filosofia de John Dewey nos ajuda a pensar e a refletir acerca de como perpassar os modos tradicionais de pensar para fazer um caminho de tessitura, e não de conflito e separação, incorporando à vida cotidiana a criação de novas ideias para lidar com o mundo com o qual vivemos, em um processo de constantes mudanças.

Por esse motivo, é importante ter a compreensão de que, para o estabelecimento de uma forma de vida mais adequada ao convívio entre todos é importante ressaltar o aspecto da formação educacional desde a base no interior do seio familiar e, posteriormente, no âmbito social das relações interpessoais e em seus variados grupos organizados, sejam eles, civis, religiosos, científicos e outras expressões da vida em uma comunidade política, a fim de estabelecer o modo de viver em uma sociedade democrática.

Porém, há que se reforçar que nesse caminho feito por todas as pessoas, que participam desta estrutura social organizada, entendemos assim que, “[...] todos são responsáveis pela condução de seus destinos particulares desde que mantenham em vista

a realização do bem comum. Ademais, exige de cada indivíduo, em sua particularidade, a devida tolerância para com as diferenças de opiniões e crenças” (AMARAL, 1990, p. 65).

A educação em um contexto mais amplo no trato das relações sociais, proporciona a cada indivíduo uma forma de ver o mundo em suas diversas realidades. No seio de um modo de viver democrático,

[...] a vida que se coaduna com os moldes democráticos, requer a crença em certos valores, modos de ação, objetivos que são verdadeiros porque são bons, e são bons porque tornam a vida melhor. Esses valores são aqueles que regulam a conduta. [...] De acordo com as normas da vida social, cada um tem interesse em atuar em comum com seus semelhantes para assim poder sentir-se mais forte, mais eficiente e mais útil à comunidade (AMARAL, 1990, p. 66-67).

Por essa razão, é importante recordar que, segundo Amaral (1990), Dewey entende a sociedade como sendo o processo em que ocorre a associação de experiências, ideias emoções e valores transmitidos e tornados comuns. Em função de seu papel transformador,

A educação pode ser pensada como um dos aspectos mais importantes da cognição humana. Por este processo, ao homem é possível apreender noções comuns e inerentes às peculiaridades de seu grupo social. A capacidade de pensar torna o homem capaz de refletir sobre o mundo e sobre si mesmo, desta forma lhe é fornecido a capacidade de transformar a natureza ao seu redor e se transformar (MENDONÇA; ADAID, 2018, p. 137).

Nesse sentido, Dewey enfatiza, a educação como reconstrução da experiência, em seus esforços de considerar todo o material simbólico que o educando traz de sua vivência exterior à escola, para promover um sentido em sua subjetividade a respeito da vida individual e coletiva já que podemos ter experiências deseducativas uma vez que impedem ou limitam as possibilidades para novas experiências. Ou como diz o nosso filósofo, ao afirmar que “[...] uma experiência pode ser tal que produza dureza, insensibilidade, incapacidade de responder aos apelos da vida, restringindo, portanto, a possibilidade de futuras experiências mais ricas” (DEWEY, 1979, p. 14).

Quando nos propomos a discutir, investigar e compreender o significado das situações e suas repercussões em cada um de nós, observamos que se faz necessário instigar a busca pela solução mais adequada de cada situação a fim de que haja um favorável e considerável crescimento individual e, conseqüentemente, comunitário.

Dentre estes instrumentos que o homem possui, observamos que o fator da linguagem ocupa grande importância na relação com a solução de problemas de caráter comunitário, pois conforme, deste modo, a simbolização e a linguagem permitem que o conhecimento seja condensado e, conseqüentemente, a experiência seja transmitida e transformada (CABRAL, 2016, p. 20). Além disso, Dewey observa na linguagem um fator cultural muito importante, haja vista que com o uso de símbolos em seus respectivos sentidos, torna-se possível planejar e organizar uma ação coletiva que produza amplo alcance e efeitos duradouros a toda uma comunidade (CABRAL, 2016, p. 21).

Assim, buscamos enfatizar que, como necessidade da vida social, o ensinar e o aprender constituem-se como elementos essenciais no processo educacional diante da permanente ocorrência de situações e a consequente circulação de reações, de experiências e de conhecimentos que formam a vida em comum dos homens. Isso lhes permite a contínua renovação de suas existências encaminhadas no processo da reflexão, visto que em “[...] qualquer pensamento reflexivo, há unidades definidas, ligadas entre si de tal arte que o resultado é um movimento continuado para um fim comum” (DEWEY, 1979, p. 14).

Enquanto recorremos a uma abordagem das relações entre a linguagem e a experiência para o desenvolvimento de uma efetiva educação democrática cabe salientiar que tal processo só poderá ocorrer na medida em que as pessoas detiverem em si mesmas a busca por consolidar o ideal democrático, não apenas como um discurso demagógico mas, concretamente realizável e assumido por todos, haja vista que isso possibilitará construir uma sociedade que, apesar de suas inúmeras diferenças de ideias, posicionamentos ideológicos, religiosos, raciais e tradições que a constituem, compreende a necessidade de uma senso comunitário.

Por isso, enalteçemos o aspecto do ideal democrático, tendo em vista que o ser humano enquanto ser social, está em constante interação e contato com os demais e há uma troca de ideias, pensamentos e reflexões. Tais fatores se incorporados a um modo de vida compartilhados e em torno dos interesses comuns, poderão promover por meio do pensamento reflexivo, a consolidação e a constituição de uma sociedade com ideais democráticos bem ajustados segundo os quais todos poderão desenvolver suas aptidões e potencialidades para contribuir com esse corpo social.

Ressaltamos ainda que o ideal democrático fortemente defendido por Dewey, se apoia na ideia de igualdade que carrega consigo outro propósito igualmente imprescindível para sua concretização, o ideal de liberdade. Este ideal que apontamos se circunscreve no tocante às relações humanas haja vista que a liberdade está inserida de acordo com os padrões verdadeiramente democráticos de viver. Desta forma, identificamos que algumas atitudes podem ser consideradas como uma afronta à liberdade e, conseqüentemente, à forma democrática de vida como a intolerância, os insultos por divergências de opiniões políticas, religiosas ou comerciais, bem como por diferenças de raça, cor, situação financeira ou grau de cultura.

Este fator nos mostra o seu caráter mais efetivo ao refletirmos que cada um de nós, enquanto cidadãos, somos responsáveis pela condução de nossos destinos particulares a fim de que alcancemos a realização do bem comum mediante a prática da tolerância frente às diferenças de opiniões e crenças que existem no interior de uma sociedade.

Além disso, devemos ter em mente que o ideal de uma sociedade vislumbrada e desejada por Dewey carrega consigo um sistema de valores pertinentes a este modo de viver em sociedade, que regem a ação e tornam a vida melhor num modo democrático de

viver. Este é um ponto crucial nesta discussão, pois é o que garantirá um perfil identitário de uma educação diferenciada de outros modelos que se colocam, muitas vezes, em oposição ao modelo democrático.

E, para que se alcance o ideal de vida no interior da sociedade democrática, caberá ao homem dotado de sua inteligência permitir que se estabeleça entre os seres humanos a comunicação livre e plena entre os indivíduos, conferindo realidade à opinião comum, à vida social, portanto, estabelecer a necessidade de uma combinação entre a inteligência humana e da vida comunal, no terreno da democracia.

Tendo em vista a busca por um modo de viver adequado e apropriado para que todos possam alcançar suas metas sustentados por suas aptidões e capacidades, o ser humano através da linguagem, seja ela verbal ou não, considera as experiências que, ao serem compartilhadas, possibilitam aumentar o nível de conhecimento com outras pessoas e, conseqüentemente, a preparação para novas situações que venham a ser encontradas.

Ao estudar o pensamento de Dewey pudemos observar que sua filosofia trouxe uma grande contribuição à discussão quanto aos conteúdos escolares e sua respectiva relação com o ambiente externo pois, entendemos que o filósofo

[...] trouxe o mundo para dentro da escola e reconstruiu dentro dos muros escolares a sociedade na qual os alunos viviam, propiciando a experiência de cada um deles em uma vivência o mais próximo possível da realidade que os cercava (LINS, 2015, p. 27).

A relação entre a linguagem e a educação deve favorecer o crescimento intelectual a partir das experiências compartilhadas, tendo como aporte as disciplinas tomadas como ponte entre estas experiências e o conteúdo do ensino escolar. Também, enfatizamos nesse contexto, o papel do professor como mediador e colaborador na aquisição de um conhecimento mais prático às vivências trazidas em sala de aula. Nesse sentido, precisamos observar que

Quando a aquisição de conhecimentos e a aptidão intelectual técnica não influem a criar uma atitude mental social, a experiência vital ordinária deixa de ganhar maior significação, ao passo que, na mesma proporção, o ensino escolar cria homens meramente “eruditos”, isto é, especialistas egoístas (DEWEY, 1959, p. 8-9).

As influências que determinados ambientes provocam no indivíduo, e mais especificamente, no interior do ambiente escolar, permitem entender que as palavras “[...] “ambiente” e “meio” denotam alguma coisa mais do que o lugar em que o indivíduo se encontra. Indicam a particular continuidade entre o meio e as próprias tendências ativas do indivíduo” (DEWEY, 1959, p. 12).

Ao fazermos menção da influência de determinados “meios” na vida social dos indivíduos, entre estes citamos o meio escolar, fica evidente que estando em contato com várias pessoas como professores e colegas de estudo “[...] é inevitável alguma participação

na vida daqueles com quem o indivíduo se acha em contato, por essa participação o ambiente social exerce um influxo educativo ou formativo, independentemente de qualquer propósito intencional” (DEWEY, 1959, p. 18).

Além disso, precisamos salientar que “[...] as escolas continuam sendo o exemplo típico do meio preparado para influir na direção mental e moral dos que a frequentam (DEWEY, 1959, p. 20) e, por sua vez, cumpre à escola, “[...] proporcionar um ambiente simplificado [...] utilizando-se dos elementos adquiridos como meio de conduzi-los ao sentido e compreensão real das coisas” (DEWEY, 1959, p. 21).

Destacamos também que, através de uma educação intencional, por meio de matérias e métodos estabelecidos e apropriados a incentivar o crescimento na direção desejada, contribui para que as aptidões individuais sejam postas em vista do benefício da comunidade em geral. Dentre outros instrumentos possíveis para alcançarmos determinado fim de uma boa convivência e a máxima transformação da vida social, com a linguagem “[...] conseguimos participar largamente da passada experiência humana, dilatando e enriquecendo assim a experiência do presente” (DEWEY, 1959, p. 41).

Por essa razão, também vemos que nosso filósofo destaca que “[...] o objetivo da educação é habilitar os indivíduos a continuar sua educação – ou que o objeto ou a recompensa da educação é a capacidade para um constante desenvolvimento” (DEWEY, 1959, p. 108).

Com o intuito de combater a formação meramente técnica, percebemos que o pensamento de Dewey analisa a estrutura da educação tradicional e identifica que ela se distancia da ideia de relacionar as matérias de estudo com a sua utilidade no ambiente extraescolar. Assim, Dewey reforça a necessidade de alertar aos educadores que a partir do contato com os estudantes “[...] se formule a experiência para que seja comunicada” (DEWEY, 1959, p. 6) a tal ponto que faça perceber que “[...] para aqueles que dela participam, toda a prática social que seja vitalmente social ou vitalmente compartilhada é por sua natureza educativa” (DEWEY, 1959, p. 6).

Deste modo, Cunha (1994) entende que, para Dewey, o aprendizado genuíno que ocorre na relação do indivíduo e sua participação nas experiências compartilhadas terá, conseqüentemente, implicações de cunho político.

Por essa razão, Dewey entende que a linguagem se torna uma espécie de ponte que une a existência à essência e que, em caso contrário, esse hiato seria artificial. Tal afirmação ganha maior força exatamente no exemplo que o filósofo diz em sua obra *Experiência e Natureza* (1980): “Até a muda agonia de uma dor constitui-se numa existência significativa quando puder ser designada e tornada discursiva; cessa de ser simplesmente opressiva e torna-se importante; ganha importância pelo fato de tornar-se representativa” (DEWEY, 1980, p. 30)

Além disso, para Dewey, a linguagem possui um papel transformador no que diz respeito à interação e às instituições sociais de tal modo que, associada às percepções, sentimentos e ideias fornece novos elementos de conhecimento. Como ele mesmo nos diz,

Por causa do conversar, dar e receber social, posturas orgânicas várias passam a constituir uma reunião de pessoas ocupadas em conversar, conferenciando umas com as outras, em trocar experiências diversas, em ouvir-se mutuamente, bisbilhotando, acusando e escusando. Através do falar, uma pessoa identifica-se com atos e feitos potenciais (DEWEY, 1980, p. 31).

Em virtude disto, reforçamos o quanto a educação se torna um importante elemento que expande nossos horizontes de conhecimento e por meio da troca de experiências, seja entre os educandos como também com o professor, pode vir a ocorrer uma nova experiência que ajude a vislumbrar a organização da sociedade democrática que se almeja viver. Tal empreendimento faz entender que

À educação importa a necessidade vital de reconstruir ou reorganizar ou reviver a experiência democrática, a única em conformidade com a experiência de viver. A democracia é uma forma pessoal de vida, controlada não apenas pela fé na natureza humana em geral, mas também pela fé na capacidade que os seres humanos possuem de julgar e agir inteligentemente, quando condições apropriadas lhes são fornecidas (AMARAL, 1990, p. 81).

Para Dewey, a educação é uma atividade que modela os seres na forma desejada de atividade social, e deste modo nos ajuda a compreender que a educação significa o processo de dirigir, de conduzir ou de elevar. Sob esse ponto de vista, há um risco a ser considerado em condicionar o ser humano a um determinismo que não lhe permitirá desenvolver-se e atuar com liberdade dentro de uma sociedade e nos grupos de contato e, assim, poderá haver uma forma de educação a ser oferecida ao jovem que, acarrete em ações educativas humanizadoras ou não, democráticas ou antidemocráticas.

Com isso, deve-se buscar fortalecer que a educação deva ser vista como o instrumento de continuidade da vida social, cuja realização se dá a partir da ação dos adultos no processo de transmissão via comunicação, dada a importância da linguagem para a aquisição do conhecimento, sendo por essa razão, um importante recurso de reflexão e continuidade de valores e ideais pertencentes ao estrato social em que os mais jovens pertencem. Nesse contexto, Dewey afirma que

[...] a educação é a continuação da vida social que acontece por introjeção de valores que são transmitidos de geração a geração através da experiência e pelo processo de comunicação entre os grupos sociais. Dessa forma, educar significa transmitir às gerações mais novas os valores e as experiências vivenciadas socialmente, cuja base de transmissão efetua-se por meio da comunicação dos mais velhos para os mais novos, através dos procedimentos de pensar, de sentir e de agir humanamente (DEWEY, 1979, p. 10).

Portanto, é por meio da educação que os homens, relacionando-se uns com os outros, de várias formas, educam-se e se aperfeiçoam mutuamente, cujo inter-relacionamento confere à educação maior força e resultados mais eficazes.

Na visão filosófica do autor, a finalidade da educação se confunde com a finalidade da vida. A educação é o processo de assegurar a continuidade das experiências e que

estas venham proporcionar aos jovens “[...] adquirir hábitos melhores, de modo que a futura sociedade seja mais perfeita que as suas próprias sociedades atuais” (DEWEY, 1959, p. 85). A educação democrática é algo que desejamos que aconteça, porque julgamos que a vida democrática propicia o melhor para a experiência atual e futura da humanidade, por ser o único modo de vida que permite crescimento individual e comunitário.

Entendemos que a educação preconizada por John Dewey é essencialmente pragmática e instrumentalista, isto é, uma educação em que o conhecimento se torna uma experiência livremente aproveitável em outras experiências. Para este pensador, a experiência concreta da vida se apresenta sempre diante dos problemas que a educação poderia ajudar a resolver. Assim, a educação vista por Dewey como um importante instrumento para a vida carrega consigo a busca pelo crescimento do indivíduo que se traduz como vida reflexiva que deve ser exercitado constantemente.

Para Dewey a educação é considerada o instrumento que dá a continuidade à vida, que ajuda o homem a enfrentar as dificuldades da vida, no intuito de superá-las tanto no meio como na sociedade, para manter um bem estar. Com o desenvolver da sociedade, observava-se que, antes, os ideais e costumes, mensurados pela sociedade, giravam em torno dos mais velhos, considerados como os detentores de grande sabedoria. Agora, não desprezando a experiência de vida dos mais velhos, a educação habilitou este esforço a pessoas que passam por todo um itinerário formativo e a cada indivíduo que vai de encontro à cultura. Essa educação prioriza muito a continuidade social do grupo que fundamenta o educar como questão essencial (CAFÉ, 2013, p. 2).

Por esse motivo, na sociedade democrática, de fato, a educação se encarregará de transmitir as coisas que as pessoas possuem em comum umas com as outras e que propiciam a vida em comunidade. Pois, a sociedade não é constituída apenas pelo convívio próximo entre as pessoas, e sim pelos fins que elas possuem em comum.

Logo, para Dewey (1959, p. 6), a vida social é educativa tendo em vista que nela, por meio da comunicação, as pessoas estão constantemente adquirindo e compartilhando as experiências, gerando o sentimento da responsabilidade, obrigando-nos a falar e a pensar com cuidado e exatidão.

Dessa forma, “A educação para Dewey tem como sua missão fundamental a formação de uma sociedade democrática, e se concretiza por meio de escolas nas quais esse conceito seja vivenciado pelos alunos” (LINS, 2015, p. 37). Por essa razão, salientamos que

Nada mais atual do que a questão da democracia nas sociedades e o papel das escolas de formar cidadãos. Permanece, pois, em nossos dias o significado da escola no que se refere à desejada construção de uma sociedade democrática (LINS, 2015, p. 38-39).

REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria Nazaré de Camargo Pacheco. **Dewey: filosofia e experiência democrática**. São Paulo: Perspectiva; Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

CAFÉ, Laércio de Jesus. **Teoria da Experiência, contribuições de Dewey para a Filosofia da Educação**. Revista AvePalavra. WWW2.UNEMAT.BR/AVEPALAVRA

DEWEY, John. **Como pensamos**. Trad. de Haydée Camargo Campos. 4. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1979.

_____. **Democracia e educação: Introdução à Filosofia da Educação**. Trad. de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1959.

_____. **Experiência e educação**. Trad. de Anísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

_____. **Experiência e natureza**. Trad. de Murilo Otávio Rodrigues Paes Leme. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. **Vida e Educação**. Trad. de Anísio Teixeira. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

LINS, Maria Judith Sucupira da Costa. **A Filosofia da Educação de John Dewey: reflexões e perspectivas atuais para a escola brasileira**. *Filosofia e Educação*. Vol. 7, n. 2. Campinas, SP. jun-set, 2015, p. 19-46.

MENDONÇA, Samuel; ADAID, Felipe Alves Pereira. **Experiência e Educação no pensamento educacional de John Dewey: teoria e prática em análise**. Revista Prometeus. Ano 11 n. 26 – jan. – maio, 2018, p. 135-150.

ANÁLISE CRÍTICA DO ARGUMENTO DA MATURIDADE COGNITIVA E PSICOSSOCIAL PARA A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Data de submissão: 26/10/2023

Data de aceite: 01/12/2023

Thiago Sandrini Mansur

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Espírito Santo
Cachoeiro de Itapemirim-ES
<https://orcid.org/0000-0001-7565-2001>

Edinete Maria Rosa

Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória-ES
<https://orcid.org/0000-0003-4279-8308>

RESUMO: Neste trabalho buscou-se examinar a coerência dos argumentos relacionados ao desenvolvimento intelectual e socioemocional de adolescentes como justificativa para a redução da maioridade penal. Foram analisadas 59 Propostas de Emenda à Constituição, que tramitaram no Congresso Nacional de 1989 até 2015, a respeito do tema. Destas, 52 utilizaram o argumento de que adolescentes teriam maturidade suficiente para discernirem o certo e o errado em suas condutas e, conseqüentemente, serem julgados e punidos como adultos pela justiça criminal. Entretanto, as evidências científicas nacionais e internacionais sobre desenvolvimento cognitivo e psicossocial indicam que, embora adolescentes de 16

anos ou menos tenham capacidade de raciocínio lógico semelhante à dos adultos, o mesmo não acontece em termos de tomada de decisão, sobretudo, em situações marcadas por tensão emocional, influência dos pares e de projeção futura sobre as conseqüências de seus atos. Conclui-se que as alegações apresentadas pelos parlamentares carecem de fundamentação empírica e, portanto, devem ser refutadas.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescentes e violência; Maioridade penal; Maturidade; Desenvolvimento humano.

CRITICAL ANALYSIS OF THE COGNITIVE AND PSYCHOSOCIAL MATURITY ARGUMENT FOR REDUCING THE AGE OF CRIMINAL MAJORITY

ABSTRACT: In this paper, we sought to examine the coherence of the arguments related to the intellectual and socio-emotional development of adolescents as a justification for lowering the age of criminal majority. 59 Proposals for Amendments to the Constitution were analyzed, which were processed in the National Congress from 1989 to 2015, on the subject. Of these, 52 used the argument that adolescents would be mature enough to discern right

and wrong in their behavior and, consequently, be judged and punished as adults by the criminal justice system. However, national and international scientific evidence on cognitive and psychosocial development indicates that, although 16-year-old adolescents and younger have logical reasoning skills similar to adults, the same does not happen in terms of decision-making, especially in situations marked by emotional tension, peer influence and future projection on the consequences of their actions. In conclusion, these allegations presented by the parliamentarians lack empirical foundation and, therefore, must be refuted.

KEYWORDS: Adolescents and violence; Age of criminal majority; Maturity; Human development.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte de uma das pesquisas que compõem a tese de doutorado em Psicologia do autor principal (MANSUR, 2019), que foi orientado pela coautora. Nele são discutidos aspectos pertinentes ao desenvolvimento cognitivo e psicossocial de adolescentes e sua relação com o tratamento dado pela justiça criminal. Neste sentido, ele se insere nos debates em torno das propostas de mudança nas legislações criminais no país e, mais especificamente, das justificativas apresentadas pelos parlamentares para o que se convencionou chamar de “redução da maioria penal” (MANSUR et al., 2019; MANSUR; ROSA, 2021).

A expressão *maioridade penal* remete ao conceito jurídico de imputabilidade, que diz respeito à atribuição de culpa a uma pessoa pelo cometimento de um ato ilícito (CUNHA, 2019). Considera-se imputável a pessoa que possui inteira capacidade para entender que infringiu a lei e de se conduzir em conformidade com este entendimento (CAPEZ, 2012). Assim, duas pré-condições são indispensáveis para determinar se uma pessoa pode ser julgada inteiramente capaz pelos seus atos diante da justiça criminal: 1) o elemento cognitivo ou intelectual: a capacidade de o sujeito entender que sua conduta é ilícita; e 2) o elemento volitivo-emocional ou psicossocial: a capacidade de o sujeito agir de acordo com este entendimento (NUCCI, 2013). Para Capez (2012) e Cunha (2019), a inimputabilidade pode resultar de (a) transtorno mental severo e persistente, (b) embriaguez acidental e embriaguez patológica ou (c) desenvolvimento mental incompleto, sendo que adolescentes se enquadram neste último critério.

A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e o Código Penal brasileiro de 1940, revisado em 1984, asseveram que indivíduos com menos de 18 anos de idade são inimputáveis justamente porque subentendem que eles não podem ser enquadrados nas duas pré-condições elencadas anteriormente (CAPEZ, 2012; CUNHA, 2019; NUCCI, 2013). Ademais, há também uma questão de direcionamento da política criminal, pois, à época em que estas leis foram concebidas, optou-se por considerar adolescentes como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (SARAIVA, 2016). Cabe ressaltar que esta opção política está lastreada na doutrina de proteção integral,

conforme afirmada na Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança – CDC (ONU, 1989), a qual preconiza que adolescentes (inseridos aqui na categoria mais ampla de “criança”) são sujeitos de direitos que devem ser protegidos pela família, pela sociedade e pelo Estado, sendo-lhes garantido o pleno desenvolvimento, livres de todas as formas de violência, negligência ou exploração.

A doutrina de proteção integral preconiza, ainda, que adolescentes autores de atos infracionais devem ser responsabilizados por suas condutas em conformidade com seu desenvolvimento, incentivando a criação de sistemas de justiça da infância e da juventude, separados da justiça criminal comum (ONU, 1985). Dessa maneira, embora inimputáveis, os adolescentes são responsabilizados por suas condutas, tendo em conta que o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a execução de medidas socioeducativas, que vão desde advertência até a privação de liberdade (BRASIL, 1990). Assim sendo, o estabelecimento da idade de maioridade penal marca uma fronteira entre a infância – no sentido lato – e a idade adulta (MANSUR; ROSA, 2021). Por um lado, os adultos são tidos como plenamente desenvolvidos e, por conta disso, julgados pela justiça criminal. Por outro lado, os adolescentes são considerados sujeitos em desenvolvimento que, conseqüentemente, são submetidos aos trâmites da justiça infantojuvenil.

Ocorre que, na contramão da doutrina de proteção integral e das leis brasileiras em vigência na atualidade, tramitam no Congresso Nacional diversas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) sobre a diminuição da idade de maioridade penal para 16 anos ou menos. Na prática, a aprovação desse novo marco etário para a imputabilidade resultaria no tratamento penal de adolescentes como se fossem adultos, uma vez que deixariam de ser processados e julgados na justiça infantojuvenil e passariam para a justiça criminal comum.

As PECs são documentos legislativos que propõem uma mudança constitucional. Elas são identificadas pelo ano em que foram publicadas e por um número, que é atribuído de acordo com a ordem de apresentação à Câmara dos Deputados ou ao Senado Federal. Além disso, elas são acompanhadas de um texto argumentativo, chamado justificção, em que o proponente argumenta os motivos pelos quais a Constituição deve ser alterada (MANSUR; ROSA, 2021). Em favor das PECs sobre a redução da maioridade penal muitos parlamentares argumentam que adolescentes nesta idade já seriam suficientemente maduros para terem discernimento de suas condutas e de agirem em conformidade com este discernimento. Assim, a questão é saber se, de fato, estes argumentos são consistentes com a realidade ou não. Tendo em vista estas considerações, objetiva-se analisar, à luz da literatura científica nacional e internacional, a consistência dos argumentos de que os adolescentes seriam suficientemente maduros para serem julgados como adultos e receberem tratamento punitivo equivalente ao deles.

MÉTODO

Conduziu-se uma pesquisa qualitativa, descritiva e documental, com fontes primárias. Para tanto, realizaram-se buscas nas páginas virtuais do Congresso Nacional, a saber <http://www.camara.leg.br> e <http://www.senado.leg.br>, e nos respectivos diários oficiais disponíveis na internet. Nestas buscas foram utilizadas sempre as mesmas palavras-chave: “maioridade penal” e “Proposta de Emenda à Constituição”. Todas as PECs encontradas foram incluídas no estudo, mesmo as que não estavam mais em tramitação. Por outro lado, foram excluídos os demais documentos anexos, tais como pareceres, relatórios e outros documentos de natureza diversa aos projetos legislativos em si. A íntegra desse material foi reunida em um banco de dados, disponível no endereço eletrônico <https://www.kaggle.com/thiagosandrini Mansur/proposals-to-amend-the-constitution-on-acr-in-br>, para que outros pesquisadores e demais interessados possam conferir-lo.

Os dados das PECs foram extraídos para uma planilha padronizada no *MS Excel* contendo informações sobre o número da proposta, o ano de publicação, a casa legislativa em que o documento se originou (Câmara dos Deputados ou Senado Federal) e o texto da justificção. Eles foram analisados por meio do método da análise de conteúdo temática (BARDIN, 2011; BRAUN; CLARKE, 2006). Neste método, inicialmente, realizaram-se leituras flutuantes de todo o material coletado, em vistas de os pesquisadores aproximarem-se de seu conteúdo. Na segunda fase, procederam-se leituras aprofundadas do material, repetidas vezes, agora com foco nos textos das justificções das PECs. Estes textos foram codificados em ideias gerais (palavras ou frases) que resumiam seus principais argumentos. Por exemplo, os trechos “[...] a realidade de nossos dias demonstra que o adolescente com idade de dezesseis anos já possui discernimento suficiente para avaliar os danos que causa os atos ilícitos, bem como crimes, que pratica [...]” (BRASIL, 1996, p. 1), “[...] um jovem atinge maturidade suficiente para responder por seus atos [...], em especial por vivermos na era da informação, em que adolescentes são expostos a todo tipo de conhecimento [...]” (BRASIL, 2004, p. 2) e “O noticiário da imprensa diariamente publica que a maioria dos crimes de assalto, de roubo, de estupro, de assassinato e de latrocínio, são praticados por menores de dezoito anos [...]” (BRASIL, 1993, p. 2) foram codificados, respectivamente, da seguinte maneira: “*o adolescente sabe discernir o certo e o errado em suas condutas*”, “*o adolescente tem maturidade para ser responsabilizado como adulto porque tem informações suficientes*” e “*a mídia divulga que os adolescentes são os principais responsáveis pela violência*”. Posteriormente, as ideias codificadas foram reunidas por proximidade semântica, compondo categorias temáticas mutuamente excludentes entre si. Dessa maneira, cada trecho foi inserido em apenas um tema. Entretanto, levando-se em conta que um mesmo documento possuía diversos trechos com significados diferentes, uma proposta pode ser classificada em mais de uma categoria temática.

A partir daí, nomearam-se os temas buscando apreender os principais sentidos de cada um deles, a saber: a) maturidade, consciência e discernimento; b) impunidade; c) insegurança; d) mídia e opinião pública; e) fundamentos jurídicos. Em *maturidade, consciência e discernimento*, foram agregados os trechos das justificativas em que os parlamentares afirmam que os adolescentes teriam maturidade suficiente para entender a ilicitude dos seus atos. Designaram-se como *impunidade*, os argumentos que sustentam que as leis atuais não punem os adolescentes autores de atos infracionais. No tema da *insegurança*, reuniram-se os trechos em que deputados e senadores asseguram que os adolescentes são responsáveis pela sensação de insegurança na sociedade. Em *mídia e opinião pública*, estão agrupados os argumentos de que os meios de comunicação mostram que a violência estaria aumentando por causa dos adolescentes e de que a opinião pública é favorável à redução da maioria penal. Na categoria temática *fundamentos jurídicos* estão reunidas as supostas bases legais para a aprovação das PECs.

Considerando-se os procedimentos metodológicos, bem como a organização dos temas das justificações, as codificações exemplificadas anteriormente foram inseridas, respectivamente, nas categorias temáticas *a*, *a* e *d*. Por fim, após os processos de codificação e categorização, realizaram-se interpretações e inferências sobre o material analisado. Cabe ressaltar que, em conformidade com o objetivo deste estudo, os resultados e as discussões serão centralizados somente no tema da maturidade, consciência e discernimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a realização das buscas nas bases de dados, e levando em conta os critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, foram encontradas 60 Propostas de Emenda à Constituição sobre redução da maioria penal. Tendo em vista que havia duplicidade em um dos documentos, 59 PECs foram objeto de análise. Em 52 delas os parlamentares utilizaram o tema da *maturidade, consciência e discernimento* em suas justificações (Tabela 1), perfazendo 88,1% do total de propostas analisadas. Conforme exposto anteriormente, neste tema o argumento é o de que os adolescentes são suficientemente maduros e possuem capacidade de entendimento para distinguir o certo e o errado em suas condutas, o que, segundo os parlamentares, justificaria diminuir a idade de imputabilidade penal.

Origem	Número/Ano	Total
Câmara dos Deputados	14/1989, 171/1993, 37/1995, 91/1995, 301/1996, 386/1996, 426/1996, 531/1997, 68/1999, 150/1999, 167/1999, 169/1999, 633/1999, 260/2000, 321/2001, 582/2002, 79/2003, 137/2003, 179/2003, 242/2004, 272/2004, 302/2004, 327/2004, 345/2004, 489/2005, 48/2007, 73/2007, 85/2007, 87/2007, 125/2007, 399/2009, 57/2011, 223/2012, 228/2012, 273/2013, 279/2013, 332/2013, 438/2014, 25/2015, 32/2015.	40
Senado Federal	7/1993, 15/1996, 18/1999, 20/1999, 3/2001, 26/2002, 90/2003, 9/2004, 26/2007, 74/2011, 83/2011, 21/2013.	12

Tabela 1 – PECs em que o tema da maturidade, consciência e discernimento foi utilizado.

Fonte: elaborada pelos autores.

Nos exemplos a seguir encontram-se frequentemente a ideia de que ao longo das últimas décadas a sociedade passou por diversas transformações, impulsionadas pela evolução dos meios de comunicação, pelos avanços tecnológicos e pelo maior acesso à informação e à educação formal. Seguindo o raciocínio deste argumento, que é o centro da categoria temática em análise, todas essas transformações proporcionariam aos adolescentes maior consciência de seus atos, e em idade precoce, comparado aos jovens de épocas anteriores.

No mundo contemporâneo, os adolescentes alcançam a **maturidade** muito antes do que os de gerações anteriores, para isso contribuindo todo um complexo de fatores de natureza familiar e educacional, além do desenvolvimento extraordinário dos meios de comunicação social e da informática. [...] O jovem contemporâneo de dezesseis anos já é **plenamente consciente** dos atos que pratica, dispo de informações e conhecimento inimagináveis. (BRASIL, 1997, p. 2, grifo nosso)

[...] não podemos considerar que atualmente, em um mundo moderno e globalizado em que vivemos, um jovem de dezesseis anos não possua **maturidade suficiente** para entender a gravidade dos seus atos. A sociedade evoluiu e com ela vários conceitos deixaram de ser verdades absolutas e esse é mais um deles. (BRASIL, 2012, p. 3, grifo nosso)

[...] nos últimos sessenta anos, ocorreu um processo de inegável **amadurecimento** dos nossos adolescentes. No mais das vezes e, sobretudo, nos centros urbanos, um jovem de dezesseis anos, nos dias atuais, detém informações, conhecimento, experiência de vida que lhe permitem **discernir** sobre a natureza lícita ou ilícita de seu comportamento. Conhece a realidade e tem condições de comportar-se, diante dela, com senso de responsabilidade. (BRASIL, 2002, p. 1, grifo nosso)

A crescente urbanização da população brasileira e a quase universalização da educação básica, acompanhadas do amplo acesso aos meios de comunicação, têm propiciado a nossos jovens conhecimento cada vez mais precoce sobre seus direitos e deveres de cidadão, contribuindo para acelerar seu processo de **amadurecimento** social, e tornando-os aptos a agir em conformidade com as leis vigentes (BRASIL, 2011, p. 2, grifo nosso).

A partir dos destaques nas citações, infere-se que os legisladores atribuem um sentido comum às palavras *maturidade, consciente, amadurecimento, discernir*. Este sentido

comum remete à ideia de que os adolescentes teriam condições de entender o caráter ilícito de suas condutas e agir de acordo com este entendimento, e que, por isto, deveriam ser responsabilizados criminalmente como adultos. A este respeito, conforme já explicitado, existem duas condições necessárias para determinar se uma pessoa é imputável ou não: uma tem caráter intelectual ou cognitivo e a outra, volitivo-emocional ou psicossocial (NUCCI, 2013). A primeira condição diz respeito ao entendimento, ou seja, o indivíduo saber se uma conduta é ilícita. A segunda versa sobre a maturidade para “determinar-se de acordo com esse entendimento” (BRASIL, 1984, art. 26). Assim, a inexistência de pelo menos uma das duas condições é suficiente para decretar a inimputabilidade (NUCCI, 2013). E é em vistas delas que se compreende o porquê de os parlamentares utilizarem frequentemente o tema da maturidade, consciência e discernimento.

Conforme McDiarmid (2013), uma definição justa de imputabilidade requer o entrelaçamento de diversos conceitos do Direito com noções da Psicologia do Desenvolvimento e das Neurociências, dentre outras áreas. Este autor ressalta que, embora não seja possível fazer uma transposição integral entre estes diferentes campos do saber, é possível estabelecer minimamente um diálogo entre eles no que diz respeito ao tema em discussão. Dessa forma, compreende-se que a “capacidade de entender o ato ilícito” – ou, como alguns parlamentares dizem, distinguir o certo e o errado – está relacionada à conjugação da competência para o exercício do raciocínio lógico-abstrato com o desenvolvimento do juízo moral. Por sua vez, “determinar-se de acordo com esse entendimento” (evitar uma conduta ilícita diante de uma situação concreta) pode ser compreendida como resultado do desenvolvimento de aspectos da maturidade psicossocial relacionados à tomada de decisão, tais como a avaliação de situações perigosas, influência dos pares, perspectiva temporal (pensar nas consequências futuras a médio e longo prazo), etc. Em todos estes casos, a literatura científica nacional e internacional fornece informações importantes que podem auxiliar na definição das bases desse diálogo entre saberes, e, por conseguinte, na discussão sobre a categoria temática em análise.

Menin (2003) realizou uma pesquisa com estudantes (média de 15 anos de idade) e demonstrou que estes possuem capacidade cognitiva para distinguir entre infrações leves e condutas ilícitas mais graves. Wagland e Bussey (2017) desenvolveram um estudo com adolescentes australianos de 12 anos de idade e alcançaram resultados semelhantes. Moreira et al. (2015) e Rique et al. (2013) estudaram o juízo moral em adolescentes e jovens brasileiros em diferentes contextos histórico-políticos, concluindo que todos os grupos pesquisados se encontram em conformidade com o nível de desenvolvimento moral esperado para suas faixas etárias. Tomadas em conjunto, estas pesquisas apontam que, do ponto de vista do desenvolvimento cognitivo e moral, os adolescentes demonstrariam níveis de capacidade para discernir “o certo e o errado” próximos dos apresentados pelos adultos.

Entretanto, a avaliação das chances de engajamento em atos infracionais nas

situações da vida real não se resume à verificação das habilidades de raciocínio lógico e de julgamento moral. Essa avaliação leva em conta, sobretudo, a identificação das influências de fatores psicossociais importantes para a tomada de decisão, tais como controle da impulsividade, regulação das emoções, resistência à influência dos pares e adiamento de gratificação (STEINBERG, 2007; ASH, 2012). Assim, considerando que as pesquisas mencionadas anteriormente foram realizadas sob condições em que é praticamente nula a influência desses fatores psicossociais, elas não examinaram aspectos relacionados ao desenvolvimento da maturidade dos adolescentes determinarem-se de acordo com seu entendimento, ou seja, a segunda condição necessária à atribuição de imputabilidade.

A este respeito, Fried e Reppucci (2001) verificaram a influência de fatores psicossociais (perspectiva temporal, influência dos pares, percepção de risco e maturidade psicossocial) sobre a tomada de decisão criminal por adolescentes. Os resultados apoiam a hipótese de que existem diferenças de desenvolvimento nos fatores que presumidamente influenciam a tomada de decisão em situações criminais, dentre os quais a influência dos pares. Por outro lado, os pares também podem exercer papel importante no abandono das práticas ilícitas (METTIFOGO et al., 2015), bem como na prevenção e na educação contra a violência (SANTOS; MURTA, 2016).

Outros estudos mostram que enquanto a capacidade de raciocínio lógico e de juízo moral alcança relativa maturidade já no meio da adolescência, o amadurecimento psicossocial só é obtido entre os 22 e 25 anos de idade (SEMPER; ALONSO, 2017; STEINBERG, 2009). Este desequilíbrio entre os processos de desenvolvimento cognitivo-moral e psicossocial resulta em uma vulnerabilidade maior dos adolescentes aos comportamentos de risco, inclusive numa tendência mais elevada para o cometimento de infrações às normas (STEINBERG, 2007), apesar de, na maioria das vezes, isto se concretizar em transgressões de menor gravidade (CUNHA et al., 2006). Dessa forma, embora aos 16 anos de idade os adolescentes já apresentem habilidades cognitivas de processamento de informações e raciocínio lógico próximas às dos adultos, o mesmo não ocorre com a autorregulação dos comportamentos, sobretudo em situações que envolvam aspectos emocionais (STEINBERG, 2009). Em outras palavras, os adolescentes entendem e distinguem as situações (o certo e o errado), contudo apresentam-se imaturos para se conduzirem de acordo com este entendimento, especialmente em contextos marcados por situações de pressão/tensão emocional.

Baird e Fugelsang (2004) mostram que adolescentes têm maior dificuldade em realizar raciocínios contrafactuais (*counterfactual reasoning*), isto é, pensar em alternativas para seus comportamentos. Isto resulta em uma imaturidade para prever outras possibilidades de ação diante de circunstâncias que demandem respostas diferentes, sobretudo quando envolvem a articulação do raciocínio com as emoções, como nos casos de tensão e estresse, por exemplo. Estes autores afirmam que, em termos práticos, isto poderia significar uma diminuição da culpabilidade, haja vista que é um componente importante

para apreciar as potenciais consequências das ações. Delmage (2013) argumenta não ser possível a transposição integral destes achados científicos para conclusões em termos legais, pois estes resultados mostram associações entre variáveis, e não relações causais. Ainda que faça esta ponderação, Delmage (2013) sugere que a maior vulnerabilidade dos adolescentes no engajamento em condutas de risco é resultado da diferença entre o ritmo de desenvolvimento das distintas áreas cerebrais, embora, como já exposto, na maioria das vezes essas condutas não resultem em infrações graves às leis criminais. Neste sentido, estudos no campo das Neurociências apontam que, durante o período entre a puberdade e a vida adulta, também há maior tendência à busca por sensações, elevada suscetibilidade à influência dos pares, e impulsividade aumentada, reafirmando a ideia de que adolescentes estão mais vulneráveis aos comportamentos de risco, e que isto pode afetar a tomada de decisões nos âmbitos civil e criminal (BAIRD; FUGELSON, 2004; DELMAGE, 2013; STEINBERG, 2009).

Malgrado os dados sugiram uma vulnerabilidade maior de envolvimento dos adolescentes com atos infracionais, no Brasil, em 2016, de uma população estimada cerca de 25 milhões de adolescentes, pouco mais de 25 mil estavam cumprindo medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade, dos quais cerca de 50% diziam respeito a infrações equivalentes aos crimes contra o patrimônio, e somente 9,8% dos casos eram de homicídios (BRASIL, 2018). Além disso, Steinberg (2009) mostra que apenas 5 a 10% dos adolescentes continuam delinquindo após alcançarem a vida adulta – fenômeno conhecido pela expressão *adolescence-limited offender*, ou infrator limitado à adolescência, em uma tradução livre. Do mesmo modo, Cerqueira e Moura (2014) falam que o envolvimento com a criminalidade não é uma constante ao longo da vida dos indivíduos, sendo um fenômeno circunscrito à idade jovem. Piquero et al. (2003) falam da curva idade-crime (*age-crime curve*), um padrão constatado em diversos estudos internacionais sobre criminalidade, indicando que a frequência de condutas infratoras atinge o pico aos 18 anos de idade, e reduz sensivelmente a partir da idade adulta. Do mesmo modo, Goldson (2013) afirma que, em termos sociológicos, a *delinquência juvenil* é um fenômeno *normal* na adolescência, que tende a não permanecer após este período da vida e que, além disso, a imensa maioria dos adolescentes não está envolvida na prática de comportamentos infracionais. Em outras palavras, estes autores afirmam que a tendência para o cometimento de delitos e infrações diminui à medida em que o adolescente se torna mais maduro (GOLDSON, 2013; PIQUERO et al., 2003; STEINBERG, 2009).

Tendo em vista o conjunto das evidências científicas apresentadas, é possível afirmar que adolescentes se mostram significativamente mais imaturos do que os adultos em termos de desenvolvimento psicossocial e de funcionamento cerebral. Isto se expressa em um reduzido controle das emoções, da habilidade de avaliar situações de perigo e adiar o recebimento de recompensas, e maior suscetibilidade à influência dos pares e agir impulsivamente, resultando em uma maior tendência de adolescentes se envolverem

em condutas infracionais. Ademais, conforme já exposto, à medida que os adolescentes alcançam a idade adulta, diminui consideravelmente a propensão ao envolvimento em comportamentos delitivos. Portanto, não se sustentam as justificativas dos parlamentares, assim como também não parece justo que adolescentes sejam julgados pelo sistema de justiça criminal com o mesmo grau de responsabilidade que os adultos, nem recebam as mesmas formas de tratamento punitivo (MCDIARMID, 2013). Apesar de algumas destas conclusões serem baseadas em concepções normativas de adolescência, naturalizando a ideia de que esta seria um período da vida marcado pela imaturidade e pela ruptura dos padrões sociais – concepções estas que devem ser problematizadas e desnaturalizadas –, a ideia que se busca ressaltar é que existem diferenças entre a adolescência e a vida adulta, tanto com base nos aspectos de desenvolvimento biológico quanto nos de desenvolvimento psicossocial. Ademais, estas pesquisas também mostram que a intervenção judicial, e sobretudo punitiva, em relação aos adolescentes autores de atos infracionais, não contribui para diminuir ou controlar comportamentos e práticas infratoras (GOLDSON, 2013), além de aumentar o preconceito, a discriminação e a reincidência (DAMM et al., 2017; STEINBERG, 2009).

Steinberg (2007) sugere que o problema da prevenção da delinquência juvenil não é a forma como os adolescentes pensam ou o que eles não sabem ou não entendem. Assim, ao invés de ameaçá-los com punições mais severas ou equipara-los a criminosos adultos, uma estratégia mais adequada seria limitar as oportunidades de desenvolvimento de respostas imaturas que resultariam em consequências danosas. Isto significa focalizar na promoção de ambientes mais seguros, no desenvolvimento de relações interpessoais baseadas em princípios e valores de cooperação e convivência mútua e no estabelecimento de normas bem definidas e respeitadas por todos, tais como os valores ressaltados pelas políticas educacionais, por exemplo.

CONCLUSÃO

Este trabalho avaliou a coerência dos argumentos relacionados ao desenvolvimento cognitivo e psicossocial de adolescentes, tal como são apresentados nas justificações das Propostas de Emenda à Constituição sobre a redução da maioridade penal. Os resultados indicaram que o núcleo semântico das justificações gira em torno da ideia de que os adolescentes teriam maturidade suficiente para discernirem a ilicitude de seus atos, apresentando plena consciência do que fazem e das suas consequências. A escolha deste tema para justificar as PECs não aparenta ser ao acaso, uma vez que seus significados estão no cerne do conceito de imputabilidade, o qual, por sua vez, dá sustentação à definição de maioridade.

Entretanto, os argumentos devem estar sustentados em fatos, ou melhor, em evidências científicas; caso contrário, conduzirão a conclusões falsas, que, na discussão

em tela, podem ocasionar equívocos em termos de direcionamento das políticas públicas voltadas aos adolescentes, em especial àqueles que estão em situação conflito com a lei. Neste sentido, estudos apontam que, embora adolescentes de 16 anos de idade, ou menos, possuam desenvolvimento cognitivo e moral próximo ao dos adultos, não se pode inferir o mesmo sobre seu desenvolvimento psicossocial e cerebral. Em relação a este aspecto, a literatura científica nacional e internacional demonstra que a maturidade dos adolescentes não está inteiramente desenvolvida. Isto resulta em sérias limitações no que concerne à tomada de decisões, sobretudo em situações estressantes, como são as que envolvem comportamentos transgressores e/ou violentos. Por conseguinte, a imaturidade apresentada pelos adolescentes interfere na sua capacidade de se conduzirem de acordo com seu entendimento. Tais limitações estão associadas, dentre outros fatores, ao controle da impulsividade, regulação das emoções, resistência aos pares, percepção do risco, adiamento de gratificação e perspectiva das consequências de seus atos. Destes achados pode-se concluir que os argumentos de que os adolescentes seriam suficientemente maduros para serem punidos como adultos carecem de fundamentação empírica e, conseqüentemente, devem ser refutados.

REFERÊNCIAS

ASH, P. But he knew it was wrong: evaluating adolescent culpability. **Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law**, v. 40, n. 1, p. 21-32, 2012. Disponível em: <http://jaapl.org/content/jaapl/40/1/21.full.pdf>.

BAIRD; A. B.; FUGELSONG, J. A. The emergence of consequential thought: evidence from neuroscience. **Philosophical Transactions of the Royal Society of Biological Sciences**, n. 29, v. 359, p. 1797-804, 2004. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1693455/pdf/15590620.pdf>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição nº 171/1993**. Altera a redação do artigo 228 da Constituição Federal: imputabilidade penal do maior de dezesseis anos. Brasília, 1993. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1014859&filename=Dossie+-PEC+171/1993.

_____. _____. **Proposta de Emenda à Constituição nº 301/1996**. Altera a redação do artigo 228 da Constituição Federal. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1014941&filename=Dossie+-PEC+301/1996.

_____. _____. **Proposta de Emenda à Constituição nº 531/1997**. Altera a redação do art. 228, da Constituição Federal. Brasília, 1997. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1014994&filename=Dossie+-PEC+531/1997.

_____. _____. **Proposta de Emenda à Constituição nº 242/2004**. Altera a redação do artigo 228 da Constituição Federal. Brasília, 2004. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=200366&filename=Tramitacao-PEC+242/2004.

_____. _____. **Proposta de Emenda à Constituição nº 228/2012**. Altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para imputabilidade penal, nas condições que estabelece. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1049245&filename=Tramitacao-PEC+228/2012.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Levantamento anual Sinase 2016**. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2018. Disponível em: http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/marco/Levantamento_2016Final.pdf.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm.

_____. _____. **Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984**. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7209.htm.

BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº26/2002**. Altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece. Brasília, 2002. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4105602&ts=1567530213513&disposition=inline>.

_____. _____. **Proposta de Emenda à Constituição nº 83/2011**. Estabelece a maioria civil e penal aos dezesseis anos, tornando obrigatório o exercício do voto nesta idade. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4686625&ts=1567526672604&disposition=inline>.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp0630a>.

CAPEZ, F. **Direito Penal simplificado**: parte especial. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CERQUEIRA, D.; MOURA, R. L. Demografia e homicídios no Brasil. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Novo regime demográfico**: uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: Ipea, 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_regime_demografico.pdf.

CUNHA, R. S. **Manual de direito penal**: parte geral (arts. 1º ao 120). 7ª ed. Salvador: JusPodivm, 2019.

CUNHA, P. I.; ROPELATO, R.; ALVES, M. P. A redução da maioria penal: questões teóricas e empíricas. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 26, n. 4, p. 646-659, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/ljpcp/a/64pyBGBkWmyK6qx5X8JwY7j/?format=pdf&lang=pt>.

DAMM, A. P.; LARSEN, B. Ø.; NIELSEN, H. S.; SIMONSEN, M. **Lowering the minimum age of criminal responsibility**: consequences for juvenile crime and education. Aarhus: Institut for Økonomi, Aarhus Universitet. Economics Working Papers, 2017. Disponível em: https://pure.au.dk/portal/files/118094764/wp17_10.pdf.

DELMAGE, E. The minimum age of criminal responsibility: a medico-legal perspective. **Youth Justice**, v. 13, n. 2, p. 102-110, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1473225413492053>.

- FRIED, C. S.; REPPUCCI, N. D. Criminal decision making: the development of adolescent judgment, criminal responsibility and culpability. **Law and Human Behavior**, v. 25, n. 1, p. 45-61, 2001. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1005639909226>.
- GOLDSON, B. 'Unsafe, unjust and harmful to wider society': grounds for raising the minimum age of criminal responsibility in England and Wales. **Youth Justice**, v. 13, n. 2, p. 111-130, 2013. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1473225413492054?journalCode=yjja>.
- MANSUR, T. S. **Produção científica e política na discussão sobre a redução da maioridade penal**. Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Vitória-ES: Universidade Federal do Espírito Santo, 2019. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_11295_TESE%20COMPLETA%20Thiago%20mansur.pdf.
- MANSUR, T. S.; ROSA, E. M.; TRINDADE, Z. A. Review of scientific literature on the age of criminal majority in Brazil. **Trends in Psychology**, v. 27, n. 1, p. 113-126, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.9788/TP2019.1-09>.
- MANSUR, T. S.; ROSA, E. M. Análise das justificativas das propostas sobre redução da maioridade penal. **Argumentum**, v. 13, n. 2, p. 208-225, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/32692>.
- MCDIARMID, C. An age of complexity: children and criminal responsibility in law. **Youth Justice**, v. 13, n. 2, p. 145-160, 2013. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1473225413492056?journalCode=yjja>.
- MENIN, M. S. S. Atitudes de adolescentes frente à delinquência como representações sociais. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 16, n. 1, p. 125-135, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722003000100013>.
- METTIFOGO, D.; ARÉVALO, C.; GÓMEZ, F.; MONTEDÓNICO, S.; SILVA, L. Factores transicionales y narrativas de cambio en jóvenes infractores de ley: Análisis de las narrativas de jóvenes condenados por la Ley de Responsabilidad Penal Adolescente. **Psicoperspectivas**, v. 14, n. 1, p. 77-88, 2015. Disponível em: <http://www.psicoperspectivas.cl/index.php/psicoperspectivas/article/viewFile/502/400>.
- MOREIRA, P. L.; CAMINO, C. P. S.; RIQUE, J. Uma comparação do desenvolvimento moral de adolescentes entre duas décadas. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 67, n. 3, p. 47-61, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000300005&lng=pt&tlng=pt.
- NUCCI, G. S. **Código Penal comentado**. 13ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- ONU. **Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas**. Genebra, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>.
- _____. **Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude**: Regras de Beijing. Pequim, 1985. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1074#>.
- PIQUERO, A. R.; FARRINGTON, D. P.; BLUMSTEIN, A. The criminal career paradigm: background and recent developments. **Crime and Justice**, v. 30, p. 359-506, 2003. Disponível em: [http://users.soc.umn.edu/~uggen/Piquero_CJ_03%20\(rec%20only\).pdf](http://users.soc.umn.edu/~uggen/Piquero_CJ_03%20(rec%20only).pdf).

RIQUE, J.; CAMINO, C. P. S.; MOREIRA, P. L.; ABREU, E. L. Julgamento moral de jovens em diferentes contextos políticos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 65, n. 2, p. 243-257, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672013000200007&Ing=pt&lng=pt.

SANTOS, K. B.; MURTA, S. G. Influência dos pares e educação por pares na prevenção à violência no namoro. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 36, n. 4, p. 787-800, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000272014>.

SARAIVA, J. B. C. **Adolescente e responsabilidade penal**: da indiferença à proteção integral. 5ª edição revista e atualizada. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2016.

SEMPER, J. V. O.; ALONSO, L. E. E. Consideraciones sobre el intervalo de vulnerabilidad de la adolescencia. **Cuadernos de Bioética**, v. XXVIII, n. 1, p. 13-27, 2017. Disponível em: <http://ucsj.redalyc.org/articulo.oa?id=87550119002>.

STEINBERG, L. Risk taking in adolescence: new perspectives from brain and behavioral Science. **Association for Psychological Science**, v. 16, n. 2, p. 55-59, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8721.2007.00475.x>.

_____. Adolescent development and juvenile justice. **Annual Review of Clinical Psychology**, v. 5, n. 1, p. 459-485, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.clinpsy.032408.153603>.

WAGLAND, P.; BUSSEY, K. Appreciating the wrongfulness of criminal conduct: Implications for the age of criminal responsibility. **Legal and Criminological Psychology**, n. 22, p. 130-149, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/lcrp.12090>.

A RELIGIÃO COMO ESPELHO DO HOMEM: LENTES CONVERGENTES ENTRE GIANNI VATTIMO E RUBEM ALVES SOBRE O FUTURO DA RELIGIÃO

Data de submissão: 16/11/2023

Data de aceite: 01/12/2023

Irineu José Bottoni

Mestre em Ciências da Religião e Filósofo
- Pontifícia Universidade Católica de
Campinas
Campinas- São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/5035689282456678>

RESUMO: O objetivo deste capítulo é analisar lentes convergentes entre o filósofo Italiano Gianni Vattimo, e do Teólogo e escritor brasileiro Rubem Alves sobre religião e ética através da arte, como momento libertador, capaz de imaginar e criar qualquer coisa, incluindo o futuro da religião. A metodologia foi uma análise hermenêutica das obras do filósofo italiano Gianni Vattimo, e do escritor Rubem Alves. A religião como espelho do homem, título desse capítulo, foi inspirado em Rubem Alves, que ao comentar a afirmação feita por Ludwig Feuerbach que “todo pensamento sobre Deus é um pensamento sobre nós mesmos”, conclui que a religião então, seria o espelho do homem. Alves descreve a cultura como o nome que se dá a este mundo que os homens imaginam e constroem e, portanto, a religião não se resolve em nenhuma interpretação do

passado, mas sim na criação do futuro. Gianni Vattimo fórmula e defende um pensamento chamado de *pensiero debole* (pensamento enfraquecido), e acredita que o futuro em construção deve ser inspirado na *Kénosis* de Jesus, a encarnação do Filho de Deus. A encarnação do Jesus poderia ser interpretada como um enfraquecimento, um rebaixamento de Deus em relação ao homem, e assim a relativização contida no plural poderia ser o princípio de afirmação do outro. Como resultados esperamos discutir que a religião sem metafísica citada Rubem Alves na obra de Feuerbach, reaparece em Vattimo para criar o futuro baseada em uma virtude cristã imanente: a caridade. Como conclusão esperamos convergir o pensamento de Rubem Alves em que a religião tem poder, o amor e a dignidade do imaginário, com o pensamento de Vattimo em que enfraquecimento do ser em direção ao qual está orientada a história da salvação prepara a transferência do real para o plano das qualificações secundárias, do espiritual, do ornamental.

PALAVRAS-CHAVE: Rubem Alves. Religião. Gianni Vattimo. Arte.

RELIGION AS A MIRROR OF MAN: CONVERGING LENSES BETWEEN GIANNI VATTIMO AND RUBEM ALVES ON THE FUTURE OF RELIGION

ABSTRACT: The objective of this chapter is to analyze converging lenses between the Italian philosopher Gianni Vattimo, and the Brazilian theologian and writer Rubem Alves on religion and ethics through art. Understanding art as a liberating moment, capable of imagining and creating anything, including the future of religion. The methodology was a hermeneutic analysis of the works of the Italian philosopher Gianni Vattimo, and the writer Rubem Alves. Religion as a mirror of man, the title of this chapter, was inspired by Rubem Alves, who, when commenting on the statement made by Ludwig Feuerbach that “every thought about God is a thought about ourselves”, concluded that religion would then be the mirror of man. Alves describes culture as the name given to this world that men imagine and build and, therefore, religion is not resolved in any interpretation of the past, but rather in the creation of the future. Gianni Vattimo formulates and defends a thought called “weak thought” and believes that the future under construction must be inspired by the Kenosis of Jesus, the incarnation of the Son of God. The incarnation of Jesus could be interpreted as a weakening, a demotion of God about man. Thus, the relativization contained in the plural could be the principle of affirmation of the other. We hope to discuss that the religion without metaphysics cited by Rubem Alves in Feuerbach’s work, reappears in Vattimo to create the future based on an inherent Christian virtue: *Caritas*. As a conclusion, we hope to converge Rubem Alves’ thought in which religion has power, love, and dignity of the imaginary, with Vattimo’s thought in which the weakening of the being towards which the history of salvation is oriented prepares the transfer of the real to the plane of secondary qualifications, the spiritual, the ornamental.

KEYWORDS: Rubem Alves. Religion. Gianni Vattimo. Art.

INTRODUÇÃO

Na apresentação contidas no livro: *Preleções sobre a essência da Religião* de “Ludwig Feuerbach” – Rubem Alves destaca “o espírito protestante” – hoje quase desaparecido – que é a coragem de assumir as convicções do sentimento e da razão a qualquer preço (Alves, 1989, p.7), como foi o caso de Feuerbach. Segundo Alves, Feuerbach “aceita a orfanidade”. Ele aceita que as velas que acende e as canções que entoas se abrem para o vazio. Assim como na Arte, Feuerbach faz sua própria interpretação e a assume com coragem.

A “morte de Deus” escrito na “Gaia Ciência de Nietzsche” é segundo Nietzsche feita por um homem louco em pleno mercado. E além de anunciar a “Morte de Deus” o homem louco anuncia que nós, seus fiéis, o matamos. O homem louco aceita que a partir daquele momento, quando os fiéis matam seu Deus, as velas que acendemos e as canções que entoamos se abrem para vazio, na descrição de Alves. Estamos condenados a viver no orfanato, desconectamos o sol da terra, apagamos o horizonte e bebemos toda a água do mar, estamos agora no vazio de Feuerbach. Da mesma maneira feita por Feuerbach, Nietzsche assume seu “espírito protestante”, e anuncia a Morte de Deus.

Aqui há claramente um momento instigante de autorreflexão, e autodefinição.

A hermenêutica da “Morte de Deus” e o encontro com o vazio talvez nos remetendo a teologia e o Fenomenologia da “Morte de Deus” nos remetendo a Ciências da Religião, um fenômeno que nos leva ao vazio, ao orfanato. Também podemos relacionar a “Morte de Deus” com a cultura que criamos. Tendo o futuro da religião como objeto do nosso estudo interpretativo, vamos comparar o pensamento de Rubem Alves e do filósofo Gianni Vattimo sobre o futuro da religião, e suas respectivas interpretações. Afinal, qual é o futuro da religião em um tempo em que a secularização demonstra sua força?

LENTESS CONVERGENTES ENTRE VATTIMO E ALVES – A IMPORTÂNCIA DA CULTURA

Rubem Alves descreve a cultura como o nome que se dá a este mundo que os homens imaginam e constroem, e que a cultura se inicia quando o corpo deixa de dar as ordens, sendo necessário que alguém mais velhos nos ensinem como o mundo é (ALVES, 1984, p. 18). Um dos principais elementos da elaboração do pensamento de Vattimo sobre o retorno da dimensão religiosa, tanto na cultura como no pensamento, está na crise da razão, na crise do pensamento técnico-científico que, diante dos problemas aparentemente insolúveis da sociedade mundial, como os prementes e inéditos riscos apocalípticos, não encontrar soluções plausíveis para seus desafios. Ao não encontrar respostas aos seus desafios, existe uma busca de solução na religião. Sendo assim, para Vattimo, o estudo do fenômeno religioso assume um caráter crítico de relevância, e a filosofia não pode deixar de considerar essa importância.

Em um mundo que, para muitos, já poderia ser considerado secularizado, para Vattimo a secularização é um traço constitutivo de uma experiência religiosa autêntica. Um reencontro, um retorno de algo que acreditávamos ter esquecido. A secularização não é, portanto, um abandono da religião, mas é um reencontro com uma experiência religiosa autêntica.

Vattimo inspirado em Nietzsche, acredita que a cultura cria um mundo imaginário, onde a verdade é um fundamento último, uma crença metafísica, que se apoia na negação da vida e então precisa morrer, e morre junto com o símbolo de seu criador, morre com a imagem do símbolo autoritário do Deus Moral, o Deus punitivo e ameaçador. Especificamente falando de cultura e religião Vattimo destaca a importância da salvação na cultura religiosa, e descreve assim:

Se a salvação, o paraíso, a perfeição final podem ser imaginados como resultante de um processo histórico realizável no mundo, é quase fatal que uma política inspirada nestas convicções se proponha a construir, como todos os meios possíveis, uma ordem perfeita, dando lugar a regimes não liberais. (VATTIMO, 2004, p.56).

Vattimo postula que por motivos filosóficos, parece impraticável uma “retomada da metafísica entendida como uma estrutura estável, eterna, imutável, inacessível ao discurso

racional e, exatamente por isto, ainda mais rigidamente “objetiva”. (VATTIMO, 2004, p. 57). Para nosso autor, os maiores desafios autoritários de regimes políticos e religiosos, se passam em ambientes, onde se impõe o pensamento na sua absoluta transcendência, baseados em fundamentos últimos. Uma estrutura rigidamente “objetiva” é uma estrutura metafísica, e somente nessa estrutura metafísica transcendente é possível pensar o Deus totalmente outro que se impõe ao pensamento na sua absoluta transcendência.

Um ponto de grande importância considerado nas reflexões teóricas de Vattimo é a centralidade que ele dá à *Kênosis*. A encarnação como *Kênosis*, na interpretação de Vattimo, possibilita-nos pensar em uma mudança radical do estatuto de Deus e da religião cristã junto aos seres humanos. De um povo servil e submisso, passamos a amigos de Deus. A caridade de Deus é exemplo ético-político de amor ao outro a ser seguido, e acima de tudo ensinado e praticado.

Se para Alves, a cultura se inicia quando o corpo deixa de dar as ordens e alguém nos ensine o que o mundo é, para Vattimo o ensinamento vem de encarnação de Jesus, vem da religião cristã, e está baseado na caridade (*caritas*). Esse ensinamento ainda não está finalizado, deve ser aprendido e praticado. Esta é a influência da religião cristã em nossa cultura, e como na obra de Arte, precisa ser interpretada.

Um segundo ponto bastante importante está relacionado ao que Alves chama na obra de Feuerbach “da afirmação” de que “todo pensamento sobre Deus é um pensamento sobre nós mesmos”. A religião, portanto, seria o espelho dos homens. “O sofrimento da falta é a garantia que algo a satisfará. Deus, assim, é o Grande *Plenum* que corresponde ao nosso vazio.” (ALVES, 1989, p.8). Alves destaca que Feuerbach caminha na direção contrária. Começa com Deus e se descobre no vazio. O sentido de “falta” não é produto da história. É anterior a história. “É a história que é a busca permanente do objeto.” (ALVES, 1989, p.9). Feuerbach apresenta a esperança. “Se é verdade que nada há a se fazer para recuperar uma experiência perdida, é possível, entretanto, criar o objeto do desejo. A religião não se resolve na interpretação do passado, mas na criação do futuro.” (ALVES, 1989, p. 9).

Para Vattimo o anúncio da “Morte de Deus” não é uma afirmação do ateísmo, como se Nietzsche estivesse dizendo Deus não existe, e sim, significava que não existe mais um fundamento definitivo, e nada mais que isso (VATTIMO, 2004, p.9). Não existe, portanto, um fundamento último. Ao homem, agora sem Deus, liberto da ideia do Divino, caberá buscar novos caminhos, novas trilhas, tendo como referencial sua própria existência. O ser humano tendo como maior responsabilidade sua própria construção, a criação de seu futuro. Como estudioso de Heidegger, Vattimo interpretava que embora Heidegger não reconhecesse, um significado análogo também poderia ser encontrado na polêmica que Heidegger se levanta contra a metafísica.

Para Heidegger o Ser não pode ser pensado nos termos da metafísica objetiva. Em termos de presença constante. Para ele, O Ser não é, mas acontece. A categoria de

evento torna-se imprescindível na compreensão do discurso em torno do ser, uma vez que o evento do ser é o lugar próprio para a compreensão do homem enquanto ser-aí. Interpretando Heidegger niilistamente, Vattimo acredita que o niilismo abre novamente a questão fundamental do ser, proporcionando à filosofia um confronto com aquilo que é próprio do ser e que a metafísica esqueceu, numa tentativa de assegurar o domínio da razão.

Para Rubem Alves, nossa tradição filosófica fez seus mais sérios esforços no sentido que o homem fosse um ser racional, ser de pensamento. Mas, “as produções culturais que saem de suas mãos sugerem ao contrário, que o homem é um ser de desejo. (ALVES, 1984, p.19). E o desejo é um sintoma de privação, de ausência. A saudade, por exemplo, só aparecerá na distância e na ausência.” (ALVES, 1984, p.19).

Num contexto constante mudanças, até culturais, que vivemos, Vattimo desenvolve sua tese sobre a hermenêutica como uma interpretação do Ser, a própria filosofia deixa de ser descrição dos fatos objetivos, passando a interpretar as visões de cada época, de cada acontecimento. Os desejos que fala Rubem Alves se materializando na forma de pluralidade, e na forma de diferentes interpretações para Vattimo. Vattimo enxerga a Kênosis, iniciada com a encarnação de Cristo – e, antes ainda, com o pacto entre Deus e o “seu” povo, dando prosseguimento à obra de educação homem à superação da essência violenta do sagrado e da própria vida social. Para Vattimo a história da salvação e a história da interpretação estão muito ligadas. Para se salvar é preciso escutar, entender e aplicar na própria vida o ensinamento evangélico. Em Rubem Alves, talvez pudéssemos relacionar com a passagem do desejo para os símbolos, que se tornam um referencial do nosso caminho (ALVES, 1984, p.22).

A “Kênosis” da encarnação de Cristo, o pacto de Deus e seu povo, a própria superação da essência violenta do sagrado, como símbolos, ou melhor como uma teia de símbolos, que na palavra de Rubem Alves seriam rede de desejos, confissão de espera, que poderíamos associar com surgimento da religião.

No pensamento de Feuerbach descrito por Alves, a esperança cria o objeto do desejo. A religião não se resolve na interpretação do passado, mas na criação do futuro.” (ALVES, 1989, p. 9). No pensamento de Vattimo, ao interpretar a “Kênosis”, iniciada com a encarnação de Cristo, ele destaca a volta da cristandade, mesmo em uma época de secularização, a religião reaparece para criar o futuro, manter o relacionamento mais pluralistas através da caridade.

Rubem Alves em seu livro: “O que é religião”, fala que quando entramos no discurso religioso, esse discurso não vive em si mesmo. Falta-lhe autonomia das coisas da natureza, que continuam a mesma, em qualquer tempo e em qualquer lugar. (ALVES, 1984, p.29). Então, mesmo o amor ao próximo citado por Vattimo, um amor baseado na caridade, na pluralidade, falta-lhe autonomia das coisas da natureza, principalmente ligadas ao homem, portanto, também vivem do desejo e da espera, citado por Alves. (ALVES, 1984, p.30).

Concluindo sua apresentação na obra de Feuerbach sobre a essência da Religião, Rubem Alves afirma uma religião sem metafísica, foi Feuerbach o primeiro a compreender.

Se não existe um *Plenum* que satisfaça nosso vazio e se a educação para a realidade se nutre de um pessimismo que exige o abandono dos sonhos, a política se apresenta como a arte de tornar sonhos reais, a fim de tornar possível um pouco mais de felicidade, no futuro. (ALVES, 1989, p. 8)

A pós-modernidade traz consigo a dimensão do pluralismo, que no “pensamento enfraquecido” de Vattimo baseado no conceito de *Kênosis* e caridade, poderia recuperar a legitimidade do múltiplo, do plural, da fala do outro. Nesse aspecto, a relativização contida no plural seria o princípio de afirmação do outro. Através da caridade e do amor ao próximo um cristianismo não religioso, talvez uma religião sem metafísica citada por Feuerbach, e com certeza baseada em uma virtude cristã imanente: a caridade.

Para Rubem Alves, “o amor se dirige para coisas que ainda não nasceram, ausentes. Vive do desejo e da espera. (ALVES, 1984, p.31). Reafirma também que a religião não é apenas fantasia, sugerindo que a religião sim tem poder, o amor e a dignidade do imaginário (ALVES, 1984, p.31).

Vattimo acredita que o cristianismo pode sim ser uma religião universal e que pode também contribuir para superar esse caráter excludente que vivemos, fomentando uma globalização da caridade (*caritas*), desafiando todas as culturas únicas que têm seus fundamentos últimos e absolutos, a um “evento dialógico”, do qual todos possam sair modificados. O filósofo Italiano desafia o cristianismo a interpretar a mensagem de Deus com uma fórmula de revelação em progresso, por meio da *Kênosis de Jesus*, tirando o cristianismo de suas “trincheiras” e de sua pretensão de ser a única religião verdadeira, fora da qual não há salvação.

Como podemos notar, Rubem Alves nos desafia a pensar em termos de uma religião com poder, e capaz de criar futuro, baseado no amor, o mesmo pensamento transgressor e não violento de Gianni Vattimo.

CONCLUSÃO

Nas palavras de Rubem Alves, a religião está mais próxima de nossa experiência pessoal do que desejamos admitir. O estudo da religião, portanto, longe de ser uma janela que se abre apenas para um panorama externo, “é como um espelho em que nos vemos.” (ALVES, 1984, p.12). Vattimo lendo trechos do apocalipse, postula o Deus Ornamento. A profusão de formas, luzes, cores como se a revelação da salvação ao final dos tempos fosse muito mais que uma catástrofe destrutiva, uma espécie de dissolução do real nas qualidades “secundárias”, ligadas às percepções do sentido, ligada a libertação da arte. Vattimo afirma ainda que não podemos nos esquecer “de que o próprio termo “espírito, pneuma significa, em origem, sopro, vento, hálito; algo essencialmente volátil.” (VATTIMO,

2004, p.68) Nesse trabalho sobre Vattimo, relacionado os pensamentos de Rubem Alves, as janelas se abrem para o lado externo de uma maneira bastante profunda. Entender o pensamento de Vattimo é uma tarefa bastante desafiadora, e com muitas passagens simbólicas fazendo uma teia de símbolos interligados e interrelacionados nem sempre muito fácil de interpretação. Porém, como disse Rubem Alves, a ciência da religião nesses autores, é também ciência de nós mesmos: sapiência, conhecimento saboroso.

O futuro da religião é ausência, desejo para Alves. O futuro da religião é evento dialógico, é escuta, é caridade, amor por escolha em Vattimo. A convergência de seus pensamentos é considerar a religião como fundamental para a construção de um futuro melhor, menos autoritário e mais inclusivo.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. **O que é a Religião?** / Rubem A. Alves. – São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

FEUERBACH, L. **Preleções sobre a essência da religião**/ Ludwig Feuerbach; tradução e notas de José da Silva Brandão. Campinas, SP: Papyrus, 1989

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. Friedrich Wilhelm Nietzsche; Tradução Paulo Cesar de Souza. -1 ed. – São Paulo: Companhia de Letras, 2012.

VATTIMO, Gianni. **Adeus à verdade**. Gianni Vattimo; tradução de João Batista Kreuch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. – (coleção textos filosóficos)

VATTIMO, Gianni. **Crer que se crê: É possível ser cristão apesar da Igreja?** Gianni Vattimo; Tradução Klaus Bruschle. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2018

VATTIMO, Gianni. **Depois da Cristandade - por um cristianismo não religioso**. Gianni Vattimo; Tradução Cynthia Marques – Rio de Janeiro: Record, 2004

ARTEFATOS SAGRADOS DA RELIGIOSIDADE AFROBRASILEIRA: UMA ETNOGRAFIA DA COLEÇÃO PIETZCKER DO MUSEU ETNOLÓGICO DE BERLIM

Data de aceite: 01/12/2023

Ana Paula Lima Silveira

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt / UFPel), orientada pelos Prof. Dr. Adriane Luísa Rodolpho e Prof. Dr. Pedro Luís Machado Sanches.

RESUMO: Esta proposta pretende ser uma investigação antropológica focada nas manifestações religiosas afro-brasileiras presentes no estado do Rio Grande do Sul (batuque, extremo sul do Brasil), tendo por base um conjunto de fontes documentais e imagéticas disponíveis na Alemanha que tomam como objeto de análise uma coleção de artefatos rituais afrogaúchos depositada no Museu Etnológico de Berlim e seus possíveis desdobramentos. A investigação se faz relevante tanto do ponto de vista arquivístico e arqueológico, quanto do ponto de vista antropológico, e pretende contribuir para o desenvolvimento de uma temática até os dias de hoje esparsamente documentada além de muito pouco estudada por pesquisadores. Trabalhando com uma combinação de novas fontes

empíricas, conduzo “etnografia dos/nos museus e arquivos” alemães em um primeiro momento¹ da pesquisa para, em um segundo, conduzir etnografia junto a comunidades religiosas de afrodescendentes gaúchos cujos rituais de batuque são exercidos e com cujos grupos já desenvolvi pesquisa etnográfica ao longo de meu mestrado. As linhas interpretativas sugeridas aqui preveem uma combinação de perspectivas teóricas advindas dos Estudos Pós-Coloniais de uma Antropologia Contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia; Religiões Afro-brasileiras; Coleções Etnográficas; Museus; Arquivos.

INTRODUÇÃO

No bojo da constituição dos estudos de etnologia, diversos viajantes e cientistas alemães desembarcaram no Brasil durante o século XIX e início do XX, tendo alguns deles contribuído expressivamente para a ampliação e organização de coleções etnográficas, em sua grande maioria

¹ Cabe salientar aqui que a primeira parte desta pesquisa (Alemanha) já se encontra devidamente finalizada. Foi realizada entre os anos de 2009-2012, vindo a constituir meus estudos pré-doutorais, no que tange à coleta de materiais para a concretização do presente estudo.

agrupadas atualmente no Museu Etnológico de Berlim (*EM – Ethnologisches Museum*)². Dentre essas coleções etnográficas, encontra-se uma de meu particular interesse, retrato ímpar da religiosidade afrobrasileira, que abarca um conjunto de objetos rituais provavelmente de escravos africanos contrabandeados para o extremo Sul do Brasil. Contando com originalmente 67 artefatos de rituais afrobrasileiros³, tem sua origem no estado do Rio Grande do Sul e chegou a Berlim em 1880, doada ao então Museu Real de Etnologia (*Königliches Museum für Völkerkunde*)⁴ pelo comerciante-viajante alemão Wilhelm Pietzcker. Esta é a única coleção afroamericana em Berlim e uma das mais antigas presentes em qualquer museu europeu.

Pode ser considerada como uma das mais extraordinárias de seu gênero por dois motivos: primeiro, porque foi adquirida durante o período de escravidão no Brasil e, segundo, porque não o sul, mas sim o nordeste do Brasil, especialmente o estado da Bahia, é conhecido como o “berço” da religiosidade afrobrasileira. Isso significa que esses objetos são importantes documentos do período de formação dos ritos afrogaúchos. Os escravos africanos no RS vieram, em sua maior parte, de grupos étnicos de língua bantu de Angola e da área do Congo (Oro, 2002). Suas noções de fé sobreviventes no extremo sul do Brasil são chamadas de Batuque, sendo o mais conhecido o Candomblé da Bahia, mais ao norte. As diferenças entre o batuque e o candomblé decorrem das diferentes origens étnicas dos escravos africanos. Entre os artefatos da coleção estão insígnias (ferramentas de orixás), adornos rituais de iniciados (colares, pulseiras, chapéus), recipientes (de uso sacrificial), figuras ‘antropomórficas’ como bonecas, instrumentos musicais como adjás (sinos), entre outros. A maior parte dos objetos é ornamentada com búzios, elemento decorativo de origem africana, alguns deles quase completamente cobertos pelos mesmos. Exercer rituais de matriz africana constituía ato proibido no Brasil durante o século XIX. Mesmo assim eram realizados em segredo em terreiros, onde a polícia costumava reprimir continuamente (Lírio de Mello, 1994)⁵. Confiscados durante uma grande invasão policial a uma reunião

2 O Museu Etnológico de Berlim tem por objetivo central apresentar o espectro da arte e da história cultural de povos não-europeus que, em conjunto com o Museu de Culturas Européias (MEK – Museum Europäischer Kulturen) apresenta a história cultural e contemporânea da Europa. Ambos os museus buscam explorar cientificamente seus recursos no intuito de permitir a existência de investigação científica sobre as coleções com vistas à documentação e disponibilidade ao público. O primeiro em questão exibe artefatos etnológicos das sociedades pré-industriais, em particular pré-hispânicas da América, mares do Sul e África Ocidental (SMB, 2007:11-2).

3 Esse número se refere à Lista de Objetos da Coleção Pietzcker (Slg. Pietzcker 1880), de acordo com os Livros de Inventário de Etnologia Americana (Inventarbücher der Studiensammlung Amerikanische Ethnologie) e Atas de Aquisição do Museu Real de Etnologia (Erwerbungsakten aus Amerika Vol.6 und Vol.7, 1879-1881). Os itens indicados abaixo com (*) asterisco não se encontram mais disponíveis, constando nas Fichas de Catalogação (Karteikarten) como “perdas de guerra” (Kriegsverluste). São eles: VB 257*, VB 262*, VB 264*, VB 266*, VB 267*, VB 269*, VB 275*, VB 284*, VB 285*, VB 286*, VB 317*, VB 321* (Karg, 2007 :40-1).

4 O museu receberia, em seguida, novas instalações com a construção de um novo prédio entre os anos de 1880 a 1884, mas cuja inauguração veio a se dar somente em dezembro de 1886 (Fischer, Bolz & Kamel, 2007).

5 Tendo realizado extensa pesquisa em jornais de Pelotas e Rio Grande do início do século XIX, o historiador pelotense Marco Antônio Lírio de Mello (1994, 1995) atestaria que a presença do batuque nesta região já existia desde o início do século XIX. De fato, a partir das décadas de 70 e 80 do mesmo século, os jornais da região de Pelotas e Rio Grande apresentam, com alguma regularidade, em suas páginas policiais, matérias sobre cultos de matriz africana. Nos jornais Correio Mercantil e Jornal do Comércio, de Pelotas, bem como no jornal Gazeta Mercantil de Rio Grande, por exemplo, podem ser lidas recorrentes prisões de “feiticeiros” e “feiticeiras” (cfe. Jornal do Comércio, Pelotas, 9 abr. 1878; Correio Mercantil, Pelotas, 15 mar. 1877). Já em Porto Alegre, as notícias relativas ao Batuque datam da segunda metade do

religiosa secreta dirigida por um “mago negro” (*Neger Zauberer*) à cerca de 100 negros e negras⁶, os artefatos teriam permanecido apreendidos em uma delegacia da província riograndense, destinados à destruição, até serem adquiridos pelo colecionador por meio de uma suposta “doação ao hospital local” (Hermannstädter, 2002 :25), cuja contribuição permitiu retirá-los de seu contexto original e enviá-los como “presente de acolhida” ao então recém diretor do *Königliches Museum für Völkerkunde*, o etnólogo Adolf Bastian⁷, considerado o pai fundador da disciplina *Völkerkunde* (antropologia alemã).

O MUSEU ETNOLÓGICO DE BERLIM



Imagem 1 – Ethnologisches Museum Berlin (2012).

Imagem 2 – Ethnologisches Museum Berlin (1886), recém fundado em Berlim. Créditos: Autora.

século XIX, quando supostamente teria se dado a migração de escravos e ex-escravos da região de Pelotas e Rio Grande para a capital (Oro, 2002 :349).

6 Conforme mencionado na própria carta escrita por Wilhelm Pietzcker a Adolf Bastian. Fonte: *Erwerbungsakten aus Amerika Vol. 6/1987-80 (EM)*.

7 Diretor do museu etnográfico de Berlim de 1873 a 1905.



Imagens 3, 4, 5 – Equipe de trabalho do Museu (2011 – 2012).

Pesquisadora Restauradora: Frau Helene Tello. Pesquisador Colaborador: Herr Malareck.

Pesquisadora Visitante: Ana Paula Lima Silveira. Créditos: Autora.

Embora a coleção tenha chegado a Berlim em julho de 1880, ela só viria a ser conhecida durante a exposição *“Deutsche am Amazonas – Forscher oder Abenteurer? Expeditionen in Brasilien 1800-1914”*⁸ ocorrida em 2002 no Museu Etnológico de Berlim. Esta exposição tratava justamente deste olhar alemão sobre uma sociedade cuja organização em tudo diferia dos parâmetros até então conhecidos. Ela trouxe pela primeira vez ao alcance do público o maior acervo de objetos etnográficos brasileiros existentes fora do país (Elias, 2002 :18). Cerca de uma década antes da abolição da escravatura se dar, os artefatos retratam o ambiente social e histórico dos escravos africanos no Sul do Brasil, estando entre os mais antigos e raros testemunhos da religião afrobrasileira (Pinto, 2002; Herrmanstädter, 2002).

Tendo sido objeto de estudo do etnomusicólogo brasileiro Tiago de Oliveira Pinto (2002) em uma primeira ocasião e, logo em seguida, da etnóloga alemã Silke Karg (2007), pode-se afirmar que a coleção Pietzcker (*Sammlung Pietzcker 1880*) recebeu certa atenção de ordem investigativa. Como exemplo disso, o artigo intitulado *“Religiöse Kultobjekte afrikanischer Sklaven in Brasilien”* publicado no catálogo da exposição pioneira⁹

⁸ “Alemães na Amazônia – Pesquisadores ou Aventureiros? Expedições no Brasil 1800-1914” [tradução]. Exposição Temporária no Museu Etnológico de Berlim de 18.04.2002 a 10.11.2002.

⁹ „Deutsche am Amazonas – Forscher oder Abenteurer?: Expeditionen in Brasilien 1800 bis 1914“. In: *Veröffentlichun-*

atenta pela primeira vez para o mais antigo documento histórico dos cultos religiosos de escravos africanos no Brasil existente em um museu. O empenho do autor por uma tentativa de recontextualização etnográfica dos objetos históricos adota, contudo, como universo empírico de referência um contexto regional completamente distinto – neste caso São Paulo e Rio de Janeiro – daquele de sua real procedência. Diferentemente de Karg (2007) cujo artigo “*Afro-brasilianische Kultobjekte aus Rio Grande do Sul – die Sammlung Pietzcker*” denota, apesar da ausência de uma proposta etnográfica, uma contextualização historiográfica de maior consistência fruto de pesquisa intensiva advinda de um estágio de dois anos da etnóloga junto ao museu, Tiago Pinto (2002) se envereda por uma análise distinta, de cunho etnográfico, baseada em possíveis comparações entre o conjunto de objetos do passado com os objetos e utensílios rituais do “presente”, provocando a inserção de registros visuais da coleção em contexto etnográfico, isto é, diante de alguns sacerdotes de religião (nesse caso, sacerdotes de candomblé). Importantes suposições são levantadas em uma primeira tentativa de categorização dos artefatos que parte desde a descrição dos materiais utilizados em sua confecção, dos usos e significados que cada um adquire tendo por referência a mitologia dos orixás e as suas simbologias, bem como os territórios que os envolvem e a que pertencem.

OS ARQUIVOS: ATAS DE AQUISIÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Mas, neste caso em particular, com esta coleção de artefatos da religiosidade afro-brasileira, como seria possível utilizar determinados objetos, transformados em “documentos” e mantidos em um museu particular, como “fonte”, “texto” e pretexto para um encontro etnográfico? Seria possível experimentar um tipo particular de diálogo, relação e encontro etnográfico a partir de práticas supostamente limitadas aos pesquisadores de arquivos e historiadores, tais como “ler documentos”, “ver imagens/objetos” ou “ouvir sons/vozes”? Como compartilhar a experiência solitária e, por vezes, autoritária de ler, decifrar e interpretar o que se abriga em coleções e arquivos? Até que ponto registros feitos por outrem sobre o nosso passado colonial, transformados pelos regimes de verdade próprios dos arquivos e museus, poderiam “fazer sentido” e incitar a produção de novas narrativas, não só sobre o passado convertido em “documento”, mas também sobre o presente tornado relevante e sujeito a novas leituras e encontros? É justamente inspirada por esses questionamentos que proponho aqui refletir sobre as ambiguidades e tensões derivadas da experiência etnográfica vivenciada num campo igualmente marcado pelos encontros e relações diversas de conhecimento: o museu e o arquivo (Cunha, 2005 :17).

gen des Ethnologischen Museums Berlin, N.F. 71, Fachreferat Amerikanische Ethnologie IX. Staatliche Museen zu Berlin - Preußischer Kulturbesitz, Ethnologisches Museum. 2., unveränd. Aufl. Berlin: Lit Verlag, 2005. p. 56-65. [2002]

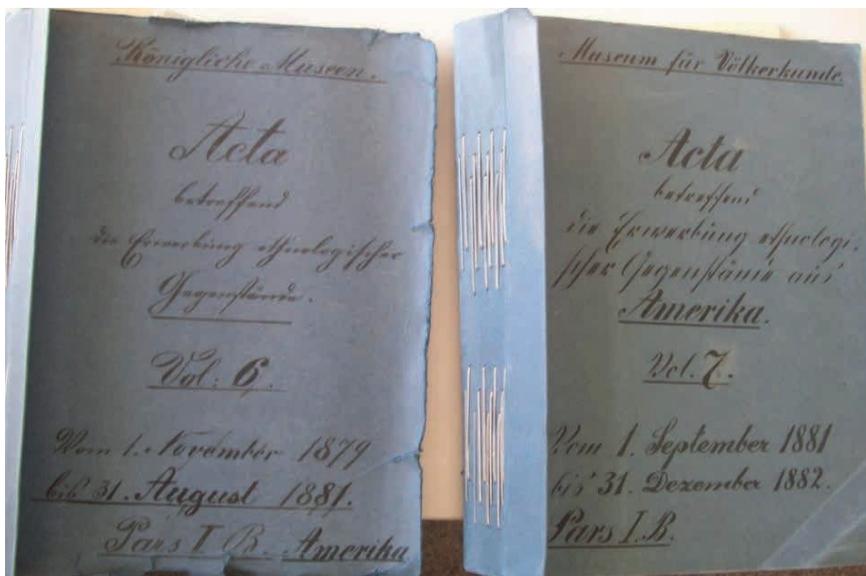


Imagem 6 – Atas de Aquisição do Museu Real de Etnologia (*Erwerbungsakten aus Amerika Vol.6 und Vol.7, 1879-1881*). Créditos: Autora.

De um ponto de vista metodológico, a proposta ora aqui presente reflete sobre o uso de fontes arquivísticas na pesquisa antropológica e sua relação com a produção etnográfica. Propõe, em outros termos, também uma “etnografia do/nos arquivos” (Cunha, 2005; Castro & Cunha, 2005), cujo esforço implica em uma releitura dos significados atribuídos às coleções etnográficas e de seus usos na pesquisa de campo e na etnografia. Cunha (2004), em um texto a propósito dos arquivos da antropóloga norte-americana Ruth Landes, identifica um *locus* de ambigüidade inerente ao arquivo: onde começa e termina – no caso de Ruth Landes como, arriscaria eu, de qualquer outro profissional – o domínio do “pessoal” e o domínio do “profissional” (idem, p. 296). Esta ambigüidade não é solúvel pela própria classificação arquivística; distinguir “arquivo pessoal” de “arquivo etnográfico” parece, pelo contrário, iludir o fato de qualquer arquivo – uma hipótese que gostaria de contrapor – conter as fontes para sua interpretação etnográfica. Conforme observam os antropólogos Celso Castro e Olívia Maria da Cunha (2005), cada vez com mais intensidade, antropólogos têm realizado um tipo de trabalho de pesquisa – nos arquivos e sobre arquivos – tradicionalmente associado a historiadores ou arquivistas. Além de utilizar arquivos como fonte de conhecimento para a produção de suas análises, desde, pelo menos, os anos 1980, os antropólogos têm refletido sobre a natureza de registros documentais transformados em fontes e, em alguns casos, têm produzido e/ou organizado arquivos e coleções a partir de uma perspectiva antropológica¹⁰.

10 Ainda assim, persiste, entre o público em geral e no mundo acadêmico (mesmo entre os próprios antropólogos), a idéia de uma associação privilegiada da antropologia com um modelo de pesquisa de campo consagrado desde a clássica introdução de Malinowski a *Argonautas do Pacífico Ocidental*, de 1922.

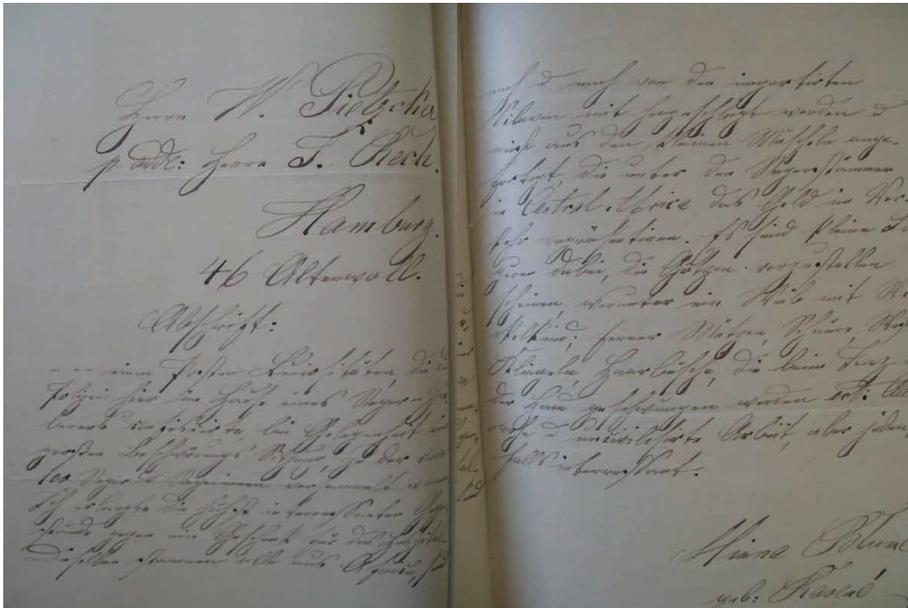


Imagem 7 – Carta escrita por *Frau Minna Blume* (intermediária de Herr Wilhelm Pietzcker) descrevendo os objetos, e dirigida ao então Fundador do *Herr Adolf Bastian*. A carta teve de ser restaurada conforme pode-se ver na imagem a seguir. Créditos: Autora.



Imagem 8 – Reconstituição da Carta (VB 304a; VB 304b). Créditos: Autora.

A questão é que, neste caso em especial, tratam-se ainda de objetos sagrados da religiosidade afro-brasileira retirados de seu contexto original (Rio Grande/Rio Grande do Sul no ano de 1880) por um viajante-comerciante alemão. Segundo as atas de aquisição

das Américas presentes e estudados por mim no Museu (e conforme constam na *Nota de Rodapé 12*) indicam em tudo uma rede de relações muito bem traçadas por alemães com diferentes interesses e de diferentes origens em busca de materiais no mínimo “interessantes” no intuito de compor os “gabinetes de curiosidades” do que viria a se tornar o primeiro Museu de Etnologia Alemã, em Berlim, com data de fundação de 1886 e que Adolf Bastian idealizava como sendo “Um Arquivo Universal da Humanidade” (Fischer, Bolz, & Kamel, 2007).

Já quanto ao objetivo geral desta proposta de trabalho busco compreender as narrativas de mulheres afrodescendentes provenientes de comunidades afro-religiosas locais do extremo sul brasileiro (Rio Grande, São José do Norte e Pelotas) acerca de imagens de tais artefatos rituais de cultos de matriz africana retirados de seu contexto original em 1880, disponíveis na referida coleção berlinense, sendo necessário para tais fins apresentar e cruzar com a documentação (imagens dos artefatos e atas de aquisição do museu, principalmente) existente na Alemanha, discutindo o contexto religioso dos objetos, descrevendo-os em conjunto com suas simbologias, trazendo-os para uma imersão etnográfica junto a tais comunidades afro- gaúchas (ver exemplo a seguir).



Imagens de trabalho de campo. Local: **Reino de Iansã e Cabocla Juremita** (Rio Grande/RS). (Agosto/2022). Créditos: Autora.

OBJETOS RELIGIOSOS DE ESCRAVOS AFRICANOS DO EXTREMO SUL DO BRASIL



Imagens 9 e 10 – *Acutá* para o Orixá Xangô. Créditos: Autora.

Um propósito central de uma etnografia do arquivo é articular, ao correr do tempo, os formatos móveis das redes de agentes sociais que em torno do arquivo se vão formando, reformando e alterando. As relações que entre si e com o arquivo estabelecem; as posições relativas que vão ocupando e permitindo práticas específicas nessa configuração. Já os objetos, quaisquer objetos – é outro fator heurístico da análise de artefatos – são agentes sociais. Não porque sejam, por si próprios, dotados de intencionalidade, mas por atuarem por delegação humana (Gell, 1998) e, usualmente, em associação com agentes humanos. Em torno de qualquer objeto se sustenta uma rede de agentes, humanos e não humanos, que animam a materialidade do arquivo numa relação de determinação mútua (Latour, 1989 e 1991).

O universo empírico que trago ora aqui neste artigo se trata de um recorte; recorte de minha proposta de tese (em andamento). A esta altura se faz relevante tanto do ponto de vista arquivístico quanto do ponto de vista etnográfico e museológico, também articular este estudo de caso, cuja contribuição só vem ao encontro do desenvolvimento de uma temática até os dias de hoje esparsamente documentada. A história da escravidão africana e seus rituais religiosos no extremo Sul do Brasil ainda permanecem lacunas nos estudos da área. Trabalhando com uma combinação de novas fontes, estou conduzindo – para além da já realizada etnografia de arquivos e de museus na Alemanha – uma tentativa de (re)contextualização etnográfica da coleção junto às comunidades de afrodescendentes estudadas anteriormente (Silveira, 2020). Abaixo é possível se vislumbrar a categorização dos objetos da coleção Pietzcker, conforme consta nas atas e documentação do Museu Etnológico de Berlim.

A CATEGORIZAÇÃO DOS ARTEFATOS RITUAIS

Insígnias Sagradas (Ferramentas dos Orixás)



VB 268 – *Espada para Ogum.*



VB 263 – *Faca com adjá para Ogum.*



VB 273 – *Ieruxin para lansã (crina de cavalo).*



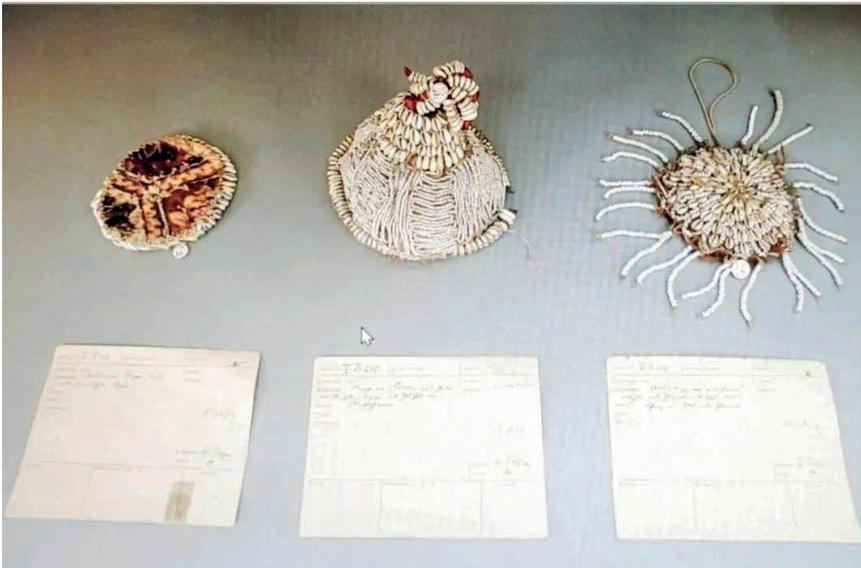
VB 268 – *Oxé para Xangô.*

Imagens 11 e 12. Créditos: Autora. Imagens 13 e 14. Créditos: Autora.

Adornos rituais dos iniciados



VB 283, VB 315, VB 320
Pulseiras dos Iniciados



Imagens 15 e 16 – Adornos. Chapéus (abaixo). Créditos: Autora.

Recipientes sacrificiais



VB 288, 289 – Recipiente sacrificial aos orixás, de duas partes com representação de uma cabeça com dois chifres.



VB 296 – Recipiente sacrificial aos orixás, feito de madeira e revestido com búzios e miçangas.

Imagens 16 e 17. Créditos: Autora.

Figuras antropomórficas



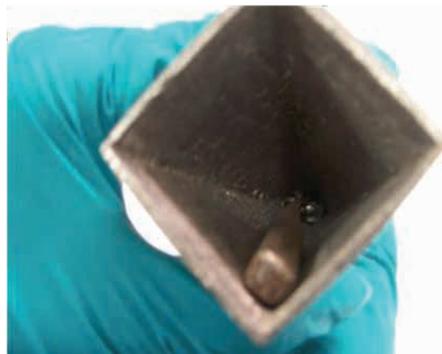
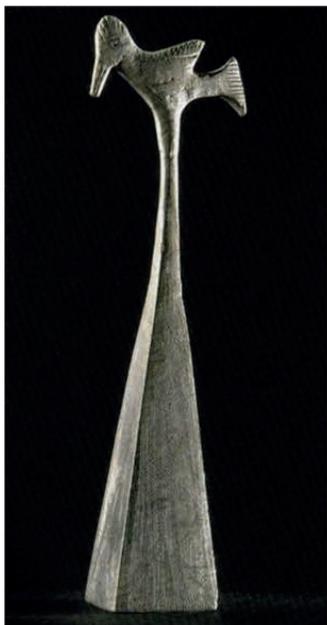
VB 271 – Boneca de madeira revestida de tecido vermelho. Figura feminina com criança embaixo de um dos braços.



VB 302 – Boneca de madeira, revestida de tecido vermelho. Figura masculina, carregando um machado embaixo de um dos braços.

Imagens 18 e 19. Créditos: Autora.

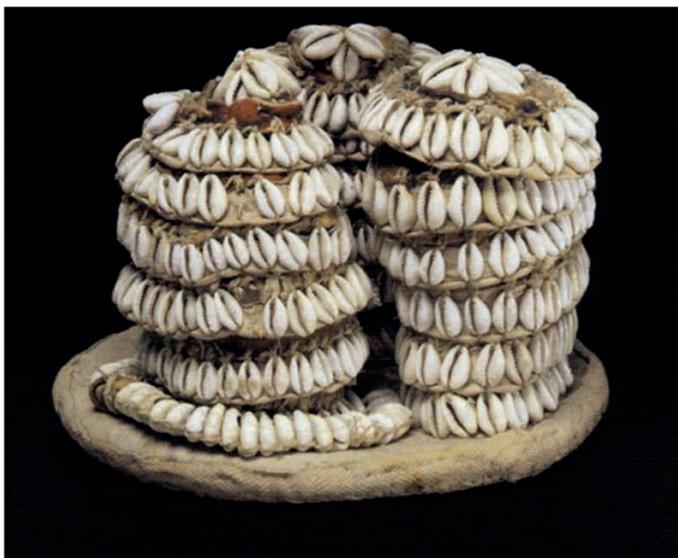
Instrumentos musicais



VB 255 – *Adjá (sino) de estanho, com figura de pomba.*

Imagem 20. Créditos: Autora.

Categorias outras e/ou desconhecidas



VB 308 – Behälter

Imagem 21 – Objeto sem uso aparente. Créditos: Autora.

Sobre o caráter e a metodologia de pesquisa pode ser afirmado que o ‘campo’ são os arquivos e a coleção etnográfica depositada no Museu Etnológico de Berlim. Neste caso, o recorte a ser estudado se encontra em documentos, objetos, atas, correspondências, narrativas e relatos de viagem, conforme vimos anteriormente¹¹. Como se trata também de material histórico foi necessário combinar métodos históricos de pesquisa com abordagens antropológicas de observação e interpretação (Dülmen, 2001). Além disso, o ‘campo’ teve de ser “multilocalizado”, como na proposta etnográfica de Marcus (1986, 1995). Na verdade, a proposta acaba reunindo uma pluralidade de aportes metodológicos – uma vez que tal objeto exige uma combinação de diferentes abordagens que vão desde a arquivística, a historiográfica até a etnográfica – cuja investigação buscará seguir as linhas interpretativas do que se denomina na Alemanha *Empirische Kulturwissenschaft* (Ciências Culturais Empíricas)¹² também conhecida por Antropologia Cultural, caracterizada pela combinação de particular abordagem empírica em conjunto com o uso de métodos qualitativos. “*Por esse viés, a pesquisa em arquivo não aparece como antítese da pesquisa de campo, e sua transformação em uma etnografia não é vista com ceticismo*” (Cunha, 2004, p. 293).

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A esta altura cabe fazer uma síntese deste artigo. Em breves palavras, procurei estabelecer alguns princípios de análise de objetos com base no exercício etnográfico. Explorei o exercício etnográfico como uma prática relacional, que envolve riscos, mas que tem as vantagens de uma grande plasticidade na inventariação e análise de contextos sociais, os quais por sua vez, existem apenas sem relação. Os “objetos”, como mencionado anteriormente, são “coisas” (Ingold). A vantagem de pensar o “objeto” como “coisa material” reside na possibilidade de retirar dele as condições – que ele próprio encerra – de sua análise etnográfica. Essa análise implica transcender as fronteiras de que o objeto se entetece e com as quais se nos apresenta em forma terminada. Uma etnografia do/no “museu” e/ou do “arquivo” implicam tomá-los por pontos nodais de redes sobrepostas de relações sociais. É, nessa medida, uma etnografia de destituição.

Implica partir deles e destituí-los, permanentemente, de sua condição de coisa terminada, e procurar – nas suas prateleiras, gavetas, fichas, textos, imagens, registros,

¹¹ Foi dada prioridade às atas de aquisição do museu no período compreendido entre 1878 e 1886 e às correspondências oficiais de Adolf Bastian com as supostas redes de contatos internacionais traçadas entre Berlim, Hamburg e a então Província do Rio Grande do Sul, rede esta formada por colecionadores, comerciantes, diplomatas, cientistas, entre outros.

¹² Nesse caso, portanto, as Ciências Culturais Empíricas percebem a cultura como o permanente arranjo de regras e significados, de acordo com os quais grupos e sociedades vivem em conjunto, comunicam e também distinguem-se uns dos outros, como eles lidam com o patrimônio natural e cultural e que imagem eles próprios têm dessas relações. Aliada a essa combinação de métodos da Antropologia Cultural (*Volkskunde*) e da Etnologia Alemã (*Völkerkunde*). Por possuir uma variedade de domínios de investigação, a abordagem metodológica que lhe acompanha pode incluir desde a investigação de fontes de arquivo e a análise da cultura material, bem como a pesquisa de campo com uso de imagens, análise de fotografia e de vídeos, assim como análise do discurso. Como ciência com particular abordagem empírica, também se utilizam métodos qualitativos, tais como pesquisa de campo, observação participante, “entrevistas narrativas” – e “descrições densas”.

anotações e por aí a fora – os enunciados de sua própria constituição; procurar os ritmos da progressiva acumulação, ou reformulação de seus materiais e acompanhar os agentes que mobilizaram critérios de relevância; compreender as razões de suas escolhas; contextualizar as condições de sua aplicação; inventariar as redes de circulação de práticas, sujeitos e ações que foram gravitando em torno do “arquivo”, incluindo nelas as que ultrapassam seu âmbito, mas, eventualmente, afetam sua dinâmica. A mesma analogia também se pode fazer com relação à uma etnografia do museu, conforme se pôde vislumbrar ao longo do artigo. O que seria – acredito – exercer de um modo exaustivo as possibilidades da etnografia de um arquivo e de um museu. Uma etnografia afinada por um programa deliberado de recusar tomar o arquivo e o museu e os seus efeitos instituintes como ‘coisa acabada’, como um *opus operatum*, para, programaticamente, o restituir povoado de diversos e, frequentemente conflitais, *modus operandi*, realizados por sujeitos concretos, em configurações históricas particulares.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. “ArchiveandAspiration”. In: Brouwer, Joke; Mulder, Arjen (ed.). *InformationisAlive*. Rotterdam: V2_Publishing/NAI Publishers, 2003. Disponível em: www.appadurai.com/pdf/arch_esp.pdf. Acesso em: 27 de maio 2011. Bastide, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1971. [1960]

_____. *Estudos Afro-Brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973. [1953]

_____. *The African Religions of Brazil. Toward a Sociology of the Interpenetration of Civilizations*. Baltimore & London: John Hopkins University Press, 1978.

Boas, Franz. *Antropologia Cultural*. 6ª ed. (Tradução Celso Castro). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

Bolz, Peter. „Feldforschung in Berlin: Yup'ik-Älteste erforschen ihre eigene Kultur im Ethnologischen Museum“. In: *Baessler- Archiv N.F.52*, p. 209-212, 2004.

BRUNNEAU, Philippe. De l'Image. *Ramage – Revue d'Archéologie Moderne et d'Archéologie generale, fascicule IV*. Paris: *Centre d'archéologie moderne et contemporaine de l'Université de Paris-Sorbonne*, p. 249-295, 1986. Tradução de « Conclusion – L'archéologie de l'image » (Conclusão – A arqueologia da imagem).

_____. “Fontes textuais e vestígios materiais: reflexões sobre a interpretação arqueológica”. In: HAIGANUCH SARIAN (Comp.). *Arqueologia: Reflexão e Discurso*. São Paulo: 1994. pp. 3-17.

Cacciatore, Olga Gudolle. *Dicionário de cultos afro-brasileiros. Com origem das palavras*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Instituto Estadual do Livro, 1977.

Castro, Celso & Cunha, Olívia Maria Gomes da. “Quando o campo é o arquivo”. In: *Estudos Históricas* nº 36, p. 3-5, Rio de Janeiro, 2005.

Clifford, James. "Museums as contact zones". In: *Routes, Travel and Translation in the late twentieth century*. Cambridge, Massachusetts e Londres: Harvard University Press, 1997.

Corrêa, Norton F. Os vivos, os mortos e os deuses: um estudo antropológico sobre o batuque do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFRGS), 1988.

_____. "Panorama das Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul". In: Oro, Ari Pedro (org.). *As religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. p. 9-46.

Costa, Maria Cristina C. "Etnografia de arquivos – entre o passado e o presente". In: *Matrizes* Ano 3, N° 2, jan./jul., 2010, p. 171-186.

Cunha, Olívia Maria Gomes da. "Tempo Imperfeito: uma etnografia de arquivo". In: *Mana* 10(2), p.287-322, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v10n2/25162.pdf>.

_____. "Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografia do/nos arquivos". In: *Estudos Históricos* n° 36, p.7-32, Rio de Janeiro, 2005.

Dos Anjos, José Carlos Gomes. No território da Linha Cruzada: A cosmopolítica afro-brasileira. Porto Alegre: Ed. UFRGS e Fundação Cultural Palmares, 2006. [1993]

Dülmen, Richard van. *Historische Anthropologie*. 2. Aufl. (UTB für Wissenschaft, 2254).

Köln, Weimar, Wien: Böhlau, 2001. Eisleb, Dieter. „Abteilung Amerikanische Archäologie“. In: *100 Jahre Museum für Völkerkunde Berlin. Baessler-Archiv N.F. XXI*, 1973. p. 175-217.

Fienup-Riordan, Ann. *The Living Tradition of Yup'ik Masks: Agayuliyararput (Our Way of Making Prayer)*. Seattle, London: University of Washington Press, 1996.

_____. "Yup'ik Elders in Museums: Fieldwork Turned on Its Head". In: *Arctic Anthropology* Vol. 35, N°2, No Boundaries:

Papers in Honor of James W. Vanstone (1998), p. 49-58. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40316487>.

_____. "Yup'ik Elders in Museums: Fieldwork Turned on Its Head". In: Laura Peers and Alison K. Brown (eds.). *Museums and*

sources communities: A Routledge Reader. London, New York: Routledge, 2003, p. 28-41.

_____. (ed.). *Ciuliamta Akluit/ Things of our Ancestors: Yup'ik Elders explore the Jacobsen Collection at the Ethnologisches Museum Berlin*. (Translated by Marie Meade). Seattle, London: University of Washington Press, 2005a.

_____. *Yup'ik Elders at the Ethnologisches Museum Berlin. Fieldwork Turned on Its Head*. (Foreword by Peter Bolz). Seattle, London: University of Washington Press, 2005b.

Fischer, Manuela; Bolz, Peter and Susan Kamel (Eds.). *Adolf Bastian and His Universal Archive of Humanity. The Origins of German Anthropology*. Hildesheim, Zürich, New York: Georg Olms Verlag, 2007.

Fonseca, Maria Cecília L. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Iphan: antecedentes, realizações e desafios. In: SCHLEE, Andrey R. (org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº35, 2017. p. 158-170.

Frank, Erwin H. "Viajar é preciso. Theodor Koch-Grünberg e a Völkerkunde alemã do século XIX". In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2005, v. 48, nº 2, p.559-584.

Ginzburg, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2ª ed./4a reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Goldstein, Ilana. "Reflexões sobre a arte 'primitiva': o caso do Musée Branly". In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre ano 14, n. 29, p. 279-314, jan./jun. 2008.

Haas, Richard. „Brasilien an der Spree: Zweihundert Jahre ethnographische Sammlungen in Berlin“. In: *Veröffentlichungen des Ethnologischen Museums Berlin, N.F.71, Deutsche am Amazonas - Forscher oder Abenteurer?: Expeditionen in Brasilien 1800 bis 1914*. Staatliche Museen zu Berlin - Preußischer Kulturbesitz, Ethnologisches Museum. 2., unveränd. Aufl. Berlin: Lit Verlag, 2005. p.16-25. [2002]

Hartmann, Horst. „Abteilung Amerikanische Naturvölker“. In: *100 Jahre Museum für Völkerkunde Berlin. Baessler-Archiv N.F. XXI*, 1973. p. 219-258.

Hermannstädter, Anita. „Brasilien - Land der Zukunft. Naturkundliche Expeditionen 1800-1831“. In: *Veröffentlichungen des Ethnologischen Museums Berlin, N.F. 71, Deutsche am Amazonas - Forscher oder Abenteurer?: Expeditionen in Brasilien 1800 bis 1914*. Staatliche Museen zu Berlin - Preußischer Kulturbesitz, Ethnologisches Museum. 2., unveränd. Aufl. Berlin: Lit Verlag, 2005. p. 26-43. [2002]

_____. „Symbole kollektiven Denken. Adolf Bastians Theorie der Dinge“. In: *Idem, ibidem*. p. 44-55.

_____. „Abenteurer Ethnologie: Karl von den Steinen und die Xingú-Expeditionen“. In: *Idem, ibidem*. p. 66-85.

_____. „Eine vergessene Expedition. Wilhelm Kissenberth am Rio Araguaya 1908-1910“. In: *Idem, ibidem*. p. 106- 131. Hermannstädter, Anita. „Deutsche am Amazonas – Forscher oder Abenteurer? Expeditionen in Brasilien 1800- 1914. Auseinandersetzung mit fremdem Lebenswelten. Sonderausstellung im Ethnologischen Museum Berlin vom 18.4.- 10.11.2002“. In: *Deutsch-Brasilianische Hefte. Tópicos 3/2002*. Berlin, Bonn: eine Publikation der Deutsch-Brasilianischen Gesellschaft e.V. und des Lateinamerika-Zentrums, 2002, p. 22-25.

Herskovits, Melville. "Deuses Africanos em Porto Alegre". In: *Revista Província de São Pedro*, nº. 11 (marjun). Porto Alegre: Ed. Globo, 1948. p. 63-70.

Junge, Peter (Org.). *Museum Guide. Ethnologisches Museum Berlin*. Berlin: Prestel Verlag, 2007.

Karg, Silke. „Afro-brasilianische Kultobjekte aus Rio Grande do Sul – die Sammlung Pietzcker“. In: *BaesslerArchiv Band 55*.

Berlin: Dietrich Reimer Verlag, 2007. p. 19-41.

Karp, Ivan and Lavine, Steven D. (Eds.). *Exhibiting cultures: the poetics and politics of museum display*. Washington: 1991. 14

_____. *Museums and communities: the politics of public culture*. Washington [u.a.]: Smithsonian Institution Pr., 1993.

König, Viola. „(Ein)Sammeln, (Ab)Kaufen, (Aus)Rauben, (Weg)Tauschen: Zeitgeist und Methode ethnographischer Sammlungstätigkeit in Berlin“. In: *Lob zum Sammeln*. 2005.

Köpping, Klaus-Peter. *Adolf Bastian and the Psychic Unity of Mankind. The Foundations of Anthropology in Nineteenth Century Germany*. St. Lucia/London/New York, 1983.

Laytano, Dante de. “O Negro no Rio Grande do Sul”. In: *Estudos-Ibero-Americanos* 21(1), 1995, p.119-160.

Maestri Filho, Mário José. *O escravo no Rio Grande do Sul. A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1984.

Marcus, George E. “Contemporary Problems of Ethnography in the Modern World System”. In: Clifford, James & Marcus, George (Eds.). *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*, pp. 165-193. Berkeley, CA: University of California Press, 1986.

_____. “Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnographies”. In: *Annual Review of Anthropology* 24, 1995, p. 95-117.

Oro, Ari Pedro (Org.). *As religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

_____. *Axé Mercosul. As religiões afro-brasileiras nos países do Prata*. Petrópolis: Ed. Vozes 1999.

_____. “Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul. Passado e Presente”. In: *Estudos Afro-Asiáticos* Vol. 24, N°2, Rio de Janeiro 2002, p. 345-384.

Peers, Laura and Alison K. Brown (eds.). *Museums and sources communities. A Routledge Reader*. London, New York: Routledge, 2003.

Penny, Glenn. *Objects of culture: Ethnology and ethnographic museums in Imperial Germany*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2002.

_____. 2007. Pinto, Tiago de Oliveira. *Capoeira, Samba, Candomblé*. Tese de doutorado em Etnomusicologia (1CD

Bahia/Brasil). Berlin: Staatliche Museen zu Berlin/Preußischer Kulturbesitz, 1990.

_____. „Religiöse Kultobjekte afrikanischer Sklaven in Brasilien“. In: *Deutsche am Amazonas - Forscher oder Abenteurer?: Expeditionen in Brasilien 1800 bis 1914*. Staatliche Museen zu Berlin - Preußischer Kulturbesitz, Ethnologisches Museum. 2., unveränd. Aufl. Berlin: Lit Verlag, 2005. p. 56-65. [2002]

Porto, Nuno. “O museu e o arquivo do Império”. In: Basto, Cristiana; Almeida, Miguel Vale de. & FeldmanBianco, Bela.

Trânsitos Coloniais – diálogos críticos luso-brasileiros. Campinas/SP: UNICAMP, 2007.

Possas, Helga Cristina Gonçalves. "Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural". In: Figueiredo, Betânia Gonçalves & Vidal, Diana Gonçalves (Orgs.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argumentum, 2005. p. 151-162.

Prussat, Margrit. *Bilder der Sklaverei: Fotografien der afrikanischen Diaspora in Brasilien 1860-1920*.

Reuter, Astrid. *Voodoo und andere afroamerikanische Religionen*. München: Beck, 2003. Sanner, Hans-Ulrich. "Yup'ik Elders at Ethnological Museum Berlin. Towards Cooperation with Native Communities in Exploring Historic Collections". In: Fischer, Manuela; Bolz, Peter and Kamel, Susan (eds.). *Adolf Bastian and his universal Archive of Humanity. The origins of German Anthropology*. Hildesheim, Zürich, New York: Olms Verlag, 2007, p. 285-293. 15

Schmidt, Bettina. "Fetisch". In: *Wörterbuch der Völkerkunde*. Grundlegend überarb. und erw. Neuausg. Berlin: Reimer Verlag, 1999, p. 125.

Schwarcz, Lilia K. "A era dos museus de etnografia no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX". In: Figueiredo, Betânia Gonçalves & Vidal, Diana Gonçalves (Orgs.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argumentum, 2005. p. 113-136.

Silveira, Ana Paula Lima. *Batuque de Mulheres: Aprontando Tamboreiras de Nação nas Terreiras de Pelotas e Rio Grande, RS*. Belo Horizonte: Ed. Dialética, 2020.

SMB – Forschung bei den Staatlichen Museen zu Berlin, 2007. Disponível em: <http://www.smb.museum/forschung> Verger, Pierre Fatumbi. *Orixás: Deuses iorubás na África e no Novo Mundo*. 6ª ed. Salvador: Ed. Corrupio, 2002.

CANTORAS IMPROVISADORAS: ONDE ESTÃO AS MULHERES? VOZES, ESPAÇOS E LUGARES NA MÚSICA

Data de aceite: 01/12/2023

Paula Agrello Nunes Oliveira

(INET-md. Instituto de Etnomusicologia.
Centro de estudos em música e dança da
Universidade Nova de Lisboa)

RESUMO: Explorando as práticas musicais de cantoras que se destacam por meio da improvisação vocal na música popular brasileira urbana, este trabalho possui uma forte componente de estudos de gênero e feminismo no âmbito da Etnomusicologia. Aborda as diferenças e a busca pela equidade entre homens e mulheres em seus meios de atuação profissional, de modo a que com essa prática seja possível obter reconhecimento perante outros músicos e o público. Questiona as relações de poder no meio musical, tomando como base o que já conhecemos acerca do papel feminino ao longo da História da Música ocidental. Podemos inferir que muito ainda falta para que a mulher possa ser reconhecida e venha obter status através de sua produção musical, seja como intérprete, improvisadora ou compositora. Procura refletir acerca do lugar e dos espaços que uma cantora que improvisa ocupa, sendo estes o palco, as escolas de formação

musical profissionalizantes, estúdios de gravação, templos religiosos, ambientes informais ou mesmo domésticos. Trata a voz feminina (e sua multivocalidade) como expressão musical e lugar de fala, propondo formas de salvaguardar e incentivar suas práticas por meio de políticas públicas de cultura e incentivos coletivos.

PALAVRAS-CHAVE: Cantoras Improvisadoras; Improvisação Vocal Feminina, Etnomusicologia Feminista; Música Popular Urbana; Estudos de Gênero.

SINGERS WHO IMPROVISE: WHERE ARE THE WOMEN? VOICES, SPACES AND PLACES IN MUSIC

ABSTRACT: Exploring the musical practices of singers who stand out through vocal improvisation in urban Brazilian popular music, this work has a strong component of gender and feminism studies in the context of Ethnomusicology. It addresses the differences and the search for equality between men and women in their means of professional performance, so that with this practice it is possible to obtain recognition from other musicians and the public. It questions power relations in the musical

milieu, based on what we already know about the female role throughout the history of Western Music. We can infer that there is still a lot to be done for women to be recognized and gain status through their musical production, whether as an interpreter, improviser or composer. It seeks to reflect on the place and spaces that a singer who improvises occupies, such as the stage, professionalizing musical training schools, recording studios, religious temples, informal or even domestic environments. It treats the female voice (and its multivocality) as a musical expression and a place of speech, proposing ways to safeguard and encourage its practices through public policies of culture and collective incentives.

KEYWORDS: Singers who improvise; Female Vocal Improvisation; Feminist Ethnomusicology; Urban Popular Music; Gender Studies.

Observando performances profissionais femininas na História da Música Popular, ou até mesmo na música erudita, dificilmente nos recordarmos de exemplos em que uma mulher esteja no palco assumindo outra função que não a de cantora. Esforçando-nos um pouco mais, conseguimos trazer à memória exemplos de mulheres pianistas ou ocupando as seções de cordas friccionadas e flautas nas orquestras, na maioria dos casos. A divisão dos instrumentos musicais por gênero é uma construção social bastante arraigada na nossa sociedade e com um historial bastante antigo. Acerca desse tema várias pesquisas e trabalhos importantes vêm sendo desenvolvidos, principalmente na área de Educação Musical. Já na música popular, quando pensamos em mulheres atuando na cena musical, o mais comum seria citarmos cantoras e exemplos de pianistas que cantam. Dentro dos meios de produção cultural quase não encontramos mulheres guitarristas, baixistas ou bateristas, por exemplo, que se destacam em proporções parecidas às dos homens. São valores sociais e culturais que influenciam quais instrumentos a menina e o menino (ou muito provavelmente os pais) irão escolher: aqueles que não retiram a condição feminina da mulher que o executa ou que poderão de alguma forma masculinizar a mulher (TRAJANO, 2004).

A arte por meio do canto procura incitar, mover e transformar sentimentos. Está presente no cotidiano de todos os indivíduos desde a infância. O cantar, ainda que amador e reduzido a espaços reservados, possibilita a expressão de variados discursos e sentimentos. Não requisita um momento de estudo exclusivo, em que atividades diárias deixam de ser realizadas, como outros instrumentos musicais requerem. Em contextos não profissionais não é necessário um momento apropriado para sua prática, uma vez que o corpo é o instrumento. A prática vocal na música está presente onde está o corpo. É possível, por exemplo, cantar e lavar louça, cantar e tomar banho, cantar e ninar uma criança. Esta maneira de praticar o canto, associado a outras atividades domésticas e cotidianas, ou em contextos religiosos comumente permitidos às mulheres, faz parte das rotinas femininas ao longo dos séculos. Por este motivo também é mais provável que uma mulher se torne cantora.

Sou uma cantora improvisadora. Desde o início dos meus estudos musicais me deparei com questões que me acompanharam ao longo de minha trajetória profissional na música e que continuam nos dias atuais, sobretudo agora que ocupo também o lugar de educadora do Canto Popular numa instituição formal e profissionalizante. Desde o início percebi que não bastaria estudar o canto e o repertório da música popular com maestria e afinco para que eu fosse legitimada enquanto musicista de excelência e de alta *performance*. Compreendi que ser uma cantora que improvisa contribuiria muito para que eu fosse respeitada, uma vez que na Música Popular Brasileira são pouquíssimas as intérpretes que se destacam improvisando. Era preciso provar aos músicos, homens, que era tão capaz quanto eles para que eu pudesse ter voz ativa dentro da minha própria banda, por exemplo. A improvisação exige conhecimentos teóricos musicais avançados e horas de estudo e prática. Nesse contexto, em busca de respostas iniciais que pudessem fundamentar estes questionamentos, percebi que aspectos femininos não são o suficiente para validar a inserção de mulheres em ambientes maioritariamente masculinos. Quando lidamos com colegas homens, precisamos constantemente elencar qualidades e adjetivos que se aproximam do universo masculino. Uma mulher que não canta e opta por tocar um instrumento precisa ser frequentemente comparada a um homem. Já aquela que canta precisa tocar algum outro instrumento para ser considerada uma boa musicista.

A iniciativa dessa pesquisa surgiu com as dificuldades em sala de aula em ensinar improvisação vocal aos meus alunos de canto popular, em sua maioria mulheres, uma vez que os métodos conhecidos são os baseados no *Scat Singing* do Jazz norte americano, além de vivências criativas a partir da minha experiência particular enquanto professora e instrumentista vocal que improvisa. Quando pensamos em improvisação vocal na música brasileira, Leny Andrade é sem dúvida alguma uma das maiores referências para várias outras cantoras improvisadoras. Inspirou-me a estudar improvisação, para além da interpretação comum dos temas em aulas de canto. Dolores Duran, Elza Soares, Flora Purim, Gal Costa e Elis Regina são também grandes referências para a escola do canto popular brasileiro, além de cantoras improvisadoras atuais, como Badi Assad, Luciana Souza, Vanessa Moreno, Tatiana Parra, Dani Gurgel e outras. Inspiraram-me a aprofundar questões que vão além do método, pautadas em comportamentos sociais, históricos e culturais, que fazem as mulheres, na maioria dos casos, optarem por estudar canto ou piano, improvisar ou não improvisar, na música popular. Isto se deve, em parte, ao que Lucy Green chamou de transgressão do ideal de feminilidade imposto pela sociedade:

As mulheres instrumentistas são parcialmente transgressoras, porque estão mais próximas de um trabalho intelectualizado, enquanto as mulheres compositoras e improvisadoras são totalmente transgressoras deste ideal de feminilidade socialmente imposto. O trabalho intelectual é visto assim como transgressor do modelo de contenção, posto que não seria algo compatível com o feminino (GREEN, 2001, p. 24).¹

¹ Las instrumentistas femeninas son parcialmente transgresoras, porque están más cerca de una obra intelectualizada, mientras que las compositoras e improvisadoras son totalmente transgresoras de este ideal de feminidad socialmente impuesto. El trabajo intelectual es visto como una transgresión del modelo de contención, ya que no sería algo compa-

Mulheres sempre atuaram e compuseram, dentro de seus limites culturais. Não podemos deixar de considerar que tivemos nossos lugares de atuação menos valorizados socialmente. Composições e performances musicais femininas precisam se “masculinizar” ou ser comparadas às dos homens, assumindo análises pejorativas, para ganhar notoriedade. Esse comportamento não é exclusivo ao fazer musical. Pode ser observado também em outras atividades profissionais, como literatura², artes plásticas e ciência. O cinema está repleto de obras que ilustram este tema. Recentemente o filme *Hidden Figures* (EUA, 2016)³, baseado no livro homônimo de Margot Lee Shetterly, retrata as mulheres matemáticas negras que trabalharam na NASA na década de 1960 dando suporte aos cientistas homens e brancos. Atuando em linhas de frente, não assinaram importantes projetos, pois estes sempre foram de responsabilidade e autoria masculinas. Outro título interessante é *Big Yes* (EUA, 2014)⁴, drama biográfico dirigido por Tim Burton que conta a estória do casal de artistas plásticos Walter e Margaret Keane, famoso no final dos anos 1950 e início dos 1960 por retratos de mulheres e crianças com olhos grandes. As obras de autoria de Margaret eram assinadas por Walter. Felizmente, Margaret consegue reverter a situação e levar ao tribunal o próprio marido, requerendo para si os direitos autorais de suas obras.

Um dos aspectos mais evidentes do controle conjunto de espacialidade e identidade dessas representações e práticas culturais no Ocidente está relacionado à distinção cultural entre público e privado. A tentativa de confinar as mulheres ao mercado doméstico era tanto um controle espacial específico quanto, através disso, um controle sobre identidade. Composições e obras de arte muitas vezes assinadas por homens sempre foram tidas como garantia de selo de qualidade (NOGUEIRA, 2015). O fato de várias mulheres se sentirem compelidas a ocultar a feminilidade e assumir a autoria sob uma identidade neutra ou masculina mostra que o preconceito de gênero ainda é e sempre foi muito real. As mulheres deveriam ocupar o espaço doméstico de seus lares. Habitavam literal e metaforicamente a esfera privada. Assim, era natural que as mulheres compusessem formas menores, como o *Lied*⁵, canção para piano e voz. O termo música de salão tornou-se sinônimo de “música de mulher”. Implicava amadorismo e, portanto, menor valor criativo. Na Musicologia, o espaço ocupado por mulheres tem sido alvo constante de discussão. Uma rápida vista de olhos nas atividades musicais é suficiente para constatar que os trabalhos das mulheres estão fora do Cânone⁶ (CITRON, 1990). É difícil encontrá-los em programas de concertos,

tible con el femenino feminino (GREEN, 2001, p. 24). Livre tradução.

2 Na literatura temos alguns exemplos. George Eliot foi pseudônimo usado por Mary Ann Evans (1819 – 1880), romancista autodidata britânica, para que seus trabalhos fossem levados a sério. Assim como George Sand é o pseudônimo de Amandine Aurore Lucile Dupin (1804 – 1876), baronesa de Dudevant, aclamada romancista e memorialista francesa.

3 Título em português: “Estrelas Além do Tempo”.

4 Título em português: “Grandes Olhos”

5 Plural de Lied, canção alemã.

6 O termo Cânone advém da Literatura e é uma ferramenta básica na definição do escopo da disciplina. Os trabalhos admitidos neste prestigiado grupo conquistam profundo respeito, tornam-se material de base para discursos críticos e estabelecem padrões de exclusão para obras cuja qualidade e conteúdo temático não atendem a certos critérios disciplinares. Cânone é mais ou menos equivalente a repertório padrão, standard. Dá uma espécie de salvo conduto, pois se

em livros de História e antologias da música padrão. Nas coleções tradicionais, o gênero não é uma condição necessária declarada para inclusão, nem uma categoria para análise, embora o resultado de fato seja a exclusão quase ou total das mulheres.

Essa inexistência categórica geralmente ocorre quando as normas e valores da cultura dominante, neste caso a sociedade masculina, são assumidos para toda a sociedade. Um padrão semelhante se refere às categorias de classe e raça. Condições e convenções ligadas ao gênero frustram as chances da mulher ter status profissional, um requisito para a inclusão potencial de Cânones. Ainda que o espaço urbano fosse costumeiro e cotidiano para as mulheres escravas, imigrantes e as muitas trabalhadoras, ele era proibido para aquelas que pertenciam às classes média ou alta e que baseavam sua trajetória de vida na manutenção do *status quo*. Muitos dos espaços sociais de cultura, produto do modernismo, fizeram dos espaços públicos da cidade os espaços dos homens. Sabemos que, por razões de “propriedade” socialmente construída, as mulheres respeitáveis simplesmente não podiam passear pelas ruas e parques desacompanhadas. As outras teriam seu movimento restringido pela ameaça de violência dos homens. A urbanização do século XIX foi um período crucial no desenvolvimento da noção de separação das esferas e o confinamento das mulheres (MASSEY, 1994). A possibilidade do desenvolvimento da atividade musical profissional era vista como não desejável, sujeita a suposta perda de sua respeitabilidade.

As subáreas de conhecimento das Ciências Sociais e Humanas apresentam um mundo vasto a ser explorado. Nesse sentido, as maneiras como as multidisciplinaridades se inter-relacionam têm cooperado imensamente com os estudos musicais e artísticos. As discussões envolvem questões de gênero, identidade, gosto musical e as formas de recepção do ouvinte, aprendizagem formal e informal da Música e do Canto Popular, mas também estudos de mídia, funcionamento da indústria cultural e formação do gosto coletivo, desenvolvimento de habilidades, estéticas e sensibilidades musicais, diferenças entre popular e erudito, além de normas e padrões culturais estabelecidos em nossa sociedade acerca de condutas morais de comportamento. Podemos citar inúmeros exemplos de estudos acadêmicos que abarcam estes aspectos de forma isolada, mas que se comunicam entre si. Não é possível fazer um estudo sobre o feminino na música sem antes considerar o esforço de grandes autoras. Para isso, devemos reconhecer a trajetória dessas investigações no âmbito musicológico. As obras de Susan McClary (1991) e Ellen Koskoff (1987, 2014), por exemplo, abordam temas sensíveis e delicados, que merecem todo o cuidado e atenção, pois tocam em esferas emocionalmente profundas do cotidiano cultural de nossa sociedade.

A Geografia sonora dialoga com a Etnomusicologia e nos revela campos de estudo que sempre estiveram intimamente ligados. Geógrafos culturais, sobretudo a partir dos anos 2000, consideram que os lugares evocam emoções e relações individuais em uma determinada sociedade, ainda que inconscientemente. Emoções se movem e afetos presume que certos repertórios ou textos são melhores e mais merecedores que outros (CITRON, 1990).

circulam. Ambos são móveis. Na geografia afetiva, há a perspectiva em que o corpo não é visto como pessoal, mas como transpessoal. Podemos ainda perceber, sob outra perspectiva, que a ligação entre corpo e espaço não é universal, ainda que a humanidade venha assumir estereótipos (CAMPBELL, 1990) e símbolos inconscientes (JUNG, 1964). Diferentes corpos possuem diferentes capacidades afetivas, de sentir e de participar no mundo (TOLIA-KELLY, 2006). O engajamento geográfico com a voz se apresenta como opção para explorar sons e espaços da política e como eles afetam nossas capacidades de ouvir e responder ao outro. Mais do que escutar os elementos musicais de um fato sonoro é necessário compreender que os significados da música se encontram em todos os seus processos. Contar a história da presença feminina na arte do canto, dentro e fora de espaços públicos ou privados, é uma forma de trazer à superfície questões delicadas. Iluminar estes pontos, resgatando a produção musical das mulheres, contribui para aumentar os espaços e o empoderamento femininos.

A interseção entre música e lugar despertou crescente atenção nos últimos anos à medida que diferentes disciplinas adotaram o bastão acadêmico para aumentar a riqueza e a complexidade dos estudos sonoros. O relacionamento entre música e lugar pode ser descrito como coprodução, em que a música reflete, mas também produz lugar (COHEN, 1995). A distinção de lugar na música geralmente se baseia na suposição de que existe uma conexão entre um local real e as características do som produzido nesse local (BRANDELLERO & PFEFFER, 2015). O som é inseparável de paisagem social. A voz, ou a falta dela, é o mais imediato meio de expressão, mas ela não é apenas um meio de comunicação de palavras e frases entre pessoas. Vozes e suas articulações linguísticas são produtos de relações, geografias e subjetividades. Kanngieser (2012) concorda com Butler (1997) acerca das maneiras como as vozes são moldadas. Para ela, uma geografia da voz é capaz de moldar mundos e espaços, revelando a operação criativa e constitutiva de fala e linguagem. Reproduz codificações de poder, classe, gênero e raça. Tomando as experiências de espaço e lugar das mulheres, pesquisadoras feministas, especialmente, não estavam apenas atentas às emoções e sentimentos que as mulheres experimentaram em lugares e espaços específicos, mas o que eles poderiam provocar numa determinada sociedade ou grupo cultural.

As relações entre o fazer artístico e suas representações criam e organizam experiências. Espaço e lugar, e nossos sentidos sobre eles são discriminados pelo gênero. Variam entre culturas e ao longo do tempo. “Espaço e lugar refletem e têm efeitos sobre as maneiras pelas quais o gênero é construído e compreendido nas sociedades em que vivemos” (MASSEY, 1994, p. 186)⁷. A nova geografia cultural demonstra como representações particulares (re) produziram classes desiguais, gênero e relações de poder raciais (ANDERSON, 2019). Lugares de prática musical e espaços de encontros são ricos

⁷ Space and place reflects and has effects on the ways in which gender is constructed and understood in the societies in which we live (MASSEY, 1994, p. 186). Livre tradução.

em codificações e narrativas, pois produzem política. Precisamos pensar no que essa forma de representação faz para mulheres, como produz ativamente conceituações do que é feminino e o que é masculino, como ele influencia a forma das relações de gênero, e como contribui para a circunscrição física e social da vida das mulheres, uma vez que representações tornam vivas imagens e palavras.

A perpetuação da desigualdade de gênero reforça estereótipos acerca do que é entendido como masculino e feminino dentro das práticas e performances artísticas, culturais e nas estruturas sociais. Estabelecidas pelos processos históricos, estas categorias de identidade raramente são questionadas e são continuamente reforçadas. Perceber estes processos sob a perspectiva de gênero possibilita compreender e definir identidades. Gênero é um meio de estabelecer redes de poder, capital, autoridade e é um processo de resistência. É também uma ferramenta analítica e crítica contra estas relações de poder (SETTIMINI, 2020). Vale salientar que gênero não pode ser tratado como um problema exclusivo das mulheres. Homens também têm gênero. Entretanto, esta perspectiva binária de gênero, em que se polariza masculino e feminino, há muito vem sendo contestada e desmistificada. Sabemos que há mais possibilidades e fluidez entre estes polos. Estudos sobre sexualidade em várias áreas do pensamento demonstram que gênero abrange uma complexidade de fatores: biológicos, psicológicos, sociais, culturais etc. Seria superficial uma tentativa de universalizar experiências masculinas e femininas, negligenciando questões de classe, etnia, idade e sexualidade, entre outros. Mas o que todo este discurso social e biológico tem a ver com a música e o que esperar dos estudos de Etnomusicologia feminista que buscam incansavelmente trazer estas questões à superfície e iluminar a produção musical das mulheres?

Já sabemos que mais do que apenas escutar os elementos musicais de um fato sonoro pertencente a uma manifestação cultural é necessário compreender que os significados da música se encontram em seus processos contextuais, sejam eles sociais, econômicos, políticos, históricos, psicológicos ou culturais. É consenso na literatura acadêmica que o mundo musical contemporâneo e ocidental ainda vem sendo um ambiente de predomínio e privilégio masculino. Antes de 1800, a atividade musical era organizada em torno de unidades políticas e eclesiásticas e as mulheres foram institucionalmente excluídas, pois tanto as convenções tradicionais quanto as proibições formais as impediam. É claro que as mulheres tiveram vários graus de sucesso na tentativa de alcançar seus objetivos. A cultura dominante pode não reconhecer tradições do feminismo como valiosas. No entanto estas precisam de proteção ou salvaguarda semelhante às utilizadas pela patrimonialização. A definição de patrimônio cultural intangível encaixa-se bem com interesses mais efêmeros e não comerciais, os quais há documentação limitada (WHITERS, 2015).

Um dos grandes desafios feministas diz respeito à indústria da música capitalista. As práticas musicais de mulheres que estão à margem do grande público tendem a desaparecer sem os esforços da patrimonialização. A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio

Cultural Imaterial (2003) é uma ferramenta que orienta as práticas não comerciais da música popular. Oferece estruturas para reconhecer e salvaguardar formas de produção cultural que surgem e ajudam a moldar as comunidades políticas e suas identidades. A definição de patrimônio imaterial da UNESCO é útil para pensar sobre o valor patrimonial da música criada em comunidades que a usam para protestar contra a ordem dominante, derrubar sexismos, hierarquias e exploração econômica, mas, sobretudo também, para produzir cultura. A busca por esta igualdade não se refere apenas a priorizar mulheres. Pessoas pretas, indígenas, homossexuais e outros grupos étnicos e religiosos, frequentemente discriminados, precisam ser incluídos e preservados. A presença de políticas que possam reconhecer os excluídos, aliada às políticas de igualdade, favorecem as práticas culturais das minorias como um todo, que são elementos essenciais na construção do patrimônio cultural e estão intimamente ligados à identidade cultural de um grupo, nação ou povo. A luta pela identidade emana do processo de modernização com seus padrões renovados de dominação e subordinação (BLAKE, 2000). Identidades são fluidas, subjetivas e multidimensionais. A inclusão demanda especificidades diferentes em cada um dos casos. Não há como aplicar uma política global para obter os mesmos resultados em todas as situações. Talvez o contraste entre os incluídos e os excluídos seja simples demais para essa complexa realidade global (NAS, 2009). Em princípio, este processo irá excluir artistas que nunca gravaram nada, cujos registros áudio visuais são escassos ou nulos. Mas é necessário promover políticas que possam dar continuidade histórica para o legado artístico de comunidades feministas. A patrimonialização é uma maneira de levar a sério as práticas, representações, conhecimentos e habilidades desenvolvidas por mulheres e outras minorias.

Sarah Cohen (1993), em seus estudos de Etnografia e música popular, nos revela que ao analisar uma etnografia, também é importante utilizarmos uma abordagem comparativa com diferentes grupos ou culturas e como elas podem classificar, organizar e conceitualizar relacionamentos de maneira diferente. Para a autora, a Antropologia também tendeu a ser holística, pois as relações e atividades sociais são vistas com dimensões culturais, políticas e econômicas diferentes. A coexistência delas é examinada em contextos específicos, mas eles também podem estar situados em um contexto mais amplo e histórico, a fim de observar, por exemplo, a inter-relação de sistemas políticos, econômicos e culturais em determinados momentos e lugares. E é por estes motivos que contribuições que envolvam igualdade de gênero, patrimonialização e música popular precisam referenciar e endossar as pautas políticas dos governos. Cabe a nós, investigadores, continuarmos a fazer nosso trabalho em prol de melhorias para a sociedade, para que aja mais equidade de oportunidades e respeito à diversidade.

É ainda necessário salientar que, mesmo após construir uma carreira, ainda tenho dificuldades no ambiente musical formal e acadêmico apenas pelo fato de ser mulher, pois a sociedade impõe dificuldades diferentes para homens e mulheres. Percebi então

o quanto está materializado na sociedade e nas mais diferentes culturas o machismo e o patriarcado (Brasil e Portugal são exemplos), ainda que o feminismo das últimas décadas tenha contribuído muito para que vários comportamentos estruturais se modificassem. A questão das práticas musicais no âmbito feminino e, mais especificamente, a prática da improvisação, verifica-se ser uma área de investigação bastante recente, com viés Etnomusicológico e multidisciplinar, em que a Música se relaciona com as outras grandes áreas das Ciências Humanas, como a Sociologia, a Antropologia, a História e a Comunicação. Não há como excluir estas intersecções em uma pesquisa. A ainda escassez de fontes escritas abordando estes aspectos aperfeiçoa a importância da investigação, privilegiando documentar, analisar e recuperar com isso parte da memória musical. A forma como estes aspectos se articulam e provocam reflexões sugere uma contribuição relevante para os estudos da Música Popular Urbana e dos estudos de gênero, sobretudo dentro da Etnomusicologia.

Ao longo desta pandemia provocada pelo COVID-19, em que estivemos em casa tanto tempo, recorremos às redes sociais em grande parte dos nossos dias. Assistimos a filmes, séries e peças de teatro, ouvimos músicas e álbuns inteiros nos *streamings*, assistimos à *lives* de músicos e à shows de bandas famosas no *Youtube*, *Facebook* e *Instagram*, acompanhamos Festivais online etc., recursos estes que foram criados para sustentar a classe artística neste momento de difícil crise econômica na Cultura, área bastante afetada pelos efeitos da pandemia. A sociedade está conseguindo perceber a importância da arte em nossas vidas coletivas e sua contribuição para a sanidade mental dos indivíduos. Perguntei-me diversas vezes quantos homens estariam seguindo musicistas no *Instagram*, participando de suas *lives*, assistindo a seus vídeos. Estariam também outras mulheres apoiando umas às outras mutuamente? Alguns festivais *online* foram criados exclusivamente com musicistas, outros procuraram aumentar os espaços femininos em contextos de diversidade. Utilizar os meio *online* tem sido uma prática recorrente para salvaguardar a arte realizada por mulheres, por meio de visitas virtuais a sites de museus, *fanpages*, bibliotecas, revistas especializadas e páginas dedicadas a todos os tipos de artistas.

Dar mais oportunidades para as mulheres que não fazem parte do circuito comercial para que possam ocupar os espaços, ainda que virtuais, não é suficiente. É preciso chegar às diferentes audiências, mantendo a autonomia. A multivocalidade como passagens de fronteira no contexto do canto é um estudo recente e compreende bem essas intersecções amplas e fluidas do nosso mundo contemporâneo. Cantoras multivocais costumam ser aquelas que precisam continuamente identificar e cruzar fronteiras em sua vida cotidiana - mulheres pretas, imigrantes ou cantoras que navegam por fronteiras de gênero, étnicas e até religiosas (MEIZEL, 2020). Percebo que dentro da categoria “música de mulheres”, o subgrupo “cantoras que improvisam” ou “instrumentistas improvisadoras” ainda ocupa pequenos espaços e faz parte de uma estética que alcança um público seletivo e difícil de

agradar. Ainda somos dependentes das políticas públicas de cultura para participar de editais e festivais de música, bem como para produzir gravações e álbuns. Entendendo o período histórico que estamos vivenciando no Brasil e no mundo, a falta de incentivo às práticas culturais como um todo, a dificuldade em manter vivas as tradições populares, o retrocesso aos direitos humanos básicos dos brasileiros, me pergunto como conseguiremos dar voz às minorias (que na verdade são majorias) e permitir que ocupem os espaços sociais, urbanos, sem que sejam calados enquanto lutam por suas subsistências. Está difícil nos mantermos vivos nesse caos planetário. Seguiremos estabelecendo e delimitando nossos espaços, firmando e fazendo nossas vozes ecoarem em busca de uma sociedade com mais equidade e justiça. Como sempre.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Ben. Cultural Geography II: The Force of Representations. *Progress in Human Geography*. Durham University, UK, v. 43, p. 1120-1132, 2019.

BLAKE, Janet. On Defining the Cultural Heritage. *International and Comparative Law Quarterly*, v. 49, p. 61-85, 2000.

BRANDELLERO, A. & PFEFFER, K. Making a scene: exploring the dimensions of place through Dutch popular music, 1960–2010. *Environment and Planning A*, v. 47, n.7, p. 1574-1591, 2015

BUTLER, J. *Excitable Speech*. New York: Routledge, 1997.

CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CITRON, Marcia J. Gender, Professionalism and the Musical Canon. *The Journal of Musicology*, University of California Press, Vol. 8, n. 1, p. 102-117, Winter, 1990.

CITRON, Marcia J. *Gender and the Musical Canon*. University of Illinois Press, 2000.

COHEN, Sara. Sounding out the city: music and the sensuous production of place. *Transaction of the Institute of British Geographers*, London, v. 20, n.4, p. 434–446, 1995.

COHEN, Sara. Ethnography and Popular Music Studies. *Popular Music*, Cambridge University Press, v. 12, n. 2, May, p. 123-138, 1993.

GREEN, Lucy. *Música, género y educación*. Madrid: Ediciones Morata, 2001.

JUNG, C. G. *Man and His Symbols*. New York: Dell Publishing Co, 1964.

KANNIESER, Anja. A sonic geography of voice: Towards an affective politics. *SAGE Journals*. *Progress in Human Geography*, v. 36, n.3, p. 336 – 353, 2012.

KOSKOFF, Ellen. *Women and Music in Cross-Cultural Perspective*. Urbana: University of Illinois Press, 1987.

KOSKOFF, Ellen. *A Feminist Ethnomusicology: Writings on Music and Gender*. Chicago: University of Illinois Press, 2014

MASSEY, D. *Space, place, and gender*. University of Minnesota Press, 1994.

McCLARY, Susan. *Feminine Endings*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1991.

MEIZEL, Katherine. *Multivocality*. Oxford University Press, 2020.

NAS, Peter. Masterpieces of Oral and Intangible Culture: reflections on the UNESCO World Heritage List. *Current Anthropology*, v. 43, n.1, p. 139 – 148, 2009.

NOGUEIRA, Isabel. Entre o espelho e o mosaico: reflexões sobre performance e musicologia na construção da identidade feminina em música. *Revista da Tulha*, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 302-342, 2015.

SETTIMINI, Elena. Women's representation and participation in UNESCO heritage discourse, *International Journal of Heritage Studies*, London, v. 27, n. 4, p. 1-15, 2020.

SMITH, LauraJane. Heritage, Gender and Identity. In Graham and Howard (eds) *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity*, 2008.

TOLIA-KELLY, Divya P. Affect – an ethnocentric encounter? Exploring the 'universalist' imperative of emotional/affectual geographies. *Royal Geographical Society* (with The Institute of British Geographers), 2006.

TRAJANO, Wilson Filho. *O Sentido dos Sons: Uma Etnografia dos Atos de Música*. Brasília, 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília.

WITHER, Deborah M. Intangible Cultural Heritage and the Women's Liberation Music Archive. In Cohen, Knifton, Marion Leonard, and Les Roberts (eds). *Sites of popular music heritage: memories, histories, places*. New York: Routledge, 2015, p. 125-139.

CAUSOS, VISAGENS E ENCANTARIAS: O CASO DAS APARIÇÕES NA ILHA DE COTIJUBA - PARÁ

Data de submissão: 02/11/2023

Data de aceite: 01/12/2023

Maria Roseli Sousa Santos

Universidade do Estado do Pará

Belém – Pará

<http://lattes.cnpq.br/1757420475874445>

Raqueline Brito da Cruz

Universidade do Estado do Pará

Belém – Pará

<http://lattes.cnpq.br/3759481949473931>

RESUMO: Este artigo é um estudo de caso sobre causos, visagem e encantaria a partir de relato oral de um morador da ilha de Cotijuba – Pará, que relatará as aparições na ilha. O objetivo foi analisar o conteúdo dos relatos, identificando os aspectos míticos, assim como, referências da cultura amazônica, cultura popular e cabocla que permitam compreender as crenças antigas e atuais sobre as aparições e os encantados. A metodologia consiste em pesquisa de campo com coleta de relatos orais, estudo teórico acerca da temática e análise de conteúdo dos relatos, com interpretação na fundamentação teórica. Refletimos que não se esgotarão os elementos culturais das narrativas do imaginário, pois eles estão – e são – integrados à vida do povo amazônida. O que encontramos é mais uma

das crenças da sabedoria do morador, que viveu no mesmo lugar e, ainda vive, é sua identidade viva e movente.

PALAVRA-CHAVE: Amazônia; Aparições; Identidade; Cultura; Encantados.

STORIES, VISAGES AND ENCHANTMENTS: THE APPARITIONS'S CASE ON COTIJUBA ISLAND – PARÁ

ABSTRACT: This article is a case study on stories, visage and enchantment based on an oral report from a resident of the island of Cotijuba – Pará, who will report the apparitions on the island. The objective was to analyze the content of the reports, identifying the mythical aspects, as well as references from amazon culture, popular and cabocla culture that allow understanding ancient and current beliefs about apparitions and enchanted people. The methodology consists of field research with collection of oral reports, theoretical study on the topic and content analysis of the reports, with interpretation on the theoretical basis. We reflect that the cultural elements of imaginary narratives will not be exhausted, as they are – and are – integrated into the lives of the amazonian people. What we find is another of the wisdom beliefs of the resident, who

lived in the same place and still lives, it is his living and moving identity.

KEYWORDS: Amazon; Apparition; Identity; Culture; Enchanted.

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz o relato sobre aparições na Ilha de Cotijuba, através da entrevista com Seu Jaime, morador da ilha. Compreender essa experiência cabocla amazônica nos traz a compreensão de que o nativo possui uma profunda relação com a natureza, com o meio onde está inserido. Como falaremos dos fatos ocorridos em uma ilha, certamente abordaremos que há um isolamento do indivíduo, tendo sua vida às margens do rio, e tendo o rio como sua rua. Com isso, iremos dialogar com o escritor João de Jesus Paes Loureiro, em sua obra “Cultura Amazônica” (1995).

É importante destacar voz do morador buscando compreender seus relatos de sua vida no local onde viveu, e ainda vive, trajetórias e expressões, utilizando a obra *Entre o rio e a rua* da professora Roseli Sousa como destacamos a seguir:

A compreensão sobre a produção de saberes emergida das histórias orais está intrinsecamente relacionada à memória, à lembrança e ao esquecimento, elementos fundamentais neste trabalho para que se faça a inserção na história coletiva dos narradores e se compreenda a relação com a história do lugar (SOUSA, 2010, p. 36).

Há questões que abordaremos, também, no que diz respeito ao que o caboclo denomina de “bichos visagentos” (GALVÃO, 1955), como uma nomenclatura genérica sobre as aparições. Todavia, destacamos que diferentemente dos santos, as visagens não recebem cultos ou devoção, muito pelo contrário, o caboclo os evita. E através da leitura da obra *Santos e Visagens* de Eduardo Galvão iremos estudar como ocorre essa “interação” do caboclo e o sobrenatural.

Compreendemos a importância dos estudos de obra dos autores que dissertam sobre o homem amazônico, caboclo, o nativo, bem como suas culturas e suas identidades. Há peculiaridades na vida do morador da Amazônia, pois carregam consigo “traços fundamentais de sua cultura” (LOUREIRO, 1995) e foi no período colonial que se deu a formação de boa parte de nossa cultura, a cultura brasileira.

Mas, como podemos entender o que é a cultura amazônica? Se analisarmos, podemos perceber e encontrar sua cultura, sua vida em profundo relacionamento com a natureza, com o rio, a mata, os animais, podendo dizer que em primeira instância essa cultura está sob influência da cultura cabocla, como mencionamos, com um estreito relacionamento com a natureza, natureza selvagem.

Ao nos debruçarmos na historiografia literária disponível sobre o “nascimento” dessa cultura ao qual estamos a abordar, podemos dizer que nasceu de uma “acumulação cultural” (LOUREIRO, 1995), advinda do colonizador, do escravo africano, dos habitantes

originários também conhecidos como indígenas, da cultura nordestina, dos imigrantes. Com a chegada dos portugueses e dos escravos, depois com o período da borracha e muitos outros acontecimentos e fatos históricos ocorridos na Amazônia, hoje temos uma diversidade cultural, cultura mista, cultura amazônica.

Queremos, porém, destacar um ponto importante ao falar de identidade. O que falaremos aqui diz respeito à reflexão de autoestima, da consciência, do valor, do seu próprio reconhecimento e não deve ser confundido com o “sentido de superioridade ou pureza raciais” (LOUREIRO, 1995). O que é importante ao falar de identidade amazônica é sua relação entre ele, o homem, a sociedade, mas também com a natureza e com a história. Essa vida cabocla está inserida fortemente na história, ou melhor dizendo, essa vida cabocla é nossa história, é a história do Brasil.

MÉTODOS E PROCESSOS

Os métodos e processos metodológicos indicam uma pesquisa social com predominância aos aspectos qualitativos, onde aplicou-se pesquisa teórica acerca da temática e análise de conteúdo dos relatos; e pesquisa de campo em sua natureza descritiva e explicativa. No caso do estudo em questão, vamos estar focadas nos relatos orais do Seu Jaime da Costa Monteiro, cinquenta e seis anos, morador de Cotijuba desde seu nascimento. Seu pai também foi morador da Ilha, tendo trabalhado em um “abrigo de menores” e morreu com noventa e seis anos. Toda sua família nasceu, morou e alguns morreram na ilha. Ao realizar as análises do conteúdo das narrativas identificamos algumas unidades de sentido no corpo da fala do Seu Jaime, que remete aos causos de visagens/encantarias/aparições, como: “lugar/território”, “memórias – paisagem antiga/atual”, “travessia” que está ligada ao rio – fluxos das águas – tempo. São elementos da cultura entranhadas na vida do ribeirinho e que mostra a intimidade com seres encantados; sua forma de aproximação com os fenômenos estudados que o faz ter conhecimento da existência de aparições.

Deste modo, este artigo apresenta os seguintes tópicos: “causos e visagens” – “memórias de um morador”, onde falaremos da ilha ao qual nasceu e vive Seu Jaime; “causos, visagens e encantarias e aparições”, aqui iremos trazer os conceitos concernentes os mencionados no título do artigo; “Cotijuba e o olhar mítico do narrador”, onde relataremos a fala e experiência do morador com os “visagentos”; e a conclusão do artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Causos e visagem – Memórias de um morador

Os aspectos históricos estudados revelam que o município de Belém do Pará é rodeado por 42 ilhas, segundo o *Anuário Estatístico do Município de Belém* (SEGEP,

ANUÁRIO 2020), e dentre essas ilhas temos a Ilha de Cotijuba, sendo esta ilha a terceira maior, com uma área de 15,8071 km². Para ter acesso à ilha, as embarcações saem do município de Icoaraci e está localizada a 22 km ao norte da cidade. As praias mais famosas da ilha são: Praia do Amor, Praia Vai-Quem-Quer e Praia do Farol, contando com infraestrutura como pousadas, bares e restaurantes.

O nome da ilha vem dos índios tupinambás, que tem em seu significado “trilha dourada”, que faz referência ao seu solo argiloso (G1, 2012). Em Cotijuba foi construído um educandário chamado Educandário Nogueira de Farias, onde eram recebidos meninas e meninos abandonados ou infratores da lei. Inclusive, as ruínas do educandário ainda estão à vista e são um dos atrativos turísticos do local.

Segundo o *Diário do Turismo*, a ilha possui sua economia voltada para aquilo que é a identidade do ribeirinho, a pesca. Mas eles possuem também uma agricultura de subsistência, fruticultura e o turismo (DIÁRIO DO TURISMO). É importante mencionar que em 1990 a ilha é transformada em uma Área de Proteção Ambiental, tendo sido instituída pela Lei municipal nº 5.621/1990, do município de Belém do Pará, como forma de garantir a obrigação de preservação do seu ecossistema.

Durante a pesquisa de campo pude observar que a comunidade onde mora o Seu Jaime é uma das praias mais conhecidas – das muitas outras – da ilha, a Praia Funda. Elementos locais observados dos moradores da Praia é que eles sobrevivem da pesca e do turismo, onde há hospedagem com restaurantes beira-mar. Após a travessia de Icoaraci para a ilha de Cotijuba, existe o trajeto até a Praia Funda onde você observa diversas denominações da religião cristã como uma igreja católica, evangélicas de diversas denominações. Não conseguimos identificar outras religiões, todavia, cremos que elas estejam inseridas na comunidade.

Sobre a dinâmica cultural da ilha voltadas para os aspectos da encantaria, as narrações do Seu Jaime contam que, quando ele ainda era criança – “rapazola”, na Ilha de Cotijuba havia um presidio de “menores infratores” que estudavam e viviam lá. Com o tempo aumentou a população da ilha e a criminalidade também, aumentou e o presidio que era para menores se tornou para adultos. Porém enquanto era para menores a finalidade era “abrigá-los” para ressocialização, pois como nos diz Seu Jaime: “teve gente que de lá que se formou, estudou lá, se formou lá, casou lá, morou lá, morreu”.

O aumento demográfico gerou alterações na rotina da ilha. Há ainda, como registro do passado, as ruínas do presídio que seu Jaime menciona como “a carcaça lá do presídio”. Outro aspecto que alterou a paisagem da ilha foi a existência de balneários na ilha, que acarretou no aumento da criminalidade, pois ele rememora que: “[...] dantes não matavam ninguém lá, se morreram a gente não impedia, mas ninguém sabia. Mas agora virou a bandidagem tá lá liberada, a droga tá liberado.”

Seu Jaime lembra que o acesso a Cotijuba, antigamente, era através de um “barcozinho” de um morador da ilha. Ele nos conta que:

Aí você ia de madrugada, saía da sua casa duas horas, era conforme a maré, duas horas, três hora, uma hora da madrugada a gente tinha que tá no porto, pra vim pra Icoaraci fazer tudo naquele horário, que tinha que fazer que dissesse que meio-dia a gente ia ter que sair meio-dia, você tinha que estar lá porque se perdesse, só ia no outro dia.

Na voz de seu Jaime há uma percepção de que o fluxo das marés dita a dinâmica do ir e vir do morador da Ilha.

Sobre as aparições, que é meu objeto de estudo e que me faz ir novamente até a ilha conversar com Seu Jaime, posso anunciar que, na voz dele há “intimidade”, um anúncio de proximidade com a Matinta. Ele tem contato com este “ser” da mata quando caçava. Seu Jaime nos diz que “[...] tinha noite que eu ia pro mato ela...ela não ia. Mas tinha noite que eu ia pro mato ela ia também junto comigo e voltava junto comigo. Nessa noite eu não pegava nada, que ela não deixava”.

Portanto, ao tratarmos sobre “Causos, visagens e encantarias e aparições” é importante esclarecer os termos acima para compreendermos o conceito de “mítico” que este estudo aplica.

Cotijuba e o olhar mítico do narrador

Visagem, ou como diz Eduardo Galvão “bichos visagentos” (GALVÃO, 1955), é uma expressão utilizada forte na Amazônia para os encantados e no que diz respeito ao nosso relato, Seu Jaime menciona a Matinta Perera. Galvão fala que tal fenômeno sobrenatural não é algo existente em uma tradição católica, mas que faz “parte da religião do povo porque exprimem atitudes e relações com o sobrenatural” (GALVÃO, 1955). O “bicho visagente” é aquele que protege a mata, a floresta, os rios – se levamos em consideração a comunidade e suas crenças, que em alguns casos são divergentes no que tange ao entendimento do sobrenatural.

Neste cenário, a conversa sobre as experiências que o seu Jaime teve com visagem, ele inicia falando da Matinta Perera. Ele diz que:

[...] eu ia pro mato, quando ia eu chegava lá no mutá, que se chama né?... subia no mutá ela começava a assoviar por lá, ao redor de mim. Aí eu pegava e descia, vinha me embora e ela vinha me deixar em casa. Eu sentia quando ela passava do meu lado, né? [...] Eu sentia que ela passou no meu lado porque eu sentia um frio. Aquele vento que passava, né? Aí ela assobiava lá na frente. Quando eu sentia aquele frio de novo, ela já estava aqui ela já assobiava aqui atrás. Aí ela me deixou em casa.

A presença da Matinta era percebida por Seu Jaime através do assovio e da sensação de frio durante o retorno dele para casa após a caça. Como a Matinta é segundo (GALVÃO, p. 107) geralmente uma mulher da comunidade. Pergunto ao seu Jaime se ele sabia quem era que o acompanhava. Ele menciona que não, diz que, falavam na comunidade que era uma mulher sem identificá-la.

Outro acontecimento narrado, é destacado quando Seu Jaime diz que na época de namoro, ainda rapaz, por volta dos dezoito anos, quando retornava da casa da namorada, que era longe ouviu um barulho e ele viu que tinha uma pessoa com calça jeans meio molhada, esfregando uma na outra fazendo um ruído e ele logo pensou que ia dar de frente com aquela aparição. Ele sabia que vinha alguém porque a claridade da noite permitia ver as nuances do caminho que se abria com a passagem daquele rapaz. Essa passagem pode ser percebida quando ele diz:

Aí eu peguei, dei o caminho pra ele...pra ele passar. E falei "Oi!" e ele não respondeu nadinha. E nesse dia todo mundo ouviu ele passar na rua. Aí veio e dobrou na rua, como quem vem do trapiche, e o papai preocupado. Aí eu cheguei em casa, o papai me deu uma esculhambação ainda, era uma hora da madrugada quando cheguei em casa. "Rapaz! Que tu tá fazendo na rua, rapaz, uma hora dessas? O é isso que tu encontrou por aí, tu não viu um barulho por aí?"

O contato com a aparição do rapaz "Calça Molhada" que foi nomeado pela comunidade, se deu na madrugada e com comunicação direta, falando com ele e, ainda, todos da comunidade ouviram. As mesmas sensações vividas com a Matinta, são expressadas quando Seu Jaime fala ao pai da aparição:

[...] um homem baixinho ali, gelado, passando do meu lado muito frio frio frio...bem aqui do meu lado, foi desse lado aqui (lado esquerdo) ficou frio mesmo, quase ele esfrega o ombro no meu. Dei as horas pra ele, e ele não se respondeu nada e foi embora. Eu não fiz nada e...também olhei pra trás e fui embora. Também não sei se era nada...pra mim era porquê.

Na comunidade todos se conheciam e quando havia um acontecimento de aparições se buscava saber se era alguém conhecido. Algumas manifestações muito comuns sobre as aparições e encantarias, na voz de Seu Jaime, ocorrem quando o morador saía para caça; quando se escutava os ruídos na mata na madrugada silenciada. Ele diz que "todo barulho que você faz de dia, aí você vai pra mata assim de noite e fica calma. Meia noite você escuta grito, você ouve vozes, assobio, música, tudo, gemido."

Outro aspecto a ser destacado nas vivências de Seu Jaime é a percepção de que ao entorno das aparições existiam os fenômenos de reverberação dia-noite em relação aos sons, "barulho". Segundo Seu Jaime "o que a pessoa faz de dia, fica o som dentro da mata de noite". Para ele a pessoa que tem medo acolhe esses sons como algo sobrenatural e/ou "visagento".

Sobre a relação entre os causos e visagens narradas e a história da cidade, em considerando a existência do presídio na localidade e as prováveis mortes de presos por lá, seu Jaime não vê relações, inclusive menciona que se houvesse mesmo visagem ninguém moraria nas proximidades do presídio. A afirmativa é manifestava quando relata que:

É, tem muita casa, tem aqueles pessoal que fica ali naquela praça até essas horas da noite, e ninguém fala nada. Então eu acho que...lá não aparece nada não.

Aí hoje, você anda lá e você não vê gemido nem na mata...aumentou muita gente ali.

CONCLUSÃO

As narrativas analisadas revelam que o que se conta é o que se vive, ou seja, considera-se o que o morador lê de sua realidade e envolve as tramas vividas em coletividade. O que encontramos é o ancoramento nas crenças da sabedoria do morador, que viveu no mesmo lugar e, ainda vive, sua identidade viva e movente envolto em aparições e encantarias.

Todavia, esse morador não está aquém das alterações sofridas ao longo dos anos. Aos cinquenta e três anos morando na ilha de Cotijuba, seu Jaime demonstra que seu local sofreu alteração não só os aspectos populacional, mas principalmente as questões ambientais com a presença de turistas que alteram a dinâmica da ilha com sons, “barulhos” e gerando poluição.

Sua percepção demonstra que há mudança com relação aos “bichos visagentos” afirmando que em sua época diziam que a Matinta Perera era uma mulher onde a mesma não passou seus conhecimentos adiante, desaparecendo essas aparições da Matinta. Anuncia que essas aparições desapareceram porque eram pessoas mais velhas e foram morrendo e não estão sendo substituídas.

REFERÊNCIAS

Anuário Estatístico do Município de Belém. Disponível em: <https://anuario.belem.pa.gov.br/>. Acessado: 22 dez. 2022.

ATZINGEN, Paulo. **Cotijuba: uma ilha-paraiso para quem busca sombra e água fresca.** Disponível em: <https://diariodoturismo.com.br/cotijuba-uma-ilha-paraiso-para-quem-busca-sombra-e-agua-fresca/>. Acessado: 22 out. 2022.

G1. **Perto de Belém, ilha de Cotijuba possui 15 km de praias.** Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/07/perto-de-belem-ilha-de-cotijuba-possui-15-km-de-praias.html>. Acessado: 22 out. 2022.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá; Amazonas.** Companhia Editora Nacional. São Paulo, SP: Brasiliense, 1955.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário.** Belém, PA: Cejup, 1995.

MONTEIRO, Glaucé. **Ilha em Belém é destino inexplorado em plena região metropolitana.** Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2012/07/ilha-em-belem-e-destino-inexplorado-em-plena-regiao-metropolitana.html>. Acessado: 22 out. 2022.

SOUSA, Roseli. **Entre o rio e a rua: cartografia de saberes artístico-culturais da Ilha de Caratateua.** Belém, PA: EDUEPA, 2010.

GÊNERO E CARREIRA DOCENTE NO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA REVISÃO DA LITERATURA NA DÉCADA 2011-2020

Data de submissão: 19/10/2023

Data de aceite: 01/12/2023

Roseli de Oliveira Machado

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste, PPGDC/UNICENTRO Guarapuava, Paraná
<http://lattes.cnpq.br/7293477655334540>

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

Docente do PPGDC/UNICENTRO, Guarapuava, Paraná
<http://lattes.cnpq.br/4214258620142269>

RESUMO: As desigualdades de gênero afetam grande parte das relações sociais, incluindo aquelas que ocorrem no meio acadêmico e científico, historicamente criado por homens e para eles. A estrutura cultural das universidades, como o principal *lôcus* de desenvolvimento da produção acadêmico-científica, mostra-se de vocação masculina e apesar do aumento no número de mulheres ingressando no ensino superior como estudantes de graduação internacionalmente, elas continuam a não progredir na hierarquia acadêmica nas mesmas condições e velocidade de seus pares do sexo masculino. No Brasil, a realidade encontrada não é distinta. Ainda

que a carreira acadêmica seja desenvolvida predominantemente em universidades públicas, o que confere uma aparente igualdade na carreira, a existência de assimetrias de gênero já foi relatada em algumas dessas instituições. Assim, é necessário problematizarmos sobre como as questões de gênero interferem na trajetória profissional no meio acadêmico brasileiro. Este estudo tem por objetivo analisar as relações de gênero na carreira acadêmica no Brasil, a partir de uma revisão da literatura. A pesquisa, de natureza exploratória, adota como delineamento a revisão sistemática da literatura, a partir de um intervalo temporal de 10 anos (2011 a 2020). A base de dados escolhida foi o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, assim fazem parte do estudo as dissertações e teses defendidas no Brasil no interstício temporal indicado. O material relevante coletado e analisado e demonstra como a produção está distribuída por área de conhecimento, ano, gênero do autor, recorte metodológico e principais fatores intervenientes na trajetória profissional docente no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Assimetrias de Gênero; Carreira Acadêmica; Universidades Brasileiras.

GENDER AND ACADEMIC CAREER IN BRAZIL:

REFLECTIONS FROM A LITERATURE REVIEW IN THE DECADE 2011-2020

ABSTRACT: Gender inequalities affect social relations, including those that take place in academia, historically created by and for men. The cultural structure of universities, as the main locus for the development of academic-scientific production, shows a male vocation and despite the increase in the number of women entering college education as undergraduate students internationally, they continue to not progress in the academic hierarchy in the same conditions and speed as their male peers. In Brazil, the reality found is not different. Even though the academic career is predominantly developed in public universities, which confers an apparent equality in the career, the existence of gender asymmetries has already been reported in some of these institutions. Thus, it is necessary to discuss how gender issues interfere in the professional trajectory in the Brazilian academic environment. This study aims to analyze gender relations in the academic career in Brazil, based on a literature review. The research, of an exploratory nature, adopts as its design a systematic literature review, from a time interval of 10 years (2011 to 2020). The database chosen was the CAPES Theses and Dissertations Database, thus the dissertations and theses defended in Brazil in the indicated time interval are part of the study. The relevant material collected and categorized and demonstrates how the production is distributed by area of knowledge, year, author's gender, methodological approach and main factors involved in the Brazilian academic career. **KEYWORDS:** Gender Asymmetries; Academic career; Brazilian Universities.

INTRODUÇÃO

Mudanças sociais diversas, sob a ótica de gênero, foram vivenciadas no último século. Dentre tais transformações, podemos incluir a maior participação da mulher no mercado de trabalho, a crescente escolarização feminina, a redução das taxas de fecundidade e a disseminação do uso de métodos contraceptivos.

Todavia, independentemente desses reconhecidos avanços, há diversas esferas da sociedade nas quais as assimetrias de gênero perduram, em vários pontos do mundo. Essa é, inclusive, a realidade da ocupação dos postos melhor remunerados e de mais prestígio no mercado de trabalho brasileiro. É sabido que no Brasil a qualificação feminina nem sempre encontra resultados compatíveis no mercado de trabalho.

A construção do sistema de gênero se dá na teia das relações sociais e de poder, e a compreensão das diferenças inerentes a este sistema passa, obviamente, pelo próprio entendimento do que gênero implica, enquanto categoria e campo de estudo. Scott (1995) sustenta que o núcleo essencial da definição de gênero é baseado na conexão entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais e baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. Ainda, para ela, trata-se de um sistema de relações de poder assentadas num conjunto de qualidades, papéis, identidades e comportamentos distintos atribuídos

a homens e mulheres, sendo as relações de gênero, assim como as de classe e etnia, determinadas pelo contexto social, cultural, político e econômico.

Percebemos dessa forma que as diferenças constatadas nos comportamentos de homens e mulheres não são dependentes do sexo, como um fator biológico, mas sim determinadas pelo gênero e, portanto, ligadas à cultura (PEDRO, 2005),

Nas universidades brasileiras, a exemplo do que ocorre no mercado de trabalho como um todo, as relações laborais são atravessadas pelas questões de gênero. Ainda que a carreira acadêmica seja desenvolvida em universidades públicas, na maioria dos casos no país, o que lhe dá um ‘manto’ de neutralidade e igualdade de condições, assimetrias de diversas ordens sob as lentes de gênero foram encontradas nessas instituições.

Assim, é necessário problematizarmos sobre como as questões de gênero interferem na trajetória profissional no meio acadêmico brasileiro. Diante disso, este trabalho tem por objetivo analisar como as relações de gênero são percebidas na carreira acadêmica no Brasil, a partir de uma revisão da literatura.

O estudo está dividido em mais duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Iniciamos com uma discussão sobre o caminho metodológico tomado para o alcance dos objetivos, que consistiu, essencialmente, no emprego de uma revisão sistemática da literatura e, em seguida, analisamos o *corpus* documental recolhido a partir da aplicação das técnicas de busca empregadas.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa realizada é de natureza exploratória e adota como delineamento a revisão sistemática da literatura sobre a temática gênero no ambiente de trabalho acadêmico brasileiro, a partir de um intervalo temporal de 10 anos, compreendido entre 2011 e 2020.

A revisão sistemática da literatura é uma modalidade de pesquisa guiada por protocolos específicos, e que busca entender e dar coerência a um grande *corpus* documental. Colocado de outra forma, trata-se de um delineamento composto por seus próprios objetivos, problemas, metodologia, resultados e conclusão (GALVÃO, RICARTE, 2020).

A questão norteadora do estudo é a seguinte: Como as questões de gênero interferem na trajetória profissional no meio acadêmico brasileiro? A partir do problema de pesquisa, as seguintes definições foram feitas: i) tomou-se os professores universitários atuando em instituições públicas como população alvo do estudo; ii) gênero foi definido como a variável interveniente; e iii) a trajetória profissional considerada como o desfecho a ser analisado.

A base de dados escolhida foi o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, assim fazem parte do estudo as dissertações e teses defendidas no Brasil no interstício temporal indicado. Justifica-se a

escolha do tipo de produção a ser incluído em função da robustez, rigor metodológico e dos apontamentos normalmente inéditos que compõem este tipo de trabalho.

Foram delimitadas as palavras-chave para a área de estudo, a saber: “carreira acadêmica” ou “carreira universitária”; “desigualdade(s) de gênero”, “assimetria(s) de gênero” ou “diferença(s) de gênero”; “mulher(es) na academia”; “mulheres na ciência”, “mulher(es) na universidade”; “universidades e faculdades”, “divisão sexual do trabalho”. As estratégias de busca envolveram o emprego das expressões com suas variantes no singular e no plural. Em um primeiro momento, a seleção dos textos considerou a leitura dos títulos dos trabalhos encontrados. Na sequência, foram lidos os resumos das teses e dissertações pré-selecionadas, e em um terceiro momento foi realizada a análise geral dos documentos extraindo-se a população e instituição(es) estudada(s), a coerência do estudo, a metodologia empregada e os principais desfechos encontrados em cada trabalho.

Desta forma, foram incluídos na análise os trabalhos cujos textos completos estavam disponíveis na plataforma de pesquisa escolhida. Ademais, considerando que a carreira acadêmica no Brasil é, majoritariamente, uma carreira docente do serviço público, foram incluídos na revisão somente trabalhos que analisaram a questão de gênero em instituições de ensino superior públicas.

As buscas empreendidas resultaram em 36 (trinta e seis) trabalhos que foram analisados sob diversas perspectivas. O material relevante coletado foi analisado e demonstra como a produção está distribuída por área de conhecimento, ano, sexo do autor e orientador, principais aspectos da carreira docente considerados, recorte metodológico e principais fatores intervenientes na trajetória profissional docente no Brasil, conforme descrevemos em mais detalhes a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo deste estudo foi apresentar e discutir os achados da literatura referentes à interferência da variável gênero na trajetória profissional de docentes de universidades públicas brasileiras. Nesse contexto, foram analisadas 36 produções acadêmicas sob o formato de dissertações e teses, defendidas em programas de pós-graduação brasileiros na década 2011 a 2020.

Inicialmente, o material foi organizado segundo o ano de defesa, natureza da produção, sexo de autor e orientador e área do conhecimento do programa de pós-graduação. O Quadro 1 apresenta o ano e a natureza do material recolhido.

Quadro 1 – Ano e natureza das produções levantadas

Ano	Dissertações	Teses	Referências
2011	1	-	Campello (2011)
2012	-	2	Silva (2012) e Santos (2012)
2013	2	1	Moschkovich (2013), Kovaleski (2013) e Freitas (2013)
2014	5	1	Pereira (2014), Lopes (2014), Gauche (2014), Borges (2014), Souza (2014) e Tavares (2014)
2015	1	1	Pontelo (2015) e Marques (2015)
2016	2	-	Crispim (2016) e Carvalho (2015)
2017	1	1	Silva (2017) e Svarcz (2017)
2018	5	1	Freitas (2018), Motta (2018), Silva (2018a), Muller (2018), Alves (2018) e Silva (2018b)
2019	3	2	Souza (2019), Silva (2019), Conceição (2019), Soares (2019) e Ambrosini (2019)
2020	6	1	Varjão (2020), Gomes (2020), Silva (2020a), Silva (2020b), Estrela (2020), Silva (2020c) e Silva (2020d)
Total	26	10	36 produções

Do total de 36 pós-graduandos, somente dois eram do sexo masculino, ao passo em que desses mesmos 36 trabalhos, seis foram orientados por docentes do sexo masculino. Entendemos a partir deste achado que, a despeito de uma ampla e crescente produção científica evidenciando as assimetrias de gênero nos mais diversos segmentos da sociedade, incluindo o meio acadêmico-científico, eles parecem não se interessar pela temática em questão ou não compreender o problema como relevante. Ainda, percebemos que, embora a ciência seja tida como neutra e os cientistas como ‘imparciais’ e objetivos, eles, os cientistas do sexo masculino, são pessoas, submetidas às crenças, normas e padrões culturais de uma sociedade maior, na qual a academia está inserida, e que o sexismo é um fenômeno que perdura dentro dos muros da ciência.

As assimetrias de gênero na academia despertam o interesse de diversas áreas do conhecimento, sobretudo o da Educação, como evidenciado no Gráfico 2. Os estudos das relações de gênero no meio acadêmico transitam em um campo multi e interdisciplinar, por excelência, que agregam pesquisas que buscam a compreensão das dinâmicas sexistas e suas interfaces em diversos campos de conhecimento. Em nossos resultados, essas áreas de conhecimento incluem a Educação e a Administração (Gestão, Gestão Pública e Gestão Universitária), em primeiro lugar, mas também outras variadas (Gráfico 2, na próxima página), como o Desenvolvimento Econômico e Social.

Entendemos que, além de ser, eminentemente, interdisciplinar, enquanto campo de estudos, gênero tem uma história que é tributária dos movimentos feministas e de busca por direitos humanos e civis (PEDRO, 2005). Gênero, enquanto campo de estudos, vai sendo desenvolvido pelos teóricos do feminismo, com vistas a compreender, a partir de

uma ótica científica, a desigualdade entre sexos e como tal desigualdade funciona na realidade e prejudica o conjunto de relações sociais existentes. Diante disso, apreende-se que, os estudiosos do campo buscam, em essência, o debate sobre as desigualdades, a segregação e as origens da opressão e da violência contra as mulheres. Assim, a busca da igualdade de gênero é viga mestra dos estudos dessa área.

Relação estreita entre desenvolvimento e gênero pode ser estabelecida. Diversos estudos mundo afora, incluindo aqueles de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas, evidenciam correlação entre desenvolvimento humano e igualdade de gênero, demonstrando que países que apresentam desenvolvimento humano elevado também revelam uma maior paridade entre homens e mulheres no que concerne ao desempenho escolar e à participação no mercado de trabalho.

Ainda, nesse sentido, vale ressaltar que o desenvolvimento não implica somente progresso econômico, condição essa que não é suficiente para a redução das disparidades de gênero, especialmente considerando-se que os hiatos de gênero são agravados em locais nos quais a pobreza é combinada com fatores de exclusão, tais como etnia, casta, raça, deficiências físicas ou orientação sexual.

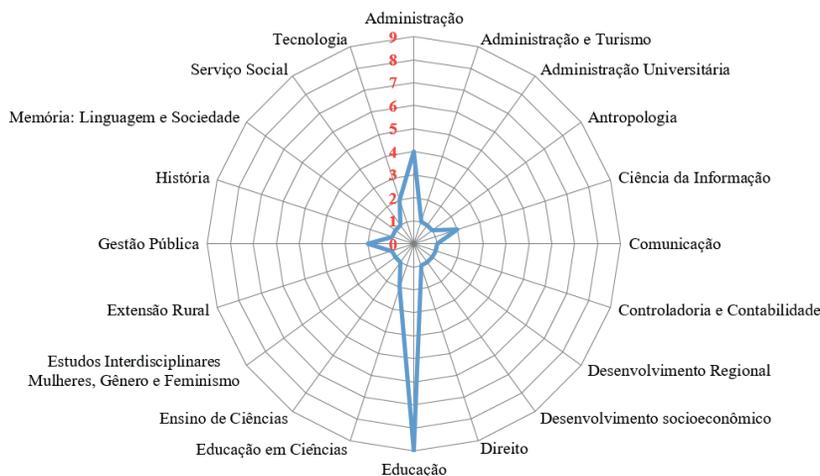


Gráfico 1 – Área do Conhecimento do Programa de Pós-Graduação

Diante dos argumentos aqui postos, percebe-se que os estudos de gênero pertencem a um campo interdisciplinar, que, em essência e em última análise, buscam a igualdade de gênero, sendo esta última premissa essencial e, ao mesmo tempo, instrumento de desenvolvimento. Assim, o interesse da área de desenvolvimento socioeconômico pela temática.

Mais adiante, destacamos a população que foi alvo do estudo, os aspectos da carreira que receberam destaque na pesquisa, a abordagem de pesquisa escolhida e o delineamento empregado. Essas informações estão destacadas no Quadro 2.

Quanto à abordagem de pesquisa, percebemos um predomínio daquelas de natureza qualitativa, sendo que os estudos de caso são os delineamentos preferencialmente adotados. Estas escolhas talvez sejam justificadas pela visão mais profunda e a maior proximidade com o objeto que as abordagens qualitativas propiciam, muitas vezes essenciais para a compreensão das dinâmicas sexistas nos organismos sociais. Esta questão acaba por direcionar também a escolha dos instrumentos de coleta de dados (predomínio das entrevistas) e as técnicas de análise, sendo análise do discurso e análise de conteúdo as técnicas mais empregadas.

A compilação do material revelou também que o objeto de pesquisa volta-se mais às áreas STEM (*science, technology, engineering, and mathematics*), historicamente tidas como menos permeáveis à presença de mulheres, e à atuação delas em cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Ademais, percebemos que a presença feminina nas ciências agrárias e em postos da alta gestão universitária (especialmente, reitoria, nas quais elas são raras), vem despertando interesse da comunidade científica.

Sabemos que a carreira acadêmica é orientada por atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, o exercício de atividades ligadas à gestão acadêmica está previsto no rol de atribuições de docentes universitários, e possibilita, o engajamento em decisões relativas ao corpo universitário e a formulações estratégicas no ensino superior. Em nossos achados, percebemos uma maior preocupação com a atuação feminina na produção de conhecimento científico (ênfase maior em aspectos relativos à produtividade científica), seguida da análise da presença de mulheres em cargos de alto prestígio político-administrativo nas hierarquias universitárias (reitoria e vice-reitoria, predominantemente, e pró-reitorias). Por outro lado, estudos interseccionais, que visam associar gênero e raça/etnia ainda são insipientes, aparecendo de maneira concreta somente no trabalho de Silva (2019).

No tocante à interferência de gênero na trajetória profissional acadêmica no Brasil, alguns pontos despertaram nossa atenção, o que passamos a discutir em seguida, sem a pretensão de esgotar o assunto ou criar categorias rígidas de análise.

As assimetrias de gênero existem e persistem, apesar da aparente neutralidade da carreira acadêmica brasileira. A divisão sexual do trabalho adentra os muros da universidade pública brasileira e este fato aparece em todos os trabalhos analisados.

A divisão sexual do trabalho é decorrente das relações sociais de sexo, que tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, conseqüentemente, a ocupação pelos homens das funções de maior valor social agregado. Essa forma de divisão do trabalho tem dois princípios – o da separação, com trabalho de homem e trabalho de mulher, e o da hierarquização, com o

trabalho do homem valendo mais que o da mulher (KERGOAT, 2009). Nas universidades, isto manifesta-se na ‘concentração vertical’, com a participação feminina em posições de prestígio caindo drasticamente à medida em que se aumenta o nível hierárquico, e da ‘concentração horizontal’, com determinadas áreas sendo menos ‘permeáveis’ às mulheres, em especial as STEM.

Esse fenômeno não pertence ao passado, não é isolado, circunstancial ou particular a um dado centro de estudos nem é produto das fantasias paranoides feministas: embora haja transgressões e transformações, a assimetria de poder, financeira e simbólica entre mulheres e homens nos contextos acadêmicos é uma realidade estruturadora das atividades e das relações interpessoais e intergrupais que ali têm lugar (FREITAS, 2018, p. 253).

A trajetória das mulheres acadêmicas é mais laboriosa. Isto é reportado frequentemente no material coletado. Ademais, é marcada por assimetrias que se dão mais fortemente no campo simbólico, quer dizer, naquilo que homens e mulheres pensam sobre o que homens e mulheres são, conseguem, devem e podem fazer em suas vidas profissionais e familiares (MOSCHKOVICH, 2013).

Além disso, outra questão evidenciada é que a rotina diária e as muitas horas dedicadas à carreira acadêmica, são mais propensas à adaptação do homem em função de dois fatores: o maior investimento das mulheres no trabalho reprodutivo em relação aos homens e porque existem, na carreira universitária, mecanismos de discriminações que limitam a progressão das mulheres (KOVALESKI, 2013).

Entretanto, muitas delas tendem a considerar os empecilhos à ascensão na carreira como ‘normais’, e a naturalizar as iniquidades vivenciadas. Nesse sentido, destacamos o que sustenta Silva (2017), de que a maioria das docentes pesquisadas atribui as dificuldades enfrentadas a questões pessoais, como os problemas de cunho familiar, ou o fato de ter filhos pequenos e que são poucas as que percebem a discriminação de gênero nas relações de trabalho.

Autor	Alvo do Estudo	Aspectos da Carreira Enfocados	Abordagem de Pesquisa	Delimitação(s)
Campello (2011)	Reitoras de universidades federais	Administrativos	Qualitativa	Pesquisa de campo, Estudo de casos múltiplos
Silva (2012)	Mulheres cientistas	Científicos	Qualitativa	Pesquisa de campo, Estudo de casos múltiplos
Santos (2012)	Docentes da UFSE	Científicos e Administrativos	Qualitativa	Pesquisa de campo, Estudo de caso
Moschikovich (2013)	Docentes dos cursos de Medicina, Engenharia Mecânica e Química da UNICAMP	Científicos e Carreira Institucionalizada	Qualitativa	Pesquisa de campo, Estudo de caso
Kowaleski (2013)	Docentes pesquisadores da pós-graduação da UFFPR e da UTC	Científicos e Administrativos	Qualitativa	Pesquisa de campo, Estudo de casos múltiplos
Freitas (2013)	Professores dos PPGs em engenharia e bolsistas produtividade na área	Científicos	Quantitativa	Pesquisa bibliográfica / documental
Lopes (2014)	Docentes mulheres da área de Engenharia	Científicos e Administrativos	Qualitativa	Pesquisa de campo, Estudo de Caso
Gauche (2014)	Docentes dos PPGs em Administração, da região SUI	Científicos	Quant-qualitativa	Pesquisa de campo, Estudo de casos múltiplos
Borges (2014)	Docentes e coordenadores de PPGs de duas universidades federais (UFRJ e UFMA)	Científicos	Quant-qualitativa	Pesquisa de campo, Estudo de casos múltiplos
Souza (2014)	--	Administrativos	Qualitativa	Pesquisa bibliográfica / documental
Tavares (2014)	Estudantes, pesquisadores e docentes na área de Engenharia na região Norte	Científicos	Quantitativa	Pesquisa bibliográfica / documental
Ponteiro (2015)	Reitoras de universidades federais mineiras	Administrativos	Qualitativa	Pesquisa de campo, Estudo de casos múltiplos
Marques (2015)	Docentes do curso de Serviço Social da Unesparg dos campus de Paranavaí e Apucarana	Não se aplica	Qualitativa	Pesquisa de campo
Pereira (2014)	Mulheres que ocuparam postos de liderança na hierarquia administrativa da FURB	Administrativos	Qualitativa	Pesquisa de campo, Estudo de caso
Chispim (2016)	Docentes da Universidade do Extremo Sul Catarinense	Proporções e feminilização do quadro	Qualitativa	Pesquisa bibliográfica / documental

Carvalho (2015)	Mulheres bolsistas produtividade do CNPq da UFSCAR	Científicos	Qualitativa	Pesquisa de campo, Estudo de caso
Silva (2017)	Docentes mulheres de Engenharia Mecânica, Física e Matemática de uma IES no Nordeste	Científicos e Administrativos	Qualitativa	Pesquisa de campo, Estudo de caso
Svarcz (2017)	Docentes da área de física da UFSC	Ingresso e Científicos	Qualitativa	Pesquisa de campo
Autor	Alvo do Estudo	Aspectos da Carreira Entocados	Abordagem de Pesquisa	Delimitamento(s)
Svarcz (2017)	Docentes da área de física da UFSC	Ingresso e Científicos	Qualitativa	Pesquisa de campo
Freitas (2018)	Docentes dos programas de pós-graduação da UFMG	Científicos	Qualitativa	Pesquisa de campo
Motta (2018)	Docentes do Centro de Ciências Agrárias da UFV	Ingresso e Científicos	Quantitativa	Pesquisa de campo, Estudo de caso
Silva, A. M. C. (2018)	Mulheres em altos cargos na hierarquia universitária nas três universidades públicas de MS	Administrativos	Qualitativa	Pesquisa de campo
Muller (2018)	Alunas e docentes mães de universidades públicas do RJ, na condição de gestantes e/ou mães de filhos recém-nascidos ou com até 5 anos	Não se aplica	Qualitativa	Pesquisa de campo
Aves (2018)	Professoras de PPGs da UNESC	Não se aplica	Qualitativa	Pesquisa de campo
Silva, K. E. V. (2018)	Ocupantes de funções gerenciais na UFPE	Administrativos	Quantitativa	Pesquisa de campo, Estudo de caso
Souza (2019)	Não se aplica	Não se aplica	Qualitativa	Pesquisa bibliográfica / documental
Silva (2019)	Docentes negras da UHB	Ingresso	Qualitativa	Pesquisa de campo, Estudo de caso
Conceição (2019)	Cientistas mulheres ligadas às Academias Pernambucanas de Ciência Agrônoma, Medicina Veterinária e Química e alunas desses cursos na UFRPE	Científicos	Qualitativa	Pesquisa de campo
Soares (2019)	Docentes e pesquisadoras de Administração vinculadas ao sítio sensu brasileiras e portuguesas	Científicos e Administrativos	Qualitativa	Pesquisa de campo
Ambrosini (2019)	Mulheres ocupantes de posições na reitoria, vice-reitoria e pró-reitoras das universidades federais	Administrativos	Qualitativa	Pesquisa bibliográfica / documental
Varjão (2020)	Docentes mulheres dos cursos de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Sergipe	Administrativos e Científicos	Qualitativa	Pesquisa de campo, Etnografia

Gomes (2020)	Docente dos departamentos de Engenharia Civil, Matemática e Física da UFV	Científicos	Qualitativa	Pesquisa de campo, Estudo de caso
Silva, I. T. A. (2020a)	Docentes e discentes de Contabilidade de cursos stricto sensu em universidades públicas brasileiras	Não se aplica	Quantitativa	Pesquisa de campo
Silva, J. B. (2020)	Ex-reitoras das Universidades Estaduais Baianas	Administrativos	Qualitativa	Pesquisa de campo, Estudo de casos múltiplos
Estrela (2020)	Professores de pós-graduação em Ciências Agrárias	Científicos	Quantitativa	Pesquisa bibliográfica / documental
Silva, E. F. (2020)	Mulheres pretendentes ao ingresso, estudantes e docentes dos cursos da área STEM na UFPA	Ingresso	Qualitativa	Pesquisa bibliográfica / documental
Silva, F. V. J. (2020)	Mulheres docentes nas áreas de Exatas e Tecnologia na UFMA	Não se aplica	Qualitativa	Pesquisa de campo

Os trabalhos realizados nas áreas STEM são unânimes em apontar as dificuldades delas em campos ‘masculinos’ e a sub-representação feminina em carreiras das ciências exatas e tecnológicas no Brasil, seguindo tendências de outros países. Esta sub-representação está relacionada ao fato de que o ambiente acadêmico e científico apresenta-se como um espaço androcêntrico com tendências ao apagamento do trabalho de mulheres (SOUZA, 2019).

Mas, ao contrário do que uma análise superficial da problemática em questão pode indicar, as áreas historicamente tidas como ‘femininas’ não estão isentas das assimetrias de gênero. Nesse sentido, mesmo as docentes atuando em cursos tradicionalmente vistos como ‘femininos’ e ligados ao cuidado, dentro de uma ótica de divisão sexual do trabalho, como Enfermagem, e Educação, vivenciaram e ainda vivenciam restrições e dificuldades (FREITAS, 2018).

Outro ponto interessante encontrado, já nos trabalhos que se dedicam a analisar aspectos político-administrativos da carreira, é a existência de um estereótipo de papel sexual masculino, que leva as reitoras, por exemplo, a adotarem comportamentos considerados por elas e por outros como ‘masculinos’ (CAMPELLO, 2011). Ademais, a aquiescência a um ‘padrão entendido como masculino de fazer ciência’ foi destacada em diversos estudos, com o adiamento ou a recusa à maternidade sendo citado como um dos resultantes de tal comportamento (FREITAS, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou levantar a produção científica na área de gênero e atuação acadêmico-universitária brasileira na última década. Compuseram a pesquisa 26 dissertações e 10 teses, num total de 36 produções, desenvolvidas em diversas universidades públicas brasileiras. Percebemos que a produção de pós-graduação nesse campo está mais voltada a áreas historicamente consideradas ‘masculinas’ e à atuação de mulheres em programas de pós-graduação *stricto sensu*, dadas as dificuldades mais anunciadas delas nesses espaços. Entretanto, campos do conhecimento estereotipados como ‘femininos’ estão longe da imunidade ao sexismo.

A conclusão de que carreira acadêmico-universitária no Brasil é sexista parece óbvia à primeira vista, se considerarmos a realidade do mercado de trabalho brasileiro. Entretanto, vale lembrar que as universidades públicas são cobertas por um ‘manto’ de neutralidade em termos de gênero, já que o ingresso de pessoal é feito mediante concurso público. Ademais, não é prática questionar o que é proveniente do meio científico e acadêmico.

Tendo em vista as abordagens de pesquisa empreendidas e os delineamentos escolhidos, os trabalhos levantados, em sua grande maioria, são recortes da realidade vivenciada por docentes mulheres nas universidades públicas brasileiras. Retalhos de uma colcha que formam um tecido maior, cheio de significados, que reflete um campo multifacetado como o de gênero.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Daniela Maçaneiro. **Mulheres nas Ciências**: A carreira das docentes pesquisadoras dos programas de pós-graduação stricto sensu na perspectiva de gênero - UNESC (2010 – 2015). 2018. 228 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018.
- AMBROSINI, Anelise Bueno. **Mulheres na administração universitária federal brasileira**: Evidências sobre o fenômeno teto de vidro e proposições para o seu rompimento. 2019. 214 p. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- BORGES, Elianielle Pinto. **Gênero, ciência e contexto regional**: Analisando diferenças entre os docentes da pós-graduação de duas universidades brasileiras. 2014. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- CAMPELLO, Gabriella Vasconcellos de Araújo. **A construção da carreira de reitoras**: um olhar sobre as universidades federais. 2011. 174 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.
- CARVALHO, Carolina Cisoto Barbosa de. **Equidade de gênero na ciência?** Um estudo sobre as pesquisadoras bolsistas de produtividade da Universidade Federal de São Carlos. 2015. 160 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.
- CONCEIÇÃO, Josefa Martins da. **Mulheres na ciência**: Diálogo entre as cientistas das Academias Pernambucanas de Ciência, Agrônômica, Medicina Veterinária e Química e alunas desses cursos na UFRPE. 2019. 234 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- CRISPIM, Ana Laura. **Trabalho e gênero**: Análise da feminização e feminilização na docência do ensino superior na universidade do extremo sul catarinense. 2016. 93 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2016.
- ESTRELA, Hevellin. **Sexo e gênero na ciência**: As desigualdades nas atividades acadêmicas científicas entre mulheres e homens docentes de programas de pós-graduação em Ciências Agrárias. 2020. 127 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.
- FREITAS, Bárbara Bezerra. **Diferenças de gênero na pesquisa e pós-graduação em Engenharia no Brasil**. 2013. 70 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suco, Rio de Janeiro, 2013.
- FREITAS, Marcel de Almeida. **Assimetrias de gênero na perspectiva de mulheres acadêmicas de uma universidade federal brasileira**. 2018. 275 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion - Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 6 n. 1, p.57-73, 2020.
- GAUCHE, Susana. **Igualdade de gênero nos cursos de pós-graduação stricto sensu em Administração da Região Sul do Brasil**. 2014. 234 f. Tese (Doutorado em Administração e Turismo) - Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, 2014.
- GOMES, Jamille Mylena de Freitas. **A divisão sexual do trabalho e a dimensão generificada do campo científico** : um recorte da Universidade Federal de Viçosa. 2020. – Viçosa, MG, 2020. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2020.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. In: HIRATA, Helena (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

KOVALESKI, Nadia Veronique Jourda. **Relações de gênero entre docentes dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e da Universidade Tecnológica de Compiègne (UTC-França)**: um estudo comparativo das carreiras de homens e mulheres. 2013. 255 f. Tese (Doutorado em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

LOPES, Ana Carolina Carneiro. **A presença feminina no corpo docente dos cursos de Engenharia das instituições precursoras da Universidade Federal de Itajubá**. 2014. 103 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2014.

MARQUES, Maria Inez Barbosa. **Divisão sexual do trabalho e suas expressões**: reflexões a partir do trabalho docente em Serviço Social na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). 2015. 299 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2015.

MOSCHKOVICH, Marília Bárbara Fernandes Garcia. **Teto de vidro ou paredes de fogo?: Um estudo sobre gênero na carreira acadêmica e o caso da UNICAMP**. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2013.

MOTTA, Janayna Avelar. **Mecanismos de reprodução das assimetrias de gênero no campo acadêmico**: A formação universitária e a atuação profissional no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Viçosa – MG. 2018. 123 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

MULLER, Monica Sirieiro Abreu. **O impacto da maternidade na Academia** - Uma análise multidisciplinar nos campos do Direito e das Políticas Públicas sobre as mães em universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro. 2018. 163 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEREIRA, Leonir Martins. **Liderança das mulheres nos 50 anos da Universidade Regional de Blumenau (FURB)**. 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2014.

PONTELO, Anália das Graças Gandini. **Relação de gênero em universidades mineiras: o fenômeno “teto de vidro” nos cargos da alta administração**. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro Universitário Uниhorizontes, Belo Horizonte, 2015.

SANTOS, Silmere Alves. **Trabalho docente, família e vida pessoal**: permanências, deslocamentos e mudanças contemporâneas. 2012. 310 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Ana Maria Correia. **Atuação Profissional, relações de Gênero e Divisão Sexual do Trabalho: Representações Sociais de Mulheres que ultrapassaram o “Teto do Vidro” e assumiram funções e Alto Nível em Âmbito Educacional**. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2018.

SILVA, Érika Costa. **Trajatória profissional de mulheres negras docentes na Universidade de Brasília (UnB)**. 2019. 101 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

- SILVA, Ester Ferreira. **A exclusão de gênero em Ciência e Tecnologia na perspectiva da Ciência da Informação**: Um estudo de caso na Universidade Federal do Pará. 2020. 73 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.
- SILVA, Fabiane Ferreira da. **Mulheres na ciência**: Vozes, tempos, lugares e trajetórias. 2012. 147 p. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.
- SILVA, Fernanda Vanessa de Jesus. **Entre números e saias: a trajetória de mulheres professoras de Ciências Exatas da Universidade Federal do Maranhão**. 2020. 101 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2011.
- SILVA, Isis Tamara Alves. **Gênero e o contexto acadêmico Contábil**: Percepções sobre a discriminação na trajetória das mulheres em Instituições de Ensino Superior Brasileiras. 2020. 182 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
- SILVA, Josias Benevides. **Gestão das Universidades Estaduais Baianas**: Mulheres, memória e representações sociais. 2020. 216 f. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.
- SILVA, Kátia Elaine de Vasconcelos. **A representatividade das mulheres na gestão acadêmica da Universidade Federal de Pernambuco**. 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.
- SILVA, Lucimeiry Batista da. **Carreiras de professoras das Ciências Exatas e Engenharia: estudo em uma IFES do Nordeste brasileiro**. 2017. 275 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- SOARES, Eva Bessa. **Trajетórias de acadêmicas no Brasil e em Portugal**: um olhar sobre o gênero a partir de uma Grounded Theory. 2019. 206 f. Tese (Doutorado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2019.
- SOUZA, Mayara de Oliveira. **Relações de Gênero na Carreira Acadêmica**: Limites ao ingresso, avanço e consolidação da Carreira Científica das Mulheres no Brasil. 2019. f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- SOUZA, Regis Glauciane Santos de. **Gênero e mulheres nas universidades** - Um estudo de caso na UFBA. 2014 198 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- SVARCZ, Kariane Camargo. **Gênero e Física**: A inserção de mulheres na “Ciência Hard” da UFSC (1980-2010). 2017. 239 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- TAVARES, Ariane Serpeloni. **Do plural ao singular**: Um estudo sobre as condições de gênero, carreira científica e desenvolvimento na Região Norte. 2014. 139 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2014.
- VARJÃO, Ciaria de Aguiar Freitas. **Lugar de mulher é onde ela quiser?** Inserção, formação e trabalho das docentes em Ciências Agrárias no campus do Sertão da Universidade Federal de Sergipe. 2020. 143f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

HERMENÊUTICA FILOSÓFICA E REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Data de aceite: 01/12/2023

Tatiana Almeida Couto

Sérgio Donha Yarid

<http://lattes.cnpq.br/8117560233755788>

RESUMO: O objetivo do estudo é propor uma reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem de educação em saúde na perspectiva da hermenêutica filosófica. Compreendendo a evolução da hermenêutica ao longo dos anos e as influências de Gadamer para a produção, enquanto embasamento filosófico e também metodológico. Destaca-se a pertinência da utilização da hermenêutica filosófica sob a ótica de Gadamer para a análise de dados tanto de estudo documental, como a partir da coleta de dados com participantes. Sendo válido destacar a ampliação de conhecimentos para pesquisador(a) envolvidos, e as inferências possíveis para a melhoria da formação em Enfermagem, na educação em saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Hermenêutica. Ensino. Aprendizagem. Educação em saúde.

ABSTRACT: The objective of the study is to propose a reflection on the teaching-

learning process of health education from the perspective of philosophical hermeneutics. Understanding the evolution of hermeneutics over the years and Gadamer's influences on production, as a philosophical and methodological basis. The relevance of using philosophical hermeneutics from Gadamer's perspective is highlighted for analyzing data both from documentary studies and from data collection with participants. It is worth highlighting the expansion of knowledge for the researcher involved, and the possible inferences for improving Nursing training, in health education.

KEYWORDS: Hermeneutics. Teaching. Learning. Health Education.

INTRODUÇÃO

A complexidade e a importância de investigar os processos formativos na Enfermagem, e dentre eles, sobre educação em saúde, direcionou nesse estudo, como perspectiva filosófica, a hermenêutica filosófica de Gadamer. Esta que se apresenta relevante para esse estudo e se justifica como referencial, pois

se desenvolve no parâmetro da interpretação textual com valorização da linguagem, fato que possibilita identificar e fazer perguntas, dentro do processo do círculo hermenêutico, seja na interpretação de textos, dos documentos, assim como no diálogo a ser estabelecido com os participantes.

A escrita tem um caráter puro e depende da compreensão, no momento de decifrar e interpretar, para a transformação daquilo que esteja no passado, entre o estranhamento, para algo familiar e com sentido para o pesquisador. Toda leitura compreensiva é sempre percebida como uma interpretação (GADAMER, 2015).

O fenômeno hermenêutico traz a perspectiva da conversação e de pergunta e resposta. Pois, um texto ao ser o objeto de interpretação, apresenta também uma pergunta ao intérprete. Nesse sentido, a interpretação possui uma menção essencial a essa pergunta que foi dirigida. E a compreensão desse texto se dará ao ser alcançado o horizonte hermenêutico, a partir do momento que for realizada a definição do horizonte da pergunta, e conseqüentemente, a direção do sentido do texto com a compreensão a essa pergunta (GADAMER, 2015).

Para a compreensão, por sua vez, é necessário que as perguntas possam ultrapassar aquilo que foi dito, ou seja, a resposta. Assim, para a compreensão do sentido de um texto é esperado alcançar o horizonte do perguntar e o acesso a outras respostas. “Assim, o sentido de uma frase é relativo à pergunta a que ele responde e isso significa que ultrapassa necessariamente o que é dito nela” (GADAMER, 2015, p. 482).

Cada universidade tem seu contexto cultural, suas peculiaridades, então cada leitura e interpretação de um Projeto Pedagógico do Curso (PPC) exige esse olhar singularizado. A partir do elemento de pertença, visto que os textos foram escritos em determinado período histórico. Como Gadamer menciona que o texto não pode ser considerado, efetivamente, se o mesmo não tem esse sentido de pertença. Dessa forma, precisa-se ressaltar em qual contexto esse texto está situado e a quem pertence, pois foi escrito por uma pessoa ou um coletivo e traz muito de suas percepções (GADAMER, 2015).

O plano de curso, como o nome diz, pode ser feito por uma analogia com uma bússola direcionadora, um plano, que, portanto, deveria ser seguido pelos docentes na implementação do processo ensino-aprendizagem. O seguimento, assim como o não seguimento desse plano, apresentará conseqüências e a hermenêutica filosófica impulsiona reflexões sobre o fato de que tecnicamente o plano de curso existe pra dar esse resultado de impacto positivo na formação, mas de fato não sabe se terá o resultado esperado. Dessa forma, ressalta-se que o objetivo da filosofia não é responder perguntas, e sim, fazer perguntas.

O fenômeno hermenêutico guiado pelo modelo da conversação permite entender que também para a compreensão do texto é preciso a aproximação com o confronto, do mesmo modo que na conversação, em que há confronto com o interlocutor em relação a algum assunto, também estará o pesquisador nessa busca da compreensão do que o texto

pode dizer. Essa compreensão se dará diante uma pauta e o que emergiu dessa fala, seja no diálogo da conversação ou pela conversação diante da compreensão do texto. Dessa forma, a linguagem presente no diálogo é como um dos momentos hermenêuticos e se refere a base de toda pergunta (GADAMER, 2015).

Assim, o objetivo desse estudo é propor uma reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem de educação em saúde na perspectiva da hermenêutica filosófica.

DESENVOLVIMENTO

A Europa em geral enfrentava o problema do existencialismo, diante do confronto que trouxe entre a essência do homem e das consequências de seus atos na sociedade. E o papel de Heidegger desde a sua entrada na universidade da Alemanha ficou mais nítido com o grande impulso da publicação da obra “Ser e tempo”. Esta que foi a obra de maior destaque do autor, e que apesar de possuir uma linguagem complexa, despertou interesse de significativa parcela da população, pois as pessoas tinham a necessidade de inovação, bem como dessa novidade na forma de conhecimento.

A “novidade” lançada por Heidegger despertou interesse em parte da sociedade, uma vez que o seu pensamento trazia uma outra aposta epistemológica que sobretudo, propunha uma virada no sentido do ser. Essa virada foi denominada “virada hermenêutica”, uma vez que agregava às estruturas de conhecimento.

Diante disso, esse mecanismo, Heidegger propõe como um problema de linguagem, por não se tratar mais de questões das relações do homem com o divino, transcendente, diante da inserção da metafísica. Estando o problema no campo do homem com a linguagem, a forma como se dá a comunicação. Então esse problema de comunicação provocava uma ruptura entre os indivíduos. Pois, cada indivíduo pensa de uma forma, e para a linguagem isso acaba produzindo a ruptura. E portanto, Heidegger busca formas para reformular, sistematizar e a estratégia seria por meio de uma nova hermenêutica: uma nova linguagem, ou melhor, uma nova forma de linguagem.

Gadamer pensando numa nova perspectiva, propõe uma virada hermenêutica da linguagem. Assim, ele partiu da proposta de Heidegger que era de uma virada linguística fundamentada nos princípios e uma nova forma de filosofar. Sendo assim, Gadamer fala de uma virada ontológica da hermenêutica sobre a linguagem. Essa virada ontológica que é uma virada do ser. Ou seja, seria reprogramar as formas de pensamento sob uma nova dimensão. Assim, o “ser” deveria protagonizar a ação. O ser devendo se submeter ao processo de conhecimento, ao processo epistemológico, para assim compreender as novas formas que a linguagem poderia proporcionar.

Heidegger propõe essa reformulação na linguagem, na medida em que a compreensão do homem parte da sua relação linguística. E isso exige uma amplitude, pois não se trata de reformulação morfológica, mas na forma como o ser lida com a linguagem ou como o ser e a linguagem coexistem.

Assim, Gadamer fundamenta a sua filosofia, com o conceito de *dasein* iniciado por Heidegger. Diante da lógica que a partir do momento que é compreendida a estrutura do ser, essa compreensão é diante da temporalidade, e ver o ser como uma estrutura existencial, como comunicação, como realidade permanente, ontológica. Portanto, esse conjunto na compreensão possibilita a virada ontológica, e o desafio estava também por ser um processo antigo, que foi construída gradativamente pelas filosofias.

A virada ontológica seria para conhecer as coisas tal como elas são, porque desde a proposta de Heidegger o conhecimento do ser não deve se dar pela aparência, por sua forma externa, e sim, o ser pelo ser, sua essência.

Gadamer era considerado “discípulo de Heidegger” e demonstra uma das causas para essa aproximação, a admiração pelo trabalho, bem como o fascínio pela intensidade com que Heidegger fazia reviver a filosofia grega (GADAMER, 2011, p. 551):

O que é que nos atraiá, a mim e a outros, a Heidegger? É claro que então eu não sabia responder a isso. Hoje, vejo-o assim: aqui as configurações de pensamento da tradição filosófica ganhavam vida, porque eram compreendidas como respostas a perguntas reais. A descoberta da história de sua motivação dava a essas perguntas um caráter de ineludibilidade. As questões compreendidas não são um mero tomar conhecimento. Convertem-se em verdadeiras perguntas. Mas quando aprendi com Heidegger a conduzir o pensamento histórico para a recuperação dos questionamentos da tradição, que as velhas questões tornavam-se tão compreensíveis e vivas que se convertiam em verdadeiras perguntas. O que estou descrevendo é a experiência hermenêutica fundamental, como a caracterizaria hoje.

Dessa forma, os estudos de Gadamer em sua primeira fase tiveram conclusão em 1960 com a obra *Verdade e método I* e refere a sua experiência como docente, por atuar por dez anos (GADAMER, 2011). E sobre o seu trabalho de escrita expressou que: “durante muito tempo escrever representou para mim uma verdadeira tortura. Sempre tinha a desagradável impressão de que Heidegger estava me espreitando por cima dos ombros” (GADAMER, 2011, p. 560). Percebe-se assim, a responsabilidade em refletir a produção e dar interpretação a uma obra, mesmo que essa seja como inspiração. Bem como o desafio para a escrita de um estudo que consiste em não reproduzir o conhecimento do filósofo, mas reinterpretar.

Assim, recorre-se a buscar a compreensão sobre os elementos que possam elucidar o objeto de estudo no presente, mas recorrendo a essa consciência histórica, pois, “todo encontro com a tradição realizado graças à consciência histórica, experimenta por si mesmo, a relação de tensão entre texto e presente”. A tarefa hermenêutica consiste em não transformar em uma assimilação ingênua, mas a necessidade de desenvolver de forma consciente. Dessa forma, a necessidade de projeção para um horizonte diferente do presente (GADAMER, 2015, p. 405). “Reduzida à função de método, a hermenêutica perde de vista exatamente aquele motivo que levou a buscar uma alternativa à tradição pós-cartesiana: a inserção ontológica do ser humano no contexto temático a ser investigado” (FLICKINGER, 2010, p. 37).

Assim como Gadamer corroborava com a ideia de que na hermenêutica “a compreensão não é necessária somente para o trato com textos, mas também no trato com pessoas” (GADAMER, 2011, p. 350). Assim, a hermenêutica filosófica possibilita a análise de dados de estudos, como em análise documental, ao remeter aos documentos que compõem o embasamento legal, bem como, na análise de depoimentos que resultem de diálogos com participantes.

Portanto, as opiniões prévias não podem ser interpretadas de forma equivocada, assim como não devem ser omitidas em relação à busca da compreensão da opinião de um outro. “Quando se ouve alguém ou quando se empreende uma leitura, não é necessário que se esqueçam todas as opiniões prévias sobre seu conteúdo e todas as opiniões próprias”. O que se exige é a abertura para a expressão do outro ou do texto, também em uma relação de disponibilidade, acolhimento às opiniões próprias. Assim, as opiniões prévias representam um universo de multiplicidade do ‘opinável’, entre o que o leitor pode encontrar ou esperar encontrar de sentido. Sendo necessária a escuta atenta para o que o outro expressa, para que seja possível integrar o mal-entendido nas próprias e variadas expectativas de sentido (GADAMER, 2015, p. 358).

Assim, na busca pela compreensão, o pesquisador não deve depender unicamente de suas próprias opiniões prévias, de forma a ignorar a opinião do texto e acabe dessa forma comprometendo esse processo de atingir a compreensão. Pois, diante do interesse de compreensão de um texto, o pesquisador deve estar disposto ao que será dito. “Por isso, uma consciência formada hermeneuticamente deve, desde o princípio, mostrar-se receptiva à alteridade do texto. Mas essa receptividade não pressupõe nem uma ‘neutralidade’ com relação à coisa nem tampouco um anulamento de si mesma”. Referindo à apropriação das opiniões prévias e preconceitos pessoais. De forma a que o pesquisador compreenda suas questões próprias e permita que o próprio texto possa apresentar-se em sua alteridade. Assim, será possível confrontar a verdade do texto com as opiniões prévias pessoais (GADAMER, 2015, p. 358).

“Na verdade, não é a história que nos pertence, mas somos nós que pertencemos a ela”. Pois entende-se que antes da nossa compreensão sobre o passado, já é realizada a compreensão do nosso papel na família, na sociedade e no Estado em que se vive. Assim, a subjetividade, a autorreflexão estão presentes na vida histórica. “Por isso, os preconceitos de um indivíduo, muito mais que seus juízos, constituem a realidade histórica de seu ser” (GADAMER, 2015, p. 367-368).

Ao pensarmos em compreensão “devemos deslocar-nos para a perspectiva na qual o outro conquistou sua própria opinião”. Dessa forma, respeitando o que foi dito pelo outro e seus argumentos, como o que acontece já na conversação, pois “se torna ainda mais claro na compreensão do escrito” (GADAMER, 2015, p. 386-387).

Então, ao se referir ao círculo hermenêutico é citado por Gadamer que no mesmo ocorre o intercâmbio entre os movimentos da tradição e do intérprete. “A antecipação de

sentido, que guia a nossa compreensão de um texto, não é um ato da subjetividade, visto que se determina a partir da comunhão que nos une com a tradição” (GADAMER, 2015, p. 388). Pois ao ser lido um texto, subtende que o leitor possui opinião prévia, e essa relação com o objeto em estudo constitui um processo contínuo.

“Lembramos que compreender o que alguém diz não é produto de empatia, que advinha a vida psíquica do falante. É claro que, em toda compreensão, o que é dito adquire sua determinação através de uma complementação ocasional do seu sentido” (GADAMER, 2015, p. 630). E esse sentido está na análise não apenas do que foi dito, mas da sua contextualização com o momento histórico.

Nas palavras de Gadamer (2011, p. 354):

Podemos falar sobre tudo, e o que alguém diz deve, de princípio, poder ser compreendido (...) O domínio técnico dessa capacidade de falar e de compreender se manifesta plenamente no uso da escrita, na redação de 'discursos' e na compreensão do escrito. A hermenêutica pode ser definida justamente como a arte de trazer novamente à fala o dito ou o escrito.

Ainda de acordo com o autor: “uma hermenêutica adequada à coisa em questão deve mostrar a realidade da história na própria compreensão. A essa exigência eu chamo de 'história efetual'. Compreender é, essencialmente, um processo de história efetual” (GADAMER, 2015, p. 396). Buscando, portanto, a inserção do ser humano na história e entender os efeitos que eclodiram do momento vivido que está sendo investigado.

A consciência histórica por sua vez, deve estar presente em uma consciência formada hermeneuticamente, pois “ela tomará consciência dos próprios preconceitos que guiam a compreensão para que a tradição se destaque e ganhe validade como uma opinião distinta” (GADAMER, 2015, p. 395). “A consciência histórica experimenta por si mesmo a relação de tensão entre texto e presente” (GADAMER, 2015, p. 405). E a mesma, “sabe da alteridade do outro e do passado em sua alteridade” (GADAMER, 2015, p. 470).

Dessa forma, a consciência histórica permite o resgate das vivências, as lembranças das pessoas, refletindo os momentos tal como aconteceram. E ao ser relevante esse momento, esse diálogo, será registrado nesse sujeito. Portanto, a coleta de dados de um estudo com realização de entrevista, propicia não apenas aos participantes, como à pesquisadora, se remeter a esses acontecimentos. “A consciência da história efetual, a ser desenvolvida, está inicialmente em consonância com a máxima de se visualizar a própria situação hermenêutica e a produtividade da distância temporal” (GRONDIN, 1999, p.190).

Não foi minha intenção desenvolver uma 'doutrina da arte' do compreender, como pretendia ser a hermenêutica mais antiga. Não pretendia desenvolver um sistema de regras artificiais capaz de descrever o procedimento metodológico das ciências do espírito, ou que pudesse até guiá-lo (GADAMER, 2015, p. 14).

Ressalta-se dessa forma, que os estudos de Gadamer não foram feitos com a pretensão de serem utilizados como método, mas isso aconteceu diante da disseminação dessa possibilidade por seus alunos.

De acordo com Mello: “o círculo hermenêutico deve ser compreendido a partir dos estudos heideggerianos, ou seja, a estrutura circular da compreensão é dada a partir da temporalidade do ser-aí (*dasein*)” (MELLO, 2012, p. 36). A temporalidade que estaria entre o período da tradição (que é aquilo que foi herdado ao longo do tempo). Portanto, o que ficou para trás. Mas ela resulta também na experiência/vivência (que é aquilo que o indivíduo se predispõe a viver). O autor continua: “o círculo hermenêutico em um sentido ontológico originário, através do qual a verdade se manifesta por meio do desvelamento do ser” (MELLO, 2012, p.36). Esse desvelamento do ser que é uma abertura, uma visibilidade que é dada ao ser. É tirar a impressão de estruturas conceituais previamente impostas, seja por ideologias ou por formas de pensamento.

Ainda de acordo com o pesquisador, a compreensão é sempre um projetar-se, a partir de determinadas perspectivas do intérprete (MELLO, 2012; GADAMER, 2015). Seria fazer uma projeção das ideias, desses conceitos na mente e o estar nessa realidade. Portanto projetar-se é assumir o lugar no qual o sujeito quer estar, ou assumir o lugar do outro que está sendo exemplificado.

É válido ressaltar que o projetar não quer dizer necessariamente que a pesquisadora estava ou esteve no lugar do outro, mas que está tentando se colocar no lugar do outro para assumir os seus sentimentos naquele ato, para assumir a sua forma de pensar naquele ato. É uma forma de compreender como o outro agiria. Então, se o sujeito projeta, compreende a partir da projeção e mantém a imparcialidade para não ser tendencioso, diante da impregnação das suas vivências, para não sobrepor aquilo que o outro disse ou quis expressar.

A disposição e a disponibilidade são necessárias para a projeção, pois o sujeito também não pode se projetar se não quiser, ou se não tiver uma compreensão da sua finalidade.

O círculo hermenêutico se inicia pelas opiniões prévias, pois a pergunta é aquilo que vai resultar da opinião prévia (a opinião sobre algo que possibilita o questionamento). Este processo que pode ser percebido e exercido durante a leitura de um texto, de um documento, como na conversação com um sujeito. Assim, ao entrar em contato com o texto, após a leitura, esse texto já não é indiferente. Pois houve uma apropriação do texto, o sujeito se colocou diante da tradição (que está relacionada à pertença e que é constituída de elementos que justificam a ocorrência do momento histórico) e a história efetual, sendo assim, possível fazer uma análise linguística do texto para que se possa compreender, chegar à essência (GADAMER, 2015).

Para o desenvolvimento de um estudo, desde o projeto até a questão da coleta de dados, enquanto pesquisadora, para que fosse desenvolvida a pergunta, as questões norteadoras, é necessário se remeter à opinião prévia e seguir para o conhecimento, o aprofundamento por meio dos documentos e diálogos, como por exemplo, com atores do processo de ensino-aprendizagem (discentes e docentes). Pois o círculo hermenêutico

perpassa por cada um desses elementos: opiniões prévias, pergunta, diálogo/ouvir/linguagem, experiência/vivência, tradição, história efetual, fusão de horizontes e aplicação.

Ao intérprete cabe possibilitar que o texto diga algo para que se evite o mal entendido (GADAMER, 2015). Isso é fundamental na leitura do texto, para que não ocorra a manipulação daquilo que o autor pretendeu falar, de forma que o leitor interprete meramente a seu modo. Isso pode ser visto quando a serem sinalizadas citações de autores, não há a devida responsabilidade, portanto, ao não ser fiel a aquilo que o autor quis dizer, como a realização de analogias que não são possíveis, que extrapolam a fala do autor.

É necessário que exista essa possibilidade por parte do leitor de se permitir, estar sensível, aberto para o que texto possa dizer, tal qual está a sua finalidade, mesmo que enquanto leitor seja possível concordar ou não com o que está escrito. Dessa forma, a análise de dados por meio da hermenêutica filosófica exige um rigor. Uma das dimensões se refere a alteridade. Pois a alteridade textual é o fato de que em relação a um texto existe o leitor e esse texto que está transmitindo algo. Essa alteridade deve ser feita de tal forma que o texto possa se apresentar tal como ele está escrito ou tal qual foi a sua intenção e que o leitor possa apreender do mesmo, confrontá-lo, confrontar a verdade com as opiniões prévias.

Gadamer por sua vez coloca no centro, no contexto central a verdade. Pois ele deseja que a verdade seja confrontada porque caso ela não seja mantida, não era verdade, era opinião. Então, toda verdade por mais que ela seja adversa ao que o sujeito pensava, é a verdade.

Em um estudo, é apresentada uma tese e após a coleta e análise dos dados é possível entender a verdade desvelada entre a opinião prévia do(a) pesquisador(a) e os conhecimentos emergidos dos textos, dos documentos e sua respectiva alteridade, assim como dos depoimentos dos participantes.

O preconceito na área da saúde deve ser refletido, pois direciona na maioria das vezes para uma dimensão negativa sobre o outro (DELUQUE JUNIOR; COSTA, 2020). Porém, na percepção de Gadamer, a definição de preconceito negativos (conhecimento prévio) e positivos (conhecimentos que tornam possível a compreensão), darão sentido ao sentimento de pertença, pois na leitura de um texto não basta esse ato de ler, mas é preciso nutrir essa pertença (a possibilidade de escutar, compreender o ocorrido da forma como se apresenta) para que se torne possível compreender o comportamento daquela época, por exemplo (GADAMER, 2015). Assim, para uma nova compreensão, se parte de um entendimento prévio. Não sendo apenas entre pessoas, como entre uma pessoa e um texto, entre o pesquisador e o participante.

Assim, durante a coleta de dados de um estudo, bem como da sua análise, enquanto o(a) pesquisador(a) coloca-se de forma aberta, agindo como protagonista para perceber e apreender na escuta, nas leituras, pelos registros sobre o contexto histórico (o deslocar-se

ao horizonte histórico), político, social, econômico, possibilita a escrita, assim como outras interpretações e produções futuras. Para que possam ser analisadas a tradição e que se coloque como participante da história efetual. Assim como, na hermenêutica filosófica, “dizer o que se tem em mente, fazer-se entender, mantém numa unidade de sentido o que foi dito junto com uma infinitude do não dito” (GADAMER, 2015, p. 606).

Percebe-se o que está nas entrelinhas como algo sempre mais amplo do que está nas linhas. O que está nas linhas é aquilo que o sujeito está condensando para poder expressar de uma forma prática, teórica, mas o que está nas entrelinhas é maior sob o ponto de vista que tudo que está nas entrelinhas, e que de certa forma está escondido, está velado e portanto, o que vai ocasionar esse processo de descoberta é justamente o processo da linguagem.

O horizonte, segundo Gadamer:

Horizonte é o âmbito de visão que abarca e encerra tudo o que pode ser visto a partir de um determinado ponto. Aplicando esse conceito à consciência pensante, falamos então da estreiteza do horizonte, da possibilidade de ampliar o horizonte, da abertura de novos horizontes (GADAMER, 2015, p. 399).

À medida que o leitor vai progredindo nas leituras, os horizontes vão se ampliando, se elucidando. De tal forma que o leitor não fique contido apenas em uma visão reducionista do texto. Mas que de fato, possa fazer uma hermenêutica saudável, percorrendo junto com o texto, todos os caminhos no qual ele tomou, até chegar naquela compreensão.

Quando a percepção do leitor interage com a do autor, ocorre a fusão de horizontes. O que o autor tinha em mente na época com a fusão da percepção do leitor, ou seja, o que o leitor entende na leitura atual, diante do que o autor entendia. O que seria não a reprodução do pensamento do autor, mas uma produção a partir do pensamento dele. E portanto, a hermenêutica atingirá seu objetivo, no sentido de que a compreensão deve ser aplicada (GADAMER, 2015). Em que o(a) pesquisador(a) aprende ao viver a experiência desde os conceitos prévios, passa pelas perguntas, pela história efetual, até à aplicação, ao fazer esse processo hermenêutico, a conclusão deve ser a aplicação. Portanto, a aplicação do que foi compreendido é fundamental para a construção do ser.

Então o sujeito se faz presença, é presente a partir do momento que assume a responsabilidade como protagonista da história, por meio de um protagonismo autêntico, no âmbito não apenas da compreensão, mas também, da aplicação. Para que o ser cumpra efetivamente uma posição de atuação no mundo, o agir dentro do contexto do mundo, no cenário no qual está inserido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em estudos realizados sobre o processo ensino-aprendizagem da educação em saúde nos Cursos de graduação em Enfermagem verifica-se que os documentos sobre o resgate históricos de currículos e PPC que estão disponíveis *online* em alguns *sites*

se remetem às versões desatualizadas, por mais que em algumas instituições estejam ocorrendo os esforços para as atualizações, no entanto, nem sempre há transparência sobre essas evidências a partir de escutas de discentes e docentes.

Sendo possível inferir que isso pode representar um problema comunicativo, um problema hermenêutico, visto que pode ser feita uma interpretação de uma realidade que não está acontecendo, que não está mais presente, de uma realidade que é um fato histórico. Por exemplo, um PPC desatualizado, é um fato histórico, assim pode não representar mais “a ponte” entre esse período no qual foi escrito, construído e o período atual.

Destaca-se que é pertinente, em se tratando de análise documental, estar atento a alteridade do texto, uma vez que o pesquisador deve estar aberto para as opiniões do autor e dessa forma, confrontar o texto com suas opiniões prévias. Para que isso ocorra, é preciso que o(a) pesquisador(a) permita que o texto fale algo por si e dessa forma se minimize a possibilidade de qualquer mal-entendido, uma vez que uma das exigências hermenêuticas é a compreensão do que o texto revela a partir da concretude do que foi produzido.

A análise de dados também a partir de transcrição de depoimentos de entrevistado(a) e posterior utilização do embasamento da hermenêutica filosófica, segundo Hans-Georg Gadamer, é uma possibilidade para a produção científica, diante do objetivo de análise de identificar nos documentos e nos depoimentos, os elementos que se remetem ao círculo hermenêutico, partindo das opiniões prévias que possibilitam a pergunta. Dessa forma, a serem selecionados os fragmentos que se remetem ao diálogo, ouvir e linguagem; experiência/vivência; tradição; história efetual; fusão de horizontes e aplicação. Assim como, ao ser percebido que algo comprometeu o círculo hermenêutico, a ênfase também para essa ruptura.

REFERÊNCIAS

DELUQUE JUNIOR, R.; COSTA, M. L. Preconceito ou pré-conceito? Construindo sentidos sobre preconceito e saúde à luz da hermenêutica de Hans-Georg Gadamer: uma revisão integrativa. **Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia**, v. 9, n.1, p. 223-252, 2020.

FLICKINGER, H-G. **A caminho de uma pedagogia hermenêutica**. Campinas: Autores Associados, 2010.

GADAMER, H-G. **Verdade e método II: complementos e índice**. 6. ed. Tradução de Ênio Paulo Giachini e Marcia Sá Cavalcante- Schuback. Petrópolis: Vozes/Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2011.

GADAMER, H-G. **Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. 15. ed. Tradução de Flávio Paulo Meurer e Ênio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes/Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2015.

GRONDIN, J. **Introdução à hermenêutica filosófica**. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

MELLO, C. de M. A hermenêutica de Hans-Georg Gadamer. **Legis Augustus**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 33-41, jul./dez. 2012.

PLANO DE TRABALHO DOCENTE - CONCEITOS ACERCA DESTES INSTRUMENTOS EM UMA ESCOLA TÉCNICA

Data de aceite: 01/12/2023

Tatiane Tolentino de Assis

ETEC Dr. Geraldo José Rodrigues
Alckmin, Taubaté, São Paulo

PALAVRAS-CHAVE: Plano de trabalho docente, ensino por competências, interdisciplinaridade.

RESUMO: O presente trabalho apresenta uma revisão bibliográfica acerca da construção do Plano de Trabalho Docente e do planejamento docente no Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico Profissional (EMIETP) e, baseando-se nas diretrizes das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). O ensino no CEETEPS segue a filosofia do ensino por competências e considerando que o EMIETP integra em um único curso a formação básica com a formação profissionalizante o planejamento docente deve adotar metodologias integradoras e criativas para a formação de um profissional crítico, cidadão e consciente de seu papel na sociedade. Desta forma esta revisão bibliográfica contempla os itens de um Plano de Trabalho Docente do CEETEPS, um documento com o objetivo de ser norteador da ação docente que permite o aprimoramento de suas ações, através do acúmulo de experiências.

ABSTRACT: This paper presents a literature review on the construction of the Teaching Work Plan and teaching planning in Integrated High School with Technical Professional Education (EMIETP), based on the guidelines of the State Technical Schools of the State Center for Technological Education Paula Souza (CEETEPS). Teaching at CEETEPS follows the philosophy of competency-based education, and considering that EMIETP integrates basic education with vocational education in a single course, teaching planning should adopt integrative and creative methodologies to educate a critical, informed, and socially responsible professional. Thus, this literature review encompasses the elements of a Teaching Work Plan at CEETEPS, a document aimed at guiding teaching practices and facilitating the enhancement of these practices through accumulated experiences.

KEYWORDS: Teaching work plan, competency-based education, interdisciplinary.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do Plano de Trabalho Docente pode ser fator decisivo para o sucesso ou fracasso da aprendizagem. Considerando Educação Profissional e Tecnológica (EPT) integrada ao ensino médio este planejamento deve ser feito de forma integrada entre disciplinas do ensino médio e as disciplinas do ensino técnico além de focar no desenvolvimento das competências definidas no plano de curso.

O presente trabalho apresenta uma revisão da literatura sobre o planejamento docente na Educação Profissional e Tecnológica, considerando as características da Escola Técnica Estadual (ETEC) do Centro Educacional de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS).

A formação profissional, de acordo com Rodrigues e Araújo (2022), quando bem executada promove a superação da sociedade já que formação discente não deve se ater a um conteúdo específico de sua área de concentração, pois o discente concluinte deve compreender todo o processo produtivo que envolve a profissão escolhida. Diante do exposto o planejamento docente do ETP, deve ser realizado considerando não somente uma disciplina, mas sim todo plano de curso, objetivando desta forma uma formação que possibilite o desenvolvimento completo do profissional formado. Desta forma, o ensino da ETP, como afirma Castaman e Rodrigues (2021) deve ser uma prática social viva e inovadora o que pode levar a desafios e resistências durante o planejamento docente, na busca deste modelo de formação.

A ETEC, possui diversas modalidades de ensino, e o foco deste trabalho é a modalidade de Ensino Médio Integrado a Educação Profissional e Tecnológica (EMIEPT), onde são pertencentes ao curso os alunos que já concluíram o ensino fundamental e desejam cursar a habilitação profissional técnica de forma conjunta com o ensino médio (CEETEPS, 2021). Os conceitos apresentados nesta revisão de literatura norteiam o planejamento dos docentes nas ETECS, unidades do CEETEPS.

PLANEJAMENTO DOCENTE NA ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EMIEPT) DO CEETEPS

A revisão da literatura acerca do tema foi realizada nos Periódicos da CAPES e em documentos oficiais do Centro Educacional de Educação Tecnológica Paula Souza no mês de abril e maio de 2022. A busca por periódicos da CAPES foi realizada em duas etapas, com dois descritores diferentes, de acordo com a Tabela 01, onde nota-se a grande quantidade de resultados, enfatizando a relevância do planejamento docente no processo de ensino e aprendizagem.

Descritor: “Planejamento docente”				
Artigos	Dissertações	Relatórios	Gravações de vídeo	Ata de congresso
1975	28	8	2	1
Descritor: “Plano de Trabalho Docente”				
Artigos	Dissertações		Conjunto de dados	
884	12		02	

Tabela 1 - Resultado da busca nos periódicos da CAPES

Da realização desta pesquisa foram utilizados sete artigos, que foram selecionados a partir do título e do resumo que mais se adequavam a responder as questões provocadas por esta pesquisa, possibilitando uma revisão narrativa da bibliografia. Também foram utilizados dois livros, além da LDB e da Deliberação do CEETEPS.

O ensino médio integrado e a EPT é uma modalidade em que os discentes obtêm em um único curso o conteúdo de formação geral e da formação técnica, devendo então os docentes, da área da formação geral e da formação técnica, trabalharem seu conteúdo de forma integrada.

A EPT é uma modalidade de educação que deve percorrer todos os níveis de educação, devendo dialogar com não somente com outras modalidades de educação, como o Ensino Médio na Educação Básica, mas dialogar com as dimensões do trabalho, ciência, cultura e a tecnologia (BRASIL, Resolução CNE/CP N° 1, de 5 de janeiro de 2021). Desta forma ao se analisar o EPT integrado ao Ensino Médio, percebe-se a importância desta modalidade de ensino ter o planejamento as disciplinas do núcleo de formação geral e técnica de forma integrada, com uma subsidiando a outra, permitindo assim a formação de um profissional cidadão, com senso crítico, pertencente à sociedade em que está inserido e com os conhecimentos específicos de sua área de atuação, um profissional técnico completo.

Conforme o Artigo 13, parágrafo 1º do Regimento Comum das ETECs a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma integrada deverá garantir o cumprimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e forma concomitante que prepara o discente para o exercício de profissões técnicas (CEETEPS, 2021).

Considerando que o EMIEPT perpassa ao longo da modalidade do ensino formal e do ensino tecnológico, o planejamento docente das disciplinas desta modalidade é desafiadora, Castman e Rodrigues (2021) afirmam que “Os educadores devem adotar estratégias de ensinagem que, além de inovadoras, corroborem para novos olhares à realidade social dos educandos. A realidade problematizada sobre as práticas pedagógicas inovadoras na EPT favorece e dissemina novos rumos para uma educação emancipatória.” Portando a prática docente no EMIEPT não deve ser dualista ou fragmentada, onde docentes trabalham suas disciplinas de forma isolada, extinguindo desta forma a concepção de que

ele é voltado apenas para a formação técnica, permitindo assim uma formação discente com um olhar integrador, formando profissionais críticos, cidadãos e conscientes de seu papel na sociedade (CALEGARIO e OLIVEIRA, 2022).

Ação de planejamento escolar é uma atividade de previsão das atividades que serão realizadas, definindo quais as necessidades e objetivos devem ser atendidos, de acordo com as possibilidades de recursos, procedimentos, tempo de execução e metodologias de avaliação (LIBÂNEO, 2001) e, o planejamento docente na EMIEPT necessita considerar as diversas características do curso e perfil do profissional a ser formado. Não há como pensar práticas pedagógicas que não se comprometam com o social e com a formação integral e humana (CASTAMAN e RODRIGUES, 2021).

O processo de planejamento de uma disciplina para o EMIEPT deve ser realizado com a premissa da necessidade de estabelecer estratégias de ensino e aprendizagem criativas, considerando as peculiaridades de cada curso e situações contextuais em que o discente está; sempre de forma integrada e interdisciplinar (MACHADO, 2015).

O docente de uma ETEC, ao realizar seu planejamento, deve considerar os princípios norteadores estabelecidos no Regimento Comum das ETECs, devendo então certificar-se de que esteja cumprindo com o princípio constitucional de pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, objetivando as construções de competências profissionais nos conteúdos trabalhados, bem como nas estratégias de ensino e aprendizagem, seguindo a perspectiva de integração com a ciência, a cultura e a tecnologia (CEETEPS, 2021).

O planejamento docente em uma unidade do CEETEPS para os cursos de EMIEPT deve ser realizado semestralmente, onde ao fim do segundo semestre todo o conteúdo estabelecido no plano de curso deve ser cumprido. Libaneo (1990) coloca de forma muito clara a importância de o planejamento escolar ser um trabalho norteador da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social, devendo esta ação conter objetivos, conteúdos e métodos focados nas implicações sociais do processo de ensino e aprendizagem. De acordo com o autor "...o planejamento é uma atividade de reflexão acerca das nossas opções e ações; se não pensarmos detidamente sobre o rumo que devemos dar ao nosso trabalho ficaremos entregues aos rumos estabelecidos pelos interesses dominantes na sociedade." (LIBANEO, 1990, p.222).

O Plano de Trabalho Docente (PTD), é um documento realizado pelo professor ao realizar seu planejamento. Compõe este documento basicamente o cronograma dos conteúdos a serem trabalhados, suas metodologias de ensino e avaliação. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDBE - Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, é um dever do docente realizar seu PTD em consonância com as diretrizes da instituição de ensino. Para o desenvolvimento do PTD é necessário pleno conhecimento do plano de curso no qual o professor irá trabalhar. Como conceitua Rêgo e Lima (2010) o plano de curso é um documento cujo objetivo é organizar o conjunto de conteúdos que serão ensinados e desenvolvidos na escola durante o curso. É no plano de curso que os objetivos

a serem atingidos no fim no ato da sua conclusão, seus conteúdos, as competências a serem desenvolvidas e toda a metodologia de aprendizagem e avaliação devem estar presentes (LIBANEO, 2001).

O processo de planejamento docente não se constitui apenas em organizar o conteúdo presente no plano de curso de forma cronológica, como já mencionado, mas também de planejar a avaliação do conteúdo trabalho, quais instrumentos serão utilizados e quais critérios de aprendizagem serão adotados para identificar a assimilação do conteúdo pelo discente. No CEETEPS a avaliação é por competências, desta forma o docente deve se ater em avaliar a aplicação de situações reais em contextos reais, como descreve Zabala e Arnau (2015), que afirmam ainda que avaliar por competência aproxima o conteúdo trabalhado em sala de aula com intenções que devem ser desenvolvidas fora da escola.

De acordo com o que é definido na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio competência é definida como a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores na resolução de situações da vida cotidiana, afirmando então que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013). Desta forma no PTD, considerando as diretrizes do CEETEPS, deverá constar os instrumentos, os critérios e as evidências para análise do desempenho do aluno, devendo o docente tornar público aos seus alunos estes critérios (CEETEPS, 2021).

O processo de avaliação por competências, de acordo com o que é estabelecido no CEETEPS, orienta que o docente faça o uso de instrumentos diversificados, para que seja possível identificar o nível de aprendizado dos discentes na competência trabalhada de forma concisa. Ressalta-se que o processo de desenvolvimento de uma competência se estabelece através do trabalho de um ou vários conteúdos, no quesito conteúdos de aprendizagem conceitual, procedimental e atitudinal (ZABALA & ARNAU, 2015), devendo o docente ser capaz, durante este processo de obter indicadores em cada um destes três quesitos, para então mensurar o desenvolvimento da competência do discente.

Na EMIEPT como o ensino formal e trabalhado de forma integrada ao ensino tecnológico, devendo então o planejamento do docente contemplar esta integração. Portanto durante o planejamento docente é necessário identificar como a disciplina, com suas competências, dialogam com outras competências do plano de curso, propondo projetos interdisciplinares que contextualizem os conteúdos que estão sendo trabalhados, com situações do mundo real.

Para SOUZA et al. (2022) a interdisciplinaridade é dada como uma abordagem teórico-prática que possibilita o docente analisar fenômenos por diferentes abordagens. Os autores ainda colocam que um trabalho interdisciplinar busca identificar as relações existentes entre disciplinas para um projeto ou aula, como é a proposta do CEETEPS, de

inserir projetos interdisciplinares no planejamento docente de cada disciplina.

É com base nos conceitos apresentados que o planejamento docente nas unidades do CEETEPS é realizado. O PTD do CEETEPS deve conter os seguintes itens:

- Competências, Habilidades e Bases Tecnológicas ou Conhecimentos/Temas. Estas informações partem do plano de curso;
- Procedimentos didáticos que serão utilizados para o desenvolvimento de cada Competência, Habilidade e Base Tecnológica ou Conhecimentos/Tema;
- Instrumentos de Avaliação;
- Critérios de Avaliação;
- Cronograma;
- Estratégias de Recuperação Contínua, onde o docente deverá informar quais estratégias serão adotadas para que o discente, que após o processo de avaliação, não tenha desenvolvido a competência se forma satisfatória.
- Proposta de integração ou interdisciplinaridade: é neste momento que o docente deverá traçar a ponte entre sua disciplina com as demais disciplinas do plano de curso, permitindo um trabalho conjunto entre diferentes docentes e apresentando uma contextualização das competências trabalhadas e o mundo real;
- Material de apoio.

CONCLUSÃO

Conclui-se, então, diante dos conceitos apresentados em torno do planejamento docente, que o documento gerado por este planejamento é norteador, porém como expõe Libaneo (1990), não deve ser um documento rígido e absoluto, pois a educação é flexível e, o CEETEPS permite o replanejamento do PTD sempre que o docente sentir necessidade de alterar um procedimento metodológico, instrumento de avaliação ou ajustar seu cronograma. O autor ainda defende que o desenvolvimento do PTD possibilitará revisões e aprimoramento da ação docente, acumulando experiências e permitindo reflexão criteriosa sobre ela.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Leis de Diretrizes Básicas da Educação - LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Caderno de Educação em Direitos Humanos. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

CASTAMAN, A. S., & RODRIGUES, R. A. (2021). Práticas pedagógicas: experiências inovadoras na Educação Profissional e Tecnológica. *Revista Diálogo Educacional*, 21(68). <https://doi.org/10.7213/1981-416X.21.068.AO05>

CEETEPS, DELIBERAÇÃO CEETEPS Nº 87, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2022

LIBANEO, José Carlos. *Organização e Gestão da escola - Teoria e Prática*, Ed. Alternativa, 2001

_____, *Didática*, Cortez Editora, 1990

MACHADO, L. R. de S. DIFERENCIAIS INOVADORES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 8–22, 2015. DOI: 10.15628/rbept.2008.2862. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2862>. Acesso em: 1 maio. 2023.

PABLO C., e OLIVEIRA, A. R. De. “Representações Sociais De Educação Profissional E Tecnológica: Um Estudo Exploratório Com Alunos Ingressantes No Ensino Médio Integrado.” *Revista Brasileira Do Ensino Médio* 5 (2022): *Revista Brasileira Do Ensino Médio*, 2022, Vol.5. Web.

RÊGO, L.B. e LIMA, M.V. R. O. *Didática*, Recife: UPE, 2010.

RODRIGUES, K. M., & SANTOS A, C. H. A. (2022). O Trabalho como princípio educativo no Instituto Federal de Goiás: formação docente, planejamento e práxis. *Revista Diálogo Educacional*, 22(74). <https://doi.org/10.7213/1981-416X.22.074.DS06>

SOUZA, M. A. de; SALGADO, P. A. D. .; CHAMON, E. M. Q. de O. .; FAZENDA, I. C. A. . Interdisciplinaridade e práticas pedagógicas: O que dizem os professores. *Revista Portuguesa de Educação*, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 4–25, 2022. DOI: 10.21814/rpe.22479. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/22479>. Acesso em: 1 mai. 2023.

ZABALA, A. e ARNAU, L. - *Como Aprender e Ensinar Competências* (2015). (n.p.): Penso Editora

HISTÓRIA DA CONSERVAÇÃO DO SOLO E A PROTEÇÃO DO NOSSO FUTURO

Data de aceite: 01/12/2023

Manuel Teles Oliveira

RESUMO: O solo é a “pele da Terra”, o nosso sistema de suporte de vida, construímos no solo e construímos com o solo. O solo desempenha funções essenciais em muitas áreas da vida em que se incluem a agricultura, a gestão ambiental, a proteção da natureza, o paisagismo, e as utilizações urbanas. No século XXI há preocupações acrescidas nos países e organizações internacionais com a saúde do solo que o consideram como recurso vital, não renovável à escala humana, cada vez mais sobre pressão da atividade humana que o degrada representando um risco para a continuidade da nossa civilização. Em 2023 passam 93 anos da publicação do Soil Conservation Act nos EUA e que é, certamente, um marco na história contemporânea da evolução do estudo, das práticas e dos instrumentos jurídicos na conservação do solo. Mas a história começou há milhares de anos, em várias partes do mundo e diversas civilizações. Os sucessos e insucessos da conservação deste recurso ditou a sorte de impérios e civilizações. Nesta comunicação vamos

fazer uma breve viagem sobre a evolução da conservação do solo desde os seus remotos inícios e práticas empíricas até à atualidade e os imensos recursos científicos e tecnológicos que hoje estão disponíveis para preservar o solo e, talvez, as nossas próprias sociedades. A perspetiva histórica da evolução da conservação do solo dá-nos a prospetiva do que poderá ser o nosso futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Evolução histórica, Funções do solo, Ecologia, Conservação da natureza

ABSTRACT: Soil is the “skin of the Earth”, our life support system, we build on the soil and build with the soil. Soil has many essential functions in several areas of life including agriculture, environmental management, nature protection, landscaping & urban utilizations. In 21st century there are increased concerns in countries and international organizations about soil health that it is considered a vital resource, non-renewable at human life time, under increased pressure of human activities that degrade it representing a risk to the continuity of our civilization. In 2023 is passing 93 years after the enactment of Soil Conservation Act in USA that is, certainly,

a landmark in contemporary history of evolution in the study, the practices and the legal instruments on soil conservation. But the history began thousands of years ago in several parts of the world and diverse civilizations. The successes and failures of soil conservation determined the outcome of empires and civilizations. In this article we will travel briefly over the evolution of soil conservation from its early beginnings and empirical practices to our times and the many scientific and technological resources now at our disposal to preserve the soil and, maybe, our own societies. The historical perspective of evolution of soil conservation allows us a prospective of what might be our future.

KEYWORDS: Historical evolution, Soil functions, Ecology, Nature conservation

INTRODUÇÃO

A história da ciência pode motivar-nos para o interesse da ciência e pelo trabalho dos que tentam descobrir novas realidades e resolver problemas. Este artigo é um pequeno contributo de alerta para um problema premente da conservação da natureza em geral e do solo em particular, mostrando os desenvolvimentos que se desenrolam desde há milhares de anos até aos nossos dias e criar uma prospetiva do que poderá ser o nosso futuro mais próximo.

O solo, a “pele da Terra”, é o nosso sistema de suporte de vida – a pedosfera. Construimos sobre o solo e construimos com o solo e as suas funções, capacidades, são essenciais em muitas áreas da vida como agricultura, gestão ambiental, proteção da natureza, paisagismo, utilização urbana, etc. Os solos são ecossistemas essenciais que proporcionam serviços críticos tais como aprovisionamento de alimentos, sequestro de carbono e purificação da água. O solo é o maior reservatório terrestre de carbono, abriga mais de 25% de toda a biodiversidade e proporciona de 95 a 99% da alimentação da Humanidade¹. Estas razões, entre outras, levam muitos países e organismos internacionais a preocuparem-se insistentemente com a temática dos solos. É unânime considerá-lo um recurso vital, não renovável na escala humana, cada vez mais sob pressão de atividades antrópicas que representam um risco para a continuidade de nossa sociedade.

Há registos históricos desde a antiguidade que mostram a visão da terra (solo) como um recurso valioso que necessitava de proteção e conservação para garantir a segurança alimentar e o bem-estar das comunidades. Evidentemente, ao longo dos milénios, a proteção e conservação eram realizadas por tentativa e erro pois o conhecimento científico só muito mais tarde se desenvolveu. A conservação do solo era uma preocupação importante em muitas sociedades antigas pois dependiam da agricultura para sobreviver. As comunidades passadas sempre desenvolveram normas e regulamentos que podem ser interpretados como formas legais incipientes de proteção do solo, da natureza.

Atualmente, a conservação da natureza e o direito estão relacionados onde este desempenha um papel fundamental na proteção e preservação dos recursos naturais e do

¹ Panos Panagos, Luca Montanarella, Mirco Barbero, Annette Schneegans, Laura Aguglia & Arwyn Jones, “Soil priorities in the European Union,” *Geoderma Regional* 29 (2002): e00510. doi: 10.1016/j.geodrs.2022.e00510.

ambiente. Existem áreas do direito que abordam a conservação da natureza e uma delas é o direito ambiental que estabelece normas e regulamentos do uso dos recursos naturais, da gestão dos ecossistemas e da prevenção da poluição.

Conservação do solo ao longo da história. Seis exemplos

A civilização, tal como a concebemos atualmente, está ancorada no solo porque este é o suporte indispensável à agricultura que, por sua vez, satisfaz a procura contínua de alimentos em quantidade e qualidade que suporta o aumento da população e o estabelecimento de sociedades urbanas. O solo e a agricultura são fortemente influenciados pelas flutuações climáticas no planeta que obriga as populações a adaptarem os seus meios de produção para obterem o suficiente para o seu sustento. As condições socioeconómicas determinam a capacidade de adaptação das comunidades, o seu sucesso ou insucesso².

As alterações do solo sob pressão de atividades antrópicas e das alterações climáticas são um tópico de grande interesse atual. Estudar o que aconteceu no passado pode ajudar-nos a perceber o que as alterações do solo sob pressão de atividades antrópicas e das alterações climáticas são um tópico de grande interesse atual. Estudar o que aconteceu no passado pode ajudar-nos a perceber o que poderá ser o futuro, e estudar como as populações se adaptaram ou não pode proporcionar conhecimento sobre as estratégias adequadas às alterações, ou seja, conhecer o passado é um passo importante no planeamento do futuro³.

Mesopotâmia

Os sumérios, na Mesopotâmia, são tidos como os iniciadores da agricultura durante o Holoceno (9500 AC – presente) que pouco depois se espalhou pela China e pela Índia⁴ (Troeh, Hobbs & Donahue 1981). Registos arqueológicos mostram que o conhecimento do solo e sua conservação como forma de melhorar a produção agrícola têm as suas raízes na antiguidade, sendo as primeiras evidências de manipulação intencional do solo datadas de cerca de 9000 anos AC em Jarmo, no atual Iraque⁴. A Mesopotâmia – Berço da Civilização – foi local de impérios preeminentes no Médio Oriente, sociedades baseadas na agricultura tornada possível nas planícies áridas pela irrigação com água dos rios Tigre e Eufrates. Nesta região originou-se o terraceamento dos declives para permitir a rega e controlar a erosão, prática depois adotada no resto do mundo⁵. Extensas obras de irrigação, ainda

2 Patrick V. Kirch, 2005. "Archaeology and global change: the Holocene record," *Annual Review of Environment and Resources* 30 (2005): 409-440. doi: 10.1146/annurev.energy.29.102403.140700.

3 Eric C. Brevik, Jeffrey A. Homburg & Jonathan A. Sandor, "Soils, Climate & Ancient Civilizations," in *Climate Change Impacts on Soil Processes and Ecosystem Properties*, org. William R. Horwath & Yakov Kuzyakov (Amsterdam: Elsevier Science, 2018): 1-28.

4 Frederick R. Troeh, J. Arthur Hobbs & Roy L. Donahue. *Soil and Water Conservation for Productivity and Environmental Protection* (Hoboken, New Jersey: Prentice Hall College Div, 1998).

5 J.A. Sandor, 2006. "Ancient agricultural terraces and soils," in *Footprints in the Soil: People and Ideas in Soil History*, org. B. Warkentin (Amsterdam: Elsevier Science, 2006): 505-534.

visíveis em fotografias aéreas milênios após terem sido abandonadas⁶, foram construídas e com elas acumulou-se um perigo então desconhecido e só inteiramente desvendado recentemente: a salinização⁷ cujos episódios de maior dimensão ocorreram entre 2400 e 1700 AC no Sul da Mesopotâmia⁸. A rega pode causar a subida do lençol freático salino e mesmo que não aconteça, num clima árido, a água evapora rapidamente deixando no solo os sais que, eventualmente, atingem uma concentração que reduz a produção agrícola. Simultaneamente, mudanças climáticas bruscas por volta de 2200 AC aumentaram a aridez, a turbulência do vento e nuvens de poeira que reduziram a humidade do solo e perdas por erosão, conseqüentemente, menor produção agrícola já de si fragilizada pela salinização. A fome e sublevações sociais foram inevitáveis primeiro nas planícies do Norte e depois no Sul onde colapsou o império Acádio⁹.

O retorno de condições climáticas mais amenas tornou possível a reocupação das planícies mesopotâmicas e o estabelecimento do império Babilónico (1894 AC a 539 AC)¹⁰ no qual foi criado o código de Hamurabi que regulava vários aspetos da vida na Babilônia, puniam severamente a destruição de propriedades ou a obstrução de canais de irrigação, estabelecia direitos de propriedade e regras para a utilização de terras agrícolas que alguns historiadores interpretam como tendo implicações na gestão de recursos e uma forma indireta e incipiente de proteção ambiental¹¹.

Egito

O vale do Nilo a Norte de Aswan, local de sociedades agrárias desde a Antiguidade, durante o Período Húmido Africano - Pleistoceno tardio e início do Holoceno - teve um clima fresco e húmido alimentado por abundantes chuvas monsonicas que terminou há cerca de 3500 anos AC quando as chuvas de verão se tornaram diminutas, as temperaturas aumentaram acentuadamente, a vegetação ficou esparsa e as populações deslocaram-se para o vale do Nilo onde iniciaram as primeiras fases da civilização faraônica^{12,13,14}. A civilização egípcia que se desenvolveu desde 3500 AC até 332 AC teve que se adaptar às condições de aridez que passaram a predominar¹⁵.

6 T. J. Wilkinson, *Archaeological Landscapes of the Near East* (Tucson: University of Arizona Press, 2003).

7 Daniel Hillel, *Out of the Earth: Civilization and the Life of the Soil* (New York: Free Press, 1991).

8 Thorkild Jacobsen & Robert M. Adams, "Salt and silt in ancient Mesopotamian agriculture," *Science* 128 (1958): 1251-1258. doi: 10.1126/science.128.3334.1251.

9 H. Weiss, M. A. Courty, W. Wetterstrom, F. Guichard, L. Senior, R. Meadow & A. Curnow, "The genesis and collapse of third millennium North Mesopotamian civilization," *Science* 261 (1993): 995-1004. doi: 10.1126/science.261.5124.995.

10 T. Bryce, *Babylonia: A Very Short Introduction* (Oxford: Oxford University Press, 2016).

11 Emanuel Bouzon, "Origem e natureza das coleções do direito cuneiforme," <https://core.ac.uk/download/pdf/16754396.pdf> (acessado em 11 outubro 2023).

12 Rudolph Kuper & Stefan Kröpelin, "Climate-controlled Holocene occupation in the Sahara: motor of Africa's evolution," *Science* 313 (2006): 803-807. doi: 10.1126/science.1130989.

13 Jess Adkins, Peter Demenocal & Gidon Eshel, "The "African humid period" and the record of marine upwelling from excess ²³⁰Th in Ocean Drilling Program Hole 658C," *Paleoceanography and Paleoclimatology* 21 (2006): 1-14. doi: 10.1029/2005PA001200.

14 Christopher Bernhardt, Benjamin Horton & Jean-Daniel Stanley, "Nile Delta response to Holocene climate variability," *Geology* 40 (2012): 615-618. doi: 10.1130/G33012.1.

15 Eric C. Brevik, Jeffrey A. Homburg & Jonathan A. Sandor, "Soils, Climate & Ancient Civilizations," in *Climate Change Impacts on Soil Processes and Ecosystem Properties*, org. William R. Horwath & Yakov Kuzyakov (Amsterdam: Elsevier

A sociedade egípcia era baseada na agricultura regada e na fertilidade natural dos seus solos mantida pelas periódicas enchentes do Nilo as quais depositavam sedimentos ricos em matéria orgânica^{16, 17}. Os agricultores egípcios desenvolveram técnicas para aproveitar essa fertilidade natural, construindo sistemas de diques, canais, terraços e reservatórios para controlar a água e desenvolveram sistemas de elevação de água para a distribuir pelos campos distantes do rio. Também sabiam preparar o solo antes das sementeiras e que as enchentes removiam a acumulação de sais¹⁸. Os egípcios praticavam a rotação de cultivos, as fertilizações orgânicas, a adaptação de cultivos adequados ao tipo de solo, ou seja, eram habilidosos nas práticas agrícolas e na conservação do solo.

Os antigos egípcios desenvolveram uma cultura religiosa intimamente integrada na sociedade agrícola e que revolia à volta das observações do seu ambiente e do rio Nilo¹⁹. As enchentes do Nilo estavam associadas ao deus Hapi e o ano era dividido em três estações naturais: Akhet (Enchente, Setembro a Janeiro), Peret (Inverno, Janeiro a Maio), Shemu (Verão, Maio a Setembro)²⁰. Esta divisão ajudava-os a planear a construção, manutenção e reparação das suas obras hidráulicas bem como as atividades agrícolas.

No antigo Egito, a lei, personificada pela deusa Maat, estava acima de todos os humanos e representava a verdade, justiça, retitude, a ordem e o equilíbrio do universo²¹. Não existia uma legislação específica sobre conservação da natureza, existiam práticas e crenças que refletiam um respeito pela natureza e uma compreensão de sua importância para a vida e a prosperidade da sociedade egípcia – o mundo em harmonia e há várias referências a questões agrícolas como no Codex Hermopolis do terceiro século AC²². A recorrência das inundações do Nilo transmitia às populações um sentido de ordem que ditava os rituais, as práticas agrícolas e os procedimentos legais²³. O funcionamento de todas estas atividades agrícolas e obras associadas, regulamentação legal em tão larga escala exigiam uma complexa organização centralizada que deu origem ao estado faraônico com uma extensa burocracia. Ao longo dos milénios que durou a civilização egípcia, sempre muito dependente do fluxo do rio Nilo que passava por longos períodos de baixo volume associados às variações da climáticas na sua imensa bacia, houve várias ocasiões de baixa produção agrícola que provocaram fomes seguidas de instabilidade económica, social e política, por vezes violentas com o colapso dinástico e mudanças das

Science, 2018): 1-28.

16 Frederick R. Troeh, J. Arthur Hobbs & Roy L. Donahue. *Soil and Water Conservation for Productivity and Environmental Protection* (Hoboken, New Jersey: Prentice Hall College Div, 1998).

17 Hillel, *Out of the Earth*, 3.

18 Ibid.

19 N. J. van Blerk, "The emergence of law in ancient Egypt: the role of Maat," *Fundamina* 24 (2018): 60-88. doi: 10.17159/2411-7870/2018/v24n1a4.

20 Telo F. Canhão "O calendário egípcio," *Cultura* 23 (2006): 39-61. doi: 10.4000/cultura.1296

21 van Blerk

22 Ibid.

23 R. VerSteeg, *Law in Ancient Egypt* (Durham: Carolina Academic Press, 2002).

China

A China foi um dos centros culturais onde se iniciou a sedentarização das populações e o início das atividades agrícolas que se espalharam pelo mundo durante o Holoceno²⁷. A história da agricultura e da erosão antropogénica do solo na China prolonga-se por um período superior a 7000 anos e há registos arqueológicos que datam de cerca de 9000 anos na província de Hunan²⁸. Os indícios mais antigos mostram que os antecessores dos chineses desflorestavam mas também construíam terraços para poderem regar e conservar o solo²⁹.

Desde os primeiros milénios do Holoceno verificaram-se vários intervalos de intensa erosão antrópica por todo o território chinês e, em particular, no Planalto de Loess. O primeiro intervalo ocorreu entre 5500 a 5000 AC, seguindo-se um acréscimo contínuo após 3000 AC quando as comunidades de caçadores e pastores se sedentarizou e passaram a agricultores, com outros picos em 200 AC - 0 DC, 1000 - 1600 DC e nas décadas de 1930, 1950 e parte de 1960 já no século XX³⁰. Estes episódios de grande degradação do solo estão associados a pressão populacional, conflitos armados, instabilidade política com alterações socioeconómicas que induziam em devastação da vegetação natural, intensificação da atividade agrícola incluindo utilização de terras pouco adequadas ao cultivo^{31, 32}. Nos últimos 100 anos, o enorme crescimento populacional e a abertura de enormes áreas à agricultura no Planalto de Loess, criou a maior taxa de erosão que se verifica no mundo³³.

24 K.W. Butzer & G. H. Endfield, "Critical perspectives on historical collapse," *Proceedings National Academy of Science USA*, 109 (2012): 3628-31. doi: 10.1073/pnas.1114772109.

25 Mohamed H. Geriash, Klaus-Dieter Balke, Ahmed E. El-Rayes & Basma M. Mansour, "Implications of climate change on the groundwater flow regime and geochemistry of the Nile Delta, Egypt," *Journal of Coastal Conservation*, 19 (2015): 589-608. doi: 10.1007/s11852-015-0409-5.

26 J. G. Manning, F. Ludlow, A. R. Stine, W. R. Boos, M. Sigl & J. R. Marlon, "Volcanic suppression of Nile summer flooding triggers revolt and constrains interstate conflict in ancient Egypt," *Nature Communications* 8 (2017): 1-9. doi: 10.1038/s41467-017-00957-y.

27 L. A. James, "Impacts of Early Agriculture and Deforestation on Geomorphic Systems," in *Treatise on Geomorphology*, org. John F. Shroder (San Diego: Academic Press, 2013): 48-67.

28 Zitong Gong, Xuelei Zhang, Jie Chen & Ganlin Zhang, "Origin and development of soil science in ancient China," *Geoderma* 115 (2003): 3-13. doi: 10.1016/s0016-7061(03)00071-5.

29 Markus Dotterweich, "The history of human-induced soil erosion: Geomorphic legacies, early descriptions, research and the development of soil conservation—A global synopsis," *Geomorphology* 201 (2013): 1-34. doi: 10.1016/j.geomorph.2013.07.021.

30 Xiubin He, Jie Zhou, Xinbao Zhang & Keli Tang, "Soil erosion response to climatic change and human activity during the Quaternary on the Loess Plateau, China," *Regional Environmental Change* 6 (2006): 62-70. doi: 10.1007/s10113-005-0004-7.

31 Li Wang, Ming'an Shao, Quanju Wang & William J. Gale, "Historical changes in the environment of the Chinese Loess Plateau," *Environmental Science & Policy* 9 (2006): 675-684. doi: 10.1016/j.envsci.2006.08.003

32 Markus Dotterweich, "The history of human-induced soil erosion: Geomorphic legacies, early descriptions, research and the development of soil conservation—A global synopsis," *Geomorphology* 201 (2013): 1-34. doi: 10.1016/j.geomorph.2013.07.021.

33 Xiubin He, Jie Zhou, Xinbao Zhang & Keli Tang, "Soil erosion response to climatic change and human activity during the Quaternary on the Loess Plateau, China," *Regional Environmental Change* 6 (2006): 62-70. doi: 10.1007/s10113-005-0004-7.

Apesar da degradação dos solos sempre presente na China, a população e os poderes vigentes tinham consciência da necessidade da utilização adequada dos recursos. Os escritos de Guanzhi, que viveu no século VII AC, são perentórios que a terra é a base da administração e que o solo é a base da prosperidade da população, por isso, o solo, considerado necessário para a alimentação, sustentava ou destruía a administração. Preconizava a proteção de florestas, rios e zonas húmidas, o controlo dos fogos entre outros aspetos da conservação da natureza³⁴. Wen Tao (III ou IV século DC) dizia que os chineses percebiam a relação entre desflorestação e erosão do solo e cerca de 500 anos mais tarde, o filósofo Liu Zongyuan descreveu metaforicamente a relação entre desflorestação, escorrimento, erosão e a formação de ravinas³⁵.

Por toda a China foram implementados desde cedo projetos agrícolas em larga escala que procuravam racionalizar a utilização da terra. Alguns sistemas de engenharia de rega são impressionantes como o canal de Zhengguo (246 AC) no Planalto de Loess (Yi and Shi 1992), o canal Ximen Bao no Nordeste e o canal Ling (214 AC) que liga os sistemas dos rios Yangtse e Perola e os canais Qin e Han construídos em 770–221 AC são ainda utilizados atualmente^{36, 37}.

Durante a dinastia Han (206 AC – 220 DC) houve um grande desenvolvimento das técnicas agrícolas que permitiram sustentar o aumento populacional e uma transformação económica do país^{38, 39}. Novas formas de transplante e plantação de arroz, cultivo em estufa, fertilizações verdes e orgânicas, rotação de cultivos foram largamente utilizadas na manutenção da fertilidade do solo. Nos terrenos declivosos foram construídos terraços e alguns campos eram cobertos com pedras para reduzir a erosão.

No longo período de paz do final do século XVII ao final do XVIII a população duplicou e atingiu 300 milhões e no período seguinte, 1779-1850, houve ainda um acréscimo de 56%; este número de pessoas exigiu a intensificação da rega, o desenvolvimento de variedades de arroz de ciclo mais curto que permitiu duas colheitas por ano e, o mais significativo de tudo, aceitação de plantas vindas das Américas (milho, batata-doce, tabaco e amendoim). Estes desenvolvimentos produziram mais alimentos para pessoas e animais, também mais energia mas tiveram um lado negativo com acréscimo acentuado da erosão e aumento do desemprego rural⁴⁰.

34 R.L. Edmonds, 1994. *Patterns of China's Lost Harmony: A Survey of the Country's Environmental Degradation and Protection* (Abingdon: Routledge, 1994).

35 Mark Elvin, *The Retreat of the Elephants. An Environmental History of China* (Boston: Yale University Press, 2004).

36 Shuanglei Wu, Yongping Wei, Brian Head, Yan Zhao & Scott Hanna, "The development of ancient Chinese agricultural and water technology from 8000 BC to 1911 AD," *Palgrave Communications* 5 (2019): 1-16. doi: 10.1057/s41599-019-0282-1.

37 Dotterweich, 7.

38 Francesca Bray, "Agricultural technology and agrarian change in Han China," *Early China* 5 (1979): 3-13. <http://www.jstor.org/stable/23351628>.

39 Jingwen Liao, Ming Li, Edward Allen, Wuhong Luo & Pengfei Sheng, "The millet of the matter: Archeobotanical evidence for farming strategies of Western Han Dynasty core area inhabitants," *Frontiers in Plant Science* 13 (2022): 1-8. doi: 10.3389/fpls.2022.929047.

40 Asia for Educators, "Qing China's Internal Crisis: Land Shortage, Famine, Rural Poverty," http://afe.easia.columbia.edu/special/china_1750_demographic.htm (acessado em 12 outubro 2023).

A pressão antropogénica sobre o ambiente na China tem sido constante ao longo da sua história e, apesar dos esforços feitos para controlar a degradação dos solos, as alterações prejudiciais nunca foram eficazmente controladas e em alguns períodos atingiram proporções alarmantes. Neste quadro, alterações climáticas desfavoráveis e condições geomorfológicas que tornam os solos muito suscetíveis à erosão são fatores adicionais e decisivos^{41, 42, 43}. Durante o Holoceno houve flutuações entre períodos secos e frios e outros húmidos e quentes e em dois períodos de forte erosão do solo (200 AC a 0 DC; 1000 a 1600 DC) verificaram-se aumentos de precipitação. Por outro lado, os períodos frios e secos degradavam a cobertura vegetal do solo e o risco de erosão também crescia.

Grécia e Roma

A literatura helenística e romana documenta a ideia enraizada na cultura ocidental que a humanidade transforma a Terra e os seus recursos pela sua atividade organizada e o atual estado da paisagem mediterrânica, nalguns casos muito degradada, é vista como resultado da atividade humana, em particular, na que resultou em erosão dos solos e sedimentação dos cursos de água durante o Holoceno^{44, 45}. Os registos geo-arqueológicos do território grego mostram que entre o final do Pleistoceno e início do Holoceno a paisagem manteve-se estável e os problemas de degradação dos solos só se tornaram evidentes cerca de 1000 anos após o começo da sedentarização e das atividades agrícolas, logo, os agricultores do período micénico devem ter utilizado formas de gestão agrícola, incluindo terraceamento, que reduzem os efeitos da erosão dos solos; o aumento da população obrigou ao encurtamento do tempo de pousio, à desflorestação de maiores áreas e à utilização de solos sem aptidão agrícola^{46, 47}.

Os Gregos eram excelentes observadores da natureza mas não testavam as teorias ou faziam experiências, logo, o seu conhecimento não se desenvolvia em verdadeira ciência⁴⁸. No que diz respeito aos solos, os filósofos Gregos da antiguidade tinham um

41 Xiubin He, Jie Zhou, Xinbao Zhang & Keli Tang, "Soil erosion response to climatic change and human activity during the Quaternary on the Loess Plateau, China," *Regional Environmental Change* 6 (2006): 62-70. doi: 10.1007/s10113-005-0004-7.

42 J.A. Sandor, "Ancient Agricultural Terraces and Soils," in *Footprints in the Soil: People and Ideas in Soil History*, org. B. Warkentin (Amsterdam: Elsevier Science, 2006): 505-534.

43 Markus Dotterweich, "The history of human-induced soil erosion: Geomorphic legacies, early descriptions, research and the development of soil conservation—A global synopsis," *Geomorphology* 201 (2013): 1-34. doi: 10.1016/j.geomorph.2013.07.021.

44 Clarence J. Glacken, 1967. *Traces on the Rhodian Shore, Nature and Culture in Western Thought from Ancient Times to the End of the Eighteenth Century* (San Francisco: University of California Press, 1967).

45 Tjeerd H. van Andel, Eberhard Zangger & Anne Demitrack, "Land use and soil erosion in prehistoric and historical Greece," *Journal of Field Archaeology* 17 (2013): 379-396. doi: 10.1179/009346990791548628.

46 Ibid.

47 L. A. James, "Impacts of Early Agriculture and Deforestation on Geomorphic Systems," in *Treatise on Geomorphology*, org. John F. Shroder (San Diego: Academic Press, 2013): 48-67.

48 Don J. Easterbrook, 1999. *Surface processes and landforms* (Upper Saddle River, N.J.: Prentice Hall, 1999).

conhecimento claro sobre os diferentes tipos de solos e suas propriedades^{49,50,51}. Xenofonte dizia que a vida começava e acabava no solo e Aristóteles e Platão comparavam o solo à mulher e mãe. Teofrastos escreveu o que foi talvez o primeiro livro sobre agronomia onde se incluía a classificação de solos. Platão reconheceu o solo como um reservatório de água e pelas colônias gregas espalhadas pelo Mediterrâneo encontra-se literatura devotada às práticas de gestão agrícola. Homero recomendava pousios para reduzir a degradação do solo e Platão reconheceu a relação entre inundações e a desflorestação na Ática.

Evidência escrita das práticas agrícolas na Grécia antiga é escassa e não sobreviveram tratados gregos que detalhem explicitamente a agricultura⁵². Os mais antigos registos de trabalhos hidráulicos na Grécia datam de cerca de 1600 AC e estavam relacionados com a rega agrícola e a proteção contra cheias⁵³ embora a existência de complexos sistemas de rega seja matéria de debate entre vários autores.

Na Grécia antiga, os agricultores seguiam um de dois modelos de exploração da terra: o modelo extensivo onde pouca ou nenhuma prática de manutenção do solo era seguida, e o modelo intensivo que praticava a agricultura e a pecuária e havia métodos de conservação do solo⁵⁴. A agricultura extensiva combinava a cultura bienal de trigo e centeio com pousio nu, para recuperação da fertilidade do solo, e a pastorícia de transumância. A agricultura intensiva desenvolve-se em resposta ao aumento populacional e era caracterizada pelo cultivo de cereais em rotação com leguminosas e pastoreio de pequenos rebanhos; há trabalhos de manutenção do solo como fertilizações orgânicas e terraceamento, em particular em cultivos exigentes em gestão e economicamente mais produtivos como os olivais e as vinhas. A escolha do modelo de agricultura deve ter dependido da qualidade do solo, da densidade populacional, da economia da região e do estatuto social / riqueza do agricultor.

Os romanos receberam e adaptaram a cultura helénica em muitos domínios da sua sociedade incluindo as tradições e práticas agrícolas⁵⁵⁵⁵ mas introduziram alterações e inovações que os tornaram agricultores de sucesso dado o seu conhecimento do clima, solo e métodos de cultivo. Desenvolveram ou refinaram formas mais eficientes de gerir os cultivos, de os irrigar e drenar. Utilizaram técnicas de rotação de cultivos, poda, enxertia, seleção de plantas, fertilização orgânica que foram descritas e preconizadas por Plínio, Varro, Cato, Virgílio e que hoje seriam consideradas como agricultura de conservação⁵⁶.

49 Daniel Hillel, *Out of the Earth: Civilization and the Life of the Soil* (New York: Free Press, 1991).

50 D. L. Sparks, 2006. "Historical Aspects of Soil Chemistry," in *Footprints in the Soil: People and Ideas in Soil History*, org. B.P. Warkentin (Amsterdam: Elsevier Science, 2006): 307–337.

51 I. A. Krupenikov, *History of Soil Science: From Its Inception to the Present* (Bombay: Amerind Publishing Company, 1992).

52 Maeve McHugh, "Ancient Farming and Farmsteads Sources, Problems & Debates," in *The Ancient Greek Farmstead*, org. Maeve McHugh (Barnsley: Oxbow Books, 2017): 13-43.

53 Demetris Koutsoyiannis & A. Angelakis. 2004. "Agricultural Hydraulic Works in Ancient Greece," in *Encyclopedia of Water Science*, org. S. W. Trimble (Boca Raton: CRC Press, 2004): 24–27.

54 McHugh

55

56 Kenneth D. White, "Fallowing, crop rotation & crop yields in Roman times," *Agricultural History* 44 (1970): 281-290.

Os Romanos criaram um império de base agrária com uma impressionante estrutura de produção de alimentos e gestão de recursos hídricos de escala monumental. Os Romanos foram talvez os mais exímios gestores pré-industriais de recursos hídricos para consumo público e rega que facilitou a urbanização e a estabilidade socioeconómica durante séculos não obstante a variabilidade climática interanual do Mediterrâneo⁵⁷.

Apesar da extensa e complexa rede de obras de engenharia hidráulica, aquedutos, canais, diques, para rega, drenagem e controlo do solo e de inundações, há relatos de sérios erosivos do solo sobretudo causados por desflorestação excessiva⁵⁸ e escorrimento superficial de terrenos em pousio nu; os Romanos estavam bem conscientes da necessidade de proteger os solos e utilizaram princípios legais ordinários para combater a degradação do solos. O Imperador Augusto, por exemplo, implementou leis para limitar o uso de florestas e proteger as terras públicas da erosão⁵⁹.

A lei romana de conservação do solo era uma parte do corpo legal que regulava os direitos e deveres dos proprietários cujas terras confinavam uma com as outras. Estas leis baseavam-se em dois pilares fundamentais: *Actio Legis Aquiliae* e *Actio Negatoria*. A primeira diz respeito a ações negligentes no caso de danos proprietários, a segunda equivale a ações de trespasses e perturbação⁶⁰.

Actio Legis Aquiliae, que tem o nome do seu criador, Aquilius, um jurista romano do terceiro século AC, é um dos exemplos mais antigos da tradição legislativa Ocidental de ação legal por danos causados e é considerada como antecedente importante do atual direito de restituição⁶¹.

Actio Negatoria (ação de negação) refere-se ao direito de propriedade ou posse contra a interferência ilegal por parte de terceiro. No direito civil moderno está ainda em uso como base legal nas disputas sobre direitos de propriedade⁶². *Actio Negatoria* foi gradualmente reforçada por outras ações que estenderam o princípio que ninguém pode sofrer com os atos cometidos na sua propriedade que de alguma forma interfiram com a utilização razoável das propriedades confinantes.

Exemplos dessas adições legais são *Operis Novi Nuntiatio*, *Cautio Damni Infecti* e *Actio Aquae Pluviae Arcendae*. Esta última aplica-se aos terrenos rurais (*ager*) e tem como objetivo a injunção de operações numa propriedade a montante que sejam uma ameaça a propriedades a jusante por escorrimento superficial sem causas naturais⁶³.

<https://www.jstor.org/stable/3741455> (acessado em 13 outubro 2023).

57 B. J. Dermody, H. J. de Boer, M. F. P. Bierkens, S. L. Weber, M. J. Wassen & S. C. Dekker, "A seesaw in Mediterranean precipitation during the Roman Period linked to millennial-scale changes in the North Atlantic," *Climate of the Past* 8 (2012): 637-651. doi: 10.5194/cp-8-637-2012.

58 Ingemar Renberg, Maria Wik Persson & Ove Emteryd, "Pre-industrial atmospheric lead contamination detected in Swedish lake sediments," *Nature* 368 (1994): 323-326. doi: 10.1038/368323a0.

59 Karl F. Milde, "Roman contributions to the law of soil conservation," *Fordham Law Review* 19 (1950): 192-196. <https://core.ac.uk/download/pdf/144223285.pdf> (acessado em 14 outubro 2023).

60 *ibid.*

61 R. Zimmermann, *The Law of Obligations: Roman Foundations of the Civilian Tradition* (Oxford: Oxford University Press, 1996).

62 Tikhon Podshivalov, "Models of *Actio Negatoria* in the law of Russia and European countries," *Russian Law Journal* 7 (2019): 128-164. doi: 10.17589/2309-8678-2019-7-2-128-164.

63 Milde, 11.

A República e depois o Império Romano era suportado pela rede de estradas, rotas marítimas e de aprovisionamento público que permitiam aos poderes políticos intervirem na regulamentação das diversas atividades económicas, sociais e militares, em particular, na produção, aprovisionamento e distribuição de alimentos. No auge do Império (100 AC – 200 DC), o clima temperado e húmido ajudava a sua prosperidade⁶⁴, mas no terceiro século DC, na parte Ocidental do Império tudo mudou com alterações para um clima mais frio e seco que reduziram a produção agrícola, com ela as fomes, as pestes, as doenças e a instabilidade política proliferaram⁶⁵. O império no Ocidente estava em sério declínio⁶⁶.

Os Islâmicos

No século VIII DC as condições climáticas no Oriente Próximo provavelmente tornaram-se mais amenas com temperaturas mais baixas e maior humidade e o centro da civilização mudou-se do Império Romano para Bagdade⁶⁷. O enfraquecimento do império Bizantino no Mediterrâneo Oriental a partir de meados do século VII DC e o desaparecimento da Pérsia Sassânida, levou o Califado Islâmico a unificar os territórios do Afeganistão à Ibéria, um feito sem precedentes na história da Humanidade. A unidade política facilitou as comunicações, o comercio, encorajou a difusão de ideias e conhecimentos⁶⁸.

A agronomia Islâmica é intelectualmente a continuidade das observações e experiências Gregas, Romanas e Persas Sassânidas e a sua literatura agrícola elucidada a evolução do conhecimento sobre produtividade agrícola, ecologia e alterações socioeconómicas⁶⁹. Um notável exemplo é o trabalho de Ibn Al-Awwam (c. 1160 DC) que integra as tradições agrícolas Orientais, Ocidentais, Clássicas e Islâmicas tal como o conhecimento sobre os solos e das práticas hortícolas⁷⁰. Esta integração cultural e científica no Dār al-Islām (o mundo Islâmico) foi muito além da simples acumulação de conhecimentos de técnicas e teve um perdurável sucesso na gestão ecológica e agrícola Islâmica com adaptação às condições de necessidades de cada região⁷¹.

64 Fredrik C. Ljungqvist, "A new reconstruction of temperature variability in the extra-tropical northern hemisphere during the last two millennia," *Geografiska Annaler: Series A, Physical Geography* 92 (2010): 339-351. doi: 10.1111/j.1468-0459.2010.00399.x.

65 Michael McCormick, Ulf Büntgen, Mark A. Cane, Edward R. Cook, Kyle Harper, Peter Huybers, Thomas Litt, Sturt W. Manning, Paul Andrew Mayewski, Alexander F. M. More, Kurt Nicolussi & Willy Tegel, "Climate Change during and after the Roman Empire: Reconstructing the Past from Scientific and Historical Evidence," *The Journal of Interdisciplinary History* 43 (2012): 169-220. doi: 10.1162/JINH_a_00379.

66 Kyle Harper, "The environmental fall of the Roman Empire," *Daedalus* 145 (2016): 101-111. doi: 10.1162/DAED_a_00380

67 McCormick

68 Michael Decker, "Plants and progress: Rethinking the Islamic agricultural revolution," *Journal of World History* 20 (2009): 187-206. doi: 10.1353/jwh.0.0058

69 Karl W. Butzer, "Environmental history in the Mediterranean world: cross-disciplinary investigation of cause-and-effect for degradation and soil erosion," *Journal of Archaeological Science* 32 (2005): 1773-1800. doi: 10.1016/j.jas.2005.06.001.

70 Karl W. Butzer, "The Islamic traditions of agroecology: Crosscultural experience, ideas and innovations," *Cultural Geographies* 1 (1994): 50-7. <https://www.jstor.org/stable/44251681> (acessado em 14 outubro 2023).

71 Lucie Bolens, New York, "Agriculture in the Islamic World," in *Encyclopaedia of the History of Science, Technology, and Medicine in Non-Western Cultures*, org. Helaine Selin (New York: Springer, 2008): 44-47.

A agricultura Islâmica foi de início a agricultura Árabe pois o Islão desenvolveu-se a partir da Península Arábica entre os Beduínos. A familiaridade dos Árabes com o cultivo de zonas áridas tornou-os experientes na utilização de solos marginais mas com a expansão territorial do Islão pelos impérios Umayyad e Abbasid, regiões temperadas, subsumidas e subtropicais foram também agricultadas^{72, 73}. A expansão do Islão por três continentes nos séculos VII e VIII DC foi seguida por uma verdadeira revolução agrícola sem esquecer as evoluções na educação superior, na tecnologia industrial, nas artes, na arquitetura, na culinária e muitas outras. No centro da revolução agrícola estavam os novos cultivos como o arroz, sorgo, cana-de-açúcar, algodão, melancias, laranjas, entre muitos outros, que os islâmicos conseguiram adaptar a condições ambientais diferentes da sua origem⁷⁴. Sistemas agrícolas mais intensivos com rotações de cultivos que permitiam a ocupação dos solos com redução dos períodos de pousio aumentaram as produções e os rendimentos agrícolas e suporte para a expansão demográfica. A intensificação era trabalho intensiva e exigia novas técnicas de fertilização orgânica e inorgânica, irrigação tecnologicamente mais sofisticada e gestão dos solos, todas elas desenvolvidas, aperfeiçoadas e adaptadas a solos e climas locais^{75, 76}.

Apesar da sofisticação e sucessos da agricultura Islâmica por todos os territórios da sua expansão, a erosão e a degradação dos solos acabou por contribuir para o declínio social e económico. A agricultura no Sul da Península Ibérica e no deserto do Negueve são dois exemplos desses fenómenos. A agricultura no Al-Andaluz atingiu níveis tecnológicos e de produtividade notáveis⁷⁷, mas a sobre utilização dos solos e conseqüente erosão foram causa do abandono populacional de áreas do Baixo Alentejo, Portugal, a partir de meados do século XII DC, 100 anos antes de reconquista cristã⁷⁸ e nas serras da Andaluzia verificaram-se desflorestação e erosão do solo em larga escala durante as últimas gerações de ocupação Muçulmana⁷⁹. No deserto do Negueve praticou-se durante cerca de 700 anos agricultura por captação e armazenamento de água de escorrência mas exigia sucessivos, mais intensos e dispendiosos trabalhos de conservação do solo para contrariar a erosão e sedimentação dos reservatórios até se tornarem proibitivos⁸⁰.

72 Ibid.

73 Michael Decker, "Plants and progress: Rethinking the Islamic agricultural revolution," *Journal of World History* 20 (2009): 187-206. doi: 10.1353/jwh.0.0058

74 Andrew M. Watson, "The Arab agricultural revolution and its diffusion, 700–1100," *The Journal of Economic History* 34 (1974): 8-35. <https://www.jstor.org/stable/2116954> (acessado em 14 outubro 2023).

75 Watson, 13.

76 Decker, 13

77 S. M. Imāmuddin, "Al-Filahah (farming) in muslim Spain," *Islamic Studies* 1 (1962): 51-89. <https://www.jstor.org/stable/20832657> (acessado em 14 outubro 2023).

78 James L. Boone & F. Scott Worman, "Rural settlement and soil erosion from the late Roman Period through the medieval Islamic Period in the lower Alentejo of Portugal," *Journal of Field Archaeology* 32 (2007): 115-132. <https://www.jstor.org/stable/40024661> (acessado em 14 outubro 2023).

79 Karl W. Butzer, "Environmental history in the Mediterranean world: cross-disciplinary investigation of cause-and-effect for degradation and soil erosion," *Journal of Archaeological Science* 32 (2005): 1773-1800. doi: 10.1016/j.jas.2005.06.001.

80 Yoav Avni, Gideon Avni & Naomi Porat, "A review of the rise and fall of ancient desert runoff agriculture in the Negev Highlands - A model for the southern Levant deserts," *Journal of Arid Environments* 163 (2019): 127-137. doi: 10.1016/j.

Os Maia

A cultura Maia na América Central floresceu durante 3000 anos numa extensa rede populosa de cidades num território que ocupava parte dos atuais países do México, Guatemala, Belize, Honduras e S. Salvador e está associada a práticas agrícolas eficientes, desenvolvimento da escrita hieroglífica, arte monumental e arquitetura, avanços científicos em astronomia e matemática incluindo o conceito de zero, apesar de não terem instrumentos metálicos e não utilizarem a roda^{81, 82, 83}.

O desenvolvimento cultural Maia aconteceu durante os períodos pré-clássico (Inicial, Intermédio e Tardio) de 1500 BC a 250 DC e o clássico de 250 a 1200 DC. No período de 300 BC a 900 DC os Maia desenvolveram uma florescente e sofisticada economia agrária, uma rede comercial bem estruturada, extensas infraestruturas públicas e intrincadas obras de arte; a civilização Maia atingiu níveis intelectuais sem paralelo no Hemisfério Ocidental^{84, 85}. Quando os reis de Tikal dedicaram os seus primeiros monumentos no século III BC inauguraram o período clássico no qual nasceram as famosas cidade de Palenque, Copan e Yaxchilan e muitas outras, algumas atingiram dezenas de milhares de habitantes com densidade populacional de 770 pessoas por km² equivalente à cidade de Los Angeles⁸⁶.

O território ocupado pelos Maia era coberto por densa floresta tropical e com um regime de pluviosidade que alternava um período chuvoso com outro seco e os solos na sua maioria de natureza cársica não retêm água à superfície⁸⁷. O sistema agrícola desenvolvido pelos Maia era a agricultura itinerante (*milpa* na designação local) onde a floresta era derrubada e queimada para dar lugar ao cultivo de milho, feijão e abóbora a base da sua dieta, mas dado que o solo perdia fertilidade após uns poucos ciclos agrícolas, o terreno era deixado à vegetação espontânea por vários anos para recuperação da fertilidade e os agricultores moviam-se para local próximo onde se repetia o processo⁸⁸.

Os agricultores Maia enfrentavam outro sério problema de degradação do solo que se devia à erosão, mesmo em terrenos de pequeno declive, sempre que a cobertura de vegetação natural era removida; o solo carregado e a escorrência nos declives criava

jaridenv.2019.01.010.

81 Marilyn A. Masson, "Maya collapse cycles," *Proceedings of the National Academy of Sciences* 109 (2012): 18237-18238. doi: 10.1073/pnas.1213638109.

82 Werner Marx, Robin Haunschild & Lutz Bornmann, "The role of climate in the collapse of the Maya civilization: A bibliometric analysis of the scientific discourse," *Climate* 5 (2017): 88-110. doi: 10.3390/cli5040088.

83 Gerald A. Islebe, N. Torrecano-Valle, M. Valdez-Hernandez, A. Carrillo-Bastos & A. A. Aragon-Moreno, "Maize and ancient Maya droughts," *Science Reports* 12 (2022): 1-11. doi: 10.1038/s41598-022-26761-3.

84 Raymond E. Crist & Louis A. Paganini, "The rise and fall of Maya civilization," *American Journal of Economics & Sociology* 39 (1980): 23-23-30. doi: 10.1111/j.1536-7150.1980.tb01253.x.

85 Gerald A. Islebe, N. Torrecano-Valle, M. Valdez-Hernandez, A. Carrillo-Bastos & A. A. Aragon-Moreno, "Maize and ancient Maya droughts," *Science Reports* 12 (2022): 1-11. doi: 10.1038/s41598-022-26761-3.

86 F. Estrada-Belli, *The First Maya Civilization: Ritual and Power Before the Classic Period* (London: Taylor & Francis, 2010).

87 V. L. Scarborough, N. P. Dunning, K. B. Tankersley, C. Carr, E. Weaver, L. Grazioso, B. Lane, J. G. Jones, P. Buttles, F. Valdez & D. L. Lentz, "Water and sustainable land use at the ancient tropical city of Tikal, Guatemala," *Proceedings of National Academy of Science USA* 109 (2012): 12408-13. doi: 10.1073/pnas.1202881109.

88 Crist, 15.

condições de alagamento a jusante⁸⁹. Os registos arqueológicos mostram que todas as áreas agrícolas da Mesoamérica pré-Colombiana sofreram fenómenos erosivos graves que resultaram em acentuada degradação ambiental^{90, 91}.

Os Maia eram particularmente sensíveis a estes problemas porque na sua visão do mundo, a terra é propriedade dos deuses e operada pelos ancestrais, logo, os humanos têm de obter permissão e aprovação para interagir com o ambiente incluindo o solo; assim, os Maia adquiriram um profundo conhecimento das propriedades do solo, da sua gestão e proteção⁹².

Os Maia recorreram a técnicas agrícolas de terraceamento, rotação de cultivos, períodos de pousio prolongados e drenagem de zonas alagadas para obstar aos fenómenos erosivos acelerados, à perda de fertilidade do solo e ao encharcamento, tal como fizeram outras sociedades agrárias pelo mundo fora. Para fazer face às necessidades em água para os cultivos nos períodos secos e satisfazer o consumo das suas enormes cidades, os Maia desenvolveram extensos e sofisticados sistemas hidráulicos para recolha, armazenamento e distribuição de água que permitiram que cada agricultor alimentasse 10 a 12 pessoas que podiam então dedicar-se a outras atividades^{93, 94, 95}.

O sistema de gestão agrícola e de água revelou-se resiliente mesmo durante períodos de falta de precipitação prolongada e permitiu um grande aumento da população a começar já na fase pré-clássica e que atingiu o seu apogeu entre os séculos VII e VIII DC^{96, 97, 98}. Para satisfazer as necessidades da população quer em alimentos, quer em água, energia e materiais de construção foi preciso intensificar a produção agrícola, incrementar a monocultura do milho, aumentar a desflorestação, reduzir o tempo de pousio. Estas opções incrementaram a erosão, a perda de fertilidade do solo, a suscetibilidade dos cultivos a pragas e doenças, e a perda de cobertura vegetal levou ao aumento da temperatura (de 3 a

89 B. L. Turner & J. A. Sabloff, "Classic period collapse of the Central Maya Lowlands: insights about human-environment relationships for sustainability," *Proceedings of National Academy of Science USA* 109 (2012): 13908-14. doi: 10.1073/pnas.1210106109.

90 Julie L. Kunen, "Ancient Maya agricultural installations and the development of intensive agriculture in NW Belize," *Journal of Field Archaeology* 28 (2001): 325-325-346. doi: 10.1179/jfa.2001.28.3-4.325.

91 Timothy Beach, Sheryl Luzzadder-Beach, Nicholas Dunning, Jon Hageman & Jon Lohse, "Upland agriculture in the Maya lowlands: Ancient Maya soil conservation in Northwestern Belize," *Geographical Review* 92 (2002): 372-372-397. doi: 10.2307/4140916.

92 E. Christian Wells & Lorena D. Mihok, "Ancient Maya Perceptions of Soil, Land & Earth," in *Soil and Culture*, org. E. Landa & C. Feller (Dordrecht: Springer, 2010): 311-327.

93 Raymond E. Crist & Louis A. Paganini, "The rise and fall of Maya civilization," *American Journal of Economics & Sociology* 39 (1980): 23-23-30. doi: 10.1111/j.1536-7150.1980.tb01253.x.

94 Wells, 16.

95 V. L. Scarborough, N. P. Dunning, K. B. Tankersley, C. Carr, E. Weaver, L. Grazioso, B. Lane, J. G. Jones, P. Buttes, F. Valdez & D. L. Lentz, "Water and sustainable land use at the ancient tropical city of Tikal, Guatemala," *Proceedings of National Academy of Science USA* 109 (2012): 12408-13. doi: 10.1073/pnas.1202881109.

96 Joseph R. McAuliffe, Peter C. Sundt, Alfonso Valiente-Banuet, Alejandro Casas & Juan Luis Viveros, "Pre-columbian soil erosion, persistent ecological changes & collapse of a subsistence agricultural economy in the semi-arid Tehuacán Valley, Mexico's 'Cradle of Maize'," *Journal of Arid Environments* 47 (2001): 47-75. doi: 10.1006/jare.2000.0691.

97 Timothy Beach, Sheryl Luzzadder-Beach, Nicholas Dunning, Jon Hageman & Jon Lohse, "Upland agriculture in the Maya lowlands: Ancient Maya soil conservation in Northwestern Belize," *Geographical Review* 92 (2002): 372-372-397. doi: 10.2307/4140916.

98 Scarborough, 16.

5°C) e redução da precipitação^{99, 100, 101}. Por volta do ano 900 DC, o equilíbrio ambiental que estava seriamente comprometido pela sobre-exploração dos recursos, pela diminuição da capacidade adaptativa natural e pela complexidade da sociedade Maia do período clássico tardio foi atingido por secas severas às quais a sociedade foi incapaz de se adaptar^{102, 103}. A ordem social Maia colapsa sob pressão destes fenômenos e efeitos colaterais como epidemias, convulsão religiosa, guerra, alterações de rotas comerciais^{104, 105}.

De acordo com alguns autores, o clima é o fator determinante do desenvolvimento da vegetação mas no Holoceno a partir de 3000 – 2000 BC o impacto acumulado de cultivo, pastoreio, pirotecnologia associados a aumento de população passaram a ter influencia superior ao clima e argumentam que a desflorestação e erosão associadas à agricultura estão correlacionadas com o desaparecimento da civilização Maia^{106, 107, 108}.

CONSERVAÇÃO DO SOLO CONTEMPORÂNEA

As grandes alterações das paisagens e economias rurais verificadas no século XX têm as suas raízes mais próximas nos séculos XIII e XIX. Por volta de 1750 – 1760, Charles Townshend popularizou na Grã-Bretanha a rotação de culturas quadrienal que ficou conhecida por rotação de Norfolk a qual já era conhecida desde o século XVI na região de Waasland (atualmente no Norte da Bélgica) e que mais tarde foi adotada na maioria dos países industrializados. Esta prática aumentou significativamente a produção e a produtividade agrícolas que libertou a mão de obra necessária para a industrialização e alimentação das populações urbanas¹⁰⁹. Seguiram-se muitos outros avanços científicos e tecnológicos como na química liderada por Justus von Liebig que em 1840 publicou um trabalho notável – Química Orgânica e suas Aplicações à Agricultura e Fisiologia; na

99 Raymond E. Crist & Louis A. Paganini, "The rise and fall of Maya civilization," *American Journal of Economics & Sociology* 39 (1980): 23-23-30. doi: 10.1111/j.1536-7150.1980.tb01253.x.

100 NASA, "The fall of the Maya: 'They did it to themselves'," https://science.nasa.gov/science-news/science-at-nasa/2009/06oct_maya (acessado em 14 outubro 2023).

101 Werner Marx, Robin Haunschild & Lutz Bornmann, "The role of climate in the collapse of the Maya civilization: A bibliometric analysis of the scientific discourse," *Climate* 5 (2017): 88-110. doi: 10.3390/cli5040088.

102 P. M. Douglas, M. Pagani, M. A. Canuto, M. Brenner, D. A. Hodell, T. I. Eglinton & J. H. Curtis, "Drought, agricultural adaptation & sociopolitical collapse in the Maya Lowlands," *Proceedings of National Academy Science USA* 112 (2015): 5607-12. doi: 10.1073/pnas.1419133112.

103 Eleni Dimelisová, "Possibilities and limits in the management of mountain watersheds: Lessons from the Maya civilization," *Land Use Policy* 80 (2019): 415-423. doi: 10.1016/j.landusepol.2018.01.026.

104 Tim Beach, Sheryl Luzzadder-Beach, Duncan Cook, Nicholas Dunning, Douglas J. Kennett, Samantha Krause, Richard Terry, Debora Trein & Fred Valdez, "Ancient Maya impacts on the Earth's surface: An early Anthropocene analog?" *Quaternary Science Reviews* 124 (2015): 1-30. doi: 10.1016/j.quascirev.2015.05.028

105 Tim Beach, S. Luzzadder-Beach & D. Cook, "Climatic changes and collapses in Maya history," *Past Global Change Magazine* 24 (2016): 66-67. doi: 10.22498/pages.24.2.66.

106 Naomi F. Miller, "The macrobotanical evidence for vegetation in the Near East, c. 18 000/16 000 B.C to 4 000 B.C.," *Paléorient* 23 (1997): 197-207. <https://api.semanticscholar.org/CorpusID:84019157> (acessado em 14 outubro 2023).

107 Elliot M. Abrams & David J. Rue, "The causes and consequences of deforestation among the prehistoric Maya," *Human Ecology* 16 (1988): 377-395. doi: 10.1007/BF00891649.

108 Joseph R. McAuliffe, Peter C. Sundt, Alfonso Valiente-Banuet, Alejandro Casas & Juan Luis Viveros, "Pre-columbian soil erosion, persistent ecological changes & collapse of a subsistence agricultural economy in the semi-arid Tehuacán Valley, Mexico's 'Cradle of Maize'," *Journal of Arid Environments* 47 (2001): 47-75. doi: 10.1006/jare.2000.0691.

109 R. A. C. Parker, "Coke of Norfolk and the agrarian revolution," *The Economic History Review* 8 (1955): 156-166. doi: 10.2307/2590984.

biologia onde pontificou Charles Darwin e o seu livro *Origens das Espécies por Seleção Natural* de 1859, Gregor Mendel no seu trabalho sobre hibridização em 1865, Louis Pasteur que desenvolveu a cura para o Antrax em 1881 e James Watson e Francis Crick que foram fundamentais na descoberta do ácido desoxirribonucleico (ADN – o segredo da vida) em 1953; na mecânica com a invenção do trator com motor de combustão interna por John Froelich em 1892 foi o passo crucial na mecanização da agricultura que hoje domina toda atividade agrícola¹¹⁰.

No século XX a agricultura adquire uma sólida base científica que permite uma dramática intensificação dos sistemas agrícolas e sua expansão a novas áreas, à quadruplicação da produção na segunda metade do século suportadas pela mecanização, pelo aumento da aplicação de pesticidas e fertilizantes de síntese e investimentos em energia na forma de combustíveis fósseis^{111, 112}. A necessidade de alimentar a crescente população do mundo direciona as políticas agrícolas no sentido de melhorar a segurança alimentar e maximizar a produção mas que enfrenta as sérias ameaças da alteração climática, escassez de água e redução da fertilidade do solo, enquanto respeita o equilíbrio ambiental para manter a sustentabilidade dos sistemas agrícolas^{113, 114}.

A manutenção da sustentabilidade é indissociável de boa gestão do solo que exige uma redução da erosão antrópica que é reconhecida como um dos maiores problemas ambientais responsável pela perda da fertilidade do solo, redução dos rendimentos dos cultivos e aumento das emissões de CO₂, exacerbando o aquecimento global^{115, 116} e as atividades humanas ligadas à agricultura (mudanças no uso dos solos, desflorestação, sobre exploração, intensificação agrícola) são um dos fatores que mais contribuem para a erosão acelerada¹¹⁷.

Desde o final do século XIX e início do século XX, os agricultores e cientistas começaram a perceber os efeitos negativos da degradação do solo, causada pela agricultura intensiva. A degradação ambiental em larga escala, a ser estudada cientificamente e a dar início a programas nacionais de conservação do solo, têm origem no que ficou conhecido

110 D. Paarlberg & P. Paarlberg, *The Agricultural Revolution of the 20th Century* (Ames: Iowa State University Press, 2000).

111 H. K. Jain, "Transition to twenty-first century agriculture: Change of direction," *Agricultural Research* 1 (2012): 12-17. doi: 10.1007/s40003-011-0008-0.

112 Muyesaier Tudi, Huada Daniel Ruan, Li Wang, Jia Lyu, Ross Sadler, Des Connell, Cordia Chu & Dung T. Phung, "Agriculture development, pesticide application and its impact on the environment," *International Journal of Environmental Research and Public Health* 18 (2021): 1-23. doi: 10.3390/ijerph18031112.

113 Robert A. Robinson & William J. Sutherland, "Post-war changes in arable farming and biodiversity in Great Britain," *Journal of Applied Ecology* 39 (2002): 157-176. doi: 10.1046/j.1365-2664.2002.00695.x.

114 Miguel A. Altieri & Clara I. Nicholls, "The adaptation and mitigation potential of traditional agriculture in a changing climate," *Climatic Change* 140 (2013): 33-45. doi: 10.1007/s10584-013-0909-y.

115 Jean Poesen, "Soil erosion in the Anthropocene: Research needs," *Earth Surface Processes and Landforms* 43 (2018): 64-84. doi: <https://doi.org/10.1002/esp.4250> (acessado em 14 outubro 2023).

116 Emanuele Lugato, Pete Smith, Pasquale Borrelli, Panos Panagos, Cristiano Ballabio, Alberto Orgiazzi, Oihane Fernandez-Ugalde, Luca Montanarella & Arwyn Jones, "Soil erosion is unlikely to drive a future carbon sink in Europe," *Science Advances* 4 (2018): eaau3523. doi: 10.1126/sciadv.aau3523.

117 Panos Panagos, Anton Imeson, Katrin Meusburger, Pasquale Borrelli, Jean Poesen & Christine Alewell, "Soil conservation in Europe: Wish or reality?" *Land Degradation & Development* 27 (2016): 1547-1551. doi: 10.1002/ldr.2538.

como o Dust Bowl (tempestades de pó, literalmente, “tigela de pó”) nos Estados Unidos da América. O termo foi cunhado pelo jornalista da Associated Press Robert Geiger (1923-).

No final do século XIX, princípio do XX, um grande número de pessoas foi viver para as grandes planícies americanas graças às Homesteading Acts, um conjunto de leis implementadas entre 1862 e 1916 pelas quais os candidatos que se comprometessem a cultivá-las e melhorá-las podiam ficar na posse de terrenos do governo ou do domínio público. O objetivo era incentivar a colonização e o desenvolvimento do Oeste americano e mais de 650 mil km², quase 10% da área total dos EUA, foram dados a 1,6 milhões de colonos (*homesteaders*)¹¹⁸.

Milhões de hectares de vegetação natural, incluindo zonas marginais, foram transformadas em campos de cultivo de cereais e criação de gado, atingindo enormes áreas sobretudo durante a Primeira Grande Guerra para satisfazer as necessidades em trigo da Europa e depois para compensar a queda dos preços durante a Grande Depressão (1929). A seca severa de 1931 associada a temperaturas elevadas e ventos fortes deixou o solo, já sobre explorado e mal gerido, exposto à erosão eólica iniciando-se o Dust Bowl que durou toda a década de 30 com o pico numa tempestade a 14 de Abril de 1935. Os danos ambientais, agrícolas, sociais, económicos e de saúde pública foram devastadores^{119, 120}. Os dramas sociais foram magistralmente retratados no romance de John Steinbeck (1939) “As Vinhas da Ira”, uma obra prima da literatura Americana.

Face à gravíssima situação causada pelo Dust Bowl, o Congresso Americano implementou o Soil Conservation Act publicado a 27 de Abril 1935^{121, 122} uma disposição legislativa para enfrentar os problemas erosivos e que instituiu a política e os objetivos da melhoria e preservação dos recursos edáficos da nação. Este Act criou o Serviço de Conservação do Solo, atualmente designado por Serviço de Conservação dos Recursos Naturais, responsável pela promoção da conservação e do uso produtivo do solo. A mudança do nome do serviço é paradigmática das alterações conceptuais e funcionais que se vão operar desde então.

Esta legislação marca a institucionalização objetiva e substantiva da conservação primeiro do solo e nos passos seguintes do ambiente em geral. Vai influenciar o pensamento e a ação no que respeita à conservação ambiental por todo o mundo. Outras leis e regulamentos serão aperfeiçoamentos e adaptações a condições sempre em mudança por toda a parte. Nos EUA surgiram o *Soil and Water Resources Conservation Act* de 1977¹²³

118 Paul Frymer, *Building an American Empire. The Era of Territorial and Political Expansion* (New Jersey: Princeton University Press, 2017).

119 Richard A. Warrick, “Drought in the Great Plains: A case study of research on climate and society in the USA,” *Climatic Constraints and Human Activities* 10 (1980): 93-123. <https://pure.iiasa.ac.at/id/eprint/1222/1/XB-80-511.pdf#page=105> (acessado em 14 outubro 2023).

120 William E. Riebsame, “Sustainability of the great plains in an uncertain climate,” *Great Plains Research* 1 (1991): 133-151. <https://www.jstor.org/stable/23775729> (acessado em 14 outubro 2023).

121 C. Merchant, *The Columbia Guide to American Environmental History* (New York: Columbia University Press, 2005).

122 Luca Montanarella, “Agricultural policy: Govern our soils,” *Nature* 528 (2015):32-33. doi: 10.1038/528032a.

123 James M. Jeffords, “Soil conservation policy for the future,” *Journal of Soil and Water Conservation* 37 (1982): 10-13. <https://www.jsowconline.org/content/37/1/10> (acessado em 14 outubro 2023).

(James 1982) e o *Federal Soil Protection Act* de 1996¹²⁴ (United States 2020).

O *European Soil Charter* de 1972 é tido como o primeiro documento de âmbito internacional relacionado com o solo e em 1981 foi adotado o *World Soil Charter* e o *World Soils Policy* negociados entre o Programa para o Ambiente das Nações Unidas (UNEP) em coordenação com a Organização para Alimentação e Agricultura (FAO), nenhum destes instrumentos foi vinculativo mas pretendiam ajudar cada país a formular as suas políticas de conservação¹²⁵. Por exemplo, na Alemanha foi promulgado o *German Soil Protection Act* de 1998¹²⁶ e nos Países Baixos o *Soil Protection Act* de 1987¹²⁷.

O *Single European Act* de 1987 estabeleceu a possibilidade da União Europeia regulamentar a proteção do solo¹²⁸ e recentemente *The European Green Deal*¹²⁹ aponta estratégias de crescimento onde se inclui a proteção do solo para melhorar o que considera a situação alarmante dos solos na Europa. Os métodos que devem ser utilizados para gerir os solos estão expressos na *EU Soil Strategy for 2030 – Reaping the benefits of healthy soils for people, food, nature and climate*¹³⁰.

Todos os instrumentos legais e técnicos implementados no mundo têm comum os seguintes objetivos: controlo da erosão, manutenção de permeabilização, manutenção do teor em matéria orgânica, redução da poluição, manutenção da biodiversidade. Nas áreas agrícolas, os métodos apontados são igualmente idênticos: rotação de cultivos, terraceamento, redução do distúrbio do solo, fertilizações verdes, minimização de fertilizantes de síntese e de pesticidas, eficiência da rega, reflorestamento, proteção da biodiversidade. Em muitos aspetos, são as mesmas práticas ancestrais que sustentaram civilizações antigas por milénios.

SOLOS ANTROPOGÉNICOS. SOLOS URBANOS

A preocupação com a erosão do solo nos meios rurais foi sempre o centro das atenções quer da comunidade científica, quer dos agricultores, quer dos gestores políticos. Um estudo recente estima que a erosão hídrica antrópica custa cerca de 8 000 000 000

124 U.S. Department of Agriculture, “PL 104-127 - Federal Agriculture Improvement and Reform Act of 1996,” <https://www.fns.usda.gov/pl-104-127> (acessado em 14 outubro 2023).

125 Elizabeth Alori & Chilenye Nwapi. 2015. “International legal regime for sustainable soil,” *SSRN Electronic Journal* (2015): 98–114. doi: 10.2139/ssrn.2641138.

126 Claus-Peter Martens, “The German soil protection act 1998,” *European Energy and Environmental Law Review* 300 (1988): 300-306. <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.kluwer/eelr0007&div=70&id=&page=> (acessado em 14 outubro 2023).

127 Kees W. Keuzenkamp, Hugo G. von Meijenfheldt & Jan M. Roels. 1990. “Soil Protection Policy in the Netherlands, The Second Decade,” in *Contaminated Soil '90: Third International KfK/TNO Conference on Contaminated Soil*, org. F. Arendt, M. Hinsenveld & W. J. Van Den Brink (Dordrecht: Springer, 1990), 3-10.

128 Dr Irene Heuser, “Soil governance in current European Union law and in the European Green Deal,” *Soil Security* 6 (2022): 1-6. doi: 10.1016/j.soisec.2022.100053.

129 European Council, “A New Strategic Agenda: 2019-2024,” <https://www.consilium.europa.eu/media/39914/a-new-strategic-agenda-2019-2024.pdf> (acessado em 14 outubro 2023).

130 European Commission, “Soil strategy for 2030. Reaping the benefits of healthy soils for people, food, nature and climate,” https://environment.ec.europa.eu/topics/soil-and-land/soil-strategy_en (acessado em 14 outubro 2023).

US\$ anuais à economia mundial¹³¹. Contudo, a conservação do solo evoluiu para uma visão holística da conservação do ambiente onde o solo e a erosão têm um papel muito importante, mas agora também nas áreas de vegetação natural e nos meios urbanos pois a erosão pode ser um problema sério em meios urbanos não só pelas perdas onde ocorre como também nos locais onde se acumula o material carregado. Em paralelo com as áreas urbanas *sensu stricto*, incluem-se as industriais, mineiras, militares e rodoviárias onde há alteração / construção antropogénica de solos¹³².

Nesta visão mais abrangente existem outros riscos de degradação, nomeadamente, impermeabilização, salinização, poluição química e biológica, perda de biodiversidade.

A capacidade humana de alterar, transformar e danificar profundamente os solos tem aumentado significativamente a par dos recursos tecnológicos à disposição. A antroposolização¹³³, a coleção de processos geomorfológicos e pedológicos resultantes da atividade humana que leva à formação de solos antrópicos, é particularmente evidente nas áreas urbanas onde se pode dizer que a pedosfera se alterou em antroposfera¹³⁴ (do grego *antropos* = homem, *pedon* = solo, *sphaira* = esfera) onde os solos naturais se transformaram profunda e irreversivelmente em antrosolos (solos antrópicos).

O estudo dos solos urbanos tem-se intensificado neste presente século e hoje há um entendimento que estes solos fornecem um vasto leque de funções ecológicas desde a regulação e purificação das escorrências superficiais, a moderação do clima, redução da poluição do ar, redução do ruído e também serviços culturais e recreacionais^{135, 136}. Nos ambientes urbanos, os solos dos parques, espaços verdes e jardins residenciais (infraestruturas verdes) são funcionalmente os mais ativos¹³⁷. A poluição dos solos urbanos, em particular com metais pesados, é um perigo ambiental, sanitário e epidemiológico¹³⁸ cuja fonte destes poluentes são os veículos motorizados, as emissões industriais e os desperdícios de construções¹³⁹.

O crescimento urbano altera os ecossistemas vizinhos pelo acréscimo da procura de

131 Martina Sartori, George Philippidis, Emanuele Ferrari, Pasquale Borrelli, Emanuele Lugato, Luca Montanarella & Panos Panagos, "A linkage between the biophysical and the economic: Assessing the global market impacts of soil erosion," *Land Use Policy* 86 (2019): 299-312. doi: 10.1016/j.landusepol.2019.05.014.

132 Gian Franco Capra, Antonio Ganga, Eleonora Grilli, Sergio Vacca & Andrea Buondonno, "A review on anthropogenic soils from a worldwide perspective," *Journal of Soils and Sediments* 15 (2015): 1602-1618. doi: 10.1007/s11368-015-1110-x.

133 J. G. Bockheim & A. N. Gennadiyev, "The role of soil-forming processes in the definition of taxa in soil taxonomy and the world soil reference base," *Geoderma* 95 (2000): 53-72. doi: 10.1016/S0016-7061(99)00083-X.

134 Capra, 22.

135 V. I. Vasenev, A. P. E. Van Oudenhoven, O. N. Romzaykina & R. A. Hajiaghaeva, "The ecological functions and ecosystem services of urban and technogenic soils: from theory to practice (A review)," *Eurasian Soil Science* 51 (2018): 1119-1132. doi: 10.1134/S1064229318100137.

136 Jean Louis Morel, Claire Chenu & Klaus Lorenz, "Ecosystem services provided by soils of urban, industrial, traffic, mining & military areas (SUITMAs)," *Journal of Soils and Sediments* 15 (2014): 1659-1666. doi: 10.1007/s11368-014-0926-0.

137 K. A. Bakhmatova, N. N. Matynyan & A. A. Sheshukova, "Anthropogenic soils of urban parks: A review," *Eurasian Soil Science* 55 (2022): 64-80. doi: 10.1134/s1064229322010021.

138 I. N. Semenkov & T. V. Koroleva, "International environmental legislation on the content of chemical elements in soils: Guidelines and schemes," *Eurasian Soil Science* 52 (2019): 1289-1297. doi: 10.1134/S1064229319100107.

139 Bakhmatova, 23.

recursos como água, alimentos, energia e por gerar grandes quantidades de desperdícios. Estima-se que as urbes requerem serviços eco sistêmicos de áreas 500 a 1000 vezes a área da própria urbe¹⁴⁰. Aqui, a afetação de partes do solo urbano para a designada Agricultura Urbana, para parques e jardins pode ter um desempenho essencial na implementação da economia circular reduzindo a dependência das urbes dos serviços eco sistêmicos das áreas periurbanas e reduzir os riscos de cheias onde a agricultura é mais custo eficiente do que as obras de engenharia, para além de produzir alimentos para a população; os solos utilizados para agricultura urbana são como zonas tampão de proteção ambiental¹⁴¹.

PROSPETIVAS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A conservação do solo e por extensão da natureza tem o ímpeto atual da necessidade de todos os países e comunidades prevenirem a sobre exploração dos recursos e proteção dos ecossistemas de onde decorre a premência do investimento em tecnologias que reduzam o impacto sobre o ambiente mas mantenham os sistemas produtivos e capazes de sustentar os 9,8 mil milhões de pessoas em 2050¹⁴². A procura de mercadorias de várias naturezas produzidas por meios menos danosos ao ambiente, em particular agrícolas com menor utilização de produtos de síntese, tem aumentado significativamente nos países de altos rendimentos¹⁴³.

A tendência política que ainda predomina está focada no acréscimo da produtividade agrícola e na liberalização dos mercados e do comércio internacional e que incentiva a produção da maior quantidade possível ao mais baixo custo mas com pouca atenção aos danos ambientais¹⁴⁴. Nesta conjuntura, a ciência e a tecnologia podem ajudar a manter as produções, controlar os custos e reduzir os efeitos negativos sobre o ambiente. Atualmente, é possível adquirir informação detalhada sobre as condições ambientais de cada unidade de área rural ou urbana, ao limite do metro quadrado se necessário, analisar os dados e estabelecer um plano de gestão adequado aos recursos existentes e à sua melhor utilização; são os meios postos à nossa disposição pelos sistemas de aquisição de dados e tecnologia da informação.

A informação pode ser obtida por sensores remotos de alta precisão transportados em satélites (Sentinel-2 e Landsat 8, por exemplo) e de acesso livre é largamente utilizada na observação ambiental e estudos de conservação da natureza¹⁴⁵. Outras plataformas

140 Carl Folke, Åsa Gren, Jonas Larsson & Robert Costanza, "Cities and the biosphere," *Ambio* 50 (2021): 1634-1635. doi: 10.1007/s13280-021-01517-x.

141 Gizaw Ebiissa & Hayal Desta, "Review of urban agriculture as a strategy for building a water resilient city," *City and Environment Interactions* 14 (2022): 100081. doi: 10.1016/j.cacint.2022.100081.

142 Akbar Hossain et al., "Agricultural Land Degradation: Processes and Problems Undermining Future Food Security," in *Environment, Climate, Plant and Vegetation Growth*, org. Shah Fahad, Mirza Hasanuzzaman, Mukhtar Alam, Hidayat Ullah, Muhammad Saeed, Imtiaz Ali Khan & Muhammad Adnan (Cham: Springer International Publishing, 2020): 17-61.

143 Indrė Bručienė, Sidona Buragienė & Egidijus Šarauskis, "Weeding effectiveness and changes in soil physical properties using inter-row hoeing and a robot," *Agronomy* 12 (2022): 1514. doi: 10.3390/agronomy12071514.

144 Tim G. Benton & Rob Bailey, "The paradox of productivity: agricultural productivity promotes food system inefficiency," *Global Sustainability* 2 (2019): e6. doi: 10.1017/sus.2019.3.

145 Dorijan Radočaj, Jasmina Obhodaš, Mladen Jurišić & Mateo Gašparović, "Global open data remote sensing satellite

como veículos aéreos ou terrestres não tripulados também transportam sensores que operam com uma resolução muito superior à dos satélites, mas cujo acesso não é livre, têm crescente utilização na gestão ambiental e, no caso particular da agricultura

na conservação dos recursos edáficos^{146, 147}. Os dados obtidos são trabalhados por poderosas ferramentas informáticas e pela sua análise transformada em conhecimento que atualmente já é suficiente para desenhar planos de ação que minimizem a degradação ambiental mantendo os níveis de produção.

Os exemplos do passado mostram que a utilização da tecnologia então existente permitiu o aumento da população e a criação de sociedades urbanas. A determinado ponto, este crescimento obrigou à utilização mais intensiva dos recursos seguida de fragilização ambiental e quando associada a uma alteração climática, por pequena que fosse, ultrapassou a capacidade de adaptação da sociedade. A escassez de recursos ambientais vitais, em particular áreas agricultáveis, água e florestas, aumenta o risco de alterações demográficas, migrações, violência, insurreição, conflitos étnicos e, no limite, guerra civil¹⁴⁸ e a variabilidade climática potencia estes riscos¹⁴⁹. Os países do Sahel (Sudão, Chade, República Centro Africana, Mali) parecem ser exemplos de conflitos desencadeados por escassez de recursos ambientais.

As sociedades antigas estavam espacialmente separadas e as relações entre si ou eram pouco relevantes ou mesmo inexistentes. Atualmente, os países estão interconectados e os riscos de colapso num deles pode propagar-se aos restantes, um fenómeno cujos sinais de alerta já existem¹⁵⁰. Alguns autores especulam da existência de uma ligação entre a forma de governo e a influencia dos movimentos pela conservação da natureza suportada por exemplos de regimes autocráticos que fecham os olhos aos danos causados à natureza enquanto países com instituições estáveis são mais ativos na redução da poluição e na proteção da natureza^{151, 152}.

missions for land monitoring and conservation: A review," *Land* 9 (2020). doi: 10.3390/land9110402.

146 Casper du Plessis, George van Zijl, Johan Van Tol & Alen Manyevere. 2020. "Machine learning digital soil mapping to inform gully erosion mitigation measures in the Eastern Cape, South Africa," *Geoderma* 368 (2020): 114287. doi: 10.1016/j.geoderma.2020.114287.

147 Ouafa Othmani, Kamel Khanchoul, Sana Boubehziz, Hamza Bouguerra, Abderraouf Benslama & Jose Navarro-Pedreño, "Spatial variability of soil erodibility at the Rhirane Catchment using geostatistical analysis," *Soil Systems* 7 (2023): 32-49. doi: 10.3390/soilsystems7020032.

148 Thomas Homer-Dixon & Tom Deligiannis, "Environmental Scarcities and Civil Violence," in *Facing Global Environmental Change: Environmental, Human, Energy, Food, Health and Water Security Concepts*, org. Hans Günter Brauch, Úrsula Oswald Spring, John Grin, Czeslaw Mesjasz, Patricia Kameri-Mbote, Navnita Chadha Behera, Béchir Chourou & Heinz Krumpal (Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2009): 309-323.

149 Peter Turchin, Thomas E. Currie, Edward A. L. Turner & Sergey Gavrilets, "War, space & the evolution of Old World complex societies," *Proceedings of the National Academy of Sciences* 110 (2013):16384-16389. doi: 10.1073/pnas.1308825110.

150 Jared Diamond, "Ecological collapses of past civilizations," *Proceedings of the American Philosophical Society* 138 (1994): 363-370. <https://www.jstor.org/stable/986741> (acessado em 14 outubro 2023).

151 Norman W. Hudson, "A world view of the development of soil conservation," *Agricultural History* 59 (1985): 326-339. <https://www.jstor.org/stable/3742395> (acessado em 14 outubro 2023).

152 Junaid Ashraf, "Do political instability, financial instability and environmental degradation undermine growth? Evidence from belt and road initiative countries," *Journal of Policy Modeling* 44 (2022):1113-1127. doi: 10.1016/j.jpolmod.2022.11.001.

MASCULINIDADE E VIOLÊNCIA: UM ESBOÇO DAS MASCULINIDADES PERCEBIDAS NO MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR E SUA REGIÃO

Data de aceite: 01/12/2023

Maria Gabrieli Miranda de Souza

<http://lattes.cnpq.br/0371520154668376>

RESUMO: O presente artigo tem como intuito problematizar as masculinidades presentes no interior do estado do Paraná, concentradas na região de Guarapuava e principalmente na cidade de Palmital. Esta cidade é caracterizada dentro das narrativas orais, com um passado de um lugar perigoso, pretende-se então problematizar além deste espaço, os sujeitos que o transformam como violento.

PALAVRAS-CHAVE: masculinidade; violência; região.

INTRODUÇÃO

Localizada na região Centro-Sul, a cidade de Palmital é um município brasileiro no estado do Paraná. Os dados do último censo de 2021 apontam para uma população de aproximadamente 12.755 habitantes, sua economia é baseada na agricultura e pecuária. Sua história iniciou-se em 1929 quando o comerciante Maximiliano Vicentin saiu de Campina do Simão em busca de novas áreas para a

criação de suínos e plantações. Ele junto com um grupo de 15 homens se infiltram na mata fechada, onde se fixam e denominam o local pela grande quantidade de palmito, formam um vilarejo pertencente ao distrito de Jujuiá (hoje Goioxim) da cidade de Guarapuava e se emancipam em 1961.

A cidade ali apresentada se aproxima de qualquer características de outros municípios de pequeno porte do estado do Paraná, mas as narrativas orais sobre Palmital a tornam de certa forma singular, pois a descrevem como uma cidade perigosa. Nas conversas banais do dia a dia é comum encontrar a sua população local ou de cidades vizinhas exaltando o passado da cidade, onde a população resolvia seus problemas à base de violência. Segundo as narrativas orais, brigas, tiroteios e homicídios eram rotineiros nesta cidade. É pensando nisso que este artigo pretende localizar estas narrativas a partir de entrevistas possibilitadas pela história oral sobre a cidade de Palmital no Paraná, na qual configuram as violências ocorridas e os agentes de tais ações.

Foram realizadas pesquisas jornalísticas em busca de fontes que apontassem esta questão sobre a violência de Palmital, no período de 1929 (desde a instalação do pioneiro Maximiliano Vicentim) até a década de 1980. Porém, foram pouquíssimas as manchetes que abordassem esta cidade, seja por ela se encontrar longe da cidade produtora e distribuidora do jornal (Guarapuava) como também ser um município jovem. Nestas pesquisas foi constatado um grande número de manchetes que abordassem atos de violência, principalmente atentados a vida e homicídios nas cidades vizinhas ou pertencentes a região Centro-Sul onde Palmital está enserida, e por conta disso nos possibilitou perceber uma homogeneidade nesta região, levando em consideração estes fatores sociais de violência. Para José d' Assunção Barros (2013), uma região:

“pode ser compreendida como uma unidade definível no espaço, que se caracteriza por uma relativa homogeneidade interna com relação a certos critérios. [...] Daí que a região também pode ter sua identidade delimitada e definida com base no fato de que, dentro dos seus limites, pode ser percebido um certo padrão de interrelações entre elementos específicos” (BARROS, 2013, p3).

Pensando a região como um pedaço de um espaço, e com certos padrões de inter relações, podemos interligar estes fatores de violência de Palmital com um espaço maior, o de sua região, pois a cidade possui relações econômicas e sociais com municípios vizinhos e principalmente com cidades possuidoras de polos de serviço, como é o caso de Guarapuava e Pitanga.

A partir desta constatação possibilitada pela pesquisa nos jornais, encontramos trabalhos na área da saúde que abordam a questão dos índices dos homicídios do Paraná. Elizabeth Lozada, Thais Mathias, Selma Andrade e Tirza Aidar (2009), fazem um estudo na área da saúde sobre os índices de mortalidade por homicídios no Paraná, concentrando seus estudos em homens, pois “como em todos os estados, no Paraná os homens de 15 a 49 anos estão mais expostos ao risco de morte por homicídios” (LOZADA, 2009, p 259). Os pesquisadores em seus resultados focam mais em questões voltadas aos espaços de violência em que esses homens estão localizados, como também pela falta de segurança pública e questões econômicas dos envolvidos, porém cabe a este artigo analisar as relações de gênero que constrói corpos aptos para atitudes violentas, sendo as masculinidades envolvidas.

O Paraná entre 1980 a 2004 cresceu o seu coeficiente em relação ao índice de morte por homicídio no Estado, de 14,1, sobe para 27,2 por 100 mil habitantes. Para uma visão mais completo do estado, Lozada (2009) faz um mapa¹ agrupando as 399 cidades em 22 Regionais da Saúde, estando Palmital dentro da 5ª Regional de Saúde de Guarapuava tento estes municípios também como sua área de abrangência: Boa Ventura de São Roque,

1 Mapa abaixo presente no artigo: LOZADA, Elizabeth Mitiko Konno de; MATHIAS, Thais Aidar de Freitas; ANDRADE, Selma Maffei de; AIDAR, Tirza. Tendência da mortalidade por homicídios no Estado do Paraná, segundo Regionais de Saúde, 1979 a 2005. Rev Bras Epidemiol, [s. l.], p. 258-69, 2009

Campina do Simão, Candói, Cantagalo, Foz do Jordão, Goioxim, Laranjal, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Pitanga, Porto Barreiro, Prudentópolis, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Turvo e Virmond. No mapa demonstrado abaixo feito pelos pesquisadores, mostra como estava distribuído dentro destas regionais de saúde os índices de homicídio no estado:

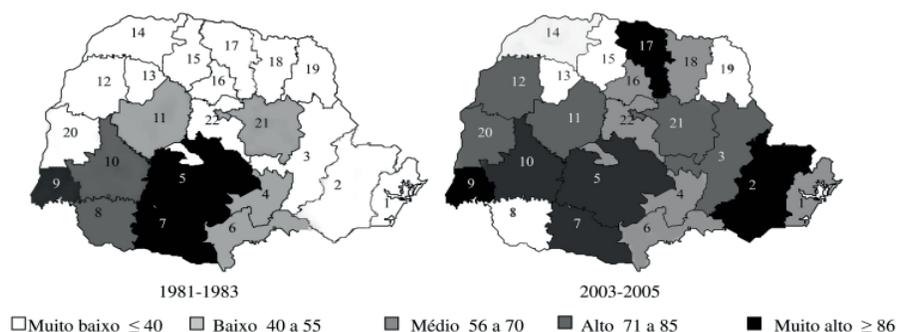


Figura 2 - Regionais de Saúde, segundo estrato dos coeficientes de mortalidade por homicídios entre homens de 15 a 49 anos. Paraná, 1981 - 1983 e 2003 - 2005.

Como é possível analisar as Regionais de Saúde de Guarapuava (5) e Pato Branco (7) no período da década de 1981-1983 apresentam índices muito altos de violência. No período de 1979 a 1997 o Paraná apresentava um índice de 38,7 óbitos por 100 mil habitantes, mas neste mesmo período de tempo a Regional de Saúde de Guarapuava apresentou coeficientes que iam de 79,3 a 87,9 óbitos por 100 mil habitantes, os números de coeficiente maiores de todas as Regionais de Saúde e um número muito acima da média do Estado, demonstrando que de fato esta região era violenta.

Os autores levantam algumas justificativas por esses índices tão altos, inclusive acima da Capital onde os centros urbanos de maiores proporções que eram configurados como locais de índices altos de violência e homicídio, e não o interior. Os estudos sobre as causas destes índices apontam que eles estão interligados com espaços que possuem carência na infra-estrutura (LOZADA, 2009). Ou seja, espaços com grandes desigualdades sociais, pois segundo dados do IPARDES, às Regionais de Saúde de Guarapuava, Pato Branco e Campo Mourão apresentavam nos períodos de 1970 a 1980, percentuais superiores a 30% do total de famílias em situação de pobreza (LOZADA, 2009, p 267).

Além disto é necessário destacar que este período da década de 1980 o Brasil ainda estava passando por uma Ditadura Militar, onde suas instituições estatais sofriam com as corrupções, tornando falho os poderes do Estado para com o bem-estar da população brasileira, como também um período marcado por uma grande estagnação econômica no país e uma inflação acelerada, tudo isso pode ser associado a uma “sensação de impunidade e injustiças”, onde os autores apontam ter ocasionado estes grandes índices de homicídio na Regional de Saúde de Guarapuava.

É claro que estes fatores como falta de segurança pública e crise econômica contribuem para atos de violência, mas outro fator também deve ser considerado: o gênero de quem perpetua estes atos. Utilizamos o conceito de gênero de Joan Scott (1990) por compreender que ele designa as relações sociais entre os sexos, não utilizando como distinção apenas o sexo biológico, mas compreendendo que as relações sociais, criam construções culturais na qual influenciam os papéis adequados para homens e mulheres. Segundo Scott:

Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. [...] uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. (SCOTT, 1990, p. 75).

Os estudos de gênero surgiram primeiramente para estudar as condições femininas impostas sobre seu sexo. O termo gênero como Scott aponta, era no seu início usado para trocar a palavra mulheres, e focar seus estudos neste grupo, mas já em 1975, Natalie Davis afirmava que:

“deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres [...] compreender a importância dos sexos, isto é, dos grupos de gênero no passado histórico [...] descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la” (DAVIS, 1975, apud SCOTT, 1990, p 72).

Os estudos sobre o gênero nos permite então perceber que as masculinidades e feminilidades são construções culturais e históricas, embasadas pela diferenciação dos sexos, sobre os papéis que são considerados de homens e mulheres. E outro fator que deve ser destacado dentro destas relações de gênero é as relações de poder impostas, onde as mulheres dentro desta visão polarizada de papéis sexuais envolta do seu gênero, nas relações de poder são submetidas na hierarquia de poder abaixo dos homens. Essas relações de poder baseadas no gênero, como aponta José Remon Tavares da Silva (2014) são constitutivas da organização social e fazem parte uma estrutura profunda, uma estrutura primária de poder mantida intencional e deliberadamente pelos homens, o chamado patriarcado. Este sistema de opressão possui mecanismos complexos, “todo um conjunto de crenças, ideias e representações difusas que escamoteiam as relações de poder que as engendram, naturalizando-as” (SILVA, 2014, p 2805).

Além do patriarcado exercer o poder pela utilização da violência física propriamente, esta dominação do gênero como aponta Pierre Bourdieu também é uma dominação simbólica. Segundo o autor a dominação masculina:

“encontra [...] reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão

sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os habitus”(BOURDIEU, 2017, p54).

Estes habitus segundo o autor constitui aos agentes modelos que são incorporados sobre os modos de se pensar, agir e sentir, partilhados universalmente para a elaboração de práticas concretas. Essa força simbólica que Bourdieu (2015) afirma “é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos”², inclusive sobre aqueles dominados, pois a naturalização do mundo físico é simbolicamente uma construção social, como o autor aponta, não é uma construção intelectual individual, a violência simbólica é resultante de um poder, inscritos nos corpos dos dominados “sob formas de esquemas de percepção e de disposições (a admirar, respeitar, amar etc.) que o tornam *sensível* a certas manifestações simbólicas do poder” (BOURDIEU, 2017, p 63).

Para a manutenção da dominação da violência simbólica ocorre um incessante processo, onde agentes específicos contribuem, sejam os dominadores por meio da violência simbólica ou da força física, ou dos dominados que colaboram considerando naturais estas formas de poder, como também de instituições, o âmbito familiar, a igreja, o Estado, a escola, os meios sociais daquele grupo estudado vendem uma postura dos papéis sexuais daquele grupo, como também das suas hierarquias de poderes.

É a partir disso que podemos começar a pensar a masculinidade nos discursos no interior do Estado do Paraná. Os processos de construção da masculinidade são atravessados por questões que envolvem a violência, é pela existência dessa hierarquia de poderes, para a continuação deste sistema de opressão do patriarcado que se necessita de um ser específico, “dotado de capacidade de exercer a violência: o homem, o masculino, ou o macho”(SILVA, 2014, p 2805). É importante também destacar que além desta hierarquia de gênero entre homens e mulheres, também há hierarquias entre homens e homens³ sejam por questões raciais, econômicas, étnicas, sociais como também culturais. Mas mesmo dentro desta hierarquia quando se trata da relação entre homens e mulheres Silva (2014) nos mostra que:

Há solidariedade entre os homens apenas na medida em que compartilham de valores e crenças quanto a sua supremacia (porque os homens não compartilham seus sentimentos, angústias e medos, com o receio de expor suas fraquezas) (SILVA, 2014, p 2805).

E esse tornar-se homem reprimindo seus sentimentos e desencadeando ações violentas como aponta Bourdieu (2017) também transforma os homens em “prisioneiros”, “e sem perceberem, vítimas, da representação dominante” (BOURDIEU, 2017, p 74). Um ponto importante que deve-se destacar é que não existe apenas uma masculinidade universal, existem masculinidades.

2 (BOURDIEU, 2017, p 60).

3 E pensando nesta mesma lógica, também ocorre as hierarquias de gênero onde as mulheres sejam consideradas socialmente acima de homens, como mulheres brancas, com grande poder econômico acima de homens negros e pobres.

As masculinidades como já foi apontado na construção dos gêneros são construções sociais, não são vistas como essências místicas ou biológicas⁴. Raewyn Connell em seu texto “Política da Masculinidade”⁵ nos aponta que os círculos sociais onde os homens estão inseridos moldam suas atitudes, e compreensões do que é ser um homem, como local de trabalho, ambiente familiar, enfim seu círculo social. Esta visão, como a autora aponta, é uma leitura convencional, não de toda forma errada, mas devemos salientar que os homens escolhem vestir essa “roupagem” de conduta, de se apropriar das características frequentes de homens que a sociedade de seu meio prega.

Connell juntamente com James W. Messerschmidt trabalha com o conceito de Masculinidade hegemônica, ou seja dentro destas múltiplas masculinidades, existe uma hierarquia onde um certo tipo de masculinidade se sobressai no seu contexto, seja ele nacional, regional ou local. Mas estas configurações de uma masculinidade hegemônica não quer dizer que de fato na vida diária exista um homem com todos esses padrões. Segundo os autores:

“A masculinidade hegemônica regional da forma a um sentido e realidade masculina em nível societal amplo - opera no domínio cultural [...] Uma masculinidade hegemônica regional fornece, então uma estrutura cultural que pode ser materializada nas práticas e nas interações cotidianas” (CONNELL, 1990, p 267).

Pensando a partir disso, como seriam então as masculinidades presentes culturalmente na cidade de Palmital, mas também em sua região? Já que a masculinidade hegemônica cria padrões culturais, onde os homens escolhem vestir certas roupagens para se comportarem, como também de valores sobre o que consideram certo ou errado.

Para compreendermos essas masculinidades no interior de Palmital, utilizamos as narrativas possibilitadas pela História Oral. A partir de Verena Alberti (1989) a utilização da história oral nos permite “reconstituir a História através de suas múltiplas versões” (Alberti, 1989, p. VIII). Com uma metodologia qualitativa como também quantitativa reúne diversas narrativas de moradores considerados “antigos” de Palmital. Participaram das entrevistas tanto homens como mulheres com idades acima de 50 anos. Como a violência é um tema sensível, e a cidade interiorana onde todos se conhecem, os nomes dos participantes não serão divulgados.

A historiadora Kety Carla March⁶ em sua tese, estuda processos criminais das comarcas de Guarapuava e Curitiba, que abordam questões violentas tanto de homens culpados e vítimas, com o intuito de analisar a formação das masculinidades nestes processos. E ela nos aponta que na década de 1950 nos processos em que ela analisou

4 KIMMEL, S. Michael. “A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas”. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998 <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-7183199800020000>

5 Raewyn Connell é uma socióloga transexual, e alguns dos seus textos ainda estão com seu nome de nascimento: Robert W. Connell.

6 MARCH, Kety Carla de. “Jogo de luzes e sombras”: Processos criminais e subjetividades masculinas no Paraná dos anos 1950. Orientador: Dr^a. Roseli Terezinha Boschilia. 2015. 306 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

a violência “fazia parte da normalidade da vida cotidiana como elemento de regulação” (MARCH, 2015, p24). E dentro das narrativas orais, isso também faziam parte onde hoje é o município de Palmital, pois como aponta B., Palmital possuía uma “fama”, e que para essa narrativa chegasse em outras localidades e cidades, de fato a violência era recorrente neste espaço, como ele aponta:

“Naquele tempo que nem, você já ouviu falar que o Palmital é um lugar muito mal falado, os caboco brigavam e matavam o outro né, e aquele tempo podia andar armado, revorvão, chegavam numa luta ali, já viam bêbado ali, qualquer coisa atiravam em um né, quantas pessoas não mataram ali, pra fora era o lugar mais mal falado, era o Parmitá.”⁷

Pensando nisso como um espaço violento, Katy de March, ressalta sobre as nossas concepções do que é considerado violência hoje e na década de 1950 no Paraná. Hoje, por exemplo, enquadramos como violência ações verbais, psicológicas e físicas, enquanto que nas dinâmicas sociais da década de 50 poderiam não serem consideradas como violência. Um outro exemplo que a historiadora utiliza é sobre o posse de armas:

As armas, que naquele momento poderiam funcionar como espelho da masculinidade/virilidade de quem as carregava, hoje nos trariam desconforto, insegurança e, seguramente, o indivíduo que estivesse armado - com exceção dos representantes da força legal do Estado - seria contraposto à masculinidade hegemônica. Essa arma, que antes era símbolo de confiança, agora passou a ser considerada como um símbolo de violência para com os demais membros do grupo. Nosso olhar se modificou (MARCH, 2015, p 25).

Dentro das narrativas orais, quase todos os entrevistados afirmavam sobre a população andar armada com armas de fogo, mas também os homicídios eram causados com armas brancas como facas e foices, que eram utilizadas no trabalho rural, pois para as cenas de conflito e o objeto utilizado para a violência dependia do local onde estes estavam, sejam em pontos de sociabilidade, como bares ou festas, ou em casa e nas lavouras. Em uma entrevista por exemplo, F. narra uma experiência que ele ressalta que viu com os próprios olhos:

“Eu to pra contar outra história. Esse que eu vi, então eu trabalhava com esse meu cunhado e era solteiro, e tudo a vida eu carregava uma faquinha e tinha um baile nos tais italianos, daí eu tava indo no baile, e tinha um velho conhecido nosso, até depois foi padrinho de casamento nosso, o Joaquim Nunes de Camargo, conhecido por Joaquim Catarinense. Cheguei no bar dele “escuite, ta indo no baile?” “To”, “Ta levando faca?” digo “To levando faquinha”, “ta aqui na minha bolsa”, “deixa aqui, porque tá um polícia”. Pois veio um polícia com o inspetor, e era o tar dos Mirindo, e vieram aí no baile e tinha bastante gente armado, mas fizeram uma rapa, uma rapa, e só um polícia. [...] quem chegava lá, já revistavam, e tiravam faca, revolve, o que for.

No outro dia, eu vi eles saíram a cavalo, eles andavam a cavalo, dois sacos, um do lado e outro do outro, cheia de de ... amarrado esses sacos, feito uma mala, cheia de revólver, faca, facão.”⁸

7 Entrevista concedida por B. R. Entrevista I [01.2023]. Entrevistadora: Maria Gabrieli Miranda de Souza. Palmital, 2023.
8 Entrevista concedida por F. P. Entrevista II [03. 2023] Entrevistadora: Maria Gabrieli Miranda de Souza. Palmital, 2023.

Esta narrativa nos permite perceber dois elementos importantes: o primeiro sobre a polícia indo revistar no baile, já com o intuito de evitar conflitos, pois como nos demonstram as narrativas, os pontos de sociabilidade das pessoas que se encontravam e bebiam como bares e festas, acabava favorecendo para as relações conflituosas, o segundo é que alguns dos próprios entrevistados, sendo os homens neste período também possuíam armas, ou para se protegerem, ou para utilizar em caças. Em outra entrevista, M. nos indica que por conta deste armamento da população, ocasionava estes conflitos e homicídios:

“O povo andava tudo armado né, e com pouca coisa já pegavam a arma, já sacavam e atiravam no outro, tacava faca daí saía pra aqueles bailes do interior dava briga ali, já danava a bebe, já se metia em briga com o outro e era aí que dava as confusões na época. Era assim.”⁹

As narrativas da população andar armada foram encontradas em diversas entrevistas, e onde muitas delas, isso não era questionado. Alguns entrevistados chegavam sobre estas histórias espontaneamente. A entrevistada, J. também descreve lembranças dela em uma festa de casamento:

“daí iam casar, no outro dia já encilhava os cavalos, iam na igreja casavam já, daí os noivos e os convidados, as mulher e os homens tudo de revorvão na cinta e faca, é, (risos) nós peguemos o tempo, revorvão na cinta, e faca e foguete veio é pow. [...] aquela época se não andasse assim com um revorvão na cinta não era homem, tinha que pra ser homem tinha que ... ó ignorância né?”¹⁰

Essa visão de J. vai de encontro com que March (2015) nos levanta a questão sobre a ligação do armamento à virilidade, os homens necessitavam do objeto para se sentirem “machos”, além de que o objeto trazia um certo tipo de poder para aquele que o carregava. Como March (2015) coloca, o armamento dos homens guarapuavanos nas décadas de seu estudo (1950) ainda se perpetua com continuidade em vista dos índices de mortalidade das Regionais de Saúde compostas no mapa apresentado acima, homens armados ainda eram cenas comuns nos períodos de 1970-1980 na Regional de Saúde de Guarapuava. Mas falando em virilidade, o que isso seria na prática? Segundo Pierre Bourdieu (2017) a virilidade:

“é um princípio indiscutível de todos os deveres para consigo mesmo, o motor ou móvel de tudo que ele *se deve*, isto é, que deve cumprir para estar agindo corretamente consigo mesmo, para permanecer digno, a seus próprios olhos, de uma certa ideia de homem” (BOURDIEU, 2017, pg 73).

Muitos dos casos dos homicídios tratados por March (2015), como também aqueles apresentados nas narrativas orais dos moradores de Palmital, foram causados por questões relacionadas por disputas, discussões onde nenhum lado das partes cediam. Um homem que não tivesse coragem de enfrentar, ou que levava desaforo como aponta J. não era

9 Entrevista concedida por M. Entrevista VI [07. 2023] Entrevistadora: Maria Gabrieli Miranda de Souza. Palmital, 2023.

10 Entrevista concedida por J. G. Entrevista III [07.2023] Entrevistadora: Maria Gabrieli Miranda de Souza. Palmital, 2023.

considerado homem, logo, aquele que o ofende deveria ser encarado, pois se fugisse da situação, era tido como covarde, “perdia seu respeito”, ou propriamente sua condição de homem, sendo ferida a sua virilidade.

A virilidade para Pierre Bourdieu (2017) pode ser entendida tanto pela sua capacidade reprodutiva sexual e social (ligada a bens materiais), mas também como ele aponta ao combate e ao exercício da violência. E ainda possui este aspecto de que a virilidade “tem que ser validada pelos outros homens”, por medo de perder a estigma dentro do grupo e ser caracterizado por atos considerados femininos como ser frágeis, ferindo a sua honra e dignidade pessoal.

A masculinidade além de possuir essa questão da virilidade e da honra masculina, também é construído a influência aos homens de tomarem atitudes perigosas, sejam em situações de risco a vida, como também a coragem de enfrentar outros homens. Silva (2014) consegue sintetizar bem esta masculinidade:

“A masculinidade viril ou hegemônica requer que o homem não se mostre covarde, ou melhor, que se torne arrogante e imprudente; não leve desaforo para casa, respondendo qualquer agravo cometido contra ele com uma lição que imponha a sua autoridade; deve ser cioso de sua honra e reputação; deve manter a aparência de estar fisicamente apto, inclusive sexualmente sempre disposto; não deve admitir desvio da ortodoxia heterossexual, em si ou mesmo nos outros; deve sempre exercer sua autoridade; e tem com seus bens um zelo possessivo, que se estende a todos aqueles a ele subordinados. [...] Além disso, preso às rígidas expectativas do modelo hegemônico de sucesso financeiro e físico, o homem persiste numa contínua insegurança, sem paz interior.” (SILVA, 2014, p 2815).

Mas além destes conflitos serem causados nos pontos de sociabilidade como bares ou festas, um outro elemento também se faz presente nesses conflitos: a relação política da cidade. Quando entrei em contato com um entrevistado que foi vereador da cidade ele me disse que poderia fazer a entrevista, “menos se o assunto fosse política”. Palmital possui um histórico de mortes de prefeitos, e em algumas entrevistas, como a do senhor D. isso foi comentado:

E: E porque mudaram a estrada?

D: Problema político.

E: Aham, por briga, rixa?

D: é, rixa política.

E: Aqui tinha muito dessas rixas?

D: Tinha e tem até hoje, eu fiz uma pergunta esses dias, qual é o prefeito que tá vivo até hoje de Palmital? [...]

E: É, teve o Cecura que acabou assassinado.

D: É, o problema é o Cecura, problema do Guta, e problema e problema e problema.¹¹

11 Entrevista concedida por A. D. Entrevista V. [07. 2023] Entrevistadora: Maria Gabrieli Miranda de Souza. Palmital,

Sobre esta mesma questão, outra entrevista com T. também nos mostra essa relação conflituosa em rixas políticas: “só que Palmital morreu bastante gente por causa de política né, era muita confusão por causa de política, então assim como morreu bastante prefeito né .. prefeito ali que deu uns 3 ou 4 que foram assassinados né, por causa de briga política. Quando questionado sobre o assassinato do prefeito Cecura, ele lembra de mais duas outras: “teve mais morte de prefeitos, tinha acho o falecido Guta, que foi assassinado, que foi prefeito o Israel Martins também foi morto.”¹²

Mas além destas motivações, há outras como aquelas pontuadas por V. questionadas por sua filha:

A: E por que será que tinha tanta violência aqui pai? Por que eles se matavam quando o pai veio pra cá?

V: Por causa de divisa de terreno. E depois outra, por causa de mulher, um queria a mulher do outro, e às vezes a mulher era culpada e volta e meia tinha briga.

Em outra entrevista, quando questionada sobre as motivações das violências ocorridas neste espaço, M. nos diz que elas aconteciam: “por causa de vingança, por causa de conta, por causa de ... é ... já digo, mulher, porque toma a mulher do outro. Vai o outro [no sentido de defender sua virilidade] e ó, da tiro véio”¹³. Como podemos perceber, muitos dos crimes eram causados quando se havia uma disputa de poder e de concepções ideológicas, onde a ignorância pode ser percebida, como também a relação de posse de algo, seja sobre a propriedade ou um bem material, como também a própria relação com a esposa, namorada ou mulher desejada, pois nesta estrutura patriarcalista que vivemos e principalmente nesta sociedade com traços conservadores, a mulher é vista como um objeto de posse que pode ser disputado. Outro ponto também importante é a vingança, obviamente as entrevistas não nos demonstram todas as motivações de qualquer ato de violência, porém em casos de roubo, difamação, provocação faziam com que os homens não “superassem” o seu ego ferido, indo jurar vingança contra aquele que de alguma forma o desacatou, como também um de seus familiares.

Pensando nessas questões envoltas das masculinidades a respeito dessa violência March (2015) nos aponta que os homens eram as principais vítimas neste período, não apenas envolvendo questões de gênero como era o caso das violências sofridas pelas mulheres, mas por estarem também sempre no espaço público. Ela nos destaca pelos estudos feitos por Silva (2010) apud March (2015), que Guarapuava era na década de 1950 conhecida no estado como “cidade dos bandidos”, pelo seu número elevado de crimes indo de encontro com os dados apontados no mapa¹⁴ acima. Ela percebe que nos processos

2023.

12 Entrevista concedida por T. Entrevista VI [07.2023] Entrevistadora: Maria Gabrieli Miranda de Souza. Palmital, 2023.

13 Entrevista concedida por M. P. Entrevista II [03. 2023] Entrevistadora: Maria Gabrieli Miranda de Souza. Palmital, 2023.

14 (LOZADA, 2009, p. 263)

criminais os sujeitos ali envolvidos em atos de violência eram na maioria jovens e pobres, o que corrobora com as conclusões de Lozada (2009) das Regionais de Saúde do Paraná, onde as regiões que apresentavam índices altos de violência também eram locais mais pobres. Sobre isso March (2015) nos mostra que:

“A maioria dos acusados nas duas comarcas fazia parte de classes subalternas da sociedade. Isso não significa que a masculinidade vivenciada por eles fosse a única amparada na violência, mas que as condições em que viviam permitiam mais momentos de reorganização social. Muitos deles eram trabalhadores assalariados insatisfeitos com sua condição financeira. Assim, poderiam se sentir abaixo das expectativas sociais e, quando confrontados pela ineficiência em se manterem provedores e chefes da sociedade conjugal, poderiam agir com violência na reconstrução do espaço normativo, ou era assim que justificavam suas ações diante da Justiça” (MARCH, 2015, p39).

Podemos então perceber semelhanças com os discursos da cidade de Palmital e como as fontes que nos mostram a região em que a cidade pertence com altos índices de homicídio. Além disso, o trabalho da historiadora Katy de March (2015) nos mostra como a cidade de Guarapuava possuía uma masculinidade voltada para a violência, incluindo Palmital pois é uma das várias cidades que se desmembra dos grandes campos de Guarapuava.

CONCLUSÃO

Levando em consideração os aspectos da construção da masculinidade envolta da relação com a violência, podemos concluir para estudos de uma região que é dada com um passado perigoso, que além de estudar os fatores das violências da região sejam elas causas por questões políticas, culturais, sociais ou econômicas a masculinidade também deve ser pensada como fator. Os homens não se enfrentariam em situações que poderiam ser levados à morte, sem que não houvesse dispositivos acerca da sua concepção de homem que promovem determinadas ações, envoltas de defender a sua honra e a sua posição de homem no mundo.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **História Oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

ALBERTI, Verena. **Ouvir e Contar: Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O objeto em fuga: Algumas reflexões em torno do conceito de região**. Fronteiras, Dourados MS, v. 10, p. 55-67, 2008.

CONNELL, Robert W. MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Estudos Feministas, Florianópolis: janeiro-abril/2013.

CONNELL, Robert W. **Política da Masculinidade**. Educação & Realidade. Austrália: 1995.

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Aedos**, Porto Alegre, v. 3, n. 8, p. 10-30, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: A condição feminina e a violência simbólica**. Tradução Maria Helena Kuhner. - 5ª ed. - Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

BARROS, José D'Assunção. Espaço, território, região - Pressupostos metodológicos. **Tempos, Espaços e Representações** : Abordagens geográficas e históricas, [s. l.], p. 1-22, 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise**. Educação & Realidade, [s. l.], v. 15, 1990.

MARCH, Kety Carla de. "**Jogo de luzes e sombras**": **Processos criminais e subjetividades masculinas no Paraná dos anos 1950**. Orientador: Drª. Roseli Terezinha Boschilia. 2015. 306 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

SILVA, José Remon Tavares da. **Masculinidade e violência: formação da identidade masculina e compreensão da violência praticada pelo homem**. 18ª REDOR: Perspectivas Feministas de Gênero: Desafios no Campo da Militância e das Práticas, Recife - PE, p. 2802-2817, 2014.

LOZADA, Elizabeth Mitiko Konno de; MATHIAS , Thais Aidar de Freitas; ANDRADE , Selma Maffei de; AIDAR , Tirza. **Tendência da mortalidade por homicídios no Estado do Paraná, segundo Regionais de Saúde, 1979 a 2005**. Rev Bras Epidemiol, [s. l.], p. 258-69, 2009.

KIMMEL, S. Michael. "**A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas**". Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998 <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-7183199800020000>

O IMAGINÁRIO PANDÊMICO NO CINEMA HOLLYWOODIANO

Data de aceite: 01/12/2023

Daniele Faenello

Doutoranda em História, cultura e narrativa (UEM), mestre em História Política pela (UEM) em 2018 e professora efetiva na rede municipal de ensino de Francisco Beltrão, Paraná
Programa de pós-graduação em História-UEM,
Maringá, PR
<http://lattes.cnpq.br/8297627707127313>

Gessica de Brito Bueno

Mestranda em História, cultura e narrativa (UEM) e Bolsista Capes- (UEM)
Programa de Pós-Graduação em História-UEM
Maringá-PR
<http://lattes.cnpq.br/6348036602304108>

Isamara Samira Ibrahim Felix

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento na linha Educação e Conhecimento na Universidade Unicesumar.
Programa de Pós-Graduação em Gestão do conhecimento-Unicesumar
Maringá-PR
<http://lattes.cnpq.br/7763577917966084>

Eduardo Mangolim Brandani da Silva

Doutorando em História, cultura e narrativa (Universidade Estadual de Maringá-UEM), mestre em História, Cultura e Narrativas pela (UEM) 2023
Programa de Pós-Graduação em História-UEM
Maringá-PR
<http://lattes.cnpq.br/0826321713568749>

RESUMO: O artigo tem por objetivo discutir a utilização do cinema como objeto de pesquisa do fazer historiográfico e como, a partir dele, é possível verificar construções discursivas. Partindo desse pressuposto, consideramos a representação de epidemia nos filmes: “O enigma de Andrômeda”, de 1971, “Epidemia”, de 1995 e “Contágio”, de 2011, utilizando parte da bibliografia discutida na disciplina de Tópicos Especiais em Narrativas II. O estudo baseou-se em uma estratégia qualitativa, de revisão bibliográfica, pelo uso da metodologia descritiva e interpretativista. Após análise dos longas-metragens, a pesquisa concluiu que não há compromisso com uma representação científica do que seria uma epidemia, pois, embora o cinema hollywoodiano espelhe temáticas

contemporâneas de seu tempo, não deixa de ser um produto da indústria cultural, contribuindo para modelar uma identidade nacional norte americana.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema; Pandemia; Representações.

ABSTRACT: The article has as its goal to discuss the usage of cinema as a research object of historiography and how it is possible to verify comprehensive constructions based on it. Starting from this point, we considered the representation of the pandemic in the following movies: “O enigma de Andrômeda”, from 1971, “Epidemia”, from 1995 e “Contágio”, from 2011, using part of the bibliography discussed by the subject Tópicos Especiais em Narrativas II. The study was based on a qualitative strategy, of bibliographic review, by usage of descriptive and comprehensible methodology. After analysis of the features films, the research concluded that there is no compromise with the scientific representation regarding what would be a pandemic, because, despite the Hollywood cinema mirroring contemporaneous themes of its time, it still is a product of cultural industry, contributing to the shaping of a North American national identity.

KEYWORDS: Cinema; Pandemic; Representations.

Podem ficar com a realidade
esse baixo astral
em que tudo entra pelo cano
eu quero viver de verdade
eu fico com o cinema americano
LEMINSKI, Paulo

INTRODUÇÃO

O cinema é uma dentre inúmeras possibilidades de análises possíveis para pesquisa historiográfica, sua relação com a História advém das primeiras imagens em preto e branco, quando operários saindo de fábricas e a chegada de um trem à estação de *La Ciotat* foram gravadas em um cinematógrafo e projetadas pelos irmãos Lumière. A complexa inter-relação entre Cinema e História que segue, se utiliza de filmes como fontes oficiais para a escrita, contudo, acompanha as discussões historiográficas, refletindo acerca dos elementos de subjetividade, ideologia, relações de poder contidos nas películas, conjecturando assim novos modos possíveis de utilização de imagens gravadas no trabalho do historiador.

A sindemia de Covid-19 que vivenciamos¹ no presente, fizeram reviver nos amantes da sétima arte, filmes cuja temática gira em torno de epidemias causadas por vírus mortais.

1 Em editorial publicado na revista científica *The Lancet*, Richard Horton defendeu o uso da palavra sindemia. Para ele, a ciência estaria enfrentando o Sars-CoV-2 agravado por doenças não transmissíveis. Na interação desses dois fatores é somado o contexto social e ambiental dos indivíduos, ou seja, a desigualdade social se constitui um componente desfavorável na disseminação e enfrentamento da doença (HORTON, 2020).

Nos longas de ficção, surtos virais já foram retratados das mais diversas formas, de vírus críveis, semelhantes a alguns pré-existentes, a inteiramente ficcionais por transmutar populações inteiras em exércitos de zumbis. Alguns desses cenários de pandemia global impressionaram os cinéfilos por apresentar semelhanças com o momento que estamos vivenciando. O olhar atento do historiador, no entanto, pode revelar lacunas. É o que propõe esse ensaio ao analisar a construção da ideia de epidemia nos filmes: O enigma de Andrômeda (1971), Epidemia (1995) e Contágio (2011), utilizando parte da bibliografia discutida na disciplina de Tópicos Especiais em Narrativas II.

Esse estudo, portanto, baseou-se em uma estratégia qualitativa, de revisão bibliográfica, pelo uso da metodologia descritiva e interpretativa, fazendo um levantamento bibliográfico e a interpretação dos textos, trazendo considerações discutidas na disciplina de Tópicos Especiais em Narrativas II da grade da Pós-Graduação em História na Universidade Estadual de Maringá.

A SÉTIMA ARTE PELO OLHAR DO HISTORIADOR

A utilização do cinema como objeto de pesquisa do fazer historiográfico passou por um processo de problematização ao longo do movimento francês da Nova História onde recebeu adoção de critérios metodológicos visando a melhoria da qualidade do trabalho do historiador, com especial destaque para o estudo de Marc Ferro (Ferro, 1995). Hoje, essa forma de arte é reconhecida pelos pesquisadores ao mesmo tempo como “fonte, tecnologia, sujeito e meio de representação para a história” (Barros, 2007 p.2).

Ao longo de décadas, o cinema desenvolveu linguagens e indústria própria, específicas para o seu ramo, sendo capaz de influenciar a sociedade do seu tempo e o fazer histórico. Da mesma forma, a relação é inversamente proporcional, de modo que sociedade, acontecimentos históricos, culturais e políticos são espelhados e representados nas telas do cinema. Por conseguinte, filmes deixam de ser apenas uma manifestação artística para serem compreendidos como representações sociais, com expressões que auxiliam no entendimento do período histórico em que foram produzidos (Barros, 2007).

A utilização do cinema como fonte para a pesquisa historiográfica, portanto, ganhou importância com a adoção de um conjunto de métodos e critérios que norteiam a investigação. Ao analisar a obra e os pensamentos de Marc Ferro, Morettin explicita que o historiador considera todos os gêneros cinematográficos passíveis de serem analisados, sendo imagens sonoras, imagens não sonorizadas, documentários, vídeos de propaganda estatal e, inclusive, as produções de ficção. Para Ferro (1995) tanto os documentários quanto as ficções revelam a realidade de maneira inconsciente, seja nos objetos, nos diálogos, cenários, gestos, comportamentos sociais, ou seja: ao interpretar criticamente uma obra cinematográfica de ficção o historiador deve se atentar para o contexto social em que a obra foi produzida, a recepção por parte da crítica e do público e outros elementos

que circundam a produção e que possam acrescentar à análise (Morettin, 2007; Ferro, 1995).

Se aplicarmos o conceito de interpretação e superinterpretação, de Umberto Eco (2012), no que tange a análise de uma obra, há que se ter cautela ao interpretar o não dito. Para filósofo Umberto Eco devemos considerar a obra, o autor e a intenção do leitor para que não haja uma supervalorização de intenção do autor, dar autonomia demais a obra ao comparar, por exemplo, com outros trabalhos, perdendo assim a autoridade inicial do filme, ou seja, sua intencionalidade original. É preciso deixar que a obra fale por si mesma, sem deixar que o leitor ou expectador sobreponha suas leituras e impressões na composição filmica final. Além disso, o texto, nesse caso o filme, diz muito sobre o momento em que foi produzido, contexto político, cultural, características sociais, descobertas científicas do período em que a obra foi elaborada, por isso é preciso estabelecer um paralelo entre a obra e o contexto em que ela foi produzida. Conhecer a época no qual suas ideias foram concebidas e elaboradas ajudam o espectador a chegar o mais próximo da intenção dos roteiristas e diretores.

Em termos metodológicos Barros (2007) elucida alguns pontos a serem considerados pelo historiador ao tomar um filme para análise. Para ele, os discursos implícitos e explícitos devem ser observados, ou seja, não apenas os diálogos, a narração e o roteiro, mas a linguagem cinematográfica como um todo: vestimenta, trilha sonora, elementos de cena, cultura material aparente nas imagens. Outro ponto que chama atenção é para o gênero cinematográfico escolhido, pois um filme de ficção, por exemplo, pode se encaixar em comédia, drama, suspense, sendo que cada categoria possui um objetivo e deve ser compreendida de maneira específica. Em suma, ao se debruçar sobre a análise fílmica, o historiador deve:

[...] considerar o autor, o sistema de produção que o consubstancia, o público a quem se dirige e que reprocessa diversificadas leituras do filme consumido, os crítica que o avalia de um ponto de vista menos ou mais especializado, e o regime de sociedade e poder que constrange ou delimita as possibilidades de elaboração deste filme. A partir destes múltiplos aspectos que conformam os lugares de produção, difusão e recepção da obra cinematográfica, torna-se então possível chegar não apenas à compreensão da obra, mas também da realidade que ela representa. (BARROS, p.12, 2007).

Um filme pode representar diferentes segmentos de uma sociedade ou mais especificamente o grupo responsável por elaborá-lo. Um filme cuja temática é a antiguidade, fala mais sobre o período contemporâneo a sua gravação, do que a época que se propõe representar. Uma gravação encomendada por um determinado segmento político, expressa seu campo ideológico e sua visão de sociedade, estado e economia. Por outro lado, quando grupos subalternizados e marginalizados tomam a palavra para gravar imagens e depoimentos, pode possibilitar a visão da sua realidade por meio do cinema independente, isto é, uma outra dimensão de sociedade, política e cultura é exibida

(Morettin, 2007; Ferro, 1995, Barros, 1997). Na mesma forma, o cinema hollywoodiano transparece o campo ideológico, a cultura política, a construção do modelo de sociedade e da indústria cultural americana ao longo dos anos.

José D'Assunção Barros defende que filmes podem vir a ser uma fonte fecunda para a construção de uma História Cultural, posto que “revela imaginários, visões de mundo, padrões de comportamento, mentalidades, sistemas de hábitos, hierarquias sociais cristalizadas em formações discursivas [...]” (2007, p.6). Semelhantemente, sua análise pode enriquecer pesquisas na área de História Política, História Social e História Econômica. Como exemplo, basta atentarmos para os poderes e micropoderes imbricados na feitura de um filme, o discurso hegemônico e a indústria cultural que fundamenta o cinema americano.

A divulgação e imposição de ideologias não se dá apenas por meio de filmes oficiais de partidos políticos, instituições governamentais e igrejas. O conceito de cultura de massa, tecido pelos filósofos Horkheimer e Adorno, da escola de Frankfurt, descreve as formas de controle social, técnicas de dominação, doutrinação e manipulação incutidas no cinema, televisão, rádio, propagandas, imprensa e, mais recentemente, na rede mundial de computadores. A cultura de massa é pensada por um grupo hegemônico, no âmbito do capital e transformada em mercadoria, cujo único objetivo é atingir as massas e vender ao máximo de consumidores. Ao transformar cultura em produto, os filósofos notam semelhanças com o modo de produção industrial, naquilo que chamaram de “indústria cultural”. Kellner, no entanto, questiona a passividade com que os consumidores receberiam a cultura de massa, pois um público ativo poderia produzir seus próprios usos e significados dos produtos elaborados no âmbito da indústria cultural (Kellner, 2001).

SURTOS EPIDÊMICOS NA ÓTICA DO CINEMA AMERICANO

O longa-metragem *O Enigma de Andrômeda* (*The Andromeda Strain*), de 1969, é baseado no romance distópico de Michael Crichton (2018), autor de diversas histórias de ficção, do qual a mais conhecida é *Jurassic Park*. O ano de lançamento é o mesmo em que a missão espacial Apollo 11, comandada pelos astronautas Neil Armstrong e Buzz Aldrin, aterrissaram na Lua e a curiosidade em torno das vidas possíveis no espaço crescia. Crichton é médico formado pela *Havard Medical School*, com pós-doutorado no *Salk Institute* em *La Jolla*, Califórnia, o que faz com que sua narrativa seja enriquecida com informações fidedignas sobre transmissão e contágio. A adaptação para o cinema aconteceu em 1971, pelo diretor Robert Wise, e o resultado é um suspense de ficção científica de muito sucesso no ano de seu lançamento (Crichton, 2018).

Na trama, um satélite dos Estados Unidos cai em um vilarejo no interior do Arizona e libera um organismo mortal que dizima a população local, sobrevivendo apenas um bebê e um alcóolatra. Diante do acontecimento, uma força tarefa envolvendo exército e cientistas

é movida para investigar e conter o que poderia vir a ser uma ameaça de epidemia. Para isso, são convocados os melhores cientistas do país, uma microbiologista clínica e epidemiologista, um patologista, um antropólogo e um médico cirurgião (Crichton, 2018).

Dos três filmes analisados, esse é o mais focado no aspecto científico, a maior parte da história se passa em um laboratório que ficava no subsolo e fazia parte do programa *Wildfire*, para detecção, caracterização e controle do organismo mortal causador da epidemia no Arizona. No laboratório, os cientistas utilizavam máquinas, equipamentos, computadores que ofereciam diagnósticos precisos e em tempo real (Crichton, 2018).

Com cenas interessantes em que a tela é dividida em primeiros planos e planos detalhes, acompanhamos as investigações dos cientistas em torno do organismo alienígena. A equipe descobre uma espécie de micróbio que não possui DNA ou RNA, proteínas ou aminoácidos, mas que contém hidrogênio e carbono, por isso é capaz de sobreviver na Terra, chamam-na de Andrômeda. Ao entrar no organismo de um animal por via respiratória, a partícula coagula o sangue quase instantaneamente, causando sua morte. Andrômeda:

Era inspirado pela vítima, penetrando nos pulmões. E ali, ele provavelmente passava para a corrente sanguínea, instalava-se nas paredes das artérias e veias, em particular no cérebro. Produzia danos e ocasionava coagulação, que era disseminada por todo o corpo, ou levava à hemorragia e morte. Drogas anticoagulantes não impediam este processo. Mas, para produzir danos tão rápidos e graves, seriam necessários muitos organismos acumulando-se nas artérias e veias. Deveriam, então, se multiplicar na corrente sanguínea. (Nacif, p. 6, 2010).

O final feliz acontece quando a partícula deixa de ser letal, os cientistas descobrem que ácidos e álcalis do sangue impedem a infecção, por isso o bebê que chorava muito e o homem que estava sempre bêbado não foram contaminados. Então passaram a aplicar um antídoto de iodeto de prata sobre andrômeda com objetivo de levar o organismo para o oceano. O objetivo seria que a reação alcalina da água do mar pudesse matá-lo, fazendo com que a ameaça pandêmica fosse controlada (Crichton, 2018).

Em um contexto de corrida espacial, em que o imaginário social concebe criaturas extraterrestres humanóides de coloração esverdeada, Crichton (2018) levanta a possibilidade de vida real por partículas que poderiam causar estrago se trazidas para Terra. Há também uma dicotomia do poder que por um lado quer descobrir a origem do vírus e controlá-lo para não se disseminar, e, por outro, constrói um complexo laboratório com interesse em estudar organismos para transformá-los em arma biológica, elemento que estará presente também no filme *Epidemia*. O conflito entre EUA e URSS, decorrente da Guerra Fria, é evidente nessa possibilidade levantada ao longo da narrativa, de construção de uma arma biológica a partir de um organismo vindo do espaço (Silva, 2001).

Os avanços científicos das décadas de 60 e 70, bem como a evolução tecnológica de computadores é notada também como uma construção discursiva da superioridade

dos EUA em comparação a URSS. Um laboratório secreto, construído em três níveis de subsolo, preparado com a mais alta tecnologia disponível na década de 1970, com visual futurista e computadores programados para dar diagnósticos precisos e em tempo real, é uma imagem construída para impressionar. A indústria cultural estava fazendo sua parte na batalha ideológica (Siqueira, 2018).

O segundo filme, *Epidemia (Outbreak)* foi dirigido por Wolfgang Petersen, e lançado em 1995. Uma ficção científica com elementos de horror, suspense, drama e até cenas de ação um tanto desproporcionais. A trama relata o aparecimento de um vírus em um macaco originário do Zaire, na África, que havia sido traficado para os Estados Unidos a fim de ser comercializado em uma pequena cidade fictícia, onde iniciaria um surto local (Leite, 2020).

Na época a comunidade científica estava em polvorosa com casos de Ebola registrados em países da África, uma doença assustadora, caracterizada por vômitos sangrentos, diarreia de sangue, hemorragias nasais, febre e fortes dores de cabeça que estava ceifando a vida de mineradores de um vilarejo chamado Mayibout, na África, em 1994 (Leite, 2020). No ano seguinte, a doença chegou a cidade de Kikwit, de cerca de 200 mil habitantes, onde matou 245 pessoas, das quais 60 trabalhavam em hospital (Quammen, 2020).

Essa, no entanto, não era a primeira vez que os cientistas se deparavam com o Ebola, em 1976 os primeiros casos foram registrados no Zaire, atual República Democrática do Congo. Por conseguinte, um grupo de pesquisadores franceses, belgas, canadenses, zairenses, sul-africanos e americanos, nove deles vindos do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) foram para a região realizar pesquisas para identificar a origem e disseminação do novo vírus (Quammen, 2020). O episódio inclusive é referenciado no início do filme, mas de modo pouco ortodoxo. No longa, um grupo de militares dos Estados Unidos e pesquisadores do CDC são enviados ao Zaire para colher amostras e conter a epidemia que se iniciava. A solução é estarrecedora. O vilarejo onde está o foco da doença é bombardeado, impedindo que a doença se espalhe para outros lugares (Leite, 2020).

O vírus fictício inspirado no Ebola é chamado de Motaba, com sintomas parecidos, mas mais acentuados. Na trama, o vírus passa por uma mutação, sendo primeiro transmitido por meio do contato direto com sangue, secreções ou outros fluidos corporais de pessoas ou animais infectados, além de superfícies e objetos infectados (Leite, 2020). Após mutação, passa a ser transmitido pelo ar, sendo que o animal hospedeiro era o mesmo, um macaco. Enquanto o Ebola tem uma taxa de mortalidade de 80% e de transmissibilidade baixa, uma vez que só transmitem pessoas que apresentem sintomas, (Quammen, 2020), no filme a taxa de letalidade é de 100%, ou seja, os pacientes não se recuperavam após a infecção e a doença se desenvolvia em 24h, levando todos os pacientes a óbito em um curto período de tempo (Leite, 2020).

Apesar de trabalhar com alguns conceitos científicos, como *spillover*², mostrar os

2 O processo em que um vírus salta de uma espécie para outra é chamado pelos pesquisadores de *spillover*. O que

cientistas do Instituto de Pesquisa Médica do Exército dos Estados Unidos sobre Doenças Infecciosas, o Centros de Controle e Prevenção de Doenças em busca do paciente zero e do animal hospedeiro do vírus transmissor da doença, o filme não escapa da lógica hollywoodiana de filme enquanto produto de entretenimento, cujo objetivo é agradar e vender (Gaudreault, 2009). Um exemplo dessa dialética é a solução final para o conflito, quando em minutos uma espécie de soro antídoto é criado pelos cientistas a partir do agente inicial (macaco) e dada a população local, colocando fim ao episódio epidêmico. Outra cena que chama a atenção é a perseguição aleatória entre dois helicópteros, exagero comum nos filmes de ação americanos (Leite, 2020).

Aqui, novamente temos o protagonismo do governo dos Estados Unidos nas pesquisas e na tecnologia, por já conhecer a doença desde 1967, quando buscaram amostras no Zaire e exterminaram a população contaminada (Leite, 2020), o objetivo era transformar o vírus em arma biológica e ao que parece o país possui muitos inimigos e deve estar sempre pronto para um futuro embate (Siqueira, 2018).

O terceiro filme Contágio, de 2011, foi um dos mais falados em 2020, isso porque traz elementos o mais próximo do que seria uma pandemia global, com alguns conceitos científicos como *spillover* e fômite³, além de elementos vivenciados na sindemia de 2020, distanciamento social, quarentena, negacionismo científico, convulsão social. Para que o longa ficasse o mais próximo da realidade, o diretor Steven Soderbergh e o roteirista Scott Z. Burns estudaram a disseminação viral dos surtos de SARS de 2002-2004 e a pandemia de gripe A, de 2009. O roteirista chegou a trocar informações com representantes da Organização Mundial da Saúde (OMS) e especialistas médicos como Walter Ian Lipkin e Lawrence Brilliant (Souza, 2020).

No enredo criado, o vírus fictício é chamado de MEV-1 e tem como hospedeiro morcegos originários de uma floresta desmatada em Hong Kong. Ao entrar em contato com porcos, sofrem *spillover* e têm a doença transmitida para um cozinheiro, que inicia uma rede de transmissão. Importante notar um erro significativo no roteiro. O tempo de incubação do vírus para que haja uma resposta do sistema imunológico e comece a se multiplicar, provocando liberação de novos vírus e conseqüente contágio não é respeitado, pois a transmissão representada no longa é imediatamente após a contaminação. Cientistas também apontam um erro no cálculo de transmissão da doença fictícia criada para a trama, pelo fato de ter uma alta taxa de letalidade (entre 25 a 30%). Na lógica científica, quando maior a letalidade, menor a taxa de transmissão (Souza, 2020).

ocorre, é que o animal hospedeiro primário pode ter uma variedade de grupos virais e um sistema imunológico resistente, de maneira a não se manifestar em forma de doença. Ao depositar seu excremento no solo, pode provocar o *spillover* em um animal intermediário (como serpentes, civetas, visons, cães, gatos, porcos e aves) e estes, em contato com seres humanos, provocar um novo salto e se manifestar em forma de doença. Em alguns casos, o vírus pode saltar diretamente de seu hospedeiro para o ser humano (Quamen, 2020).

3 Fômites são objetos e substâncias capazes de absorver, reter ou transportar organismos contagiantes ou infecciosos (vírus, germes, parasitas) de um indivíduo para outro, tais como corrimão, maçaneta, copos. (BATTAGLIA, 2021).

Outro fator para atentarmos é a pesquisa dos cientistas do Centros de Controle e Prevenção de Doenças que buscam entender o mecanismo de transmissão do novo vírus e desenvolver uma vacina para a doença. Em uma cena, a vacina é testada na própria cientista que a desenvolveu, ou seja, ela se utiliza como cobaia (Souza, 2020). É preciso lembrar que os testes para que uma vacina possa ser distribuída é composto por diferentes etapas até chegar a uma porcentagem de eficácia. De início são feitos estudos pré-clínico em laboratório, onde a pesquisa básica é elaborada. O passo subsequente são as fases de ensaio e estudo clínico, onde a vacina passa por quatro fases de testagem (Instituto Butantan, 2021). É apenas após esse processo que a comercialização e distribuição é permitida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observamos ao longo das análises, um fator em comum entre os três filmes é que os Estados Unidos são colocados como protagonista absoluto, a nação escolhida para salvar a população do planeta. A indústria cultural, apontada por Adorno e Horkheimer, se mostra na guerra de narrativas e propaganda ideológica que coloca os EUA como o único com tecnologia, ciência e mentes capacitadas suficientemente para lidar com a crise epidemiológica. Ironicamente, hoje é o país com mais mortes por Covid-19, com números que ultrapassam 700 mil.

Embora haja uma aparente preocupação com a construção de um cenário próximo ao que seria a de uma epidemia, especialmente com o filme *Contágio*, não há compromisso com o realismo científico. A rapidez na transmissão das doenças, a gravidade acentuada dos seus sintomas, o exagero no número de mortos e a velocidade para encontrar uma vacina, ou uma solução final satisfatória para o imbróglio inicial, não é outra coisa senão produto do entretenimento. O cinema espelha temáticas contemporâneas de seu tempo, mas não deixa de ser um produto da indústria cultural, feito para vender e agradar àquele que está disposto a consumir seu produto.

Como bem colocou o historiador e teórico do cinema canadense André Gaudreault (2009) “a consciência da narrativa ‘desrealiza’ a coisa contada”. Ou seja, ao historiador pesquisador de narrativas cinematográficas, cabe compreender que mesmo romances e filmes extraídos de histórias verdadeiras não são representações fiéis (Gaudreault, 2009, p. 34). Contudo, a cinematografia contribui para modelar uma identidade nacional, fomentando a reprodução de estereótipos, caso da manjada representação do “inimigo russo” pelo cinema hollywoodiano, uma expressão do antagonismo EUA x Rússia decorrente da Guerra Fria (Jenkins et al., 2021).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Michele Nacif. O enigma da gripe aviária. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio: Rio de Janeiro, 2010.

BATTAGLIA, Rafael. “Contágio”: a ciência por trás do filme. **Super Interessante**. 24 mar 2020. Disponível em: <https://super.abril.com.br/cultura/contagio-a-ciencia-por-tras-do-filme/> Acesso em: 24 nov 2021.

CONTÁGIO (FILME). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Cont%C3%A1gio_\(filme\)&oldid=62127710](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Cont%C3%A1gio_(filme)&oldid=62127710)>. Acesso em: 27 set. 2021.

CRICHTON, Michael. **O Enigma de Andrômeda**. Aleph, 2018.

ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

FERRO, Marc. O filme: uma contra análise da sociedade?. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: Novos Objetos. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, p. 199 a 215, 1995.

GAUDREAU, André. **Narrativa cinematográfica**. François Jost; Adalberto Muller; Ciro Inácio Marcondes e Rita Jover Faleiros, tradução; Adalberto Muller, revisão técnica e supervisão- Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

HORTON, Richard. COVID-19 is not a pandemic. **The Lancet**. Vol 396. 26 set 2020. Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32000-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32000-6/fulltext)>. Acesso em: 02 abr 2021.

INSTITUTO BUTANTAN. Ensaios Clínicos. 2021. Disponível em: <https://butantan.gov.br/pesquisa/ensaios-clinicos>. Acesso em: 20/11/20

JENKINS, JENNIFER L.; CORRAL BUSTOS, ADRIANA (coord.). **Patrimonio efímero. Memórias, cultura popular y vida cotidiana**. San Luis, México: COLSAN, 2021.

KELLNER, Douglas. **A cultura de mídia** - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. São Paulo: Edusc, 2001.

LEITE, Jackson de Jesus Sousa. Violação e restrição ao direito de acesso à informação em período de isolamento social: uma breve análise sobre o filme “epidemia”. **Revista Direito no Cinema**, v. 2, n. 2, p. 63-66, 2020. Disponível em: <<https://www.homologacao.revistas.uneb.br/index.php/direitonocinema/article/view/9554>>. Acesso em: 12 de Mai. 2023.

LEMINSKI, Paulo. Toda poesia. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.p. 200.

MORETTIN, E. V. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. In: CAPELATO, Maria Helena [et al.]. **História e cinema**. São Paulo: Alameda, p.39-64, 2007.

SIQUEIRA, Leando. Bring data! Corrida espacial e inteligência. **Diálogos**, v22, n1, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/43633>> Acesso em: 29 de Mai. 2023.

SILVA, Luiz Jacintho da. Guerra biológica, bioterrorismo e saúde pública. **Cadernos de saúde pública**, v. 17, p. 1519-1523, 2001. Disponível em:< <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2001.v17n6/1519-1523/pt>>. Acesso em:11 de Maio. De 2023.

SOUZA, Ana Claudia Araújo de. A relação entre o filme “contágio” e o Covid-19. **Revista Direito no Cinema**, v. 2, n. 2, p. 2-6, 2020. Disponível em:< <https://itacarezinho.uneb.br/index.php/direitonocinema/article/view/9549>>. Acesso em 13 de Mai. 2023.

QUAMMEN, David. **Contágio: Infecções de origem animal e a evolução das pandemias**. São Paulo: Companhia das letras, 2020.

COVID-19: UNA MIRADA A LA PERCEPCIÓN SOCIAL DEL RIESGO Y EL COMPORTAMIENTO. GUANTÁNAMO, CUBA

Data de aceite: 01/12/2023

Anaily Muñoz Padilla

Socióloga e investigadora del Departamento de Sociología en la Universidad de Guantánamo

Karina Velázquez Pérez

Socióloga e investigadora del Departamento de Sociología en la Universidad de Guantánamo

Esteban Guillermo Leyva Castellanos

Sociólogo e investigador del Departamento de Sociología en la Universidad de Guantánamo

Lilian Lorente Ocaña

Socióloga e investigadora del Departamento de Sociología en la Universidad de Guantánamo

Deneisi Rodríguez Cardona

Socióloga e investigadora del Departamento de Sociología en la Universidad de Guantánamo

Adilson Tadeu Basquerote

Geógrafo, Profesor en la Universidad para el Desarrollo del Alto Valle de Itajaí (UNIDAVI), Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-6328-1714>

Proyecto de investigación: Políticas sociales y gestión pública. Departamento de sociología en la Universidad de Guantánamo. Este proyecto responde al quehacer científico - investigativo y crecimiento profesional de la carrera de Sociología.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo evaluar la percepción de riesgo a partir de la observación del comportamiento social dentro del periodo establecido para la cuarentena por la Covid-19 en la provincia de Guantánamo, Cuba, en la etapa marzo-junio de 2020. La situación de crisis epidemiológica ha provocado cambios globales en la dinámica cotidiana que ha requerido la internalización de patrones conductuales con capacidad de adaptación, donde el principio del interés colectivo esté por encima del individual. Este es un estudio exploratorio que ofrece una aproximación al fenómeno desde un enfoque metodológico descriptivo-explicativo, apoyado en las técnicas de observación científica y entrevista semiestructurada, que permitió el acercamiento a la percepción del riesgo como reflejo de la conducta asumida por

los individuos ante la situación epidemiológica, evidenciando incumplimiento de las medidas establecidas, comprometiendo la salud personal y colectiva, así como la estabilidad del sistema de salud a nivel provincial y de país.

PALABRAS-CLAVE: Comportamiento social. COVID-19, Dinámica social. Percepción del riesgo. Gestión integrada.

COVID-19: APPROXIMATION OF SOCIAL PERCEPTION OF THE RISK AND BEHAVIOR OF GUANTANAMO, CUBA

ABSTRACT: This article aims to evaluate the perception of risk from the observation of social behavior during the period established for quarantine by Covid - 19 in the province of Guantanamo, Cuba. The current situation of epidemiological crisis has caused global changes in the daily dynamics that have required the internalization of behavioral patterns with adaptive capacity, where the principle of collective interest is above the individual. This is an exploratory study conducted during the period march-June of 2020, which provides an approximation of the phenomenon from a methodological approach is descriptive-explanatory, based on the techniques of scientific observation and semi-structured interview, which allowed the approach to the perception of risk as a reflection of the conduct assumed by the individuals to the epidemiological situation, evidencing a breach of the measures established, compromising the health, personal and collective, as well as the stability of the health system at the provincial level and country.

KEYWORDS: COVID-19. Integrated management. Risk perception. Social behavior. Social dynamics.

INTRODUCCIÓN

La humanidad enfrenta hoy un fenómeno al cual escapan muy pocas localidades en el mundo, la ya conocida pandemia COVID – 19, asociada con el nuevo coronavirus (SARS-coV-2) y producto de interrelaciones animales-sociedad, ha sido denominada un “desastre” o “catástrofe” a escala global. Enfermedad a la que todo ser humano es vulnerable a sus impactos dados a la alta probabilidad de contagio que la caracteriza. Con ella, América Latina y el Caribe enfrentan grandes retos, que se suman a los desajustes estructurales en sus modelos socioeconómicos.

Esta realidad há provocado cambios en la dinámica cotidiana, situación que requiere el análisis de la pertinencia y efectividad de las políticas públicas adoptadas para enfrentar la pandemia desde la perspectiva de la gestión del riesgo y desde la gestión integrada no solo en torno a la enfermedad sino a las consecuencias sociales y económicas fundamentales.

Vale destacar las medidas adoptadas por las diferentes naciones, sobresalen las de índole preventivo entre ellas las pesquisas, el seguimiento exhaustivo de los contactos, la educación pública para la higienización; así como las de contención directa de propagación del virus como son: el distanciamiento social, las restricciones de viajes, la posposición de operaciones no esenciales, servicios que faciliten el esparcimiento de la infección y la

disminución de la presión en los servicios hospitalarios.

Cuba es una de las naciones que no escapa a estos grandes retos, dificultado por los efectos estructurales del bloqueo económico. Ante esta realidad el sistema de salud cubano, apoyado en las experiencias y estudios de otros países con resultados favorables en el enfrentamiento a la pandemia, apuesta por el control y la prevención higiénico sanitaria como baluartes para mantener el equilibrio vital de la población en armonía con las economías, el medio ambiente y los cambios que cotidianamente se presentan en la dinámica del ser humano; no solo en el momento de la emergencia sino en el proceder cotidiano instaurado desde la política de salud pública.

La provincia Guantánamo no está ajena a la dinámica que se presenta ante la enfermedad, ello lo demuestra la falta de percepción del riesgo que tiene la población, así como la necesidad constante de buscar mecanismos efectivos de gestión para garantizar la distribución eficiente de recursos de primera necesidad.

Desde el momento en que se establece a nivel de país las medidas preventivas y de contención directa de propagación del virus, se procede una ruptura en la dinámica social transformando las formas cotidianas de organizar las relaciones interpersonales, interinstitucionales, inter e intra generacionales, así como en las relaciones de producción e intercambio económico-financiero y comercial, provocando alteraciones en los mecanismos de relaciones a nivel micro y macro social y en los estados de ánimo de forma colectiva, con distinciones en los momentos de complejidad de la pandemia de la COVID-19, que marcan en el territorio un antes, un durante y después.

Esta situación de vulnerabilidad social y epidemiológica ha desencadenado, cambios en rutinas domésticas y laborales cotidianas que exacerbaban comportamientos inusuales o reavivan esquemas actitudinales expresados en periodos de crisis anteriores, como la vivida en Cuba durante la década del noventa y principios del siglo XXI. La historia nos enseña la estrecha relación de equilibrio entre naturaleza, sociedad, salud, estructura social y poder.

De ahí la importancia de evaluar la percepción de riesgo a partir de la observación del comportamiento social durante el periodo establecido para la cuarentena por la Covid-19 en la provincia de Guantánamo.

La investigación se concibe desde un enfoque metodológico descriptivo-explicativo, con el uso de la observación científica y la entrevista, que permitieron el acercamiento al estado del comportamiento social en espacios de interacción social de 12 localidades de la provincia, donde la conducta de cada individuo es el reflejo de lo interiorizado de la situación epidemiológica, la cual ha develado que la percepción social de riesgo respecto a lo que representa esta pandemia, no está al nivel que se requiere para el entrenamiento y prevención de la misma.

Es por ello que el estudio considera un análisis integrado de las políticas públicas donde la percepción social del riesgo deviene en elemento clave para la gestión integrada del bienestar de la sociedad, amparado por la voluntad política y gubernamental.

METODOLOGÍA

Diseño de investigación

La investigación se apoya metodológicamente desde un enfoque descriptivo-explicativo, en dos técnicas: observación científica y entrevista semiestructurada. El análisis se centra en dos dimensiones, el comportamiento social ante el riesgo y la gestión, planificación y estrategia de gobierno. La primera, se conforma inicialmente a partir de la distinción de tres etapas marcadas por el comportamiento social de la población ante la exposición a la pandemia; luego se describen los diferentes comportamientos dados los escenarios antes mencionados, donde se reflejan la dinámica social y la expresión sociolaboral.

Mientras la segunda, se configura teniendo en cuenta la atención a la población y a grupos vulnerables, la organización y calidad de los servicios, la participación de las fuerzas del orden público y la gestión de riesgos para prevenir la covid-19.

La observación realizada tuvo el apoyo de una guía semiestandarizada, cuyo objetivo es evaluar el comportamiento social durante la situación epidemiológica en los diferentes escenarios desde el 30 de marzo al 18 de junio 2020, fundamentalmente en tres momentos del día, la mañana, la tarde y la noche; dispuesto así por las actividades, que por lo general se realiza en estos horarios, condicionado por la pandemia.

El tipo de observación está en relación con los lugares objeto de observación dado el grado de aglomeraciones por la actividad comercial y las necesidades emergentes en la población. Se combinaron diferentes tipos de observación, en dependencia de los espacios a observar, como se evidencia en la tabla siguiente:

Tipo de observación	Espacio de interacción social
• Ajena encubierta estandarizada	• Espacios públicos
• Ajena abierta	• Entidades laborales
• Participativa estandarizada	• Comunidades
• Auto observación	• Hogares

Tabla 1. Relación del tipo de observación según los espacios objeto de estudio.

Fuente: Elaboración propia del equipo de autores (2020).

Muestra

Para el análisis se obtuvo información de 6 municipios y de manera esencial de 12 localidades de la provincia, en las cuales fueron objeto de observación espacios de interacción social: tiendas, bancos, farmacias, panaderías, centros comerciales, los barrios y hogares. Estas localidades son: Consejo popular San Justo, Reparto Caribe, Centro

Oeste, y áreas comerciales aledañas al centro de la ciudad; el Consejo Popular Manuel Tames, el Turey y Playitas en Baracoa, Yacabo Abajo en Imías; Buena Vista, La playa y Macambo en San Antonio del Sur y La Yaya en Niceto Pérez. La imagen 1, presenta el mapa de los Municipios en la provincia Guantánamo.

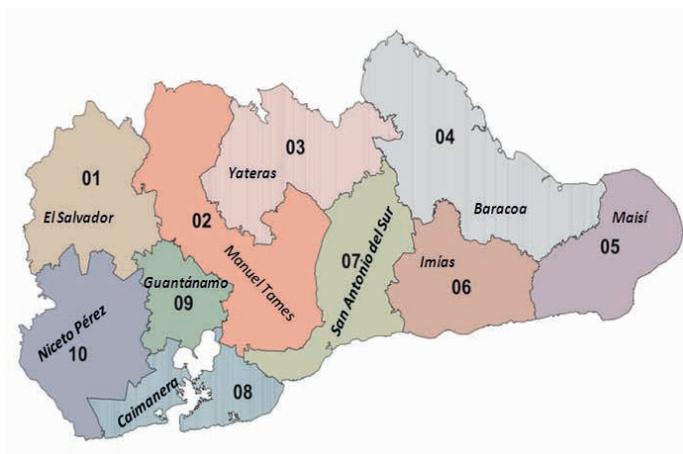


Imagen 1. Título: Municipios en la provincia Guantánamo.

Fuente: Tomado de la Estrategia de desarrollo integral de la provincia 2017-2021.

La entrevista semiestructurada se aplicó a vecinos, amigos, familiares de manera personal y vía telefónica. Este instrumento permitió tener un acercamiento a la percepción sobre la responsabilidad social de cada actor social ante la situación epidemiológica. Fue aplicada a 123 personas sin distinción de sexo u ocupación; a partir de la edad de los 6 años, para garantizar la comunicación y comprensión de la información a recolectar.

PERCEPCIÓN DEL RIESGO A PARTIR DEL COMPORTAMIENTO SOCIAL.

En contextos de crisis e incertidumbre como el que se presenta, tiende a emerger entre la población una percepción de riesgo, es decir, juicios subjetivos realizados a nivel individual sobre las posibles consecuencias negativas de la enfermedad (Yoo, 2019). Para que esta percepción se produzca, es necesario que, además de existir un riesgo real, haya incertidumbre acerca del nivel de peligro (Farré, 2005). Son diversos los factores que pueden influir para que se genere una mayor percepción de riesgo entre la población, donde juega un papel importante el estado generado por los medios de comunicación que puede derivar en cambios en la percepción de riesgo.

La exposición a la información de medios tiende a aumentar (Farré, 2005), al buscarse comprender en ellos lo que ocurre, obtener orientación para afrontar los problemas del entorno y saber cómo actuar ante la crisis (Muñiz, 2011). Estudios relativos al COVID-19

ya realizados, como el de Duc Huynh (2020) en el caso de Vietnam, han detectado un incremento de la percepción de riesgo debido al consumo mediático.

La amenaza de infección por el SARS-coV-2 (el virus) y el riesgo de que la enfermedad se transmita entre sujetos sociales están determinados por el contacto directo e indirecto de individuos con el virus y en consecuencia entre los sujetos contagiados o superficies contaminadas por estos. La única manera de evitar tal contacto es eliminando en absoluto la exposición de individuos a otros o por medio de actos de higiene personal y ambiental incluyendo el uso de mascarillas.

Por ello, la amenaza de la enfermedad puede controlarse solamente evitando total o parcialmente la exposición al virus, cuando se cuente con una vacuna para controlarla y un programa masivo de vacunación, o no haciendo nada y esperando que la auto inmunización de rebaño juegue su papel, así el número de muertos sea alto. En el primer caso se trata de mecanismos de prevención controlando comportamientos humanos y en el segundo un control estructural sobre la enfermedad.

En el artículo Herramientas para interpretar la pandemia COVID-19: desastre, políticas públicas y gestión del riesgo, se postula que, no estamos solo frente a una epidemia o una pandemia sino a una catástrofe transnacional socialmente construida. Hay que tener sumo cuidado entonces con los conceptos, el lenguaje y la interpretación. Tal vez nunca ha sido más relevante el refrán que reza que cuando el sabio apunta el dedo a la luna, el necio mira la punta del dedo y no a la luna. De la misma manera en que las personas no mueren por terremotos sino por las casas y edificios mal construidos que ocupan y que caen cuando sucede un fuerte sismo, no hay que confundir la catástrofe con el mismo coronavirus.

El coronavirus y la enfermedad COVID-19 son desastres o catástrofes desde la perspectiva de la salud pública y la ciencia médica pero no desde la perspectiva del riesgo de desastre o los temas de crisis económica y social y su gestión. La catástrofe o desastre para los últimos es la materialización de un riesgo socialmente producido en el tiempo y en el espacio relacionado con los procesos económicos, sociales, territoriales y ambientales que condicionan el contexto en que la amenaza representada por el coronavirus y la enfermedad COVID-19 se desarrolla; o sea, los diversos factores de exposición y de vulnerabilidad que existen.

El desarrollo de la epidemia genera otros riesgos, la interrupción o paralización de las economías puede aumentar la vulnerabilidad, se generan en cadena una serie de medidas que desembocan en impactos socioeconómicos importantes que tienen que ver no con el virus ni con la epidemia, sino con su manejo.

Desde esta lógica, se pueden identificar tres etapas delimitadas en un antes, durante y después de la COVID-19 en Guantánamo, que inciden en el comportamiento social en relación con el estado de la percepción de riesgo según los grados de complejidad de la situación epidemiológica.

Es importante significar la sensación de incertidumbre y los estados de ánimo de la población perceptibles en las tres etapas, delimitadas en el periodo 11 marzo - 18 de junio 2020, a partir del análisis del gráfico de la evolución de la COVID-19 en Cuba publicado en Cubadebate, el 29 de mayo 2020, según los partes ofrecidos por el Ministerio de Salud Pública (MINSAP), como se muestra en el gráfico 1.

Etapa 1: momento inicial (11 de marzo hasta el 4 de abril) concebida como la fase pre-epidémica. El 11 de marzo se diagnostica el primer caso en Cuba, el 24 de marzo se declara el confinamiento. El 29 de marzo se confirma el primer caso en la provincia y comienzan a manifestarse las primeras impresiones de temor, incertidumbre y pánico, así como el inicio y entendimiento del confinamiento. El 4 de abril se produce el primer pico a nivel de país, no obstante, las personas mantenían una vida social aparentemente normal con excepción de que usaban el nasobuco, pero el tránsito y la interacción en espacios públicos aún era considerable; aunque se observaban muchas casas cerradas, cuadras enteras donde no se veía a nadie fuera del hogar.

Etapa 2: el momento crítico (a partir del 4 de abril hasta el 2 de mayo, cuando se confirman las mayores cifras de contagio). En esta etapa se exacerban las sensaciones de temor y la incertidumbre sobre el tiempo de duración del confinamiento, respecto a las formas de contagio y tratamiento a la enfermedad, unido a la preocupación respecto a la garantía de los productos de primera necesidad con énfasis en los alimentos. Este escenario se acompaña por reorganización de la distribución de las tareas domésticas y de las actividades según grupos etarios.

Etapa 3: momento de declive (a partir del 6 de mayo hasta el 18 de junio) en este momento se reporta menor número de casos confirmados y comienzan a elevarse los números de altas, mientras en las provincias orientales, comienza a disminuir los números de contagio de modo considerable y en particular Guantánamo, que reportó su último caso el 1ero de mayo. En esta etapa se observa un marcado relajamiento en las medidas a cumplir por parte de la población y se inician las primeras acciones de recuperación pos-covid-19.

Desde el 2 de mayo hasta el 18 de junio, no se confirmaron nuevos casos en la provincia Guantánamo, en ese periodo se aprecia en el accionar de la población un acercamiento a la normalidad, el número de personas fuera de casa es mayor, aumentan las interacciones sociales y el tránsito en las calles, así como el incumpliendo de las medidas ya mencionadas. La imagen 2, destaca la evolución de la covid-19 en cuba.

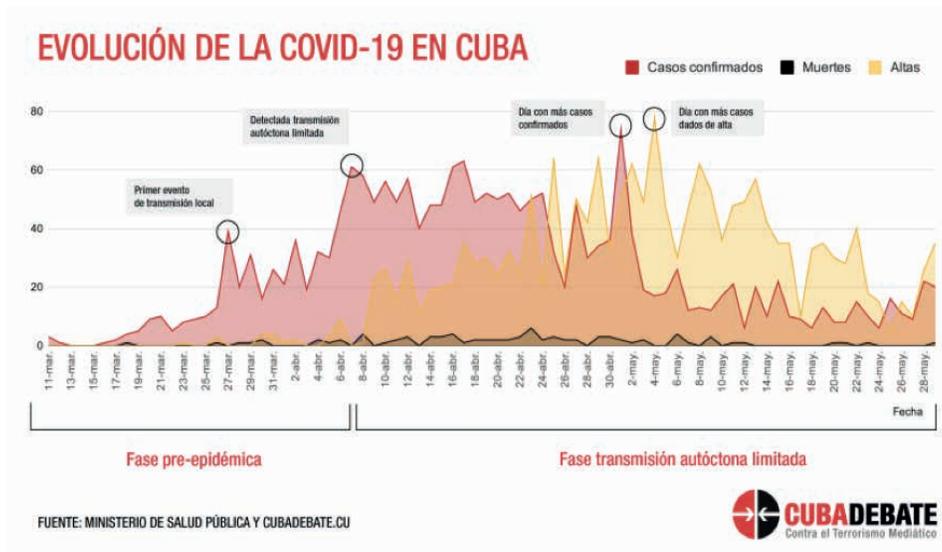


Imagem 2. Gráfico de Evolución de la covid-19 en cuba.

Fuente: Ministerio de Salud Pública (2020).

De forma general, hubo un aumento de la percepción social del riesgo en la provincia, a partir del acceso a la información básica sobre la pandemia, el qué hacer o cómo actuar durante ella para evitar contagio, lo que permitió un aumento del conocimiento sobre las medidas sanitarias.

Esto se evidenció con la puesta en práctica de las medidas de manera inmediata, ejemplo de ello: el uso de la mascarilla, la colocación de las condiciones para desinfectar las manos a la entrada no solo de las entidades, sino en la mayoría de los hogares; la recepción diaria de forma masiva en hogares y entidades de la conferencia de prensa sobre el comportamiento de la pandemia ofrecida por el Ministerio de Salud Pública.

COMPORTAMIENTO SOCIAL EN ESPACIOS PÚBLICOS Y ENTIDADES

Al hacer referencia sobre el comportamiento social ante la amenaza, el aspecto que más resalta es en relación al cumplimiento de las medidas sanitarias en los diferentes escenarios, donde se tuvo en cuenta varios elementos:

1. El uso adecuado del nasobuco.
2. La distancia física establecida de 1,5 metros.
3. Cubrimiento con el ángulo del codo al toser o al estornudar.
4. El lavado de las manos al entrar a la casa y entidades.
5. Actitud de los diferentes grupos etarios.
6. El tiempo de permanencia innecesariamente fuera de casa.

7. Horarios en que permanecen mayor número de personas en la calle.
8. Lugares de mayores y/o frecuentes aglomeraciones.
9. Labor realizada por jóvenes y amas de casa.
10. Actitud de niños y adolescentes.
11. Disposición ante las tareas emergentes.
12. Actitud del sector cuentapropista.

Al momento de decretarse la pandemia se queda un mínimo de entidades en función de atención directa a la población, principalmente aquellas de producción de alimentos y otras dedicadas a la venta de productos de primera necesidad.

Un rol importante juegan los dependientes de los diferentes puntos de ventas donde no todos exigen el cumplimiento de las medidas higiénico sanitaria y en ocasiones ellos mismos no las cumplen en estos espacios; en posición contraria, están los que exigen a los que transgreden las regulaciones implementadas para enfrentar esta emergencia sanitaria donde no siempre los llamados de atención son acatados por la población con la mayor conciencia y mejor actitud.

Esto evidencia cómo los actores sociales no perciben la magnitud de la emergencia sanitaria que se vive y sus conductas no son reguladas conscientemente, ni reconocen la autoridad de sus iguales para el llamado de atención, por lo que el ejercicio del control social informal se ve limitado, tomando más peso un uniforme o credencial que da autoridad como agente de orden público o autoridad sanitaria.

Se observa diariamente comportamientos irresponsables como expresión de la baja percepción del riesgo, entre ellos persistente en los espacios públicos el incumplimiento con la distancia mínima de un metro entre personas, las aglomeraciones, salir con frecuencia a espacios públicos y de alta concurrencia. La presencia de gran parte de la población en las calles se manifiesta principalmente en horario de la mañana donde la causa fundamental es la adquisición de productos alimenticios y aseo por lo que las aglomeraciones son frecuentes y se violan las medidas establecidas.

Estos comportamientos irresponsables se observan en su mayoría en colas para la compra de canasta básica en las bodegas normadas, compra de productos regulados en puntos de venta, en mercados agropecuarios, en ventas por pipas de refrescos a granel en plazas, en dulcerías, panaderías.

A este comportamiento le acompañan expresiones grupales e individuales de incertidumbre, de necesidad de comprar “lo que aparezca” solo para guardar porque esta crisis “no se sabe hasta cuándo es”, de irreverencia en las colas ante trabajadores de sectores que mantienen sus servicios por ser fundamentales para el sostén de la población durante la cuarentena como el sector de salud, la PNR y otros (que aunque se adoptan medidas para acercarles ofertas de productos de primera necesidad a sus centros laborales, no es sistemático), así como se observan ancianos en colas y personas

en puestos laborales y barrios con uso incorrecto del nasobuco y poca sistematicidad en la higienización de las manos.

El distanciamiento social a pesar de que la mayoría de las personas se mantienen en el hogar, es una de las medidas cuyo incumplimiento está dado por la escasez de recursos y problemas en su distribución por lo que el acceso a productos de primera necesidad se ha convertido en una problemática que conlleva a infringir el aislamiento social por causas estructurales e individuales. Al respecto, el 49% de los entrevistados refiere permanecer la mayor parte del tiempo en su casa, el 27% afirma que no está en casa solo cuando está en el trabajo, mientras el 13% declara que a apenas permanece en su casa y solo el 11% afirma que se mantiene en el hogar todo el tiempo.

No se muestra el cumplimiento a cabalidad de las medidas indicadas en las instituciones sociales que se encuentran laborando, por ejemplo la transportación de obreros en entidades con gran número de personal como la Textilera por ejemplo, cuyo objeto social es hoy de vital importancia para todo el personal que labora en la provincia, pues se ha podido observar hacinamiento en los medios de transporte que utilizan para el traslado de los trabajadores.

DINÁMICA SOCIAL Y EXPRESIÓN SOCIOLABORAL

En las condiciones actuales de enfrentamiento al COVID-19, la crisis que siempre ha enfrentado el sistema laboral mundial se hace más tensa y deja al trabajador en una posición más vulnerable y de mayor desventaja social. En muchos países las tasas de desempleo han aumentado y se estima que continúen en ascenso, provocando además un aumento del trabajo infantil, y el empleo informal como medio de subsistencia. Por lo que la continuidad de la pandemia llevaría a situaciones extremas de pobreza, desempleo potenciando los conflictos al interior del mercado laboral y su implicación en la vida social.

Respecto a la relación capital humano-salud desde numerosos estudio se ha llamado la atención en la importancia de este par, ejemplo de ello son Mushkin (1962), Lewis (1980), CEPAL (1994) y otros. Los estudios respecto al tema en su mayoría ven en la variable salud una posibilidad para el aumento productivo, aunque solo lo ven desde los beneficios económicos al menos tienen la intención de mostrar la necesidad de mejorar la calidad de vida de los trabajadores y su bienestar.

Esto es muestra de la importancia que reviste la atención al capital humano no sólo desde lo económico sino prestando atención a la variable salud, ante lo que mundialmente se percibe como un escenario en el que es más importante el crecimiento económico que el bienestar del trabajador, principalmente en países donde la epidemia parece incontrolable. En estas circunstancias el trabajador se encuentra ante la disyuntiva de ir o no al trabajo, por el temor a quedar desempleado y no tener como mantener a su familia y en otra posición que de ir a trabajar podría infectarse, situación ante la cual quizás no cuente con los recursos para tratarse la enfermedad.

Pero sin lugar a dudas hay países que muestran una realidad más favorable para el trabajador en cuanto a garantías laborales tanto en situaciones normales como para escenarios tan complejos como el que hoy vivimos. Una de estas experiencias de protección al trabajador las muestra Cuba, que ante la crisis sanitaria ha garantizado primeramente la salud de cada trabajador como derecho ineludible de cada individuo, con el establecimiento de medidas restrictivas de asistencia y permanencia en la institución laboral, pero también ha garantizado el salario a los mismos. Tomando como muestra la provincia Guantánamo, mediante la aplicación de técnicas se pudo constatar la atención al capital humano y a su salud por parte del gobierno.

Garantías laborales bajo el cumplimiento de la máxima legislación laboral en Cuba, Ley 116, Código del trabajo de la República de Cuba, publicado en la Gaceta oficial de Cuba no.29 del año 2014. Las principales medidas referidas al empleo en el país están relacionadas con la protección a la madre trabajadora, las interrupciones y reubicaciones laborales, bajo estas condiciones los trabajadores han recibido el tratamiento salarial para garantizar al menos el mínimo de condiciones económicas, además de la continuidad de la implementación del teletrabajo y el trabajo a distancia, modalidades de empleo que si bien en el mundo ya son muy utilizadas, en nuestro territorio han sido subutilizadas por lo que se precisa reconocer su viabilidad al tiempo que permite cambios positivos en la estructura sociolaboral.

La implementación de estas medidas se muestra en las estadísticas, datos ofrecidos por la dirección del Ministerio de Trabajo y Seguridad Social (MTSS) en la provincia. La tabla 2, expone la situación laboral antes de entrar en la primera fase poscovid-19.

Situación de los trabajadores	Cantidad de trabajadores
Interruptos	2022
Reubicados	1616
Protección a madres trabajadoras (con hijos en la educación primaria y círculo infantil)	3844
Teletrabajo	1120
Trabajo a distancia	55035
Adultos mayores en condiciones de fragilidad.	2602
Menores de 60 años con vulnerabilidad	1148

Tabla 2. Situación laboral antes de entrar en la primera fase poscovid-19.

Fuente: Elaboración propia a partir del parte del MTSS¹ de la provincia al Consejo de Defensa Provincial, con fecha 11 de junio de 2020.

El número de trabajadores reubicados que muestran las estadísticas obedecen fundamentalmente a la incorporación de los trabajadores a actividades de mensajería para

¹ MTSS: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social.

los sectores de la población en situación de vulnerabilidad social por enfermedad o edad y en comunidades que por la situación epidemiológica que presentaron en un momento determinado estaban en cuarentena.

La incorporación a actividades de la producción de alimentos, de manera que permita garantizar el autoabastecimiento local tan fundamental en la situación que hoy enfrentamos; aún ante las consecuencias de la falta de movilidad por el paro de la transportación, la coyuntura internacional debido a que muchos de los productos que consumimos son importados y del bloqueo que aun en las circunstancias actuales que enfrenta la humanidad el asedio por parte del gobierno de EE.UU hacia Cuba se hace más notable.

Otras de las actividades que cubren la reubicación laboral son las pesquisas sanitarias casa a casa, lo que ha contribuido a la detección de casos positivos para su oportuno tratamiento y prevención de futuros contagios. En el caso de los interruptos estos han contado con un tratamiento salarial dispuesto por el MTSS y respaldado por normas laborales.

La atención a la madre trabajadora en Cuba es una prioridad y hoy las garantías que se brindan en las licencias retribuidas de maternidad para el cuidado de los hijos extienden, pero con tratamiento salarial diferente, su aplicación para aquellas madres con hijos en la educación primaria y círculo infantil, los cuales en las condiciones epidemiológicas que enfrenta el país y la provincia han cesado las actividad lectivas evidenciándose de igual forma la protección salarial al trabajador y su familia.

El envejecimiento poblacional sigue mostrando el reto que impone para la sociedad en todas su dimensiones, desde lo laboral en las condiciones actuales de enfrentamiento a la pandemia, los trabajadores mayores de 60 son un grupo de riesgo por lo que han tenido que mantenerse en aislamiento social, han abandonado temporalmente el empleo con retribución salarial, cifras que se muestran en los datos ofrecidos por el MTSS, en similar situación se encuentran los que padecen enfermedades crónicas para los cuales se han establecido las condiciones de aislamiento social.

Las modalidades del trabajo a distancia y el teletrabajo suponen cambios en las estructuras laborales, un ejemplo es la virtualización de las relaciones sociolaborales. Si bien el uso de los medios tecnológicos es una posibilidad real que permite la continuidad de las actividades, la realidad ha mostrado situaciones de conflictos debido a las limitaciones para el acceso a medios informáticos lo que implica facilitar medios tecnológicos o acceso a internet a trabajadores.

Otra de las dificultades a enfrentar en la implementación de estas es la resistencia al cambio de algunos directivos lo que se pudo corroborar con entrevistas a trabajadores, además de ser expuesto en los medios de comunicación local y nacional por directivos del MTSS quienes a su vez dieron respuesta a inquietudes de trabajadores al respecto.

La realidad que hoy enfrentamos requiere de formas de pensar y actuar acordes a la realidad, en este sentido debe desaparecer algunas formas tradicionales de gestión.

Estos elementos revelan cambios en la dinámica sistema laboral en el país y la provincia, así como su capacidad de adaptación a nuevas condiciones. Tomando en consideración la teoría de sistemas desde la mirada de Luhmann el sistema laboral desde su funcionalidad ha mantenido su unidad ante los cambios del entorno, en tanto que las instituciones laborales como partes del sistema no han cesado sus actividades sino que han modificado las vías para el cumplimiento de las mismas.

Antes los cambios en el sistema de relaciones sociolaborales, se ha mostrado la capacidad desde lo individual para adaptarse y contribuir a la prevención del nuevo coronavirus en la medida que la acción social de cada individuo, se basa el reconocimiento de sus semejantes y de sí mismos como sujetos vulnerables a la enfermedad y la necesidad del cumplimiento de las normas establecidas para el enfrentamiento. Muchos sectores por la naturaleza de los servicios que brindan han tenido que mantenerse en el cumplimiento de sus labores y en sus establecimientos implementando estrategias que permitan el enfrentamiento en las mejores condiciones al COVID-19 para proteger la salud de la población.

Los datos empíricos recogidos en centros laborales mostraron el cumplimiento en su mayoría del uso de los medios de protección al respecto y demás medidas higiénico sanitaria, así como poco personal en los locales y por consiguiente en las instituciones laborales, hasta donde han llegado las acciones del contrato social y se han enfrentado conductas anómicas por el incumplimiento en lo fundamental con el uso del nasobuco aplicando lo establecido en la norma al respecto a los infractores.

Los cambios no sólo se suceden en el sector estatal sino también para el trabajo por cuenta propia quienes en su mayoría han tenido que suspender sus actividades fundamentalmente en la gastronomía, el transporte y de arrendamiento. Aunque para este sector las garantías están sobre la base del pago de impuestos: la suspensión de pagos mientras la situación epidemiológica impida reanudar sus actividades y el aplazamiento del pago en otros casos. Si bien las garantías salariales no llegan al sector privado si se han establecido mecanismos desde la seguridad social con apoyo de organizaciones para solventar a familias cuyos ingresos dependen del trabajo cuentapropista.

Un detalle de gran valor a destacar es el aporte del sector cuentapropista con insumos para la protección e higienización como las máscaras plásticas, el lavamanos artesanal creado en el municipio de Imías, hechos que dieron muestras positivas para impulsar el autodesarrollo en los territorios.

El trabajo es estructurador de la vida social pues permite no sólo la satisfacción de necesidades materiales, sino que posibilita la socialización, integración e interacción social. Pero en las circunstancias actuales es necesario el aislamiento social, el cual ha cambiado la dinámica de las relaciones socio laborales, los escenarios de las actividades referentes al empleo han modificado sus escenarios, plataformas y modos de hacer. En lo fundamental con el teletrabajo y trabajo a distancia, las personas han movilizado los

recursos que tienen en el hogar para realizar las actividades que competen a este, lo que lógicamente ha dado un nuevo matiz al empleo como actividad social que también provoca cambios en la dinámica familiar.

PARTICIPACIÓN INSTITUCIONAL Y EL ORDEN PÚBLICO

La emergencia sanitaria ha sido un contexto en el que los comportamientos de los individuos no siempre están en correspondencia con las normas y regulaciones establecidas para enfrentar la misma, se ha puesto de relieve de forma inédita, la importancia del trabajo integral y coordinado de las instituciones sociales en la lucha para frenar el contagio acelerado de la enfermedad, además de las indisciplinas e ilegalidades que se han desarrollado en este periodo y otras que se han ido acumulando como la de oportunistas, que han estado asechando para sacar provecho e infringir la ley.

La participación de autoridades del orden público está mediada por el cumplimiento de las funciones por parte de estos agentes, su presencia en los diferentes escenarios proclives a las indisciplinas sociales, la actitud de la población ante esta figura, la posición asumida por la población ante las ilegalidades, unido a la prevención y control social. Las técnicas aplicadas y las fuentes consultadas han demostrado un incremento de las indisciplinas sociales y de las ilegalidades a nivel nacional, pero a su vez, se ha evidenciado un accionar sistemático por parte de las agencias del control social forma para el combate y la prevención de estas conductas, además de la participación popular en las denuncias oportunas de estos comportamientos inadecuados.

Esta debe ser una experiencia que contribuya a aumentar la cultura sanitaria de la población, establecer el control de las conductas al margen de lo establecido, la solidaridad y responsabilidad social. Aunque pudiera ser tendencial este comportamiento en el período de cuarentena y distanciamiento social por la COVID-19, en este territorio es frecuente tal comportamiento desde la crisis económica vivenciada en Cuba desde finales de la década del ochenta del siglo XX.

Antes de la pandemia las aglomeraciones eran más pequeñas y menos frecuentes, pues existían más posibilidades para la movilidad y acceso a los productos básicos, se aprovechaba de modo extensivo la compra de estos en el llamado “mercado negro” o paralelo, pero siempre se han aglomerado, así como las reyertas innecesarias y el irrespeto el orden público.

Los delitos con mayor incidencia han sido especulación y acaparamiento de artículos, tenencia de productos de procedencia dudosa y la práctica de actividades económicas no autorizadas. Otras figuras fueron el desacato, la desobediencia y la resistencia a actuar en correspondencia con las normas establecidas; 44 casos se han procesado en los tribunales, para los cuales se determinaron sanciones que incluyen multas, trabajo correccional, con o sin internamiento, y privación de libertad, a partir del análisis conductual de los encartados, la complejidad de los delitos y las condiciones en que tuvieron lugar las violaciones.

De esta manera se manifiesta control y contención a las conductas que flagelan la seguridad de la sociedad así como daños a la economía del país, atenuada ya por el bloqueo económico impuesto. La severidad y racionalidad a los delitos ha caracterizado la sanción que corresponde según lo legislado, sin ignorar las garantías constitucionales de los ciudadanos.

Otra de las acciones preventivas en la que trabaja la provincia es el vínculo de estudiantes de la carrera de derecho con la policía y la fiscalía en el seguimiento y enfrentamiento para el cumplimiento de las medidas sanitarias. Trabajan específicamente en lo referido a cumplir el aislamiento por parte de los menores de edad así como las personas que integran los grupos vulnerables, además de ayudar en la revisión de documentos y la presentación de los resultados a los fiscales encargados de los procesos legales.

Esta vez es notable el papel de las fuerzas de orden público como grupos de referencia, que son esos grupos respecto a los cuales se orienta la conducta de las personas. En tanto, el sentido de pertenencia a un grupo impone a sus miembros una distinción entre el grupo propio (in-group) y el grupo ajeno (out-group). Esta distinción es necesaria pues se sustenta en las vivencias que poseen los miembros de un grupo de pertenecer a un “nosotros” y los demás a un “ellos”. Acá el “nosotros” o el “ellos” se ubica según el ángulo de perspectiva y referencia del sujeto y al grupo que pertenezca en determinados momentos y situaciones, pues un mismo sujeto en determinados momentos puede sentirse que forma parte de un “nosotros” respecto al grupo de “ellos” y viceversa.

Por ejemplo, un sujeto que sea miembro del consejo de defensa del territorio cuando organiza la cola o realiza alguna otra actividad al nivel de esta instancia, que responda a los interés de la misma sustenta sus vivencias como parte de ese grupo y sostiene la observancia del resto de la población, que no es miembro directo ni activo de tal consejo de defensa, como “ellos”, así como la población que realiza la cola se considera a sí mismo como el “nosotros” y los miembros de del consejo de defensa son el grupo de los “ellos”. No es nada novedoso en la teoría sociológica, pero si es motivador para un observador social, los cambios en las actitudes, expresiones extraverbales y verbales, que un mismo sujeto social puede manifestar según su posición respecto a los grupos de referencia.

La disciplina social en este momento es un factor clave para el éxito en el enfrentamiento a la pandemia. Las medidas de aislamiento son más difíciles de cumplir en países como el nuestro, con vínculos comunitarios muy estrechos. El impacto sobre la vida cotidiana es mucho más disruptivo y el costo es sin dudas mayor, y no solo sería para los jóvenes.

Todo lo expuesto se sustenta dado el carácter preventivo y el control social del proyecto social cubano, y se puede reflejar a través del Modelo de Elección Racional para prevenir la COVID-19, que se muestra a continuación.

Se enmarca en un acercamiento a las principales contradicciones macro/micro sociales entre los grupos de población (o la población, o colectividades o grupos sociales)

y el sistema jurídico-penal cubano ante el fenómeno del cumplimiento de las medidas sanitarias indicadas para el tránsito gradual hacia “la normalidad”, a partir de la elaboración de un modelo teórico derivado de la teoría de la elección racional de James Coleman (1990) que fuese enriquecida por Allen Liska (1990), que se aproxima a la posibilidad de intervención sobre la representación de las medidas sanitarias en el sistema de relaciones por ámbitos sociales (laborales, de higiene y prevención, de comercio y gastronomía, comunicaciones, transporte, educación, deportes, industria cultural, actividades recreativas, medidas tributarias, presupuestarias y de seguro). La imagen 3, presenta el modelo de Elección Racional para prevenir la COVID -19.

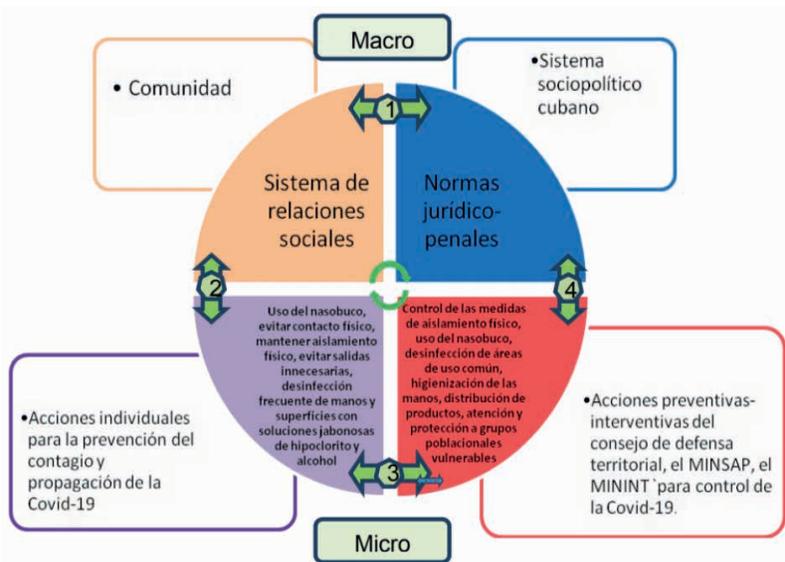


Imagen 3. Modelo de Elección Racional para prevenir la COVID -19

Fuente: Elaborado propio derivado del modelo de Allen Liska sobre las relaciones de reciprocidad entre lo macro a lo micro. Consultar de George Ritzer. Teorías Sociológicas Contemporáneas- Tercera Parte- Editorial Félix Varela. 2006, p. 470.

En consecuencia, en el tejido social antes expuesto, la interacción entre los grupos sociales más vulnerables al contagio y los grupos de referencia antes enunciados, se establecen relaciones polémicas por la práctica del uso del nasobuco, del distanciamiento físico, de las salidas innecesarias, de las asistencias a aglomeraciones, entre otras como la higienización frecuente de las manos y las superficies u objetos, lo que requiere de un acercamiento no solo por estar las personas más vulnerables atendidas como un subgrupo poblacional que conforma la estructura de un grupo o sector social más amplio, existentes en un territorio X, sino por la necesidad del trabajo preventivo e interventivo con grupos que no cumplen con las medidas sanitarias indicadas para la contención del contagio por

la enfermedad, como respuesta de la política social cubana que ofrece garantías para la salud pública y gratuita de los ciudadanos, unido a la defensa y seguridad nacional ante peligros, riesgos y desastres.

La existencia en Cuba de grupos de población vulnerables que no cumplen las medidas sanitarias para la prevención y contención de la Covid-19, demuestra, según Ritzer (1993, p. 506) la tesis de James Coleman (1990) de que “las personas no siempre se conducen racionalmente, a modo de desviación de los modos aceptados y/o aceptables por la sociedad”. La contradicción esencial se expresa en la percepción individual del riesgo a contraer la enfermedad (en cuanto al uso del nasobuco, la higienización de las manos, superficies y objetos de uso común, el distanciamiento físico) en la vida cotidiana contraria al sistema de normas jurídicas y constitucionales del sistema político cubano. Esta contradicción, aunque no antagónica expresa desequilibrio entre lo socialmente establecido y lo socialmente aceptado a nivel macro social.

Por tanto, se puede aprovechar este sistema de valores como fortaleza para la proyección de medidas sanitarias por etapas, durante y posterior a la COVID-19, pues indudablemente, esta pandemia ha reestructurado no solo la vida productiva en los distintos tipos de los modelos socioeconómicos de producción, sino de la vida cotidiana, por lo cual lo conocido previamente como “lo normal” transitará paulatinamente hacia “la nueva normalidad” ante el ajuste de modos de vida, modelos de comportamiento y de pensamiento.

Actualmente la relación entre las acciones individuales aceptables o no se subordinan a las normas macro del sistema sanitario y legal, las acciones colectivas a nivel comunitario se subordinan (voluntaria o involuntariamente, conscientemente o no) a las normas establecidas por el sistema jurídico o penal que refrenda al sistema político cubano. Por lo que las relaciones entre las colectividades y el sistema jurídico-penal funcionan independientemente de los actores individuales que los integran. La transformación del significado de la percepción de riesgo es posible a partir de la maximización de la utilidad de actores individuales influyentes.

CONCLUSIONES

La provincia presenta baja percepción del riesgo ante la enfermedad y así lo demuestra el comportamiento ciudadano ante las medidas sanitarias, por lo que se debe continuar el control y cumplimiento de las indicaciones establecidas. En ello destaca el trabajo sistemático de los medios de comunicación masiva y el papel socializador de la familia.

Los problemas sanitarios estarán siempre sujetos a la interacción de cada civilización con su entorno, lo que depende, en esencia, del carácter de la relación hombre-naturaleza y los niveles de conflicto que se producen. Las cuestiones ambientales están ligadas a la

emergencia de epidemias. La crisis que enfrenta hoy el mundo ha tenido su origen en las constantes perturbaciones ambientales.

La presencia de mecanismos con capacidades colectivas siempre va a contribuir a soluciones con el acompañamiento necesario de las ciencias, la auto organización colectiva micro y macro social en diálogo global es fundamentalmente la clave. Todo bajo una ética pública solidaria y cooperativa de sociabilidad.

REFERENCIAS

1. Allan Lavell, Elizabeth Mansilla, Andrew Maskrey y Fernando Ramírez. (2020). Herramientas para interpretar la pandemia COVID-19: desastre, políticas públicas y gestión del riesgo. Artículo de la Red de Estudios Sociales en prevención de desastres en América Latina.
2. Jaime Ríos Burga. (2020). Informe final de ALAS. Asociación Latinoamericana de Sociología: Pronunciamiento ante la pandemia del COVID-19.
3. Hernández Sampieri, R. (2014). Metodología de la Investigación. Editorial McGraw-Hill Education. (Cap. 5; pp- 90) 6ta Edición. México.
4. Del Toro Terrero, M. (2020). Sigue enfrentamiento de la Fiscalía a las ilegalidades. Diario Digital Venceremos, Guantánamo, Cuba. Publicado: 18 de junio 2020.
5. Yoo, W. (2019): "How risk communication via Facebook and Twitter shapes behavioral intentions: The case of fine dust pollution in South Korea". *Journal of Health Communication*, 24: 663–673. <https://doi.org/10.1080/10810730.2019.1655607>
6. Farré, J. (2005). Comunicación de riesgo y espirales del miedo. *Comunicación y Sociedad*, (3), 95-119. <https://doi.org/10.32870/cys.v0i3.4209>
7. Muñoz, C. (2011): "Búsqueda de información durante tiempos de crisis Efectos de la comunicación interpersonal y masiva en la percepción de riesgo personal ante la gripe AH1N1". *Revista de Ciencias Sociales*, 17(1): 9-21. <http://dx.doi.org/10.31876/rcs.v17i1.25542>
8. Duc Huynh, T. L. (2020): "The COVID-19 risk perception: A survey on socioeconomics and media attention". *Economics Bulletin*, 40(1): 758-764
9. A. Lavell, E. Mansilla, A. Maskrey y F. Ramírez. (2020) Herramientas para interpretar la pandemia COVID-19: desastre, políticas públicas y gestión del riesgo. pp- 3
10. CEPAL. (2020) América Latina y el Caribe ante la pandemia del COVID-19. Efectos Económicos y sociales.
11. Pérez Fuentes, D.I y Castillo Loaiza, J.L. (2016). *Economía, sociedad y territorio*, vol xvi, núm. 52, , Pág.651-673
12. Luhmann, N (2017). *Coplejidad y modernidad de la unidad a la diferencia*. Madrid: EditorialTrotta.
13. Del Toro Terrero, M. (2020). Sigue enfrentamiento de la Fiscalía a las ilegalidades. Diario Digital Venceremos, Guantánamo, Cuba. Publicado: 18 de junio 2020
14. George R. (2006). *Teorías Sociológicas Contemporáneas- Tercera Parte-* Editorial Félix Varela., p. 470.

Adilson Tadeu Basquerote: Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, com estágio de Doutorado Sanduíche no Instituto de Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT/UL). Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Especialista em Práticas pedagógicas interdisciplinares: Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Médio (UNIFACVEST). Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER) e em Estudos Sociais- Geografia pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Professor no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). Compõe o corpo editorial, científico e de pareceristas de editoras e revistas científicas na área de Ensino e de Educação Geográfica. Possui experiência na Educação Geográfica e Ambiental, dedicando-se em especial ao uso das TIDCs no Ensino e na aprendizagem, Ensino e Aprendizagem, Recursos didáticos. Paralelamente, pesquisa os seguintes temas: Agroecologia, Agricultura Familiar, Gênero em contextos rurais, Associações agrícolas familiares e Segurança alimentar.

<http://orcid.org/0000-0002-6328-1714>

A

Adolescente 17, 18, 19, 24, 27, 28, 29

Alunos 11, 14, 58, 94, 100, 103, 105

Análise 3, 6, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 26, 28, 30, 37, 41, 45, 50, 60, 67, 69, 77, 79, 80, 85, 86, 87, 89, 93, 94, 95, 96, 98, 103, 126, 138, 139, 142, 143, 148

Aprendizagem 60, 89, 90, 91, 95, 97, 100, 102, 103, 168

Arte 1, 2, 5, 6, 10, 30, 31, 33, 35, 38, 53, 57, 59, 61, 64, 94, 118, 140, 141

B

Batismal 1, 2, 4, 5

Bourdieu 130, 131, 134, 135, 138

C

Cinema 59, 139, 140, 141, 142, 143, 147, 148, 149

Covid 7, 64, 140, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 162, 163, 164, 166, 167

Criança 17, 18, 27, 28, 57, 70

Cristianismo 3, 5, 6, 35, 36

D

Democrático 7, 8, 9, 10, 11

Desenvolvimento 7, 8, 10, 12, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 37, 45, 60, 74, 78, 79, 86, 88, 91, 95, 100, 102, 103, 104, 112, 118, 120, 122, 168

Docente 74, 77, 84, 87, 92, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105

E

Educação 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 21, 23, 29, 34, 35, 57, 78, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 117, 138, 139, 168

Ensino 11, 74, 77, 80, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 95, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 139, 168

Escola 9, 11, 12, 14, 15, 54, 58, 99, 100, 102, 103, 105, 131, 143, 148

Espaço 3, 5, 59, 60, 61, 85, 127, 128, 133, 136, 137, 138, 143, 144

Estudo 2, 6, 11, 12, 19, 20, 22, 32, 35, 37, 40, 45, 52, 57, 58, 60, 64, 67, 69, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 94, 95, 96, 105, 106, 123, 124, 128, 134, 139, 141, 147

Etnográfico 39, 41, 42, 45, 50

Etnológico 37, 38, 39, 40, 45, 50

Experiência 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 21, 32, 33, 41, 58, 68, 69, 92, 95, 96, 97, 98, 133, 137, 168

G

Gálatas 1, 2, 3, 4, 5

Gênero 4, 6, 38, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 85, 86, 87, 88, 128, 130, 131, 136, 138, 142, 168

H

Hermenêutica 30, 32, 34, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98

Homem 1, 4, 5, 9, 11, 14, 30, 31, 33, 34, 58, 68, 69, 72, 80, 81, 91, 124, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 144

I

Identidade 59, 60, 62, 63, 66, 67, 69, 70, 73, 128, 138, 140, 147, 148

Infração 169

L

Liberdade 10, 13, 18, 24

Linguagem 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 61, 88, 90, 91, 96, 97, 98, 142

M

Maioridade 16, 17, 18, 19, 20, 25, 27, 28

Masculinidade 127, 131, 132, 133, 135, 137, 138

Masculinidades 127, 128, 130, 131, 132, 136, 138

Memórias 69

Metodologia 2, 30, 50, 67, 76, 77, 103, 132, 139, 141

Mulher 1, 2, 3, 4, 5, 6, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 71, 73, 75, 77, 80, 81, 88, 114, 134, 136

Museu 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 50, 51, 54, 55

Música 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 72

P

Pandemia 7, 64, 140, 141, 146, 151, 152, 153, 155, 157, 158, 159, 161, 163, 164, 166, 167

Pesquisa 2, 5, 6, 19, 22, 37, 38, 41, 42, 50, 58, 64, 67, 69, 70, 74, 76, 77, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 101, 128, 137, 139, 140, 141, 146, 147, 148, 168

Plano 30, 90, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 125

R

Relações 8, 9, 10, 24, 25, 41, 44, 45, 50, 56, 60, 61, 62, 63, 71, 72, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 87, 88, 91, 103, 126, 128, 130, 134, 140

Religião 1, 3, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 70, 71

Religiosidade 37, 38, 41, 43

S

Social 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 21, 34, 40, 52, 57, 61, 62, 69, 75, 76, 78, 80, 82, 87, 97, 100, 101, 102, 110, 114, 117, 120, 130, 131, 132, 135, 137, 140, 141, 143, 144, 146, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167

Sociedade 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 18, 20, 21, 32, 40, 57, 58, 60, 61, 63, 64, 65, 69, 75, 78, 82, 83, 84, 88, 91, 93, 99, 100, 101, 102, 103, 107, 110, 114, 120, 126, 132, 136, 137, 141, 142, 143, 148

T

Trabalho 5, 7, 16, 17, 25, 36, 40, 42, 44, 56, 58, 63, 68, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 85, 86, 87, 88, 92, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 116, 117, 120, 121, 131, 132, 133, 137, 140, 141

U

Universidades 74, 76, 77, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88

V

Vattimo 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36

Violência 16, 18, 19, 20, 23, 29, 60, 79, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138

Ciências humanas em perspectiva:

reflexões sobre cultura,
sociedade e comportamento

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2023

Ciências humanas em perspectiva:

reflexões sobre cultura,
sociedade e comportamento

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

